

# DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM

**CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS 2022.1



**Cleber Soares de Brito  
Mayra Cinara de Oliveira Tabosa  
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire  
(Organizadores)**

ISBN: 978-65-5825-140-8

**DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS: PRODUÇÕES ACADÊMICAS  
2022.1**

**Cleber Soares de Brito  
Mayra Cinara de Oliveira Tabosa  
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire  
(Organizadores)**

Centro Universitário – UNIESP

Cabedelo - PB  
2022



## **CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP**

### **Reitora**

Érika Marques de Almeida Lima

### **Pró-Reitora Acadêmica**

Iany Cavalcanti da Silva Barros

### **Editor-chefe**

Cícero de Sousa Lacerda

### **Editores assistentes**

Márcia de Albuquerque Alves  
Josemary Marcionila F. R. de C. Rocha

### **Editora-técnica**

Elaine Cristina de Brito Moreira

### **Corpo Editorial**

Ana Margareth Sarmiento – Estética  
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura  
Arlindo Monteiro de Carvalho Júnior - Medicina  
Aristides Medeiros Leite - Medicina  
Carlos Fernando de Mello Júnior - Medicina  
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda  
Érika Lira de Oliveira – Odontologia  
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia  
Patrícia Tavares de Lima – Enfermagem  
Marcel Silva Luz – Direito  
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia  
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores  
Luciano de Santana Medeiros – Administração  
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação  
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis  
Márcio de Lima Coutinho – Psicologia  
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária  
Giuseppe Cavalcanti de Vasconcelos – Engenharia  
Rodrigo Wanderley de Sousa Cruz – Educação Física  
Sandra Suely de Lima Costa Martins - Fisioterapia  
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright©2022 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

**Diagramação e capa:**  
Márcia de Albuquerque Alves

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)**

D537	Diálogos científicos em ciências contábeis: produções acadêmicas 2022.1 [recurso eletrônico] / Organizadores, Cleber Soares de Brito, Mayra Cinara de Oliveira Tabosa, Thyago Henrique de Oliveira Madruga Freire. - Cabedelo, PB : Editora UNIESP, 2022. 299 p., il.: color.  Tipo de Suporte: E-book ISBN: 978-65-5825-140-8  1. Produção científica – Ciências Contábeis. 2. Contabilidade - Interdisciplinaridade. 3. Diálogos – Conhecimento científico. I. Título. II. Brito, Cleber Soares de. III. Tabosa, Mayra Cinara de Oliveira. IV. Freire, Thyago Henrique de Oliveira Madruga.  CDU : 001.891:657
------	--

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

**Editora UNIESP**  
Rodovia BR 230, Km 14, s/n,  
Bloco Central – 2 andar – COOPERE  
Morada Nova – Cabedelo – Paraíba  
CEP: 58109-303

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b>	05
<u>1</u>	<b>GESTÃO DE ESTOQUE - ESTUDO DE CASO EM UMA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EM JOÃO PESSOA/PB</b> Gabriela Ferreira dos Santos e Isabella Christina Dantas Valentim	06
<u>2</u>	<b>OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE EM JOÃO PESSOA - PB DURANTE A PANDEMIA DO COVID- 19.</b> Izabelle Leilane dos Anjos Freire e Isabella Christina Dantas Valentim	33
<u>3</u>	<b>OS IMPACTOS DAS REFORMAS TRABALHISTAS NA CONTABILIDADE.</b> Alane Marta Belarmino dos Santos e Isabella Christina Dantas Valentim	61
<u>4</u>	<b>UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NA EMPRESA DE PEQUENO PORTE.</b> Bruno Alisson de Lima Santana e Darlan Oliveira Bezerra	86
<u>5</u>	<b>A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA INVESTIDORES PESSOA FÍSICA COM ENFOQUE NA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> Izaque Fernandes Pereira do Nascimento e Darlan Oliveira Bezerra	113
<u>6</u>	<b>A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS NO PROCESSO DECISÓRIO DAS EMPRESAS AÉREAS LISTADAS NA B3 DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA.</b> Jamilly da Silva Pereira e Darlan Oliveira Bezerra	144
<u>7</u>	<b>EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL – ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR.</b> Nara Lúgia Soares dos Reis e Cleber Soares de Brito	171
<u>8</u>	<b>A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES PARAIBANOS QUANTO AOS REFLEXOS FINANCEIROS DO ESOCIAL NAS EMPRESAS.</b> Jules Freitas Fonseca e Lauro Vinício de Almeida Lima	203
<u>9</u>	<b>GESTÃO DOS ESTOQUES NO SUPERMERCADO TEMAIS LOCALIZADO EM MAMANGUAPE-PB.</b> Mikaelly de Aquino Cavalcante e Ricardo da Silva Pereira	227
<u>10</u>	<b>UMA BREVE ANÁLISE DA SONEGAÇÃO FISCAL NO BRASIL ENTRE 2015 E 2020.</b> Rayane Carneiro dos Santos Gouvêa e Prof. Esp. Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior	254
<u>11</u>	<b>CPC 29: UM ESTUDO NAS DEMONSTRAÇÕES DE EMPRESAS DO SUBSETOR DO AGRONEGÓCIO LISTADAS NA B3 - 2020 A 2021.</b> Maricildes Lopes Costa e Rafael Batista Pereira de Oliveira	275

## APRESENTAÇÃO

Atendendo ao propósito de, continuamente, compartilhar conhecimentos sem limites e sem fronteiras a partir das publicações dos artigos técnicos apresentados nas bancas de TCC, a Coordenação de Ciências Contábeis mantém seu entusiasmo, confeccionando mais uma edição de artigos técnicos-científicos, visando ao reconhecimento nacional do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UNIESP, como veículo de comunicação e pesquisa. Os artigos aqui escritos trazem várias frentes teóricas, não precisando direcionar, obrigatoriamente, para um único caminho doutrinário ou técnico, buscando a partir de um espírito de respeito à liberdade de opinião, como um dos alicerces do Conhecimento.

Buscando desenvolver profissionais cada vez mais críticos e provocando uma reflexão sobre temas relacionados a sua área de atuação, a pesquisa em Contabilidade se faz necessária nesse sentido. Como ciência social, a contabilidade, caminha ao lado desenvolvimento, aperfeiçoando suas normas e técnicas com objetivo de atender à demanda crescente dos seus usuários.

Nesse sentido, o curso de Ciências Contábeis do UNIESP tem o orgulho de trazer mais uma vez parte da produção dos seus discentes, como incentivo a criação de um pensamento acadêmico e sistemático, sob a orientação e expertise dos docentes nas diversas áreas da Contabilidade como: Auditoria, Contabilidade Digital, Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial, Contabilidade Pública, Contabilidade Tributária, Contabilidade de Custos, Educação Superior, Educação Financeira, Ética, Perícia, Clima Organizacional, Gestão de Vendas, Gestão de Negócios, Empreendedorismo, Educação Fiscal, CRC e Profissão Contábil.

Nesta edição foram confeccionadas 11 produções acadêmicas no “Diálogos Científicos em Ciências Contábeis” com a satisfação de estarmos possibilitando o acesso ao conhecimento construído pelos discentes, acreditando que o saber deve ser compartilhado.

Desta forma, desejamos a todos uma ótima e proveitosa leitura!

## GESTÃO DE ESTOQUE - ESTUDO DE CASO EM UMA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EM JOÃO PESSOA/PB

Gabriela Ferreira dos Santos<sup>1</sup>  
Isabella Christina Dantas Valentim<sup>2</sup>

### RESUMO:

Obter uma gestão de estoque eficiente é primordial para garantir a saúde financeira de uma entidade, possuindo o total controle de toda a movimentação do estoque, para que a empresa reduza os seus custos. Portanto o presente artigo, ao qual tem como objetivo identificar de que forma é realizada a gestão de estoque em uma distribuidora de alimentos. Quanto aos aspectos metodológicos aplicado, é denominado uma pesquisa descritiva, e de método qualitativo, sendo definido como um estudo de caso. Os dados coletados foram obtidos através de uma entrevista online entre duas pessoas. Os resultados apontaram que a empresa estudada utiliza uma junção de dois métodos para que particularidades dos estoques não gerem perdas, assim como dois inventários, um mensal e outro bianual. A curva ABC da empresa classifica como A os produtos com maior saída, B os com saída moderada e C os produtos de alto custo para clientes específicos. Para a redução de ruptura de estoque, a empresa utiliza o *FIFO* e o *FEFO*, combinados com um padrão de recebimento com datas predefinidas com os fornecedores. A utilização de tecnologias cada vez mais modernas tornaram-se um elemento obrigatório para a continuidade e competitividade da empresa, trazendo eficiência e lucratividade com redução em até 10% ao ano o total das perdas no estoque.

**Palavras-chaves:** Gestão de Estoques; Controle; Estoque. Ruptura.

### ABSTRACT:

Obtaining efficient stock management is essential to ensure the financial health of an entity, having full control of all stock movement, so that the company reduces its costs. Therefore, the present article, which aims to identify how stock management is carried out in a food distributor, and through data collection, identify if there was a decrease in stock out and increased productivity. As for the methodological aspects applied, it is called a descriptive research, and a qualitative method, being defined as a case study. The collected data were obtained through an online interview between two people. The results showed that the company studied uses a combination of two methods so that particularities of the stock do not generate losses, as well as two inventories, one monthly and the other biannual. The firm's ABC curve classifies as A the products with the highest output, B as with moderate output, and C as high-cost

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Ciências Contábeis no Uniesp – Centro Universitário. E-mail: 20182014004@iesp.edu.br.

<sup>2</sup> Professora Orientadora, Doutoranda em Ciências Contábeis pela UFPB (PPGCC), Mestre em Ciências Contábeis pela UFPE e Bacharel em Ciências Contábeis pela UFRN. Contadora registrada pelo CRC/PB - T. Professora Assistente 01 do UNIESP - Centro Universitário. Atuação como professora nos cursos de Graduação e Pós-Graduação nas áreas de Administração, Gestão Financeira e Ciências Contábeis. E-mail: isabella.cdantas@iesp.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4556881237282757>

products for specific customers. To reduce out-of-stocks, the company uses FIFO and FEFO, combined with a standard of receipt with predefined dates with suppliers. The use of increasingly modern technologies has become a mandatory element for the company's continuity and competitiveness, bringing efficiency and profitability with a reduction of up to 10% per year in total inventory losses.

**KEY WORDS:** Management; Control; Inventory.

## 1 INTRODUÇÃO

Obter uma gestão de estoque eficiente é primordial para garantir a saúde financeira de uma entidade, possuindo o total controle sobre tudo o que entra e o que sai a todo o momento e na quantidade correta, contribuindo para que a empresa reduza os seus custos. Porém, diversas organizações não têm dado a devida atenção a esse tema, usando metodologias arcaicas que já funcionaram em algum momento, no entanto com a globalização, e a evolução tecnológica, não podemos negligenciar esse tema, utilizando essa ferramenta a benefício de toda a organização.

Diversas empresas de pequeno e médio porte, tem sofrido no mercado devido o desconhecimento dos princípios básicos de uma boa gestão e administração. Para poder potencializar a rentabilidade da organização é necessário ter um controle rigoroso para garantir o bom funcionamento dos processos e auxiliar na tomada de decisões do negócio.

A contabilidade tem papel fundamental na administração e gestão de estoques, uma vez que toda a pessoa jurídica é obrigada a declarar ao poder público o seu patrimônio. Conforme o CPC 16 (R1) estoque são ativos, que é composto por bens adquiridos com a finalidade de venda, deste modo precisam de acompanhamento e aconselhamento do profissional de contabilidade para futuros investimentos ou corte de custos.

Conforme grande disputa no âmbito empresarial, na visão de Arnold (2009), tem aumentado à procura por ferramentas que otimizam e auxiliam a satisfação dos usuários, minimizando custos e aumentando a qualidade. A gestão de estoque ligada diretamente a um sistema eficaz, buscando com que as informações sejam parcialmente exatas, trazendo benefícios positivos para a organização, oferecendo garantia e constância financeira.



Nesse sentido, as pequenas e médias empresas, já buscam novos meios tecnológicos para auxiliar na sua gestão, controle, e gerenciamento dos processos. No mercado, os softwares tem sido um aliado importante para essa implementação, buscando nessa ferramenta segurança e eficácia para o seu negócio, controlando toda a sua movimentação de entradas e saídas de mercadorias. Portanto, a utilização de TI em qualquer tipo de organização é de grande importância, por motivo de vários fatores, tais como: para que as operações sejam mais eficientes e realizadas com exatidão, a minimização de custos, exigências e obrigações fiscais, tributárias e legais (CARVALHO & CEETEPS, 2006).

Hoje para ter uma gestão logística de qualidade, é necessário ter uma tecnologia de ponta como uma das principais ferramentas, com o propósito de obter um controle de estoque mais eficaz e confiável, para auxiliar na tomada de decisões da organização.

Campos (2015) afirma que devido a competitividade as organizações tem crescido cada vez mais a busca por inovações tecnológicas, por esse motivo a tecnologia da informação (TI) tem papel fundamental e essencial para que as empresas tenham vantagens competitivas sobre suas concorrentes. Portanto para se ter um resultado satisfatório com o desempenho da gestão do estoque Oliveira (2016, p. 2) diz o seguinte “para sobreviver no mercado cada vez mais competitivo, torna-se necessário gerenciar a organização da melhor maneira, e um dos principais focos é o estoque”.

De acordo com esse cenário, foi possível identificar alguns problemas: produtos com duplicidade no sistema, o setor de compras comprava o mesmo produto de vários fornecedores e o sistema não identificava o produto, e acabava gerando códigos internos diferentes. Ajustes de estoque diários, o setor de vendas não bipava o código e vendia um produto e entregava outro ao cliente. Por último a ruptura de estoque, gerando desconforto com o cliente e deixando de vender e gerar lucro para a empresa. Com base nas informações citadas acima, este trabalho tem o seguinte questionamento: **Quais técnicas de gestão de estoque são utilizadas na distribuidora de alimentos, situada em João Pessoa/PB?**

Diante do questionamento levantado, o presente artigo tem como objetivo geral, identificar como é feita a gestão de estoque na distribuidora de alimentos e como objetivos específicos: a) levantar através da literatura pertinente, os aspectos

relacionados a gestão de estoques; b) analisar através das informações coletadas se houve a diminuição de ruptura de estoque da empresa, aumento da produtividade e diminuição de erros; e c) avaliar como a tecnologia utilizada contribui para melhorar a gestão de estoques.

Com o custo na maioria das vezes bastante oneroso, alguns empresários não investem nesse mundo tecnológico, sendo que um sistema integrado de gestão, uma de suas funções é ajudar o gestor a fazer planejamento do seu negócio, alertando-o, caso os resultados não tenham sido alcançados conforme foi planejado anteriormente, possibilitando menor risco de erros, através das possíveis falhas humana. Sendo assim, a discussão acerca desse tema serve para incentivar as empresas a implantarem sistemas de qualidade, visando melhorias, na automatização dos processos, na economia de tempo, e o mais importante, na satisfação dos clientes.

A respeito da metodologia utilizada neste trabalho, consiste em uma pesquisa exploratória qualitativa, da qual será voltada para um estudo de caso. No qual será realizado em uma distribuidora de alimentos, situada na cidade de João Pessoa/PB e que por motivos éticos será utilizado o pseudônimo de “ALIMENTOS LTDA”.

Este trabalho abordará além dessa introdução, a fundamentação teórica, a metodologia o estudo de caso com as análises dos resultados e as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 GESTÃO DE ESTOQUE**

O estoque ele está presente em todos os processos produtivos de uma empresa, seja ela do segmento varejo, distribuidor ou indústria, iniciando através da compra da matéria prima, até o ciclo final que é através da venda para o consumidor final.

De acordo com o dicionário Aurélio, o significado de gestão é o ato de gerir, de administrar, o mesmo autor diz que o significado de estoque é um conjunto de mercadorias sendo elas, produtos acabados ou não acabados, que estão mantidas em um depósito. (FERREIRA, 2010). O Comitê de pronunciamentos Contábeis CPC 16 (R1) define estoque como:

Estoques são ativos:

- (a) mantidos para venda no curso normal dos negócios;
- (b) em processo de produção para venda; ou
- (c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços. (CPC 16 (R1), 2013, p.2).

Slack et al, (2009), definem estoque como: produtos, recursos e ou materiais armazenados em um sistema, ou também pode ser usado para descrever qualquer recurso armazenado. “Em uma empresa os estoques podem representar uma grande parcela nos ativos, com isso observamos que os estoques devem ser vistos como um grande fator na geração da receita dessas empresas” (MEDEIROS, 2013, p. 22).

Para Viana (2000, p. 144), entretanto:

[...] os estoques são recursos ociosos que possuem valor econômico, os quais representam um investimento destinado a incrementar as atividades de produção e servir aos clientes. Entretanto, a formação dos estoques consome capital de giro, o que pode não estar tendo nenhum retorno do investimento efetuado e, por outro lado, pode ser necessitado com urgência em outro segmento da empresa, motivo pelo qual o gerenciamento deve projetar níveis adequados, objetivando manter o equilíbrio entre estoque e consumo.

Dito isto fica notório que os estoques possuem uma relevância significativa dentro da organização, compondo elementos básicos para o funcionamento da empresa. Portanto possuem valor econômico, e por isso necessitam de um bom gerenciamento, pois usufruem parte do capital de giro, fazendo assim que matérias primas ou produtos sejam adquiridos nas quantidades adequadas, para não reterem investimentos em demasia, e para que não haja ruptura de produtos no estoque.

Marion (2009, p. 317) salienta que:

[...] os estoques assumem diferentes significados conforme o tipo de empresa onde sejam considerados, mas sempre trazem a conotação de algo à disposição, seja de vendas (como as mercadorias nas empresas comerciais ou os produtos acabados nas empresas industriais), seja de transformação (como as matérias-primas ou as matérias em processo), seja de consumo (o estoque de material de consumo pode acontecer tanto em empresa comercial, industrial, como na de serviço).

Para Ballou (2001, p. 254) “O gerenciamento de estoques envolve equilibrar a disponibilidade do produto, ou do serviço ao cliente, por um lado, com os custos do fornecimento em um dado nível de disponibilidade do produto, ou outro”.

Uma gestão eficiente de estoques auxilia no controle de custos e também que a reposição dos itens em falta ocorra da maneira mais célere possível, com a finalidade de evitar que venha a faltar os materiais em seu estoque, o que pode culminar em perda de ganhos ou clientes, assim o gestor deve aumentar a rotatividade do estoque, liberando capital para o ativo e economizando capital com a manutenção do mesmo podendo aplicar o capital em outros investimentos da empresa (MEDEIROS, 2013, p. 23).

Já para Gonçalves (2020), para se criar vantagens competitivas por meio da redução de custos é necessário ter uma gestão de estoque muito bem estruturada, permitindo assim maiores investimentos em compras e aumentando a sua barganha com os seus fornecedores. Sendo assim a empresa poderá levar a melhor experiência e satisfação aos seus consumidores.

Em uma empresa o estoque deve estar sempre disponível, mas não em grande número, para que com isso não se tenha o risco de faltar produtos no estoque e também não se tenha mais produtos que o necessário para a organização, pois isso irá acarretar em custos para a empresa, como manutenção, estocagem, danos, dentre outros (MEDEIROS, 2013, p. 22).

De acordo com Ballou (2006), a escassez ou mesmo a falta de estoque para comercialização pode ter um impacto considerável no desempenho econômico da empresa. No entanto, a partir do ponto de vista econômico, é prudente administrar os níveis de estoque com prudência, porque o custo de manutenção desses estoques pode ser de 20% a 40% do seu valor anual.

Os princípios que regem a organização para uma gestão de estoque eficiente são baseados em fatores financeiros, custos de aquisição e manutenção, custos de oportunidade e custos com o estoque de segurança, uma vez que ela tende a otimizar todos os seus processos visando minimizar os seus custos e maximizar seus lucros.

De acordo com Martins e Alt, (2002, p. 155), “a gestão de estoques constitui uma série de ações que permitem ao administrador verificar se os estoques estão sendo bem utilizados, bem localizados em relação aos setores que deles se utilizam, bem manuseados e bem controlados”.

Para Martins (2009), os estoques são ativos bastante valiosos para a entidade, pois representam parte do ativo circulante da empresa, recebendo atenção

rigorosa da parte contábil. Desta forma são separados em cinco categorias, que são:

TIPOS	DESCRIÇÃO
ESTOQUES DE MATERIAIS	São todos os materiais que a empresa adquire para utilizar no processo produtivo
ESTOQUES DE PRODUTOS EM PROCESSO	Refere-se a todos os itens que não chegaram a finalização do processo
ESTOQUES DE PRODUTOS ACABADOS	Correspondem a itens que estão prontos para venda e consumo
ESTOQUES EM TRÂNSITO	São os itens que já seguiram de uma organização para outra
ESTOQUES EM CONSIGNAÇÃO	Materiais que pertencem aos fornecedores até serem vendidos, caso contrário, são devolvidos sem causar prejuízo.

Quadro 01 – Tipos de Estoque  
Fonte: Martins (2009)

Conforme o quadro acima, é possível identificar os tipos de estoque e como se classificam de acordo com o autor, cada um tem o seu tempo de processo. Por isso a relevância em se manter a gestão de estoque bem consolidada, pois se for identificado alguma divergência entre os estoques em processo ou acabados por exemplo, isso levará custo para identificar o problema, então é primordial que o estoque seja bem controlado e tenha uma gestão eficiente.

## 2.2 CONTROLE DE ESTOQUE

O controle é a atividade que fiscaliza a entrada e saída de mercadorias do estoque de uma indústria ou comércio, sejam eles produtos acabados ou não, e matérias-primas acabadas ou inacabadas (VIANA, 2000).

De acordo com Dias (2009) controlar o estoque é otimizar o investimento, aumentando a eficiência do capital, minimizando ao máximo a necessidade de investir mais sobre o estoque.

Paoleschi (2014) ele enfatiza dizendo que o objetivo do controle de estoque é manter suprimentos de estoque disponíveis para requisição, e na movimentação e transporte chegue ao seu destino com segurança.

Ching (2010) destaca que existem características básicas que são comuns a todos os problemas de estoques, e que é necessário ter compreensão e entendimento sobre essas características para poder ser mais eficiente no controle

dos estoques. São elas: custos associados a estoques, objetivos dos estoques e previsão de incertezas.

Assim, podemos dizer que o principal objetivo do controle de estoques também é financeiro, pois manter um bom estoque incorre em custos e às vezes é oneroso, e a gestão adequada irá minimizar o investimento de capital, reduzindo também os prejuízos relacionados a um controle ineficiente. O controle ainda traz a possibilidade de um gestor prever sua demanda, isso evita a falta de mercadoria disponível para a venda, bem como um excedente de produto com baixo giro de estoque.

Através dos critérios utilizados para controlar as mercadorias, obtemos os custos das mercadorias ou produtos vendidos, cujo resultado naturalmente modifica o lucro do exercício, impactando diretamente nas demonstrações financeiras, no entanto, este processo é puramente convencional, pois dentre inúmeras alternativas, pode-se reconhecer uma, no caso da gestão de estoques, isso não se aplica porque a gestão é mais complexa, refere-se muito mais do que apenas controlar. Portanto, como empresas que desejam ganhar maior dinamismo em seus negócios, terão que contar com profissionais altamente qualificados e com excelente visão financeira (SUZUKI, 1991).

Magalhães (2020) afirma que ruptura é a falta ou a indisponibilidade de produtos ou itens perecíveis ou não, no momento em que há busca pelo cliente. Causando na hora da venda uma insatisfação no consumidor, tornando assim a sua experiência negativa. A ruptura ocorre quando algum processo não foi executado de forma correta, surgindo problemas e trazendo consequências prejudiciais a organização.

A gestão de estoques desempenha um papel essencial no processo de produção e na gestão da empresa, incluindo esforço e trabalho administrativo, métodos de planejamento, organização e controle de estoque da empresa eficiente, pois a falha em determinar o tamanho do estoque pode resultar em custos elevados por excesso ou perdas graves por faltas, que danificam o nível de satisfação do cliente, representando falha no controle da atividade lateral dentro das organizações (ELIAS, 2013).

### **2.2.1 Métodos de contabilização de estoques**

Para fazer a escolha de um método de custeio dos estoques uma empresa precisa levar em conta alguns fatores que irão influenciar na escolha do método mais adequado, dentre esses fatores são exemplos: o lucro esperado; legalidade do método perante os órgãos oficiais; a parte de execução do método, etc (RODRIGUES; SOUZA; DALFIOR, 2015).

Assim método de custeio adotado pela empresa deve seguir as diretrizes legais considerando, dentro da legislação, o que mais satisfazer as estratégias e operações da entidade.

O método utilizado pode alterar a tomada de decisão, sendo uma informação útil e relevante. Existem diferentes tipos de métodos de contabilização dos estoques, dentre esses métodos temos como os mais conhecidos PEPS, UEPS e o preço médio (RODRIGUES; SOUZA; DALFIOR, 2015).

De acordo com Pozo (2007), o método PEPS, primeiro que entra é o primeiro que sai consiste em um método onde o controle é realizado por cronologia, ou seja, existindo a venda da mercadoria, produto ou serviço, o custo será auferido respeitando a ordem de entrada: das primeiras até as últimas compras realizadas.

O método UEPS, último que entra é o primeiro que sai, segue a ordem inversa do PEPS, pois mesmo fazendo o controle de forma cronológica, neste caso o custo será apurado considerando os preços de custo as últimas para as primeiras compras (Basso 2011).

O método do preço médio tem como escopo realizar a média aritmética dos preços das compras realizadas, ponderando-as pelas quantidades compradas, as quantidades nesse caso representam os pesos (RODRIGUES; SOUZA; DALFIOR, 2015).

Dessa forma, a gestão contábil da empresa pode fazer uso desses métodos para fins gerenciais, observando a legislação brasileira no que se refere aos métodos que podem ser utilizados para a tributação.

### **2.2.2 Custos de estoque**

Todas as decisões relacionadas ao gerenciamento de estoque da empresa,



está associado a um serviço e um custo. Operar a baixo custo permite que as empresas tenham retorno superiores à média do mercado, oferecendo maiores retornos com base aos aumentos dos custos de matéria prima (FREITAS, 2008).

Uma estratégia baseada em custos permite que as organizações operem em escala ideal e obtenham economia de custos por meio de experiência, pesquisa reduzida, suporte e despesas de vendas. Portanto, o objetivo é armazenar com eficiência, sempre identificar e indicar as razões para a necessidade de estoque, evitando o excesso.

De acordo com Wanke (2003, p. 11):

[...] o estoque aparece na cadeia de valor sob diversos formatos (matéria-prima, produtos em processamento e produtos acabados) que podem ser caracterizados por diferenças no peso, no volume, no coeficiente de variação das vendas, no giro, no custo adicionado e nas exigências com relação à disponibilidade e ao tempo de entrega. Cada um destes formatos exige procedimentos distintos de planejamento e controle, influenciando significativamente a gestão de estoque.

Para Ching (2010) além do custo de aquisição das mercadorias, os custos associados ao estoque podem ser divididos em três categorias: Custos de pedidos: Incluem custos indiretos fixos associados ao processo de obtenção da quantidade necessária para reabastecer o estoque. Custos de manutenção de estoques: referem-se a todos os custos necessários para manter uma certa quantidade de mercadorias por um determinado período de tempo; Custo total: É classificado como a soma dos custos de aquisição e detenção, o custo total é importante no modelo de lote econômico porque o objetivo do modelo é determinar o número de pedidos que os minimizam.

Tradicionalmente, três elementos gerais de custos indispensáveis têm determinado a política de estoques segundo Ballou (2006): Custos de aquisições, custos de manutenção de estoques e custos de faltas. Estes são custos que trabalham interagindo entre si, como mostra a figura a seguir.



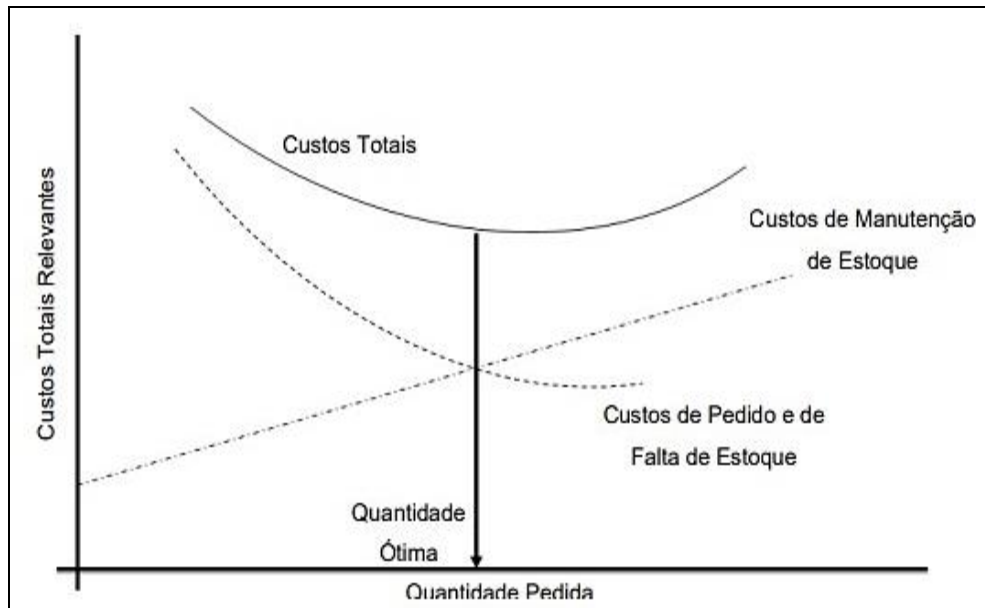


Figura 01 – Custos Totais Relevantes

Fonte: Ballou (2006, p. 279)

Para o presente objeto de estudo, gestão de estoque, esses três tipos de custos estão diretamente relacionados à política de gestão de estoques proposta.

### 2.2.3 Curva ABC

O método da curva ABC conforme Viana (2010), foi idealizado pelo economista, sociólogo e engenheiro italiano Vilfredo Pareto em 1897 e originou-se de pesquisas estatísticas sobre a renda de pessoas em diferentes países. Pareto observou que uma pequena fração da população desses países, cerca de 20%, concentrava a maior parte da riqueza, cerca de 80%, além disso, acredita-se que a regularidade da distribuição de renda nesses países não depende das características específicas dos mesmos, como o capitalismo ou as relações feudais vigentes (VIANA, 2010). Esse fato levou ao estabelecimento de um princípio segundo o qual a maior proporção da renda de um país (cerca de 80%) está concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população (cerca de 20%) (VIANA, 2010).

Usando essa teoria, a *General Eletric* aplicou o princípio de Pareto ao gerenciamento de materiais, conhecido como curva ABC. Isso representa uma ferramenta para identificar itens que requerem atenção e tratamento adequados em seu gerenciamento. Segundo Dias (2009, p. 77), "as curvas ABC têm sido utilizadas

para gestão de estoques, definição de políticas, priorização da programação da produção e uma série de outros problemas comuns nas empresas".

A análise ABC é uma das formas mais usuais de examinar estoques. Essa análise consiste na verificação, em certo espaço de tempo (normalmente 6 meses ou 1 ano), do consumo, em valor monetário ou quantidade, dos itens de estoque, para que eles possam ser classificados em ordem decrescente de importância. Aos itens mais importantes de todos, segundo a ótica do valor ou da quantidade, dá-se a denominação itens classe A, aos intermediários, itens classe B, e aos menos importantes, itens classe C (MARTINS; CAMPOS, 2009, p. 211).

Para Pinheiro (2005), por meio da classificação ABC, os gestores podem visualizar os itens que precisam ser tratados adequadamente, tanto em termos de quantidade quanto de representação financeira, otimizando assim a classificação dos itens que compõem o estoque. Os autores enfatizam a necessidade de investir em sistemas de informação e processamento de informações para identificar e diferenciar situações que exijam controles de estoque específicos sem aumentar os custos.

Controlar a movimentação de um grande número de produtos diferentes, tornou-se um desafio logístico para grandes organizações. Diante dessa dificuldade, foi identificado de que os produtos precisam ser classificados de acordo com sua importância relativa dentro do estoque (ELIAS, 2013).

Segundo Viana (2010), após determinar a importância relativa dos materiais, as categorias da curva ABC podem ser definidas como: (a) Categoria A - representa os 20% de itens que são os mais importantes e devem ser abordados. Atenção; (b) Categoria B - composta por 30% de itens de média importância; (c) Categoria C - composta pelos demais 50% de itens de menor importância.

A Figura 2 mostra a representatividade da classificação ABC quanto a quantidade de itens e valor agregado.

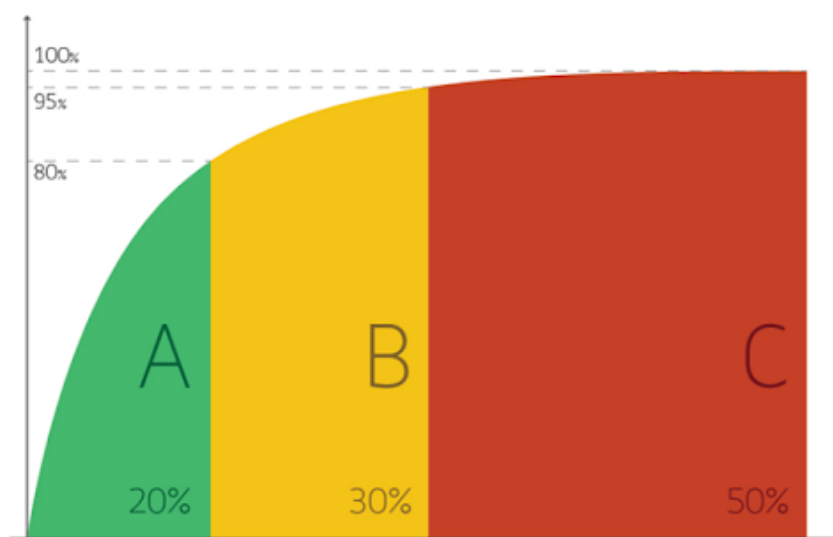


Figura 02 – Representação da Curva ABC.  
Fonte: Am3 Soluções (2022)

A classificação dos produtos mostrada nos itens nas categorias acima apresentado, deve ser baseada na finalidade do produto, seu próprio valor, além de outros critérios, como incerteza de fornecimento e obsolescência.

Os estoques como parte fundamental em uma empresa comercial são responsáveis por muitos indicadores que visam atender os usuários da informação contábil. A contabilidade fornece indicadores de liquidez e atividade que são diretamente influenciados pelos estoques, sendo necessária uma gestão eficiente de estoques para não haja alterações negativas nos indicadores.

Os indicadores de Liquidez Imediata e Liquidez Seca podem ser alterados dependendo diretamente dos estoques, uma vez que no primeiro o estoque compõe a base de cálculo enquanto o segundo exclui os estoques da base de cálculo (MARION, 2019).

No que se refere aos indicadores de atividade, além do custo dos produtos vendidos, principal indicador para a formação do preço de venda, considerando ainda a margem de contribuição desejada, outros indicadores utilizam os estoques como base: Prazo Médio de Renovação de Estoques; Posicionamento de Atividade; e Necessidade de Capital de Giro (MARION, 2019).

Dessa forma, existe uma influência direta entre a gestão de estoques e a informação contábil, que auxilia usuário internos e externos no processo de tomada de decisão dentro a atividade empresária.

### 3 METODOLOGIA

Richardson (1999) argumenta que o método científico é uma forma socialmente descoberta de legitimar o conhecimento adquirido empiricamente, ou seja, quando o conhecimento é adquirido através do método científico, qualquer pesquisador que repita a pesquisa, nas mesmas circunstâncias, pode obter resultados semelhantes.

No que se refere aos objetivos foi escolhido fazer uma pesquisa descritiva, que tem como propósito descrever o que está acontecendo com mais detalhes, coletando o máximo de informações possível, o principal uso desse tipo de pesquisa é definir melhor as opiniões, atitudes ou comportamentos de um grupo de pessoas sobre um determinado tópico (GIL, 2019).

Quanto à abordagem do problema foi utilizada uma pesquisa qualitativa, conforme Neves (1996), essa pesquisa envolve a obtenção de dados descritivos por meio de ligações diretas e interativas entre o pesquisador e a situação em estudo, muitas vezes os pesquisadores tentam compreender um fenômeno a partir da perspectiva dos participantes da situação em estudo, e após isso, interpretar o fenômeno em estudo.

Quanto ao procedimento técnico aplicado, vai ser realizado um estudo de caso, uma modalidade de pesquisa muito utilizada nas ciências sociais, que compreende “o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo detalhado conhecimento”, como diz Matias-Pereira (2019, p. 91).

Os dados obtidos para realização deste estudo foram de fontes primárias e fontes secundárias. Como fonte primária, foi empregado um procedimento de coleta de dados envolvendo duas pessoas, denominado entrevista. Foi optado por um formulário que aborda pontos relacionados aos objetivos que se pretende com este estudo (APÊNDICE A). A entrevista foi submetida à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP por meio do Processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo aprovada pelo parecer nº 5.409.462 na data 16/05/2022. A entrevista foi realizada, em um único encontro, no dia 23/05/2022, com a Assistente de Logística - *Controller*. Como fonte secundária, foi utilizada a literatura científica envolvendo a temática, como artigos, monografias e demais estudos relevantes.

O presente estudo foi realizado em uma distribuidora na cidade de João Pessoa/PB, que atua no segmento de alimentos. O questionário foi enviado para a entrevistada por meio eletrônico e a mesma reenviou respondido pela mesma plataforma. As respostas foram transcritas em documento do Microsoft Office Word e foram anexadas gravações de áudio de cada resposta para complementação. A entrevistada autorizou a utilização e divulgação das respostas previamente. As respostas foram agrupadas e confrontadas com as gravações de áudio de forma a filtrar as informações e apresentar, nesta pesquisa, as respostas com sentido completo, como será descrito a seguir.

## **4 ESTUDO DE CASO**

A ALIMENTOS LTDA iniciou suas atividades em junho de 2006, localizada em um pequeno galpão alugado. Hoje, a empresa faz o papel de distribuição de produtos, tendo como área abrangente de distribuição grande parte do estado da Paraíba e garante aos seus clientes produtos de excelente qualidade. Atualmente possui em sua equipe 249 funcionários, sua principal missão é atender os clientes e satisfazê-los através da distribuição de seus produtos, buscando através de seus valores a ética e transparência na condução de seu negócio, respeitando e valorizando fornecedores e clientes, e buscando melhoria contínua na sua gestão.

### **4.1 RESULTADOS**

#### **4.1.1 Gestão de estoques**

O questionário foi respondido pela Assistente de Logística – *Controller* da ALIMENTOS LTDA, à qual tem suas qualificações expressas no Quadro 2.

**Você poderia falar um pouco sobre sua formação acadêmica e sua experiência na área de gestão de estoque?**

*Pós-graduada em logística empresarial e gestão da produção (2022) a logística sempre esteve presente na minha vida após a primeira formação em logística em 2016 de forma indireta fazendo compras ou direta a partir de 2019 tomando conta também de uma distribuição. A experiência com controle de estoque já vem desde a época de compra pois deve haver uma consciência na área de compra na hora de efetuar o pedido para não provocar perdas ou deixar falta determinado produto. A partir de 2019 passei a trabalhar em uma distribuidora de alimentos onde cuidava da entrada e saída de produtos. Ter atenção de controlar a saída de datas internas durante a expedição, manter o controle de avarias interno e de distribuição durante a entrega também faz parte desta atividade diária.*

Quadro 2 – Questão “1” da entrevista  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

De acordo com o Quadro 2, a profissional que respondeu a entrevista possui pós-graduação na área específica que trabalha e acumula experiências anteriores em funções que demandavam conhecimento de logística.

O Quadro 3 evidencia a metodologia utilizada pela empresa para avaliação dos estoques.

**Poderia descrever qual a metodologia utilizada para avaliação dos estoques na empresa?**

*Para a avaliação dos produtos é utilizado a lógica FIFO (fris in frist out), ou seja o primeiro que entra e o primeiro que sai e FEFO (First Expired, First Out) que é o primero que vence ou expiera é o primeiro que sai. Ambas as lógicas tratam-se de prevalecer a saída do prouduto com a data de vencimento mais próxima desde que ela não prejudique a qualidade dos produtos e atendimentos ao cliente alem do uso de sistemas que ajudam a controlar o shelf life dos produtos, ou seja seu tempo de vida útil como o wms uma equipe bem treinada para identificar as anormalidades e essencial.*

Quadro 3 – Questão “2” da entrevista  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Aqui nota-se uma junção de dois métodos para que particularidades do estoque não gerem perdas. Ao adotar a lógica de dar vazão inicialmente aos produtos que entraram primeiro no estoque evitam-se modificações nos custos em decorrência da diferença de valor dos produtos adquiridos em datas diferentes e também que os produtos mais antigos venham a perder a validade gerando perdas.

Por outro lado, ao considerar a validade dos produtos, evita-se que um produto adquirido em data posterior, mas com validade menor, venha a perder o respectivo prazo de validade, o que também representa prejuízo. Assim, a combinação dos dois métodos mostra-se, para a empresa estudada, a forma mais eficiente.

**Poderia descrever se é realizado algum tipo de inventário de estoque? Com qual frequência?**

*Os inventários realizados são da modalidade rotativos, ou seja, escolhem-se alguns fornecedores, de preferência os que tem alto giro de produtos ou os que tem alto índice de vencimento para que sejam inventariados e ajustados, são mensais porém também há a modalidade de inventário geral que é realizado a cada dois anos para garantir a acuracidade dos produtos estocados principalmente os de longo prazo de validade.*

Quadro 4 – Questão “3” da entrevista  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A eficiência na gestão de estoques de uma empresa tem grande importância para um fluxo de produtos mais enxuto, onde garante o bom atendimento ao cliente final sem ocorrências de desperdícios e estoques excedentes ao longo da cadeia, por isso, o principal propósito de um sistema de informação de Inventário consiste em coletar e manter os dados dentro da empresa, auxiliando a tomada de decisões desde o nível operacional até o estratégico (OLIVEIRA; LOPI; BURI, 2011).

Assim, no Quadro 4, fica evidenciado que a empresa trabalha com duas modalidades de inventário, o primeiro denominado rotativo de ocorrência mensal sendo voltado aos fornecedores dos produtos de alta rotatividade ou alto índice de vencimento (vida útil curta), o segundo, denominado inventário geral, ocorre a cada biênio abrangendo a totalidade do estoque.

**Poderia dizer como os custos de estoque são determinados e conseqüentemente acompanhados na empresa?**

*Os custos da empresa são divididos em contas (compras e seus custos, armazenagem que envolve desde a equipe até a manutenção do galpão, lucro apurado de lucro das vendas e avarias que é tudo aquilo que se perder por danificação ou vencimento).*

Quadro 5 – Questão “4” da entrevista  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com a globalização do mercado, mudanças significativas têm ocorrido nas estratégias e nas práticas gerenciais das empresas refletindo estrategicamente na gestão de custos e, com isso, elas buscam aumentar a eficiência e eficácia das atividades de planejamento, execução e controle e principalmente a redução de custos de diversas formas (MARTINS & CAMPOS 2009 apud VERDUGO; MAIELLARO; VIEIRA, 2021).

De acordo com o Quadro 5, os custos estão segregados em contas: compras e custos; armazenagem; lucro; e avarias. Armazenagem está vinculado ao processo de manutenção do pessoal e galpão, as avarias estão vinculadas as perdas por

fatores diversos como vencimento, danos físicos etc.

Os métodos utilizados para a estocagem dos produtos são os instrumentos que corroboram para a melhor fluidez e eficiência das entradas e saídas dos mesmos, dessa forma a técnica de armazenagem sugere como a empresa procede e quais fatores são levados em consideração no processo de armazenamento. Essa questão está evidenciada no Quadro 6.

**Poderia apresentar quais são as técnicas de estocagem aplicadas no armazenamento dos produtos na empresa?**

*Os endereçamentos dos produtos são feitos por meio do sistema wms que determina quais os endereços devem ser utilizados para armazenar os produtos que são distribuídos em seus pulmões, ou seja, as datas de vencimento mais longas o shelf life ficam nos pulmões e as datas mais curtas são alojadas nos picks e primeiros andares.*

Quadro 6 – Questão “5” da entrevista  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Em síntese, um WMS (*Warehouse Management Systems*) trata-se de um sistema de gestão por software que visa a melhoria das operações de armazenamento por meio do eficiente gerenciamento de informações e conclusão das tarefas, com excelente nível de controle e acuracidade do inventário, dessa forma as informações gerenciadas derivam de transportadoras, fabricantes, sistema de informações de negócios, clientes e fornecedores utilizando estas informações para receber, inspecionar, estocar, separar, embalar e expedir mercadorias da forma mais rápida e eficiente (BANZATO, 2012).

A ALIMENTOS LTDA, conforme mostra o Quadro 6, organiza seu estoque utilizando a lógica de durabilidade dos produtos, considerando que os de menor durabilidade são alocados em locais de acesso imediato e os com maior durabilidade em locais mais internos ou de acesso menos imediato.

**A empresa adota alguma metodologia de segmentação e/ou agrupamento na gestão de estoques (por exemplo, curva ABC)? Poderia descrever como é utilizada nas rotinas da empresa?**

*A nossa curva abc está dividida de acordo com a vendabilidade dos produtos, aquelas que são carros chefes de venda são a maior presença em nossos estoques, seguidos pelos nossos produtos de curva b de venda moderada e a curva c nossos produtos de alto custo que atendem clientes exclusivos.*

Quadro 7 – Questão “8” da entrevista  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Curva ABC consiste na classificação estatística de materiais, considerando



a importância dos materiais, baseada nas quantidades utilizadas e no seu valor e a partir dessa classificação torna-se possível identificar os itens que precisam de atenção e tratamento personalizado, pois existem itens com grande quantidade física, mas com baixo retorno financeiro, por serem de pequeno valor no estoque, entretanto, outros itens possuem pequena quantidade física, porém com alto retorno financeiro, por serem de grande valor dentro do conjunto do estoque (PALOMINO et al. 2018).

Conforme mencionado no Quadro 7, a empresa aplica essa metodologia classificando seus produtos de maior quantidade como A, os produtos de venda moderada como B e os produtos de alto custo, que são itens que atendem clientes “exclusivos”, como C.

Dessa forma entende-se que a gestão dos estoques é um ponto estratégico para redução de custos e maximização da margem de contribuição, um estoque gerido de forma eficiente contribui diretamente para a saúde da entidade.

#### 4.1.2 Diminuição de ruptura de estoque e aumento de eficiência

A ruptura de estoque é o ato ou efeito de caracterizar-se uma ausência de determinado produto, ou seja, é a falta da mercadoria para a venda (SOARES et al., 2018). Neste sentido, é fundamental a implantação de métodos e procedimentos que sejam capazes de minimizar esse acontecimento que, de acordo com Soares et al. (2018), geralmente é causado por falhas operacionais. Aguiar e Sampaio (2014, p. 61) apontam que “as causas das rupturas são decorrentes de práticas ineficientes nas operações de loja, centro de distribuição do varejista, nas sedes do varejista ou fornecedor”.

**Poderia dizer se existe algum tipo de ruptura de estoque, e como a empresa realiza o controle?**

*O controle de ruptura se dá no controle do shelf life, ou seja, o controle da validade as medidas para evita-las são o uso do fifo e fefo, além de um rigoroso recebimento com data limite de 30 a 90 dias após a fabricação de cada produto para armazenagem. Nenhum produto que não atenda essas características entra no estoque.*

Quadro 8 – Questão “9” da entrevista  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A empresa apresentou, de acordo com o Quadro 8, que por meio de padrões de recebimento com datas predefinidas associadas ao *fifo* e *fefo* são as estratégias

que contribuem para que a taxa de ruptura seja mínima, mantendo o controle de fora contínua.

A diminuição da ruptura de estoque indica que os processos adotados para a impedir, estão sendo seguidos dentro dos protocolos e métodos determinados estão sendo seguidos com eficiência, os treinamentos estão sendo efetuados de acordo com cronograma.

#### 4.1.3 Tecnologia no auxílio à gestão de estoques

Administrar um estoque é uma tarefa que supera o fato de apenas armazenar mercadorias ou matérias-primas em um depósito, isso porque todos os materiais presentes na empresa fazem parte fundamental do estoque devendo ser gerenciados por meio de processos abrangentes e eficientes, para que assim, sejam evitadas perdas de capital com materiais inertes há muito tempo de forma desnecessária, causando prejuízos com vencimento de produtos (MOURA, 2004 apud SILVA et al., 2021).

Dessa forma, é imperioso que haja mecanismos, métodos e procedimentos que visem reduzir a uma margem aceitável, dentro do planejamento da empresa, quaisquer perdas no estoque. Para isso são implementadas formas eletrônicas associadas aos profissionais capacitados e periodicamente treinados para a rotina de controle permanente dos estoques. Neste sentido, o Quadro 9 evidencia são as ferramentas utilizadas pela ALIMENTOS LTDA no controle dos estoques.

<b>Poderia descrever quais são as ferramentas utilizadas pela empresa no controle dos estoques?</b>
---

<i>Sistema Winthor da tovtv e o sistema Wms harpia da R3.</i>
---

Quadro 9 – Questão “6” da entrevista  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Conforme mencionado pela colaboradora da empresa estudada, as principais ferramentas utilizadas são dois sistemas que se complementam de forma a gerar um índice eficiente de controle, minimizando quaisquer “perdas evitáveis”, que são perdas em decorrência de falha operacional. É interessante ressaltar que sistemas que se completam funcionam como um acréscimo de redundâncias para evitar

erros.

O Quadro 10 complementa a informação contida no Quadro 9, oferecendo um grau de detalhamento para o funcionamento dos sistemas mencionados.

**A empresa utiliza algum software de controle e gestão dos estoques? Poderia descrever seu funcionamento?**

*O sistema harpia é um wms para gestão de armazém onde nos permite ter o controle real de tudo que entra e sai no estoque, pois toda a mercadoria é bipada por meio de código de barras, por meio de lógica artificial e feito o endereçamento das novas entradas de produtos e a distribuição dos lotes para o abastecimentos dos pickings de produtos. Além de determinar quais estão com o prazo de validade expirando.*

Quadro 10 – Questão “7” da entrevista  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

É notório que a tecnologia veio para colocar-se na posição de diferencial competitivo no mercado e as empresas tendem a utilizar as mais variadas ferramentas para que a gestão dos seus estoques se torne uma vantagem em relação a concorrentes do mesmo segmento, o que implica dizer que empresários que rejeitam a utilização de tais recursos tecnológicos podem se tornar obsoletos e rapidamente fecharem as portas por conta de prejuízos causados por falta de processamento eficiente de dados (SILVA et al., 2021).

Assim, pode-se caracterizar o uso de tecnologias modernas como obrigatório para que a continuidade da empresa não seja comprometida. Além da sobrevivência propriamente dita, os diferenciais tecnológicos podem contribuir para redução de custos, ganho operacional e eficiência na gestão.

**Com a utilização das ferramentas de controle e gestão de estoques descritas, acredita que o objetivo da empresa está sendo alcançado? Poderia descrever de que forma?**

*Com a implantação do sistema wms e o cansativo treinamento de preparação da equipe e as normas de controle de entrada e saída de produtos, a empresa tem efetuado um alto controle de perdas por avarias internas reduzindo em ate 10% ao ano o valor de sua perda.*

Quadro 11 – Questão “10” da entrevista  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

De acordo com o Quadro 11, a empresa caracteriza como satisfatório o resultado obtido com os procedimentos e métodos adotados para gestão se seus estoques, enfatizando que são fatores determinantes o uso de tecnologias modernas e o respectivo treinamento e capacitação do pessoal para a utilização das mesmas. Em termos percentuais, a empresa afirma que sua forma de gestão de estoques

consegue reduzir em até 10% ao ano o total de perdas.

Assim pode-se observar que com uso inteligente das novas tecnologias o ganho em produtividade e lucratividade, assim como redução de perdas é muito significativo, além de aumentar a competitividade em relação ao mercado concorrente. Boas estratégias alinhadas com o uso eficiente das tecnologias são fundamentais para uma boa gestão empresarial.

Ao apresentar de que forma é feita a gestão de estoque da distribuidora de ALIMENTOS LTDA considera-se como alcançado o objetivo geral deste estudo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar como é feita a gestão de estoque em uma distribuidora de alimentos situada no município de João Pessoa/PB. Para alcançar este objetivo foram traçadas três etapas denominadas objetivos específicos.

A primeira etapa consistiu em reunir a literatura pertinente ao tema de forma a embasar todos os conceitos que seriam abordados nas etapas posteriores da pesquisa. Foram consultados Pronunciamentos Técnicos (CPC), artigos de periódicos, livros e demais produções científicas disponíveis em meios físicos e eletrônicos.

No que se refere à gestão de estoques, ficou evidenciado que a empresa estudada utiliza uma junção de dois métodos para que particularidades do estoque não gerem perdas, um que considera a vazão dos produtos mais antigos no estoque alinhada com o outro que leva em conta o vencimento o produto, independente da ordem de entrada, visando suprir o “ponto cego” de cada método.

A empresa utiliza dois tipos de inventários, um mensal com foco nos produtos de fornecedores com maior vazão e um bianual, com abrangência geral. A curva ABC da empresa classifica como A os produtos com maior saída, B os com saída moderada e C os produtos de alto custo para clientes específicos.

A etapa seguinte teve como finalidade analisar através das informações coletadas se houve a diminuição de ruptura de estoque da empresa, aumento da produtividade e diminuição de erros. Os resultados indicaram que, para a redução de ruptura, a empresa utiliza o FIFO e o FEFO, combinados com um padrão de

recebimento com datas predefinidas com os fornecedores.

Por fim, buscou-se avaliar como a tecnologia utilizada contribui para melhorar a gestão de estoques. Foi constatado que a utilização de tecnologias cada vez mais modernas tornaram-se um elemento obrigatório para a continuidade e competitividade da empresa, trazendo eficiência e lucratividade, fato evidenciado com os dados (citados pela entrevistada) que apontam uma redução em até 10% ao ano o total das perdas no estoque, que impacta positivamente o resultado.

Dessa forma, alcançados os objetivos específicos e, conseqüentemente, o objetivo geral deste estudo, ficou evidenciado de que forma é feita a gestão de estoque da distribuidora de alimentos, situada em João Pessoa/PB, respondendo assim o problema de pesquisa. Uma vez respondido o problema de pesquisa, considera-se concluída a presente pesquisa.

Para o enriquecimento da produção científica e maior contribuição para a classe acadêmica e profissional, fica a sugestão que sejam realizadas mais pesquisas sobre a temática de gestão de estoques, comparando as formas de como empresas do mesmo ramo de atuação gerenciam seus estoques, resultados obtidos, por exemplo.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. H. O.; SAMPAIO, M. Identificação dos fatores que afetam a ruptura de estoque utilizando análise de agrupamentos. **Production**, v. 24, n. 1, p. 57-70, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132013005000020>. Acesso em: 23 maio 2022.

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2009.

BANZATO, E. **Sistema de Controle e Gerenciamento de Armazéns (WMS)**. Disponível em: <https://www.guialog.com.br/ARTIGO261.htm>. Acesso em: 29 maio 2022.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**: Planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: Logística Empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade Geral Básica**. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2011.

CAMPOS, Alexandre. D. **Gestão de compras e negociação**: processos, uso da tecnologia da informação, licitações e aquisições no terceiro setor. 1. ed. São Paulo: Érica, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530987/> . Acesso em: 22 mar. 2022.

CARVALHO, Alexey; CEETEPS, Napoleão Verardi Galeale. Tecnologia da Informação no setor supermercadista: Um estudo exploratório no interior de São Paulo. *In*: SIMPEP, 13., Bauru. **Anais** [...]. Bauru: UNESP, 2006. Disponível em: [https://simpep.feb.unesp.br/anais/anais\\_13/artigos/52.pdf](https://simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/52.pdf) . Acesso em: 15 mar. 2022.

CHING, Hong Y. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada**: Supply chain , 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522481293/> . Acesso em: 6 abr. 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 16 (R1) - Estoques**, 2009. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/243\\_CPC\\_16\\_R1\\_rev%2013.pdf](http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/243_CPC_16_R1_rev%2013.pdf) . Acesso em: 1 abr. 2022.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ELIAS, P. D. **Peças de Reposição de Baixíssimo Giro**: formulação de uma política de estoques em contraposição às peças de consumo em massa. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREITAS, R. P. **Controle de Estoque de Peças de Reposição**: Revisão da Literatura e um Estudo de Caso. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Industrial, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=12396@1> . Acesso em: 7 abr. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Administração de materiais** . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MAGALHÃES, Maria Camila Lemos. **A importância do controle de estoque para microempresas voltadas ao comércio de varejo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em:

<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br//handle/riuea/3189>. Acesso em: 6 abr. 2022.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARTINS, P. G.; CAMPOS, P. R. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEDEIROS, Airton José de. **Critérios de avaliação de estoque**: um estudo de caso em uma empresa potiguar do ramo de materiais de construção. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2013. Disponível em: [https://www.uern.br/controladepaginas/2013/arquivos/5006airton\\_jose\\_de\\_medeiros\\_criterios\\_de\\_avaliacao\\_de\\_estoque\\_um\\_estudo\\_de\\_caso\\_em\\_uma\\_empresa\\_potiguar\\_do\\_ramo\\_de\\_materiais\\_de\\_construcao.pdf](https://www.uern.br/controladepaginas/2013/arquivos/5006airton_jose_de_medeiros_criterios_de_avaliacao_de_estoque_um_estudo_de_caso_em_uma_empresa_potiguar_do_ramo_de_materiais_de_construcao.pdf) . Acesso em: 30 abr. 2022.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: [https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa\\_Qualitativa.pdf](https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf). Acesso em: 4 maio 2022.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

OLIVEIRA, Priscila Magalhães et al. Os desafios para gestão de estoques em micro e pequenas empresas: um estudo de caso. *In*: CONGRESSO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 13., Resende. **Anais** [...]. Resende: ARDB, 2016. <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/2032419/97869752.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

OLIVEIRA, A. A.; LOPE, J. L.; BURI, M. R. Gestão de estoque: as dificuldades de inventário em uma empresa de logística localizada em barueri – SP. **Educação, Gestão e Sociedade, Jandira**, n. 4, 2011. Disponível em: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/uploads/20170427123206.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/uploads/20170427123206.pdf) . Acesso em: 13 maio 2022.

PALOMINO, Reynaldo. Aplicação da curva ABC na gestão de estoque de uma microempresa de Aracaju-SE. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 38., Maceió. **Anais** [...]. Maceió: ABPRO, 2018. Disponível em: [http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN\\_STP\\_258\\_480\\_35928.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_258_480_35928.pdf). Acesso em: 28 maio 2022.



PAOLESCI, B. **Cadeia de Suprimentos**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/activate/97885/J@3436513324>. Acesso em: 7 abr. 2022.

PINHEIRO, A. C. M. Gerenciamento de Estoque Farmacêutico. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, Santa Maria, v. 1, n. 3, mar./maio 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/80/395/876751>. Acesso em: 23 abr. 2022.

POZO, H. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: Uma Abordagem Logística**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SOARES, R. C. O. et al. Estudo sobre ruptura de estoque na indústria supermercadista. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, n. 129, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/estudo-sobre-ruptura-de-estoque-na-industria-supermercadista>. Acesso em: 22 maio 2022.

SLACK, N. et al. **Administração da Produção**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, I. L. et al. **Aplicação de Novas Tecnologias na Gestão de Estoques**. Revista Multidisciplinar de Psicologia, v. 15, n. 55, p. 312-326, maio, 2021. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/3150/4932/875955>. Acesso em: 30 maio 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, G. L.; SOUZA, C. A.; DALFIOR, V. A. O. Avaliação do método de mensuração dos estoques em uma empresa S.A. um estudo de caso. *In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA*, 12., Resende. **Anais [...]**. Resende: AEDB, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/512243.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

SUZUKI, Auro Kunio. Estoques: administração e controle. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 3, n. 1, p. 50-60, 1991. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/32/17>. Acesso em: 7 abr. 2022.

VERDUGO, A. C.; MAIELLARO, J. R.; VIEIRA, J. R. Gestão de estoques e custos no controle de embalagens: estudo de caso em uma indústria de fios e cabos elétricos. *In: FATCLOG*, 12., Mogi das Cruzes. **Anais [...]**. Mogi das Cruzes: FATEC, 2021. Disponível em: <https://fateclog.com.br/anais/2021/87947647/525-667-1-RV.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

VIANA, J. J. **Administração de materiais: um enfoque prático**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIANA, J. J. **Administração de materiais: um enfoque prático**. São Paulo: Atlas, 2010.



WANKE, Peter. **Gestão de Estoques na Cadeia de Suprimentos**. São Paulo: Atlas, 2003.

## OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE EM JOÃO PESSOA - PB DURANTE A PANDEMIA DO COVID- 19.

Izabelle Leilane dos Anjos Freire<sup>1</sup>  
Isabella Christina Dantas Valentim<sup>2</sup>

### RESUMO:

Em março de 2020 foi o início de uma grande mudança global trazendo impactos significativos para todas as classes e formas de viver em sociedade. Com a Pandemia do COVID-19, decisões foram tomadas para combater a infestação da doença, e resguardar a população dos sintomas já existentes do vírus. Diante disso, foi necessário adaptar todos para o novo cenário de vida e meio de trabalho, tendo o *Home office* como uma peça fundamental para os profissionais e suas áreas de atuação. O objetivo desse trabalho é analisar e identificar quais foram os desafios encontrados pelos profissionais de contabilidade na cidade de João Pessoa – PB durante a pandemia do COVID-19 e o ponto de vista desses profissionais diante do novo cenário de trabalho. A pesquisa foi realizada através de um questionário contendo 15 questões, quatro delas voltadas ao perfil pessoal de cada entrevistado e a parte restante sobre o período de pandemia, suas expectativas, experiências e desafios encontrados durante essa fase, ao todo, a pesquisa obteve 50 profissionais da área de contabilidade participantes, os dados foram analisados através da plataforma Excel. Por meio da pesquisa aplicada foi identificado que a maioria dos entrevistados já conheciam a modalidade *Home office*, porém nunca tinham utilizado desta ferramenta em sua rotina, sendo um de seus maiores desafios neste período. É possível observar também que, um dos maiores problemas enfrentados foi a falta de comunicação entre as equipes e empresas de contabilidade com seus clientes, gerando uma grande dificuldade na adaptação durante a pandemia.

**PALAVRAS-CHAVES:** Pandemia; *Home Office*; Profissionais de contabilidade.

### ABSTRACT:

March 2020 was the beginning of a major global change bringing significant impacts to all classes and ways of living in society. With the COVID-19 Pandemic, decisions were taken to combat the infestation of the disease and protect the population from the already existing symptoms of the virus. In view of this, it was necessary to adapt everyone to the new scenario of life and work environment, with the home office as a fundamental piece for professionals and their areas of activity. The objective of this work is to analyze and identify the challenges faced by accounting professionals in the city of João Pessoa - PB during the COVID-19 pandemic and the point of view of these professionals in the face of the new work scenario. The research was carried

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Ciências Contábeis no Uniesp – Centro Universitário. E-mail: Izabelle.anjos@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Orientadora, Doutoranda em Ciências Contábeis pela UFPB (PPGCC), Mestre em Ciências Contábeis pela UFPE e Bacharel em Ciências Contábeis pela UFRN. Contadora registrada pelo CRC/PB - T. Professora Assistente 01 do UNIESP - Centro Universitário. Atuação como professora nos cursos de Graduação e Pós-Graduação nas áreas de Administração, Gestão Financeira e Ciências Contábeis. E-mail: isabella.cdantas@iesp.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4556881237282757>

out through a questionnaire containing 15 questions, four of them aimed at the personal profile of each interviewee and the remaining part about the pandemic period, their expectations, experiences, and challenges encountered during this phase, in all, the research obtained 50 professionals from the accounting area participants, the data were analyzed using the Excel platform. Through the applied research it was identified that most of the interviewees already knew the home office modality, but had never used this tool in their routine, being one of their biggest challenges in this period. It is also possible to observe that one of the biggest problems faced was the lack of communication between accounting teams and companies with their clients, generating great difficulty in adapting during the pandemic.

**KEY WORDS:** Pandemic. Home Office. Accounting professional.

## 1 INTRODUÇÃO

É notório a evolução da sociedade ao longo dos anos. Entre rotinas, aprendizados e atualizações de atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho. Na maioria das vezes o profissional não está habilitado para algumas mudanças que ocorrem de forma inesperada, contudo é necessário buscar uma forma de se adaptar aos desafios que serão impostos e seguir desempenhando as atividades propostas em nossa área de profissão. O universo da contabilidade é uma prova existente disso. E tem como seu principal alvo fornecer informações úteis para as tomadas de decisões dentro e fora das empresas. E vem crescendo cada vez mais, se adequando ao mercado de trabalho e aos desafios propostos com as otimizações de processos para a evolução da área e dos profissionais que nela atuam.

Em março de 2020 foi o início de uma grande mudança que afetou diretamente a forma de viver e desenvolver o papel como profissional, a Organização Mundial da Saúde (OMS) comprovou que estamos encarando uma pandemia causada pela frenética disseminação do novo coronavírus (COVID-19), que teve ascendência na china no ano de 2019. Diante disso, foi necessário tomar medidas de precauções, como o uso de álcool em gel, máscaras, distanciamento social e a implementação de quarentenas, que consistem até hoje. Para ter um controle parcial da doença, houve a todo momento decretos federais, estaduais e municipais, que preservam alguns setores que efetuam as suas atividades de formas presenciais. Com isso a realização da modalidade de *home office*, também conhecido como teletrabalho, se fez presente para a continuidade das atividades das empresas em diversos ramos de desempenho (DRUMMOND,2020).

O *home office*, está presente em nossa rotina de trabalho desde o dia 15 de dezembro de 2011, onde foi alterado o artigo 6º da CLT, por meio desta Lei nº12.551, o qual nos informa que não existe distinção entre o serviço prestado em domicílio e o prestado na organização da empresa (BRASIL, 2011). Equiparando à vista disso, as atividades exercidas nas empresas na modalidade presencial com a domiciliar.

Segundo Alvarenga (2020) com esta nova modalidade, não só as empresas, mas também todos os profissionais que atuam na contabilidade, carecem de se adaptar a esta nova rotina de trabalho, tendo em vista as mudanças e o aumento das atividades neste período. O trabalho remoto, é uma ferramenta crucial para que o profissional contábil consiga manter suas diversas rotinas, dando todo o suporte necessário e orientações aos seus clientes diretos e indiretos, em meio à pandemia do coronavírus.

Alguns artigos científicos que já desenvolveram uma abordagem sobre esse mesmo aspecto como Dos Reis (2020), Alvarenga (2020), Drummond (2020), Alvez (2020), Santos (2021), Gründler (2021), Espíndola (2021) que não só descrevem sobre a pandemia do COVID-19 e seus impactos no ambiente contábil como a implementação acelerada do *home office* para as empresas e seus colaboradores, visando as mudanças das rotinas em um novo cenário de trabalho.

Com isso, sabendo desse novo modelo de realização das atividades no mercado de trabalho, que teve início em março 2020 e ainda consiste atualmente, surge o seguinte questionamento: **Quais foram os desafios encontrados pelos profissionais de contabilidade em João Pessoa - PB durante a pandemia do COVID- 19?**

Diante disso para responder ao questionamento apontado, o presente artigo tem como objetivo principal destacar e ressaltar quais foram os desafios encontrados pelos profissionais de contabilidade em João Pessoa - PB durante a pandemia do COVID- 19, e quais foram os impactos causados na atuação desses profissionais neste período de *home office*. Tendo como objetivos específicos: a) discorrer sobre a pandemia do coronavírus e seu impacto na sociedade; b) relatar sobre o que é o *home office*, e quais foram os principais efeitos que esta modalidade trouxe; c) Apresentar os profissionais de contabilidade, as mudanças que foram notadas nesse período e seu papel à frente deste novo cenário.

O presente artigo abrange a relevância do conhecimento acerca da nova modalidade do *home office* no mercado de trabalho. Por ser algo novo e iniciado com urgência devido a pandemia do COVID- 19, os profissionais tiveram que se adaptar de forma repentina, utilizando como ferramenta a tecnologia para continuar exercendo suas atividades e cumprindo o acordo que formalizou com seus clientes, além de preservar a segurança de sua saúde e de familiares neste período. A finalidade é apresentar as principais dificuldades dos contadores em relação a readequação do regime de trabalho presencial para o *home office*, e, assim contribuir com futuras mudanças que a tecnologia irá nos trazer com o seu avanço constante.

Este trabalho tem como metodologia aplicar um questionário, do qual se caracteriza como pesquisa descritiva e qualitativa, disponibilizado pelo *Google forms*, que será direcionado em particular para os profissionais de contabilidade que atuam em João Pessoa-PB. O fundamental ponto desta pesquisa é identificar como foi para estes profissionais lidar com as mudanças do *home office*.

A estrutura desse trabalho tem como início a introdução, a qual apresenta de forma resumida o tema do assunto que será abordado neste artigo. A segunda parte é composta pela fundamentação teórica. A terceira apresenta a metodologia de pesquisa aplicada, em seguida apresenta dos resultados da pesquisa aplicada, as considerações finais e as referências utilizadas para o desenvolvimento do artigo.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 A PANDEMIA E O NOVO CORONA VÍRUS**

A literatura trás o conhecimento de várias pandemias já existentes no mundo, que afetaram a humanidade ao longo dos anos, causando mortes e impactos consideráveis na sociedade, economia e desenvolvimento da população. De acordo com Machado (2021) a história é atravessada por várias pandemias. Uma vez que existe centros populacionais que compartilham do mesmo ambiente formando uma sociedade organizada, é mais fácil e rápido o contágio de doenças propagando o vírus nas regiões do planeta, assim originando as pandemias.

A partir da idade média já se evidenciava o surgimento de sintomas em comum após a transmissão de algumas doenças que devastavam a sociedade naquela época. Além disto, também se estudava sobre as pessoas que não apresentavam sintomas mesmo com esta contaminação, que são conhecidas atualmente como pessoas imunes ao vírus, o que diminuía a propagação da doença nas cidades. Foi assim, que no ano de 1347, durante a peste negra, em Veneza-Itália, o uso da quarentena foi de suma importância sendo uma medida preventiva para outras pandemia futura. Esta prevenção teve origem com as chegadas das embarcações de portos infectados, onde eram obrigados a passar 40 dias antes de desembarcar, esta prática ficou conhecida como quarentena – derivada de “*quarentino*”, palavra italiana que menciona um período de 40 dias (HUREMOVIC, 2019).

Segundo BRASIL, ministério da saúde (2020), corona vírus é uma família que causam inflamação respiratórias, os quais foram destacados pela primeira vez em 1937 e conhecidos de fato em 1965, em consequência da sua descrição na microscopia similar a uma coroa. As classes de coronavírus considerados até o momento são: beta coronavírus HCoV-OC43 e beta coronavírus HCoV-HKU1, SARS-CoV (gerador da síndrome respiratória aguda grave ou SARS), MERS-CoV (gerador da síndrome respiratória do Oriente Médio ou MERS) e SARS-CoV-2, alfa coronavírus HCoV-229E e alfa coronavírus HCoV-NL63, e um novo coronavírus conhecido no final de 2019 após casos evidenciados na China, que provoca a doença chamada COVID-19.

Desde a emergência, do novo corona vírus, em 2019, na China, o causador da pandemia, que a sociedade tem confrontado uma grave crise sanitária global. Muitos casos foram surgindo de forma rápida nos países asiáticos, seguindo para a Europa e outros continentes. Devido a propagação da doença, causando internações graves e mortes diariamente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, em 30 de janeiro de 2020. (DIRECTOR-GENERAL’S, W. H. O, 2020).

O primeiro caso que foi registrado no Brasil, teve conhecimento em 25 de fevereiro de 2020, mesmo que os casos da doença já fossem evidenciados e noticiados em outros países. Porém a doença ainda era considerada algo distante do Brasil, e muitas pessoas não acreditavam nesse novo vírus, independente de

toda repercussão sobre o contágio e a rapidez nos sintomas de infecções pulmonares respiratórias (Heymann DL,2020).

Conforme WERNECK (2020, p. 1)

A pandemia da COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) tem se apresentado como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século. Na metade do mês de abril, poucos meses depois do início da epidemia na China em fins de 2019, já haviam ocorrido mais de 2 milhões de casos e 120 mil mortes no mundo por COVID-19, e estão previstos ainda muitos casos e óbitos nos próximos meses. No Brasil, até então, tinham sido registrados cerca de 21 mil casos confirmados e 1.200 mortes pela COVID-19. O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. No Brasil, os desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração.

Com a evolução da doença e pessoas contaminadas, o período da quarentena se fez necessário em meio a população, tanto no Brasil, como no mundo. Os casos de COVID-19 se propagavam de forma rápida desde a data de confirmação, novos relatos da doença e sintomas diferentes foram sendo publicados diariamente.

A figura 1 abaixo demonstra o aumento relevante de casos dos períodos pela data de confirmação do vírus.

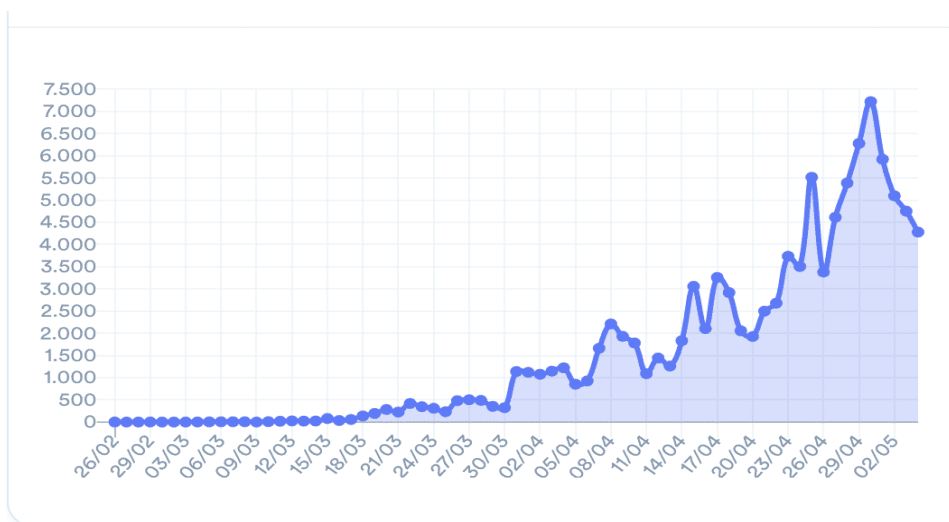


Figura 1- Casos novos de COVID-19 por data de confirmação, entre fevereiro à maio de 2020  
Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde, Brasil, 2020.



Visto isso, com o acréscimo do contágio do novo corona vírus, foi tomada medidas preventivas desde o mês de março. Além da quarentena, era necessário o uso de máscaras, para ir em qualquer lugar, como estabelecimentos, supermercados e farmácias, uso do álcool em gel, e reforço sobre o isolamento social. Sendo assim, as rotinas da sociedade foram adaptadas para o modelo remoto, tais como aulas, cultos, palestras, inserindo também a importância da modalidade *Home office*, para o contínuo das atividades no mercado de trabalho.

## 2.2 HOME OFFICE

Com o enorme crescimento e a circulação diante dos avanços das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a oportunidade de exercer suas atividades na área de trabalho se tornou uma realidade bastante acessível. Assim, a temática do teletrabalho (também conhecido como *Home office*, trabalho a distância, trabalho remoto e outros termos utilizados) revela-se bastante atual. A capacidade de trabalhar de casa tem interessado muitos trabalhadores e organizações. Nesses últimos anos, a quantidade de profissionais que adquirem esse método de trabalho para suas atividades laborais vem crescendo significativamente. (ROCHA, 2018)

Diante a disseminação do corona vírus resultando em uma pandemia emergencial, a função do *home office* se tornou uma das medidas mais importantes para seguir com o trabalho em meio ao isolamento social.

Segundo BRIDI (2020):

Se antes da crise da COVID-19 o trabalho remoto/*home-office* vinha despontando como uma tendência, agora, em 2020, com a recomendação do isolamento e distanciamento social, a modalidade ganhou um espaço ainda maior nos diversos segmentos e setores econômicos do país e do mundo. Muitos trabalhadores tiveram, dentro do trabalho que realizam, que se adequar a uma nova forma de executar suas atividades laborais.

Apesar dessa modalidade ter ganho um reconhecimento nas organizações e seus colaboradores devido a pandemia, o *home office* já estava presente na rotina de trabalho muito antes disso. E com seu surgimento foram levantados vários conceitos do que seria esse estilo de trabalho. Conforme Trope (1999), o Conceito



de *home office*, é destinar o trabalho até as pessoas, ao invés de as pessoas irem até seu posto de trabalho para exercer suas atividades.

Dessa forma, para o Autor, pode-se classificar o *home office*, conforme especifica a tabela 1.

<b>Tipos de Home Office</b>	<b>Descrição</b>
Funcionário em seu domicílio	Forma mais comum do <i>Home Office</i> .
Pendular	O colaborador trabalha na empresa e em casa.
Escritório vizinhança	Postos de trabalhos ofertados para vários colaboradores de várias empresas que moram próximos.
Trabalho nômade	Geralmente colaboradores do setor comercial, que não ficam apenas em um local.
Escritórios satélites	São escritórios da empresa, para tratar de negócios fora da Matriz central.

Tabela 1 - Organização virtual: Impactos do teletrabalho nas organizações.  
Fonte: Adaptado de Trope, A. (1999).

O *Home office* trouxe grande autonomia aos profissionais em suas destinadas áreas de trabalho, como uma forma inovadora de trabalho. Já para Froehlich e Taschetto (2019, p. 3) definem o conceito do home office da seguinte forma:

O home office caracteriza-se como uma forma de trabalho flexível, decorrente das evoluções tecnológicas que aconteceram ao longo dos anos. Estas evoluções, como o desenvolvimento e o uso frequente da Internet, proporcionaram uma nova forma de desenvolver o trabalho, tanto para as organizações, quanto para os trabalhadores.

Com isso, este modelo de trabalho se tornou uma ferramenta principal durante a pandemia para o seguimento das atividades laborais antes exercidas nas empresas de forma presencial. Além de conhecer os conceitos que essa modalidade trás, os colaboradores precisam se adaptar aos horários e rotinas estabelecidos para a execução da jornada de trabalho de forma eficaz. As pessoas que estão diante desse novo cenário de trabalho possuem também grande de distrações e interrupções causadas por familiares que também se encontram no mesmo ambiente devido à pandemia. (SPURK, & STRAUB, 2020).

Segundo Ferreira (2021) Essa solução inicialmente temporária para algumas empresas está se tornando em forma definitiva. Para isso, é necessário garantir que o mesmo trabalho realizado antes no formato presencial, cumpra todos os requisitos e qualidade sendo em forma remota. As empresas precisam fornecer as condições essenciais para que os colaboradores consigam exercer suas atividades, e estar

cientes dos desafios ao longo desse processo. Conforme a tabela 2, este meio de trabalho trouxe alguns desafios tanto para os empregados, quanto para os empregadores.

<b>Autores</b>	<b>Desafio para o empregado</b>
Brik, e Brik (2013)	Distrações e tentações; filhos, amigos, família e pets; isolamento; procrastinação e criação de vício em trabalho; falta de suporte técnico; organização; ruídos domésticos
Filardi e Castro (2017)	Inadaptação ao modelo; perda do vínculo com a organização; falta de comunicação imediata; problemas de infraestrutura tecnológica diferenças na relação trabalhador tradicional x home office e volta do funcionário ao trabalho tradicional.
Hau e Todescat (2018)	Visão preconceituosa; afastamento do campo profissional e menor oportunidade de carreira; maior volume de trabalho devido ao aumento de produtividade; isolamento social; falta de legislação específica; dificuldade de concentração; distração com o ambiente familiar; gerenciamento falho do tempo em virtude da desatenção e da desorganização de horários de trabalho.
<b>Autores</b>	<b>Desafio para o empregador</b>
Kugelmass (1999)	Resistência da administração; interrupções na supervisão; abuso por parte do empregado; coordenação e disponibilidade de trabalhadores; resistência do empregado; isolamento do funcionário; lealdade organizacional; vício em trabalhar; objeções do sindicato; barreiras à promoção; desigualdade.
Rabelo (2000)	Aumento dos custos de comunicação; possibilidade de isolamento social e profissional; impactos negativos no ambiente familiar se não houver disciplina no processo e condição adequada de trabalho; necessidade de distinção entre as atividades profissionais e as do lar; perda de sentimento de vínculo com o grupo profissional e com o empregador.
Brik e Brik (2013)	Medo gerencial; formas de processos de recrutamento e seleção; custo com a implementação; incompatibilidade tecnológica; dados sigilosos.
Hau e Todescat (2018)	Falta de legislação; vulnerabilidade de dados e recursos; diversidade de contratos de trabalho para administrar; objeções dos sindicatos; aumento de custos/investimentos a curto prazo.

Tabela 2 – Benefícios e desafios do *home office*  
Fonte: Adaptado de Haubrich, D. B., & Froehlich, C. (2020)

Na descrição da tabela é perceptível o cuidado em relação a disciplina de trabalho que esta modalidade exige. Os profissionais de contabilidade, como de outras áreas, tiveram que enfrentar esses desafios e atender todas suas demandas de trabalho de acordo com o isolamento social e sua perspectiva, tendo que se adequar a novas mudanças neste novo cenário.

### 2.3 PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE

A contabilidade é uma das ciências mais antiga já estudada no mundo. Desde os primórdios vem sendo um objeto de estudo para contabilização de patrimônio, bens e riquezas. Há centenas de anos a contabilidade vem sendo praticada entre a sociedade mesmo sem obter conhecimentos necessários para isso. Portanto, a

contabilidade foi evoluindo, apresentando normas até chegar à performance atual. Com isso, as concepções foram variando concedendo assim o desenvolvimento de outras modalidades existentes dentro da contabilidade (SILVA, 2011)

Segundo Carvalho (2018) A contabilidade se faz presente desde os tempos mais remotos e vem se ajustando a cada nova fase do desenvolvimento humano. A era digital significa um avanço importante de evolução para todas as áreas da atuação humana e entender o efeito dessa nova realidade na ciência contábil é um dos grandes desafios conhecidos dos profissionais que atuam na área de contábeis. Tendo em vista que a contabilidade já esteve refém durante muitos tempos a processos lentos e burocráticos, a era digital foi de suma importância para o avanço da contabilidade e suas respectivas áreas de atuação.

O cenário econômico atual tornou a contabilidade ainda mais importante e fez ganhar destaque por possuir um conjunto de informações cruciais para a tomada de decisões, apoiando as empresas a superarem os desafios de uma economia instável nesse momento de pandemia (Mendes, 2020).

Com isso, Bozinaro (2021 p. 11) destaca que:

A contabilidade teve consideráveis mudanças com este período de pandemia que ainda nos assombra, a principal e notável mudança foi na automação de muitas coisas, a sistematização da nova era virtual. Os processos contábeis ficaram muito mais simples e eficazes devido a necessidade de se adaptar com o momento atual, com a pandemia e home office foi necessário a criação de recursos para que os demonstrativos contábeis sejam entregues com confiabilidade e precisão aos superiores, além disso surgiram uma grande necessidade do aumento da proteção de dados dos clientes. Essa necessidade se deu devido ao grande fluxo de informações na rede e o risco de expor essas informações.

Com isso, a contabilidade e seus profissionais ganham destaque e enfrentam mais desafios em sua área de profissão durante a pandemia. Em março de 2020 quando foi anunciado a situação sobre o coronavírus e sua manifestação na sociedade, todos os profissionais estiveram em uma situação delicada em se adaptar ao *home office* e suas novas ferramentas de trabalho, tendo a tecnologia como um dos seus principais aliados nessa jornada.

O profissional da área contábil, de acordo com Breda (2020 p. 5) define que:

É essencial para a tomada de decisões das empresas em qualquer momento econômico do país. Neste período de crise, estamos

assessorando empresários nas decisões mais urgentes que precisam ser adotadas para manter a empresa em funcionamento, do ponto de vista econômico e financeiro.

A pandemia, ocasionou-se diversas mudanças na legislação e trabalho de forma remota, o que de certa forma, reforçou a contabilidade e seu papel, atribuindo novas oportunidades de demandas para os profissionais atuantes da classe. Neste período o perfil dos clientes também mudou. O contador deixou de simplesmente solucionar questões burocráticas, para ter mais agilidade, praticidade e presença gerencial em seus serviços. (REIS, 2020)

Além da necessidade de evoluir conforme as diversidades durante o período de pandemia, os profissionais de contabilidade, assim como todos os profissionais de outras áreas do mercado de trabalho, tiveram que se adaptar a uma nova forma de exercer suas funções, o *Home office*. Apesar desse meio já ser conhecido no mercado, somente durante a pandemia ganhou crescimento dentre as empresas instruindo seus funcionários a uma forma mais segura de trabalho. Devido ao estado apresentado de calamidade pública, o *home office*, antes conhecido como uma modalidade de regime de trabalho raro, se fez fundamental para dar continuidade aos vínculos empregatícios. (DRUMMOND, 2020).

Ainda segundo Drummond 2020, os profissionais que antes da pandemia estavam familiarizados a trabalharem e seguirem com suas funções apenas nos postos de trabalhos em determinadas empresas e escritórios de forma presencial, tiveram que se adequar a nova realidade de forma repentina. Por se tratar de uma modalidade nova e rara para muitos, existem dificuldades para sua implementação, como um ambiente adequado para prestar serviços e ter uma conciliação entre suas atividades e seu ambiente familiar, sendo um dos principais desafios mencionados pelos os profissionais.

### **3 METODOLOGIA**

Para responder o questionamento abordado no presente artigo, que discorre sobre quais foram os desafios enfrentados pelos profissionais de contabilidade de João Pessoa-PB durante a pandemia do COVID-19, será aplicada uma pesquisa que por sua vez irá auxiliar no conhecimento didático de como os profissionais de

contabilidade se adaptaram durante o novo cenário de pandemia para apresentar a todos suas percepções dos desafios descobertos neste período.

Segundo Vielle, Bianchi (2016) o profissional contábil necessita buscar se adaptar as oportunidades e atualizações de seus conhecimentos, seja devido as mudanças do mercado, seja devido as mudanças na sociedade. Com a pandemia, a importância de se adequar ao novo modelo de trabalho foi fundamental para o crescimento destes profissionais.

A notabilidade dessa pesquisa se dá ao fato de que os desafios que foram enfrentados durante a pandemia do COVID-19 é um assunto recente e ainda atual, tendo em vista que todos profissionais independente da sua área de atuação precisaram se aprofundar sobre as formas de trabalho durante a pandemia e as ferramentas utilizadas para continuidade de suas atividades elaborais, sendo assim, o presente estudo descritivo tem como objetivo alcançar todos profissionais de contabilidade de João pessoa- PB.

Podanov (2013) certifica que o método descritivo é aplicado com o uso de coleta de dados como questionário e entrevista. O método por sua vez registra, observa e analisa todos os dados adquiridos sem modificá-los, ou seja, sem nenhuma modificação por parte do pesquisador.

Com isso, vale destacar que a pesquisa é quantitativa, tendo em consideração que as informações coletadas foram definidas e catalogadas com o objetivo de avaliar cada interrogado individualmente, para analisar as mudanças para os profissionais de contabilidade em meio a pandemia.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o questionário foi enviado, por meio da plataforma Brsail, no dia 05 de maio de 2022, para apreciação do comitê de ética e pesquisa do UNIESP- centro Universitário. O referido comitê, por meio do parecer número 5.409.463 aprovou a pesquisa em 16 de maio de 2022.

O questionário executado (APÊNDICE A) é composto por 15 perguntas, sendo três delas pessoais (idade, gênero e nível de escolaridade), um referente a área de atuação, e as demais sobre o home office e os desafios encontrados nesse novo modelo de trabalho, compostas 8 questões objetivas e 3 questões subjetivas. O questionário foi elaborado pelo *google forms* e direcionado aos profissionais de contabilidade de João Pessoa-PB pela rede social WhatsApp. Além disso, os dados

coletados foram tabulados e analisados a partir da ferramenta disponível da *Microsoft Office Excel*.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 TERMO DE ACEITAÇÃO

O questionário foi aplicado e alcançado 50 respostas apropriadas para análise, onde a primeira questão se caracteriza do consentimento dos mesmos ao divulgar suas opiniões para o presente artigo, sendo assim, os 50 dos participantes, ou seja 100% confirmaram participar da pesquisa.

### 4.2 ANÁLISE DOS PERFIS ENTREVISTADOS

O questionário é composto por 15 perguntas, sendo questões de múltipla escolha e algumas abertas, como descrito na metodologia desta pesquisa. As quatro primeiras perguntas são direcionadas ao perfil dos entrevistados e os demais questionamentos tratavam sobre o período de pandemia, suas perspectivas e posicionamentos diante deste cenário.

A totalidade do público entrevistado foi de 50 pessoas, das quais 26 equivalem ao público feminino (52%), e 24 equivalem ao público masculino (48%).

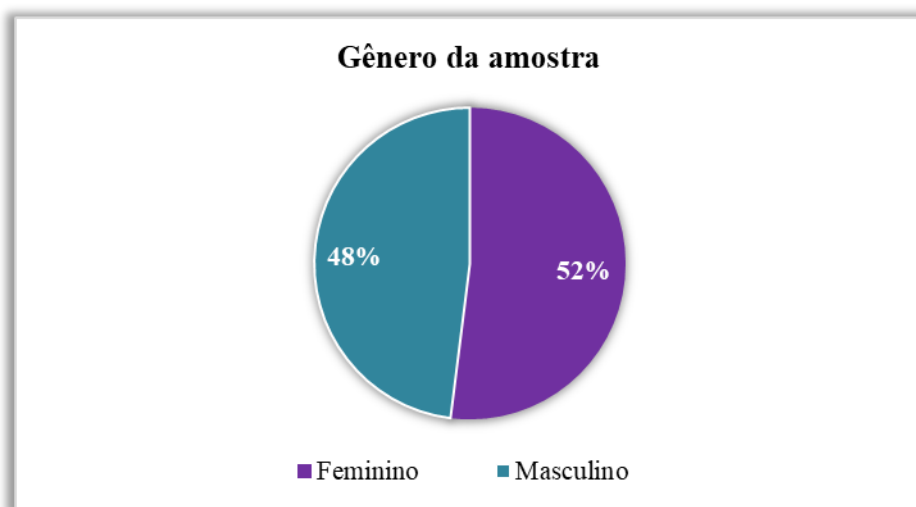


Gráfico 1 – Gênero dos entrevistados  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

No que diz respeito a idade dos entrevistados, o total quinze pessoas estão na faixa de 19 a 24 anos, quatorze de 25 a 30 anos, doze de 31 a 35 anos, sete de 36 a 40 anos, e por fim 2 estão acima de 40 anos.

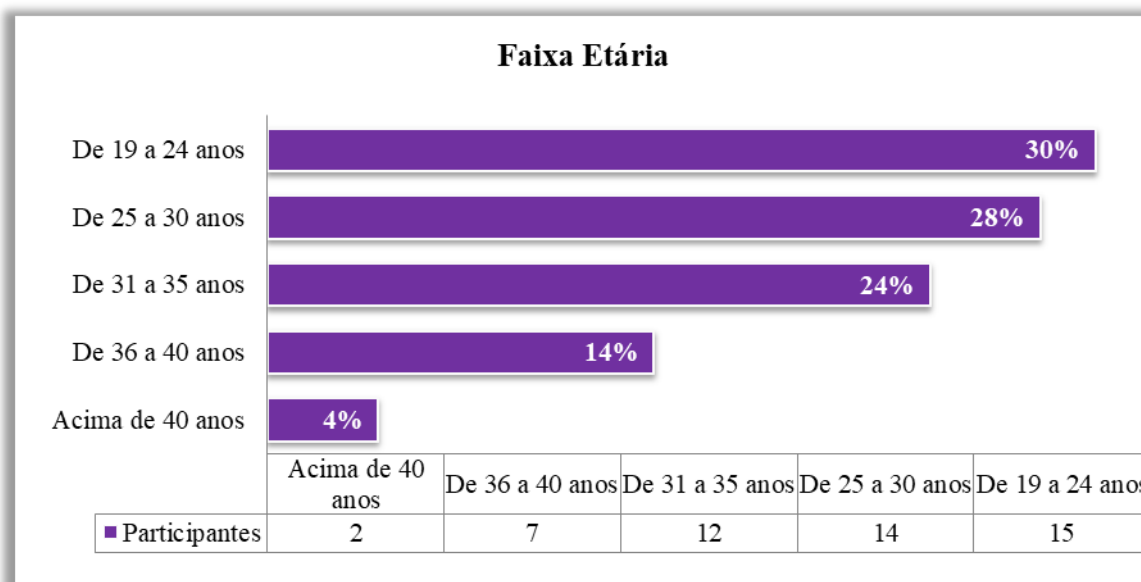


Gráfico 2 – Faixa etária  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com relação ao nível de escolaridade dos participantes entrevistados, das quais 12 pessoas são graduandos (24%), 20 pessoas são graduadas (40%), e por último 18 pessoas são pós-graduados (36%).

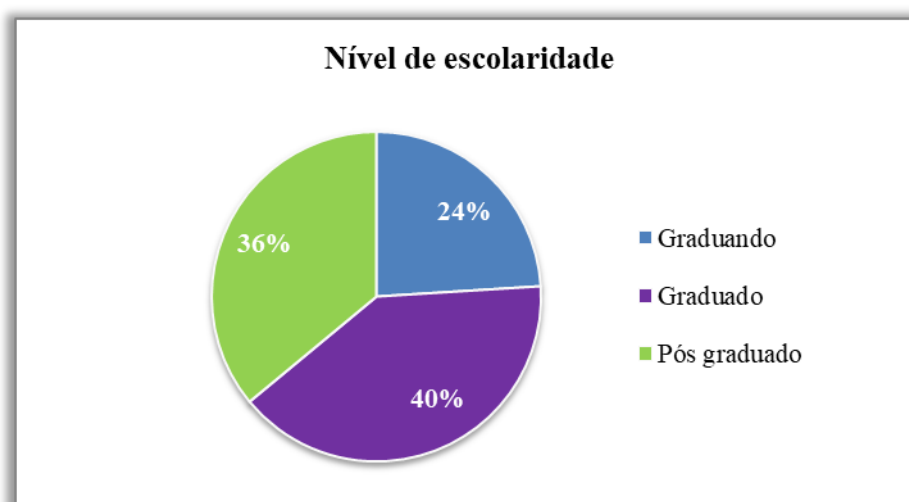


Gráfico 3 – Nível de escolaridade  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Referente ao setor de atuação, 23 pessoas afirmaram trabalhar no setor Fiscal (46%), 15 pessoas no contábil (30%), 7 pessoas no Pessoal (14%), 4 pessoas no Financeiro (8%), e 1 pessoa que trabalha em outro setor (2%).

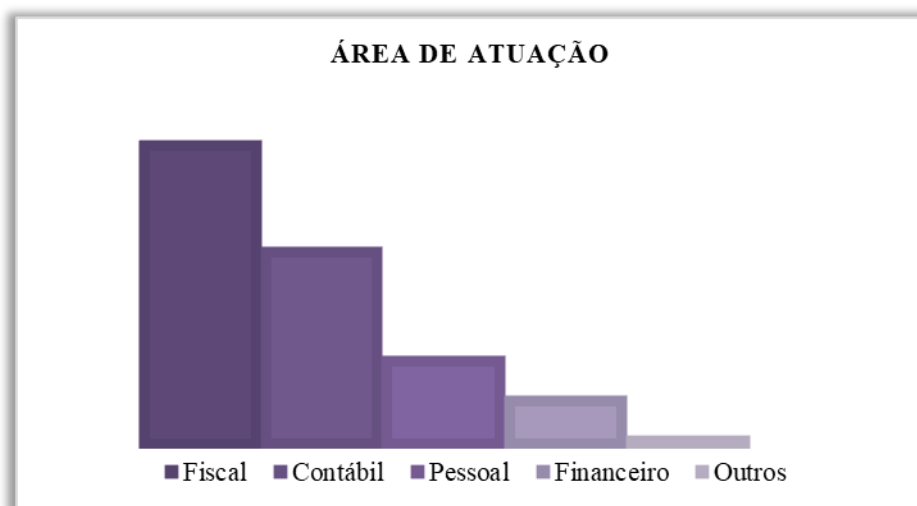


Gráfico 4 – Área de atuação  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Sendo assim, é possível analisar que o maior público desta pesquisa foi o feminino com 26 participantes (52%), tendo como a maior faixa etária a de 19 a 24 anos referente a quinze dos entrevistados (30%). Em relação ao nível de escolaridade o maior número dos participantes já obtém a graduação concluída (40%) e desses participantes 23 atuam na área fiscal (46%), sendo a grande maioria nesta pesquisa.

#### 4.3 DESAFIOS DURANTE O TRABALHO *HOME OFFICE*.

Com o surgimento da pandemia do vírus COVID-19, muitas empresas tiveram que adaptar sua forma de trabalho para seguir com as atividades propostas aos seus funcionários de forma segura diante da nova realidade. Sendo assim, o *Home Office* foi um dos principais meios de trabalho nesse período. O gráfico abaixo representa os dados de que 42 pessoas já conheciam esta modalidade (84%) e 8 pessoas não obtinham conhecimento sobre o *Home office* (16%).



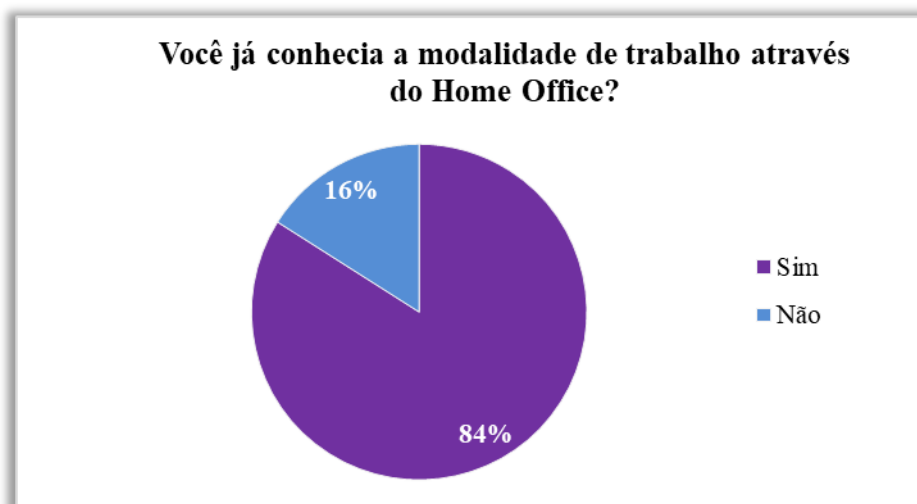


Gráfico 5 – Conhecimento da modalidade *Home Office*.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Durante a mudança repentina sobre a forma de trabalho em meio a pandemia, a sociedade teve que se adaptar de forma ágil para este novo cenário. Sendo assim, foi questionado se os entrevistados se sentiam preparados para esse novo desafio. 25 pessoas afirmaram que estavam preparados para o trabalho de forma remota (50%), e 25 pessoas que não estavam (50%).

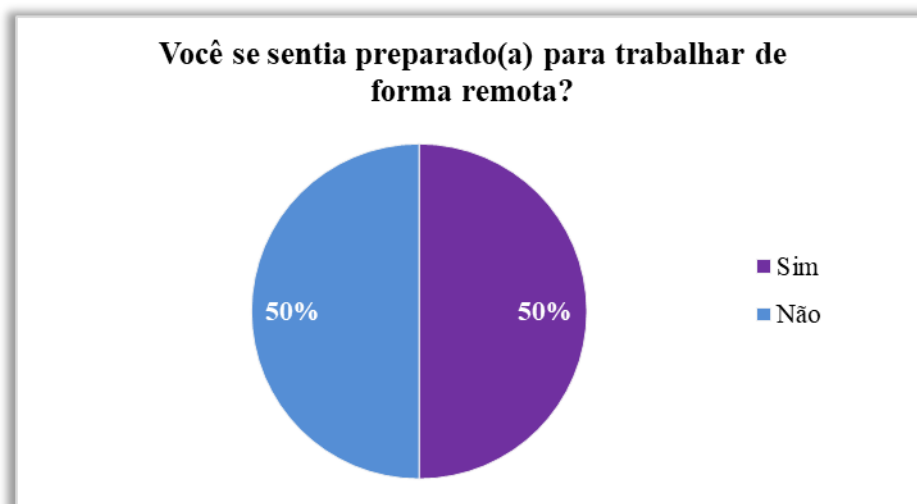


Gráfico 6 – Preparação para o trabalho de forma remota.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com o trabalho de forma remota, o trabalho em equipe se tornou mais difícil, sendo feito por ligações com cada funcionário em seu espaço de trabalho na sua residência. Diante disso, foi questionado sobre a comunicação entre a equipe para a execução de atividades durante o *home office*. No gráfico foi apresentado que 26

dos entrevistados perceberam uma dificuldade de comunicação com a equipe (52%), e que 24 não perceberam essa dificuldade (48%).

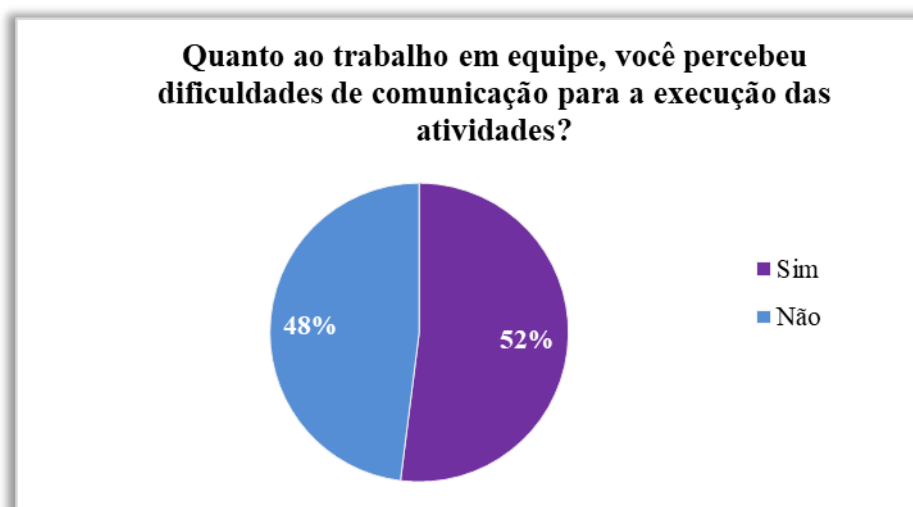


Gráfico 7 – Comunicação em equipe para a execução das atividades.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Para a execução do trabalho *home office* foi essencial as empresas fornecerem aos seus funcionários os equipamentos tecnológicos e preparação necessárias para o seguimento de suas atividades. Dos 50 entrevistados, 39 afirmaram que a empresa forneceu estes suportes (78%), e 11 afirmaram que a sua empresa de atuação não forneceu (22%).

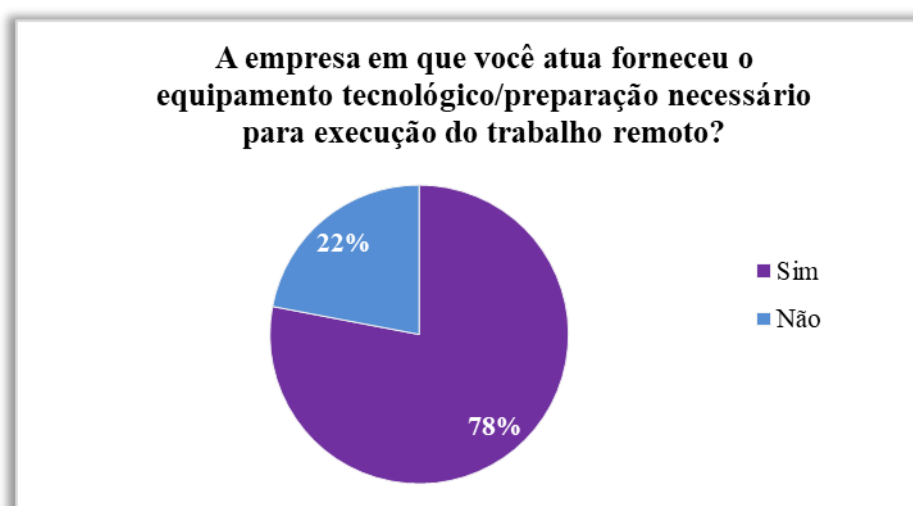


Gráfico 8 – Suportes necessários para execução do trabalho remoto.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com relação as atividades exercidas durante esse período, foi questionado se os entrevistados perceberam um aumento de demandas em sua área de atuação. O gráfico apresenta que 39 dos entrevistados afirmaram um aumento nas suas

atividades durante o trabalho de forma remota (78%), e 11 afirmaram que não perceberam (22%).

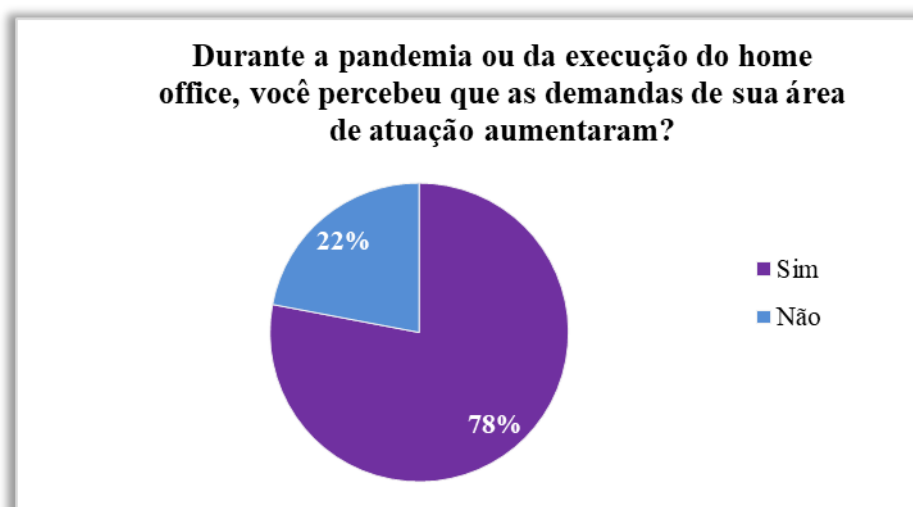


Gráfico 9 – Aumento de demandas em sua área de atuação.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O gráfico a seguir aborda a visão dos entrevistados em relação aos pontos positivos e negativos que o trabalho de forma remota na pandemia trouxe para sua área de atuação. Dos quais 43 pessoas confirmaram a existência de pontos positivos (86%), e 7 pessoas de pontos negativos (14%).

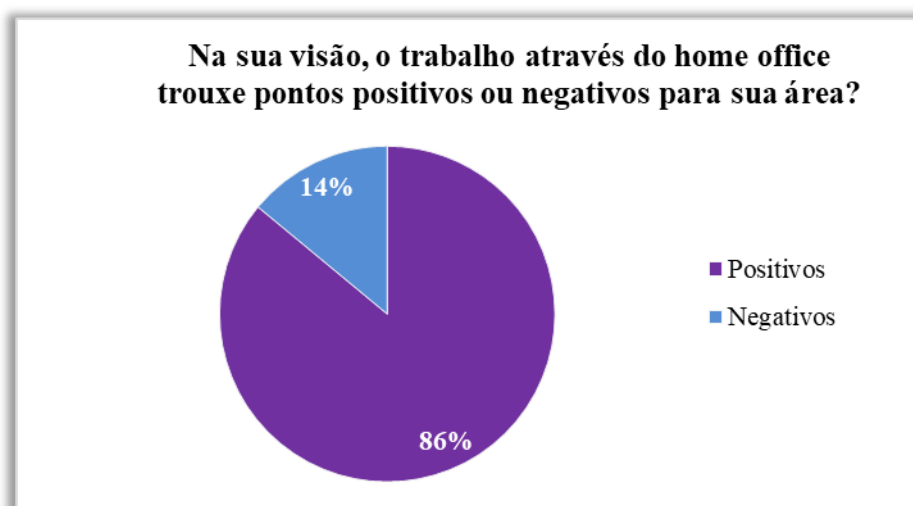


Gráfico 10 – Pontos positivos e negativos causados pelo Home Office.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com o trabalho de forma remota se tornando uma realidade no cotidiano da população, muitas pessoas se adaptaram e ainda atualmente seguem com essa modalidade de trabalho. O seguinte gráfico aborda o questionamento sobre a preferência da forma de trabalho atual para os entrevistados, 27 pessoas optaram

pela modalidade híbrida (54%), 12 pessoas pela modalidade presencial (24%), e por fim 11 pessoas preferem a modalidade *Home Office* para seguir com suas atividades (22%).

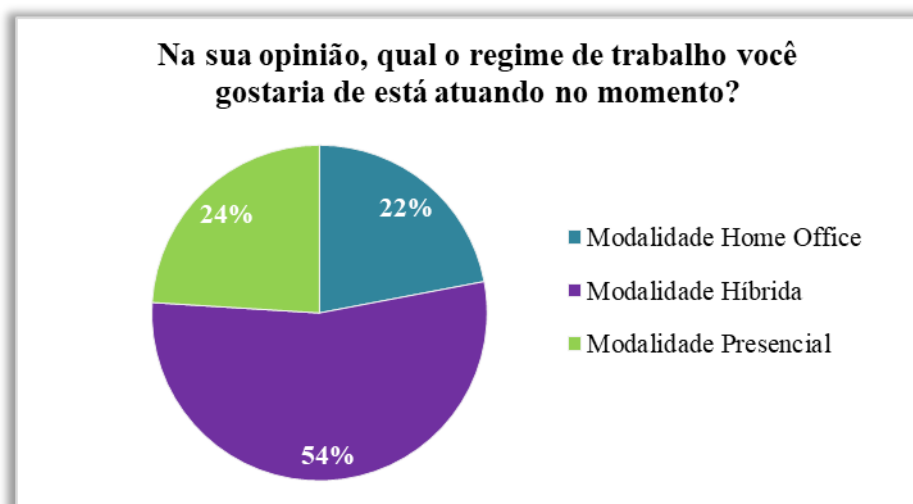


Gráfico 11 – Modalidades de trabalho.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Durante a pandemia foi perceptível o avanço e necessidade da tecnologia para o seguimento das atividades de trabalho, estudos, entre outras. No último gráfico a seguir, apresenta o questionamento para os entrevistados sobre a importância desse período para o avanço da tecnologia e conhecimento em sua área de atuação. Das quais 49 pessoas responderam que sim (98%), e 1 pessoa que não achou importante esse período para o avanço desses pontos citados (2%).

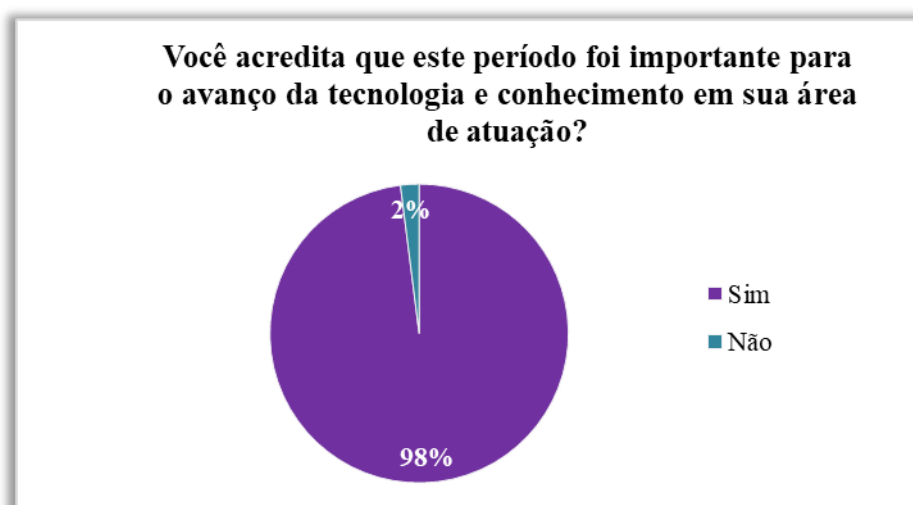


Gráfico 12 – Avanço da tecnologia e conhecimento na área de atuação.  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com estas análises é possível identificar que os entrevistados já conheciam a modalidade home office e muitos conseguiram se adaptar a esta modalidade, apesar de 54% preferirem a modalidade híbrida. Em comparação com o estudo correlato de Bridi et al. (2020), nota-se que alguns dos pontos negativos da pesquisa foram de encontro aos resultados obtidos, como falta de contato com os colegas de trabalho (60,55%), aumento de demandas (54,59%) e a falta de equipamento adequado e moderno (25,84%).

#### 4.4 PERCEPÇÃO DAS MUDANÇAS E DESAFIOS ENFRENTADOS NO TRABALHO *HOME OFFICE*

Com o propósito de entender e analisar o ponto de vista dos entrevistados em relação as suas percepções das mudanças e desafios que foram enfrentados durante o trabalho remoto na pandemia, foi aplicada três questões de forma aberta sobre tais conhecimentos. Os entrevistados tiveram que responder as questões de forma pessoal e objetiva sobre suas vivências e percepções acerca das mudanças desde novo cenário.

Sendo assim, foi necessário criar uma tabela para a demonstração dessas respostas, das 50 obtidas foram selecionadas 25 que correspondiam a opinião dos entrevistados de forma geral. A Primeira tabela demonstra as opiniões e visões dos entrevistados sobre os principais desafios percebidos nas áreas de atuação em relação ao trabalho *home office*.

<b>PRINCIPAIS DESAFIOS PERCEBIDOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO <i>HOME OFFICE</i></b>
A conversação com os demais setores.
A falta de atualização tecnológica de alguns locais de atendimentos que antes era presencial.
A principal dificuldade foi a segregação trabalho/vida pessoal.
Adaptação a novas tecnologias de comunicação
Apenas no início pois a empresa não dava suporte necessário em relação ao sistema, era de forma remota esse acesso
Atendimento com as secretarias de fazenda e procuradorias.
Aumento de trabalho e demanda.
Comunicação rápida, alta demanda.
Controle do horário de trabalho.
Demandas que só poderiam ser resolvidas no setor por conta do sistema interno.
Desafio foi apenas a adaptação no início, mas depois foi tranquilo, o home office é excelente, todos tende a ganhar com esse formato, mais tempo para viver ao lado da família, qualidade de vida melhor.
Escassez de comunicação com a equipe e com os clientes.
Falta de comunicação e comprometimento na resolução dos problemas.
Foco e atenção.
Inicialmente foi a questão da adaptação da rotina de estar em casa em trabalhando, mas com o

tempo fui me adaptando e no final das contas acabo trabalhando mais.
Manter o pensamento dos clientes no tocante ao não fechar seus negócios.
O maior desafio, foi obter respostas em tempo hábil dos fiscos: municipal/estadual e federal.
O medo que as empresas têm que os funcionários possam permanecer nessa modalidade pós pandemia.
O principal desafio foi adaptar meu quarto em um escritório e adaptar a rotina da minha casa pois isso atrapalhou demais.
O Relacionamento com as pessoas durante o home office, e saber lidar com a inovação constante.
Os principais desafios foi atender os clientes ao qual não tinham domínio da tecnologia e estava preso na forma "arcaica" do presencial.
Primeiramente na separação da rotina de casa com a de trabalho, e melhorou quando fiz um escritório dentro de casa, onde eu conseguia separar os horários de trabalho de descanso, pois estava misturado. Para as atividades, foi em encontrar a melhor forma de acompanhar a equipe e na comunicação.
Separar o profissional do pessoal.
Ter que aprender a não ser tão dependente do papel, pois em casa não havia impressora.
Urgência em algumas demandas que necessitavam recursos melhores dos que tinham em casa.

Tabela 1 – Desafios percebidos na área de atuação durante o *Home Office*.

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A segunda tabela demonstra os pontos de vista dos entrevistados sobre quais mudanças foram notadas como profissional de contabilidade durante o período de trabalho na forma remota. Tendo em vista que apesar da maioria dos entrevistados já terem o conhecimento sobre essa modalidade, muitos não tiveram a oportunidade de trabalhar na forma remota anteriormente.

<b>MUDANÇAS PERCEBIDAS COMO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE DURANTE O TRABALHO NO HOME OFFICE</b>
A capacidade de adaptação a novas tecnologias
Agilidade no envio das informações ao cliente e no recebimento também.
Avanço de tecnologia.
Confiança no meu trabalho.
Diversidade de local de trabalho.
Extensão de horário, aumento de demanda etc.
Mais conforto por trabalhar em casa e fazer os próprios horários, respeitando a hora de entrada e saída.
Mais tempo para resolver problemas que presencialmente seria mais rápido.
Mais interação com relação a tecnologia.
Mudanças no âmbito do escritório: digitalização dos processos do dia a dia.
Mudou a forma como pensamos em relação a tecnologia, no benefício que proporcionado em fazer cursos online.
Pensar fora da caixa, de forma ágil e inovadora.
Percebi mais produtividade nas minhas funções.
Percebi que tivemos que nos atualizar mais com a mudança.
Possibilidade de diversificar formas de atuação, nichos de mercado.
Que a modalidade home office foi algo que veio para ficar de vez, a qualidade de vida melhorou pra todos.
Que é uma tendência o trabalho ser realizado de forma remota e que a contabilidade necessita acompanhar.
Que mesmo a distância, conseguimos fazer um planejamento qualificado e usando metodologias como se estivesse presencial.

Que não devemos nos “acomodar” em um só ritmo de trabalho e podemos nos adaptar às mudanças
Que o espaço físico é desnecessário.
Que o profissional precisa estar adaptado as mudanças do cenário e que o método de trabalho no escritório cumprindo horário nem sempre é o mais eficaz em relação a produção (produtividade).
Que posso exercer meu trabalho com qualidade e excelência independentemente de estar ou não dentro da empresa.
Redução de custo no ambiente de trabalho; Reeducação com relação a utilização do tempo para executar as atividades.
Se manter sempre atualizado.
Uma das maiores mudanças foi a quebra do conceito que a contabilidade só pode ser feita da forma tradicional no escritório, abriu mais espaço para a contabilidade digital e otimizou alguns processos!

Tabela 2 – Mudanças percebidas como profissional de contabilidade durante o *Home Office*.

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Por fim, a terceira tabela nos apresenta as opiniões dos participantes sobre suas percepções do quais meios seriam necessários para uma execução de forma ideal de suas atividades exercidas no trabalho remoto.

<b>IDENTIFICAÇÃO DO NECESSÁRIO PARA EXECUÇÃO DE FORMA IDEAL NO TRABALHO HOME OFFICE</b>
A forma ideal nunca vai existir pois existe algumas variáveis que não podemos controlar quando se fala de home office
A forma ideal seria um ambiente ergonômico em minha casa e um acompanhamento do volume das demandas de forma a distribuir melhor sem sobrecarregar.
Acesso a internet e aos documentos de forma digital, local apropriado (sem ruídos) para não tirar a concentração no trabalho e sempre manter ativa as reuniões de planejamento estratégico e operacional.
Acredito que mais empresas poderiam adotar essa forma de trabalhar, onde foi demonstrado que é possível dar continuidade aos trabalhos de forma home office, a maior necessidade seria um desktop ou notebook, um sistema na nuvem e internet.
Algumas pessoas lidam facilmente com a flexibilidade de horário, porém, outras nem tanto. Assim, a melhor maneira para trabalhar melhor em home office é determinar uma jornada de trabalho e cumpri-la fielmente todos os dias.
Alinhar procedimentos e comprometimento de todo time
Atualização profissional, bom acesso à internet e equipamentos de qualidade para operar em casa
Comprometimento e responsabilidade
Comunicação ideal entre todos os envolvidos da empresa seria ideal
Comunicação mais eficaz.
Equipamentos com estrutura adequada e um bom preparo para equipe.
Equipamentos corretos é fácil acesso ao sistema
Estrutura por parte da empresa, cultura de inovação, além de comprometimento, tanto da equipe quanto da organização.
Focar 100% no trabalho quando estiver em casa
Internet de boa qualidade e equipamentos tecnológicos hábeis para o trabalho e equipe com boa comunicação e atenta.
maior flexibilidade e confiança
Melhor comunicação e alinhamento da equipe para atender a demanda do setor.
Melhorar a comunicação sobre alinhamento entre as equipes em relação as atividades desenvolvidas.
Organização de tempo.
Seria necessário recursos e treinamento na área de tecnologia da informação

Tecnologia é o primeiro investimento.
Temos equipamentos adequados para o trabalho, assim como, programas que possam ser usados a qualquer tempo e em qualquer lugar.
Ter um ambiente adequado e equipado com tudo que é necessário, para melhor execução dos trabalhos.
Trabalho híbrido, ambiente adequado para as atividades, comunicação efetiva, etc.
Um local confortável com a cadeira apropriada, a mesa apropriada e tudo que possa auxiliar para fazer que o trabalho seja executado da melhor forma possível

Tabela 3 – Execução de forma ideal no trabalho *Home Office*.

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Pode-se observar que a maioria dos participantes entrevistados, já tinham um conhecimento sobre a modalidade *Home office*, mesmo sendo uma forma de trabalho mais reconhecida devido a necessidade de permanecer isolados durante a pandemia do vírus COVID-19. Os entrevistados consideram o *Home office* um dos seus principais desafios neste período, porém também reconhecem a importância do avanço tecnológico e inovação na forma de executar as suas atividades diárias no modo remoto.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propunha analisar quais foram os desafios encontrados pelos profissionais de contabilidade de João Pessoa -PB durante a pandemia do COVID-19, através do questionário aplicado foi possível alcançar informações suficientes para respondê-la, em que as perguntas foram direcionadas as profissionais de contabilidades atuantes no setor fiscal, contábil, pessoal, financeiro, entre outros.

O objetivo dessa pesquisa foi analisar as mudanças causadas pela pandemia iniciada em março de 2020, e quais foram os principais desafios para os profissionais de contabilidade neste período de isolamento social, tendo o *home office* como sua principal ferramenta para continuidade de suas atividades neste novo cenário. Com o avanço do corona vírus foi necessário se adaptar de forma repentina a esta nova modalidade, além de conviver com um vírus novo e várias restrições de contato entre as pessoas.

Os dados analisados permitiram evidenciar que a parte majoritária dos entrevistados para esta pesquisa já tinha um conhecimento sobre a modalidade *home office* que foi necessária durante a pandemia e utilizada até hoje, enquanto a minoria não tinha conhecimento sobre ou apenas não tinham ouvido falar desta modalidade já existente no mercado de trabalho.



Em relação aos entrevistados se sentirem preparados para esse novo desafio e essa fase de isolamento social, 50% dos participantes afirmaram estar preparados, e 50% afirmaram não estar preparados para a nova ferramenta de trabalho na forma remota em suas respectivas casas, se tornando o seu novo ambiente na execução das suas atividades laborais.

Sabendo que com o novo meio de trabalho todos os participantes durante a pandemia necessitaram trabalhar longe de suas equipes e colegas de trabalho, utilizando a tecnologia e suas ferramentas como meios de comunicação. Dos entrevistados 52% perceberam uma dificuldade na comunicação entre suas respectivas equipes, e 48% não perceberam esta diferença conseguindo realizar suas atividades e se comunicar de forma normal entre seus companheiros de trabalho.

Com relação a forma repentina da adaptação das empresas para o novo modo de seguir suas atividades em *Home office*, foi de suma importância fornecer equipamentos tecnológicos e preparação para seus funcionários. Na pesquisa, 78% dos entrevistados responderam que suas respectivas empresas forneceram, e 22% responderam que não houve o fornecimento de equipamentos e preparação necessária para a execução de suas atividades, dificultando este período de adaptação para eles.

O período de pandemia foi algo novo e difícil para toda população. Se adaptar aos novos meios de viver na sociedade em isolamento necessitou organização para conseguir lidar com as demandas profissionais e pessoais. Com esta nova modalidade, muitas empresas atrasaram as organizações em relação a jornada de trabalho de seus funcionários, sendo assim, 78% dos participantes afirmaram um aumento em suas demandas durante a pandemia, e 22% não perceberam esse aumento na execução de suas atividades diárias no *home office*.

Na visão dos entrevistados, apesar do *home office* ser algo novo no cotidiano da sociedade, 86% dos participantes perceberam que esta nova modalidade trouxe pontos positivos para sua área de atuação, já 14% discordam. Com esse novo conhecimento testado pelas empresas para continuidade de suas atividades, 54% dos entrevistados alegaram preferir a modalidade híbrida, tanto exercer suas atividades em dias presenciais, como ter a flexibilidade do *home office*. Já 24% dos participantes não se adaptaram ao trabalho remoto e preferem exercer suas

demandas na modalidade presencial, e 22% optaram por trabalhar totalmente *home office* após conhecer e se identificar com esta nova modalidade do mercado.

Com a pandemia e a necessidade do trabalho remoto, foi perceptível o quanto a tecnologia foi uma peça fundamental neste período. No questionário aplicado, 98% das pessoas responderam de forma positiva que a tecnologia foi importante para o avanço e conhecimento em sua área de atuação. Apenas 1% dos entrevistados discordaram deste fato.

É notório o quanto o *home office* foi um desafio para todos durante a pandemia do COVID-19, porém esta nova modalidade já existente, mas não explorada anteriormente, trouxe uma importância para o conhecimento e desenvolvimento dos profissionais de contabilidade. Vale ressaltar que para a pesquisa, foram obtidas 50 respostas, por isso, não indicado a generalização dos resultados desta análise. O que se pode perceber, é que a parte majoritária dos entrevistados apresentaram como seus maiores desafios encontrados durante o *Home office* a separação da rotina de suas atividades profissionais e pessoais, a adaptação do espaço para executar suas demandas, controle da jornada de trabalho e a comunicação dos profissionais entre suas equipes, clientes, e obter respostas em tempo hábil dos fiscos: municipal, estadual e federal. Com isso, os profissionais de contabilidade tiveram que se aprimorar em seus conhecimentos e diversificar formas de atuação nos nichos de mercado.

Para futuras pesquisas, para aprimorar a forma do *home office* e minimizar os desafios encontrados neste período de pandemia, sugere-se ter um ambiente adequado para execução de suas atividades, treinamentos para o avanço do conhecimento sobre as tecnologias e formas adequadas de serem utilizadas na otimização de suas demandas, alinhamento dos procedimentos e comprometimento de todo time, e por fim uma comunicação mais eficaz durante a pandemia do COVID-19.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Franciane de Oliveira; MARTINS, Pablo Luiz; FERREIRA, Hugo Lucindo. Profissionais contábeis e a crise econômica instaurada pela pandemia do COVID-19: um estudo na cidade de São João del-Rei – MG. 2020. Acesso em: 07 de março de 2022.

ALVES, Beatriz Pereira Ferreira.; JUNIOR, Altamiro Lacerda de Almeida.; SOUZA, Jaqueline Aparecida Bayonetta de.; ALVES, Silene Aparecida Zampier.; RODRIGUES, Patrícia Margato da Silva. Contabilidade: As primeiras percepções relacionadas à crise de COVID-19. Revista Mythos, v.13, n.1, p.40-45, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/index.php/mythos/article/view/377/336>. Acesso em: 07 de março de 2022.

BOZINARO, Lucas Borges et al. CONTABILIDADE NA NOVA ERA ECONOMICA. **Revista Científica**, v. 1, n. 1, 2021. Acesso em: 22 de Maio de 2022

BRASIL. **Lei nº 12.551, de 15 de dezembro de 2011**. Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Acesso em: 07 de março de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coronavírus: o que você precisa saber e como prevenir o contágio. [cited 2020 Feb 18]. Disponível: » <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavirus> Acesso em 26 de março de 2022.

BREDA, Z. Contabilidade. Jornal do Comercio, 2020. Disponível em: . Acesso em: 22 de Maio de 2022.

BRIDI, Maria Aparecida et al. O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia COVID-19. **Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade**, 2020. Acesso em 28 de março de 2022.

CARVALHO, Adson Ferreira de. A Era Digital e suas contribuições para a Contabilidade: evolução histórica dos processos contábeis. 2018. Acesso em: 22 de Maio de 2022

DE PINHO DRUMMOND, Giulia. Teletrabalho: duração do trabalho e impactos do Covid-19. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, v. 24, n. 1, p. 109-117, 2020. Acesso em: 07 de março de 2022.

DIRECTOR-GENERAL'S, W. H. O. WHO Director-General's statement on IHR Emergency Committee on Novel Coronavirus (2019-nCoV). 2020. Disponível : » [https://www.who.int/news-room/detail/23-01-2020-statement-on-the-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news-room/detail/23-01-2020-statement-on-the-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov)) Acesso em : 27 de março de 2022

DOS REIS, Túlio Baita et al. A prática do home office em períodos de isolamento social. **Boletim P&D**, v. 3, n. 5, p. 10-12, 2020. Acesso em : 27 de março de 2022

ESPÍNDOLA, GABRIEL DOS SANTOS et al. Home Office em Tempos de Pandemia: um Estudo em Empresas Prestadoras de Serviços Contábeis. In: **Congresso USP de Iniciação Científica de Contabilidade**. 2021. Acesso em : 27 de março de 2022

FERREIRA, Elisabete Baldaça. Desafios do home office na pandemia. 2021. Acesso em 03 de abril de 2022.

FREITAS, André Ricardo Ribas; NAPIMOGA, Marcelo; DONALISIO, Maria Rita. Análise da gravidade da pandemia de Covid-19. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 29, p. e2020119, 2020. Acesso em 05 de Maio de 2022.

FROEHLICH, Cristiane; TASCETTO, Maira. Teletrabalho sob a perspectiva dos profissionais de recursos humanos do Vale do Sinos e Paranhana no Rio Grande do Sul. Vale do Sinos e Paranhana: Recape - Revista de Carreiras e Pessoas, 2019. Acesso em 03 de abril de 2022.

GRÜNDLER, Jaine de Matos. Home office durante a pandemia da COVID-19: percepção dos profissionais da contabilidade da cidade de Torres (RS) acerca deste modelo de trabalho, 2021.

Heymann DL, Shindo N. COVID-19: what is next for public health? Lancet [Internet]. 2020 Feb [cited 2020 Apr 30];395(10224):542–5. Available from:  
» [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30374-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30374-3) Acesso em 27 de março de 2022.

Huremović D. Brief history of pandemics (Pandemics Throughout History). In: Huremović D, ed. Psychiatry of Pandemics 2019;7-35.doi:10.1007/978-3-030-15346-5\_2. Disponível: [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-15346-5\\_2](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-15346-5_2) Acesso em 21 de março de 2022.

MACHADO, Regimar Carla et al. Pandemias e COVID-19 transformam o mundo: uma análise de contextos. **Enfermagem Brasil**, v. 20, n. 2, p. 255-279, 2021. Acesso em 03 de abril de 2022.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e pandemia**. Boitempo Editorial, 2020. Acesso em 20 de Maio de 2022.

MENEZES, V. Contabilidade Gerencial e sua importância na atualidade. Administradores, 2020. Disponível em: Acesso em: 22 de Maio de 2022.

PESSOA, Mysla Lígia Jácome et al. A CONTABILIDADE GERENCIAL NA GESTÃO DE EMPRESAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19. **Desafio Online**, v. 10, n. 1, 2022. Acesso em 10 de Maio de 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Universidade Feevale, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em:  
[https://books.google.com.br/books?id=zUDsAQAAQBAJ&sitesec=buy&hl=ptBR&source=gbs\\_vpt\\_read](https://books.google.com.br/books?id=zUDsAQAAQBAJ&sitesec=buy&hl=ptBR&source=gbs_vpt_read). Acesso em 04 de maio de 2022

REIS, E. V. O uso da tecnologia nos escritórios de contabilidade: um estudo de campo realizado durante a pandemia. UNDB, São Luis – MA, 2020. Acesso em: 22 de Maio de 2022.

ROCHA, Cháris Telles Martins da; AMADOR, Fernanda Spanier. O teletrabalho: conceituação e questões para análise. **Cadernos Ebape. Br**, v. 16, p. 152-162, 2018. Acesso em 28 de março de 2022.

SANTOS, Ana Rita Sousa Mota. O impacto do home-office na qualidade de vida no trabalho: a percepção dos trabalhadores em contexto de pandemia. 2021. Acesso em 03 de abril de 2022.

SILVA, Bruno Adrian Carneiro et al. Profissão contábil: estudo das características e sua evolução no Brasil. 2011. Acesso em 01 de maio de 2022

Spurk, D., & Straub, C. (2020). Relações de trabalho e carreiras flexíveis em tempos de pandemia Covid-19. *Journal of Vocation Behavior*, 119, 1-4. Acesso em 03 de abril de 2022.

TROPE, Alberto. **Organização virtual: impactos do teletrabalho nas organizações**. Qualitymark Editora Ltda, 1999. Acesso em 03 de abril de 2022.

VIELLE, Adriana Pozzani de La; BIANCHI, Márcia. Profissão contábil em guias de cursos de graduação: perfil do contador, rotinas profissionais e mercado de trabalho. *Mudanças*, p. 31, 2013.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00068820, 2020. Acesso em 27 de março de 2022.

## OS IMPACTOS DAS REFORMAS TRABALHISTAS NA CONTABILIDADE

Alane Marta Belarmino dos Santos<sup>1</sup>  
Isabella Christina Dantas Valentim<sup>2</sup>

### RESUMO

Os aspectos da reforma trabalhista e alguns pontos relevantes para a contabilidade, o conceito de contabilidade e o perfil do contador. Identificar os aspectos que impactaram a reforma trabalhista na contabilidade. A pesquisa é um referencial bibliográfico com coletas de informações. Após a reforma trabalhista, atualmente em vigor, temos o seguinte cenário: o banco de horas anual não sofreu alteração; porém foram inseridos mais dois tipos, são eles: o banco de horas mensal e o semestral por intermédio de convenção, acordo individual ou coletivo de trabalho. Antes da reforma, já era possível o parcelamento das férias, em dois períodos e um deles com no mínimo 10 dias. Com as alterações ou novas regras, é permitido o fracionamento do período concessivo em até 3 vezes, porém um deles deve ter no mínimo 14 dias corridos e os outros dois devem ter pelo menos 5 dias cada. A demissão bilateral, ou ainda, rescisão contratual entre empregado e empregador, o famoso “Acordo”, surgiu após a reforma trabalhista e encontra-se no seguinte dispositivo: art.º. 484-A, Inc. I, alínea a e b, e Inc. II §§ 1ºe 2º da Lei nº 13.467. A Contabilidade Trabalhista é quem intermedia a relação entre empregado e empregador, garantido e respeitando todos os direitos dos seus colaboradores através dos deveres cumpridos. O contador trabalhista surge para organizar as obrigações e os direitos trabalhistas, ele é responsável para garantir a ordem nas principais rotinas contábeis e administrativas da empresa com embasamento na legislação trabalhista brasileira.

**Palavras-chaves:** reforma; contabilidade; aspecto.

### ABSTRACT

Aspects of labor reform and some relevant points for accounting, the concept of accounting and the accountant's profile. Identify the aspects that impacted the labor reform in accounting. The research is a bibliographic reference with information collections. After the labor reform, currently in force, we have the following scenario: the annual hour bank has not changed; however, two more types were inserted, they are: the monthly and half-yearly bank of hours through a convention, individual or

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Ciências Contábeis E-mail: [nany.alane@hotmail.com](mailto:nany.alane@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora Orientadora, Doutoranda em Ciências Contábeis pela UFPB (PPGCC), Mestre em Ciências Contábeis pela UFPE e Bacharel em Ciências Contábeis pela UFRN. Contadora registrada pelo CRC/PB - T. Professora Assistente 01 do UNIESP - Centro Universitário. Atuação como professora nos cursos de Graduação e Pós-Graduação nas áreas de Administração, Gestão Financeira e Ciências Contábeis. E-mail: [isabella.cdantas@iesp.edu.br](mailto:isabella.cdantas@iesp.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4556881237282757>

collective bargaining agreement. Before the reform, it was already possible to split the vacation into two periods and one of them with at least 10 days. With the changes or new rules, it is allowed to split the concession period into up to 3 times, but one of them must have at least 14 consecutive days and the other two must have at least 5 days each. Bilateral dismissal, or even contractual termination between employee and employer, the famous "Agreement", emerged after the labor reform and is in the following provision: art. 484-A, Inc. I, subparagraph a and b, and Inc. II §§ 1 and 2 of Law No. 13,467. Labor Accounting is the intermediary between employee and employer, guaranteeing and respecting all the rights of its employees through the duties performed. The labor accountant arises to organize labor rights and obligations, he is responsible for ensuring order in the company's main accounting and administrative routines based on Brazilian labor legislation.

**Keywords:** reform; accounting; aspects.

## 1 INTRODUÇÃO

A reforma trabalhista vem afetando o mercado dos escritórios de contabilidade e tem sido um tema de grande importância a ser destacado para a economia e o curso de graduação em contabilidade. Causando grande impacto no índice de empresas que contratam os serviços do contabilista.

Na perspectiva de Freitas (2017) o custo de manutenção de uma empresa deverá ser adicionado o custo de manutenção de funcionários, sejam eles mantidos ou demitidos, dos quais irão gerar mais custos para o empresário. Por causa desses custos, é difícil ficar com tantos funcionários. Além disso, a crise social e as políticas econômicas do Brasil levaram a um alto desemprego. Conseqüentemente, as mudanças na legislação trabalhista têm facilitado os acordos entre empregados e empregadores, reduzindo a interferência estatal nessas áreas (FREITAS, 2017).

O Brasil vem passando por diversas mudanças, durante este período de pandemia, seja no setor social, político, econômico ou jurídico. Todas elas estão interligadas direta ou indiretamente com as alterações na legislação trabalhista.

Alguns trabalhos de conclusão de curso, que analisa em parte a temática abordada, temos os seguintes autores: Kariman e De Castro (2019), De Moura (2018) e Badu (2021), dos quais trouxeram aspectos diferentes, Kariman e De Castro (2019) trata de uma análise sobre os impactos da reforma trabalhista nas rotinas dos escritórios contábeis do estado de alagoas, já De Moura (2018) aborda a importância das orientações contábil, diante das alterações advindas da reforma



trabalhista, enquanto Badu (2021) escreve sobre a reforma trabalhista e o papel do contador. Temas de suma importância para complementação do meu artigo científico.

Nesse sentido, o trabalho propõe o seguinte questionamento: **Quais são os aspectos mais evidenciados sobre a reforma trabalhista, em relação a contabilidade?**

Para responder ao questionamento proposto, o objetivo geral da pesquisa é verificar três alterações que refletiram na reforma trabalhista relacionados à contabilidade através da análise bibliográfica dos estudos sobre o tema. Além disso, para alcançar o escopo, são colocados como objetivos específicos: avaliar quais os aspectos mais relevantes da reforma trabalhista para a contabilidade pela literatura; analisar se houve mudança de acordo com a reforma trabalhista na prestação de serviços na contabilidade; verificar como os contadores se comportam frente a nova legislação em vigor.

Em conformidade com as novas regras da legislação trabalhista, deve-se acompanhar como estão atuando as pessoas no escritório contábil: contador, empregado e empregador, dentre outros envolvidos estão se adequando aos novos padrões estabelecidos pela reforma trabalhista e em quais aspectos estão com dificuldade para colocar em prática as atividades do escritório relacionada com a nova legislação.

Na fase de conclusão do curso de contabilidade, me despertou o interesse em estudar sobre esse tema, resolvendo assim aprofundar meus conhecimentos. quais foram as alterações trabalhistas mais recorrentes, por exemplo.

A abordagem do tema apresentado é importante para os estudantes de ciências contábeis, no aspecto do exercício profissional, como também, para as instituições de ensino superior, uma vez que a nova legislação trabalhista modificou alguns aspectos no campo de atuação da contabilidade.

O procedimento metodológico adotado será uma revisão bibliográfica. Complementado o estudo com artigos científicos e monografias já elaboradas a respeito da relevância do tema abordado juntamente com livros e sites a respeito da temática.

Este trabalho abordará além dessa introdução, a fundamentação teórica, a metodologia explicativa com as análises dos resultados e as considerações finais.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 ASPECTOS DA REFORMA TRABALHISTA

A legislação trabalhista sofreu reformas importantes em diversos aspectos na Consolidação das Leis Trabalhistas no ano de 2017. Destaca-se os principais pontos de acordo com a legislação do Senado Federal.

A modificação nesta legislação afetou diversos setores no cenário brasileiro, como: aumento de demissões em grandes empresas, redução na base salarial e dificuldade em diversos escritórios de contabilidade.

De acordo, com De Moura (2018, p. 37):

Em torno de 33,3 milhões que estão na ativa, ou seja, trabalhando com a carteira assinada sentiram os efeitos das mudanças da CLT (Consolidação das Legislações Trabalhistas) aprovados pelo Senado. Entrou em vigor no ano de 2017, após ser aprovada pelo presidente Michel Temer, alterando algumas regras de contratos que estavam em vigor sendo necessário, em alguns tópicos, a intervenção sindical e em outros casos cabendo a negociação individual. Como nos casos de banco de horas, parcelamento de férias e demissão bilateral.

A Consolidação das Legislações Trabalhistas (CLT) é do ano de 1934, aprovada e sancionada durante o governo do presidente da época, Getúlio Vargas, que visava uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores brasileiros, evitando uma possível Revolução Trabalhista no período em que governava o país.

Em concordância com o pensamento do autor sobre o pioneirismo da Carta Magna na temática trabalhista, Martinez (2010, p. 347):

A legislação trabalhista surge com a Constituição Federal instituída em 16 de julho de 1934 durante o governo de Vargas, sendo a primeira no Brasil a discorrer sobre os direitos trabalhistas, Estudiosos afirmam ainda que a implantação dessa legislação foi uma tentativa de manter sob controle os primeiros movimentos trabalhistas do país.

Um modo de restringir que os trabalhadores com menor grau de estudo estejam coagidos a firmar acordos com menor grau de vantagem. Há a dependência do entendimento da justiça do trabalho.

Para os autores Tremel; Calcini (2018, p. 901):

Os acordos casados são aqueles que tentavam legalizar o acordo escuso, facilitando a vida do empregador que nem ao menos deveria fazer o depósito de multa de 50% sobre os depósitos do FGTS, negociando diretamente os valores na reclamação trabalhista proposta já com todos os termos combinados com seu ex-empregado. Neste tipo de operação, o empregado conseguia receber o Seguro-Desemprego, uma vez que o juiz não saberia que se tratava de modalidade de dispensa por mútuo acordo, sendo que pelo teor da nova lei, o empregado que optar pela rescisão de comum acordo, conforme já dito, não poderá se beneficiar de tal programa.

A legislação do trabalho é muito abrangente, tendo diversos temas importantes a ser desenvolvido em caráter de estudo ou trabalho científico, porém, restrita a pesquisa ora abordada apenas a três aspectos: Banco de horas que veio a facilitar a vida do empregador e não do empregado, uma vez que reduz as horas extras de trabalho, através de acordo individual ou coletivo por um período de um ano; parcelamento de férias concessivas em até três períodos e por fim, a demissão bilateral entre empregado e empregador com restrições em algumas verbas rescisórias, será explicado com base na linha do autor a seguir.

A linha de pesquisa de Tremel e Calcini (2018, p. 465):

Vale destacar alguns aspectos de suma importância nas mudanças da reforma trabalhista, são eles: a) Banco de horas (Acordo Individual e Coletivo): a redação reformista diz que neste caso pode ser ajustado por acordo individual por escrito, devendo observar a compensação em até seis meses; a reforma manteve a decisão de negociar o mesmo através de acordo ou convenção coletiva, obedecendo o prazo pré-estabelecido de até um ano. A troca de horas extras por banco de horas é previsível na CLT, o texto estabelecia esta negociação apenas por meio de acordo ou convenção coletiva; b) Parcelamento de férias (Acordo Individual): a reforma estabelece o parcelamento em até três períodos, ressaltando que um deles não seja inferior a 14 dias corridos e que os outros dois não podendo ser inferior 05 dias, cada. A redação não especifica casos de acordo ou convenções coletivas. O texto informa apenas que a negociação será aceita apenas com a concordância do empregado. Anteriormente, as férias poderiam ser fracionadas em dois períodos em alguns casos excepcionais; c) Demissão bilateral (Acordo Individual): a reforma estabelece a demissão em comum acordo ou bilateral, estabelecendo que o contrato de trabalho poderá ser findado através de acordo entre empregado e empregador. Nesta situação a multa de 40% do FGTS é reduzida para 20% e o aviso prévio se restringe ao período de 15 dias. Nesse tipo de acordo, o trabalhador recebe 80% do capital investido no FGTS e não tem direito as parcelas do seguro-desemprego.

Vale ressaltar que os tópicos: Banco de horas, Parcelamento das férias e Demissão bilateral são novidades na Consolidação da Legislação Trabalhista e que deve ser reiterado em um estudo mais profundo por fazer parte do cotidiano das empresas atualmente.

Como também, ser um tema bastante contundente a nível dos trabalhadores, tendo em vista ser de grande relevância nas atuais relações de trabalho no dia a dia.

## 2.2 A CONTABILIDADE TRABALHISTA

O tópico abordado destaca-se atualmente em diversos trabalhos de conclusão de curso na área da contabilidade porque foi bastante afetada com a reforma trabalhista de 2017.

A contabilidade trabalhista está vinculada ao trabalho do contador dentro de alguns novos padrões modificados pela reforma tão questionada em aspectos como: folha de pagamento, verbas rescisórias, férias, décimo terceiro salário, vale transporte, horas extras, dentre outros.

Principalmente na linha de pesquisa de Badu (2021, p. 16):

A matéria é de suma relevância dentro de algumas empresas, vale destacar que os contadores estão aderindo a essas mudanças aplicando de forma certa dentro das empresas e juntamente aos empregados e empregadores. A contabilidade trabalhista garante que os direitos trabalhistas dos interessados sejam respeitados e seus deveres cumpridos. É a responsável pela relação entre empregadores e empregados. Uma vez que garante uma boa relação de trabalho para que a empresa esteja com profissionais dedicados e motivados, sendo benéfico em âmbito judicial, não causando problemas ao cumprimento da legislação. Esse setor da contabilidade elabora a folha de pagamento, verbas rescisórias, férias, décimo terceiro salário, vale transporte, horas extras, dentre outros documentos. As formalizações de ações que antes já eram feitas entre as partes de forma ilegal ou seja, os profissionais podem reformular hábitos antigos e verificar como a legislação os classifica.

Podemos ressaltar, uma evolução em grande escala, em aspectos primordiais no setor da contabilidade trabalhista juntamente a reforma mais recente da Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT) no que diz respeito as relações de trabalho: empregado e empregador.

A relações de trabalho sofreram mudanças relevantes comparadas ao que tínhamos na fase inicial aonde o ser humano era uma mercadoria de atribuição de quantia monetária no período da escravidão em atenção ao pensamento do autor abaixo destacado.

Para Delgado (2006) as relações trabalhistas passaram por diversas mudanças até chegar ao seu estado atual. Uma das formas mais primitivas de trabalho era a escravidão, na qual o escravo era considerado apenas uma mercadoria com força para realizar atividade física e não era considerado sujeito de direito, muito menos das leis de trabalho.

Atualmente, neste novo padrão de mercado de trabalho o contador está se voltando ao perfil de consultor empresarial e utilizando das ferramentas decisivas de tecnologia como computador, celular, tablet, dentre outros.

Hoje em dia, muitos contabilistas não estão voltados para a utilização de escritório físico, ou seja, em determinado endereço numa cidade. Está se utilizando do trabalho em casa, o atual modelo home office. Evitando despesas e gastos desnecessários como: aluguel de salas, conta de energia, água, internet, folha de funcionários e diversos fatores.

O autor Conteto (2022, p. 65) estabelece a seguinte linha de raciocínio:

A contabilidade trabalhista está transformando em consultoria os serviços do contador. De modo que houve a implantação do “teletrabalho” ou “*home office*” que dispõe das prestações de serviços longe das dependências do empregador. Nesse regime de trabalho deve constar expressamente no contrato as atividades a serem exercidas pelo empregado, como também, o regulamento da responsabilidade pela aquisição, manutenção, fornecimento e reembolso de materiais necessários à realização das tarefas realizadas.

O período da Revolução Industrial pode ser comparado ao período que estamos vivendo atualmente no Brasil, neste período pós-pandemia, escassez de trabalho, valores econômicos de grande índice monetário, baixos salários, jornadas de trabalho pesadas e alto índice de desemprego.

O Brasil no ano de 2022, está numa escala péssima, no cenário da economia mundial, as empresas fechando e aumentando cada vez mais o número de desempregados no país.

### 2.3 PERFIL DO CONTADOR

O contador presta serviços como: informações de natureza financeira e econômica para o patrimônio pessoal ou jurídico, assessorando o processo de tomada de decisões de determinadas pessoas ou empresas.

O conceito de contador atual é bem diferente do que estávamos acostumados anteriormente. Pode-se observar em pensamentos de alguns autores renomados.

Para Meneguzzo (2011, p.38):

O profissional contábil é responsável, não apenas pelo controle da movimentação financeira de empresas e captação de tributos ligados à prestação de serviços e produtos sendo responsável pela realização de tarefas minuciosas de análise das áreas ligadas ao exercício de sua profissão: como a área trabalhista de uma empresa, instituição, entidade governamental ou não governamental.

Para tanto, a velha ideia de que os contadores são responsáveis apenas pela emissão de impostos corporativos não se compara à sua atividade real. A visão é bem oposta, ou seja, ele é atualmente um dos sócios dos executivos que compõem a empresa e um dos principais sócios dos acionistas (MENEGUZZO, 2011).

Como observado inicialmente a contabilidade se encontra diretamente relacionada ao direito do trabalho. Não apenas no aspecto prático, onde em grande parte dos casos, cria-se por parte do contabilista uma parceria de dois lados, uma para melhor e necessária capacitação do mesmo, de forma substancial e sem muita profundidade no assunto no decorrer da graduação.

Ainda em conformidade com a linha de pesquisa de Meneguzzo (2011, p. 40) acrescenta que:

Os profissionais que atuam na área contábil precisam de nova legislação trabalhista que vale tanto para o empregador como para o empregado, abrangendo um bom gerenciamento das questões trabalhistas e as consequências que podem cair sobre seu cliente para evitar consequências na saúde financeira da empresa.

Segundo Hoffman (2015), por meio do elo social, os empregadores passaram a comunicar ao Governo obrigações acessórias, de forma unificada

através de sistemas de Tecnologia de Informação e mediante o uso de certificado digital.

Para a autora Badu (2021, p. 18) justifica-se que:

O profissional contábil é indispensável para uma empresa, pois ele faz com que a ordem se mantenha e os direitos e deveres sejam bem executados e bem administrados. Rege a papelada da instituição, mantendo tudo sobre controle fiscal e legalizados, com isso permite a propagação dos serviços e evolução da mão de obra ofertada. Além de assegurar os mepregos e abrir novas oportunidades de contratação, evita desperdícios de dinheiro e recursos em coisas e lugares inapropriados ou desvantajoso, mediante suas análises cotidiana.

De acordo com o mencionado anteriormente, o contador tem papel muito relevante no atual cenário das empresas para abranger setores como o fiscal e de recursos humanos.

Vale ressaltar, o profissional contabilista está atuando como consultor para algumas empresas em algumas atividades econômicas e financeiras como: parte fiscal, custos, formação de preços e processamento de dados.

### 3 METODOLOGIA

De acordo com a finalidade do estudo trata-se de uma pesquisa básica, ao passo que está mais ligada ao incremento do conhecimento científico sem quaisquer objetivos comerciais (APOLLINÁRIO, 2016).

Tal pesquisa volta-se para a melhoria de teorias científicas, buscando o conhecimento para divulgação do tema abordado no estudo.

De acordo com Costa *et al* (2006, p. 15):

Quando falamos em dificuldades na produção acadêmica seja a elaboração de sínteses, fichamento, relatórios ou até de uma monografia, não podemos deixar de levar em consideração que estas dificuldades advêm, muitas vezes, da ausência, para muitos, de uma sistemática de estudo realmente eficaz e eficiente.

A pesquisa é bibliográfica, com atenção aos seguintes documentos: artigos científicos, monografias, sites, leis e livros em PDF. Como também, pela responsabilidade da pesquisa está mais próxima da realidade.

O embasamento e assertiva do resultado dos fatores estudados na reforma trabalhista e alguns aspectos de contabilidade será realizado em consulta aos referidos materiais bibliográficos.

Para Marconi e Lakatos (2017, p. 31) “não há ciência sem o emprego de métodos científicos. Portanto é imprescindível, para elaboração de uma pesquisa científica, a definição dos procedimentos metodológicos”.

Entende-se então que é preciso estabelecer onde e como a pesquisa será realizada, ou melhor: “o método indica como o pesquisador deve proceder ao longo do caminho para obter o resultado pretendido” (LOZADA; NUNES, 2019, p.144).

De tal forma, as pesquisas científicas classificam-se de diferentes modos, sendo apresentado neste ponto do estudo a perspectiva metodológica bem como os procedimentos recorridos na obtenção dos dados utilizados para a elaboração deste artigo.

Para coleta dos dados, foi utilizada a ferramenta de pesquisa do Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br>) para pesquisa dos trabalhos sobre tema proposto. Nesse sentido, as palavras-chave utilizadas foram: “reforma trabalhista”, “contabilidade e perfil do Contador”. Ao todo, foram analisados 10 trabalhos, dos quais serão descritos a seguir.

#### 4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

De acordo com os trabalhos levantados pode-se considerar os principais aspectos da reforma trabalhista destacado no estudo: banco de horas, parcelamento das férias em até 03 períodos e a demissão bilateral, acordo entre empregador e empregado. Como uma nova abordagem da contabilidade trabalhista e um novo perfil de contador, mais voltado ao mercado de trabalho.

Para discussão e resultados destaca-se os autores do quadro abaixo:

AUTORES	ANO	TÍTULOS	RESUMO
Hoffman	2015	Contabilidade e sua atuação no mercado	Teoria e prática
Vasconcelos	2001	A importância da contabilidade gerencial e do novo contador para a administração	Atribuições dos contadores após a reforma trabalhista



Vieira	2006	Ética na profissão contábil	Tópicos éticos
Tremel & Cacine	2018	Reforma trabalhista: primeiras impressões	Introdução sobre a reforma trabalhista
Meneguzzo	2011	Olhares e perspectivas sobre o profissional contábil no meio organizacional: uma ótica sobre os empresários de metalúrgicas de Caxias do sul	A contabilidade na visão dos empresários de metalúrgicas de Caxias do sul
Ballesteros	2016	A revolução industrial até os dias de hoje	A revolução industrial e o trabalho
Fernandes	2019	O papel do contador	Informações precisas
Martins	2012	Direito do trabalho	Alterações da CLT
Martins	2010	A ren. Trabalhista	Conceitos
Da Silva	2017	A Reforma trabalhista de 2017	Rescisão bilateral

**Quadro 01 – Levantamento dos trabalhos  
Fonte: Dados da pesquisa (2022).**

Estes trabalhos, representam os diversos posicionamentos dos autores sobre o tema abordado, relativo a reforma trabalhista e seu impacto na contabilidade. Este embasamento, remota a responsabilidade, através dos diferentes pontos de vista,

A partir desses estudos, alguns aspectos serão avaliados e destacados para atingimento dos objetivos propostos, dos quais serão discutidos a seguir.

#### 4.1 ASPECTOS DA REFORMA TRABALHISTA

Desde as discussões iniciais sobre as formas de trabalho e suas relações, estuda-se a necessidade de reformas, com base nisso, Ballesteros (2016, p.1) destaca que a partir da Revolução:

[...] os trabalhadores deixaram de ser detentores da produção e passaram a trabalhar com as máquinas, por consequência disso seus donos começaram a obter grande lucratividade. Essa época foi marcada por muita dificuldade nas relações trabalhistas, baixos salários, jornadas de trabalho exaustas, não havia hora fixa para o fim do expediente tornando o ambiente de trabalho muito hostil [...].



Nesse sentido, valida-se a necessidade de discussões sobre as formas e alterações legislativas, das quais envolvem as formas de trabalho e suas adaptações as necessidades de trabalho e contexto profissionais.

Outro aspecto considerado sobre a legislação trabalhista brasileira, da qual já mencionava em seu dispositivo, referência sobre o banco de horas anual, com obrigatoriedade de participação do sindicato.

Após a reforma trabalhista, atualmente em vigor, temos o seguinte cenário: o banco de horas anual não sofreu alteração; porém foram inseridos mais dois tipos, são eles: o banco de horas mensal e o semestral por intermédio de convenção, acordo individual ou coletivo de trabalho. A legislação menciona obrigatoriedade entre empregado e empregador em contrato expresso (por escrito), faz sugestão de documento formal para segurança de ambas as partes.

Verifica-se a flexibilização no banco de horas de acordo com a reforma trabalhista que será demonstrado no art. 59, parágrafos 2º, 5º e 6º da Lei nº 13.467 (BRASIL, 2017):

A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. (Brasil, 2017, art.º 59)

Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias. (Brasil, 2017, § 2º)

O banco de horas de que trata o § 2º deste artigo poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses. (Brasil, 2017, § 5º)

É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês. (Brasil, 2017, § 6º)

De acordo com a interpretação mais cabível é que no § 6º do art.º 59 (banco de horas mensal) é permissível ajustes restritos por intermédio do atraso ou saída mais cedo do empregado e não descontar do salário, faz a compensação da jornada faltante em um dia a mais ou menos em outro.

Já para o § 5º do art.º 59 (banco de horas semestral) só poderá ser expresso e renovado se o saldo do semestre estiver zerado, ou por compensação por intermédio do pagamento das mesmas com o adicional mínimo de 50%.

Quanto ao § 2º do art.º 59 (banco de horas anual) só é possível através de acordo ou convenção coletiva de trabalho, não tendo possibilidade de ser aceito de forma individual.

A quantidade máxima de horas extras permanece a mesma, ou seja, limite diário de 02 horas. Todo trabalhador deve ter acesso ao controle dessas horas. Na rescisão contratual, antes de findar a compensação total das horas, o trabalhador fará jus as horas suplementares acrescidas de 50% sobre a hora normal de acordo com o valor da remuneração no momento da rescisão.

A reforma trabalhista flexibilizou as negociações entre empregadores e empregados (acordo individual), adotando o posicionamento de férias parceladas em até três períodos sendo um de no mínimo 14 dias e os demais não podem ser inferior a 05 dias corridos, não autoriza a concessão das férias próximo a feriados ou repouso semanal remunerado de vendo obedecer o período de 02 dias, no seguinte dispositivo art. 134, §§ 1º e 3º da Lei nº 13.467 (BRASIL, 2017):

As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. (Brasil, 2017, Art. 134)  
Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um. (Brasil, 2017, § 1º)  
É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado. (Brasil, 2017, § 3º)

Antes da reforma, já era possível o parcelamento das férias, em dois períodos e um deles com no mínimo 10 dias. Com as alterações ou novas regras, é permitido o fracionamento do período concessivo em até 3 vezes, porém um deles deve ter no mínimo 14 dias corridos e os outros dois devem ter pelo menos 5 dias cada.

O autor Martins (2012, p.591) propõe que “as férias são o período do contrato de trabalho em que o empregado não presta serviços, mas auferem remuneração do empregador, após ter adquirido o direito no decurso de 12 meses”.

De acordo com a legislação anterior, as férias poderiam ser parceladas em casos excepcionais, por um motivo bastante relevante para que obtivesse direito ao seu descanso fracionado. Atualmente, após a reforma trabalhista a única exigência para validar o parcelamento é a concordância do empregado.

Anteriormente, a reforma trabalhista, a legislação estabelecia que as férias seriam concedidas em um único período aos menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos, não sendo permitido parcelamento nesses casos. Com a reforma não existe mais esta restrição com relação a idade do trabalhador.

Como já mencionado anteriormente, a legislação trabalhista não mencionava restrições em relação à data de início das férias. Acontece que algumas normas coletivas estabeleciam que o descanso não teria início em dias pertos do repouso semanal remunerado ou feriados, regra dependente de negociação sindical. Hoje constante no art. 134, §3º da Lei nº 13.467/ 2017.

O responsável pela concessão e definição das férias é o empregador, em conformidade com a necessidade e padrões de interesse da empresa. Existem duas exceções, são elas: os empregados estudantes, menores de 18 anos, têm direito de gozar das férias do trabalho no mesmo período das férias escolares e familiares que trabalhem na mesma empresa podem aproveitar as férias juntos, desde que não cause prejuízos ao estabelecimento. Os dois casos o empregado é o responsável pela solicitação. No primeiro caso a empresa é obrigada a conceder; já no segundo caso pode conceder se não houver prejuízo ao estabelecimento.

O fracionamento das férias é de negociação livre entre as partes. Em caso do empregado não aceitar, é obrigatório o período concessivo de uma única vez. No caso de concordância é certo registrar por escrito e arquivar juntamente aos documentos do mesmo.

É essencial que a empresa tenha um controle de qualidade sobre os períodos aquisitivos e concessivos dos empregados para evitar erros e prejuízos. No caso de parcelamento as parcelas de férias são concedidas ao empregado durante o período concessivo, em caso de descumprimento deve ser paga em dobro.

A reforma trabalhista não alterou o direito a venda das férias, ou seja, 1/3 do período pode ser solicitado pelo empregado a ser convertido em valor pecuniário. O mesmo deve fazer um requerimento do ano respectivo e a empresa é obrigada a acolher o pedido por ser direito do trabalhador. Como também, a empresa não pode impor a venda das férias ao empregado, por se tratar de uma prática irregular.

A demissão bilateral, ou ainda, rescisão contratual entre empregado e empregador, o famoso “Acordo”, surgiu após a reforma trabalhista e encontra-se no

seguinte dispositivo: art. 484-A, Inc. I, alínea a e b, e Inc. II §§ 1º e 2º da Lei nº 13.467 (BRASIL, 2017):

O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas as seguintes verbas trabalhistas: (Brasil, 2017, Art. 484-A) por metade: (Brasil, 2017, Inc. I) o aviso prévio, se indenizado; e (Brasil, 2017, alínea a) a indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevista no § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; (Brasil, 2017, alínea b) na integralidade, as demais verbas trabalhistas. (Brasil, 2017, Inc. II).

A extinção do contrato prevista no caput deste artigo permite a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na forma do inciso I-A do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, limitada até 80% (oitenta por cento) do valor dos depósitos. (Brasil, 2017, § 1º).

A extinção do contrato por acordo prevista no caput deste artigo não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego. (Brasil, 2017, § 2º)

Alguns empregados brasileiros em parceria com seus empregadores fazem uma simulação de demissão sem justa causa e o assalariado paga as custas da multa do FGTS, devolve as verbas indenizatórias ao empregador e guarda para si os valores do 13º salário, férias e saldo de dias trabalhados. E em alguns casos o empregado fica prestando serviço à empresa sem registro enquanto recebe o seguro desemprego. Burlando a lei em dois aspectos: no saque do FGTS e recebimento do Seguro-Desemprego. Prática ilícita por causar fraude ao herário.

Na perspectiva de Da Silva (2017, p.900):

Para tentar equacionar esse cenário, até então vedado ou ignorado pelo legislador, a reforma de 2017 reconhece a prática do comum acordo para os fins necessários à luz do direito trabalhista brasileiro, e não apenas à margem do sistema. Inspirado no desdobramento da culpa recíproca (art. 484 da CLT) foi concebido o pagamento pela metade do aviso prévio indenizado e da multa de 40% do fundo de garantia.

Interpretando o dispositivo, na alínea a – caso prático, tendo o empregado direito a 30 dias de aviso prévio indenizado, recebe apenas 15 dias na rescisão. Na alínea b – a empresa arcará com o pagamento de 20% de multa do FGTS. No Inc. II – as seguintes verbas trabalhistas (saldo de salário, 13º salário e férias vencidas e proporcionais) são devidas integralmente, sem modificações. No § 1º está evidente que o trabalhador pode sacar até 80% do FGTS e o restante, 20% ficam

retidos no Banco (Caixa Econômica Federal). No § 2º o empregado fica impossibilitado de requerer o Seguro-Desemprego.

#### 4.2 A CONTABILIDADE TRABALHISTA

A Contabilidade Trabalhista é quem intermedia a relação entre empregado e empregador, garantido e respeitando todos os direitos dos seus colaboradores através dos deveres cumpridos.

Na visão de Martins (2010) a contabilidade que envolve a área trabalhista é uma importante ferramenta para auxiliar a gestão na tomada de decisões, de fato, ela coleta todos os dados econômicos, mede-os em forma monetária, registra-os e resume-os na forma de relatórios ou comunicações, o que contribui muito para a tomada de decisão, além de auxiliar nos processos e nas futuras decisões.

Nessa perspectiva, considerando a principal área responsável pelas seguintes atividades: salário, férias, folha de pagamento e multas rescisórias. Toda empresa que possui empregado deve estar atenta questão da contabilidade trabalhista.

As vantagens da contabilidade trabalhista são: estar dentro do padrão regular legislativo; ter mais tempo para se dedicar e cuidar dos processos de gestão do seu empreendimento; acompanhar e controlar informações com rigidez através do setor de RH (Recursos Humanos), através das atividades como: monitoramento de férias, horas de descanso, horários de trabalho dentre outras, e a observância de todos os cálculos dessas informações.

A redução de riscos empresarial através dos cálculos trabalhistas e pagamentos da forma correta evitando multas e prejuízos para a empresa facilitando os processos empregatícios e evita dores de cabeça com processos trabalhistas.

A mudança prioritária com a nova reforma trabalhista, além de modernizar e atualizar as condições do mercado de trabalho. Muitas empresas sentiram a necessidade de uma consultoria especializada em contabilidade trabalhista para entender como funciona e ficar atendo as novidades da reforma trabalhista.

Em concordância com essa abordagem, Meneguzzo (2011) afirma que a contabilidade, na busca por acompanhar o desenvolvimento social, passou por

algumas mudanças. Dentre essas mudanças, podemos citar: novos relatórios contábeis, formas mais adequadas de contabilidade, incluindo novas tecnologias para a realização das atividades contábeis, mudanças legislativas e a busca pela padronização contábil em escala global. Atualmente a tecnologia faz parte do mercado da contabilidade trabalhista evitando a prática antiga com livros e escrituras guardados em arquivo, aderindo ao sistema de automatização. Existe programas contábeis como a Conta Azul para que as empresas possam planejar e executar suas atividades com maior eficiência.

Corroborando Meneguzzo (2011, p.69) contribui afirmando que:

As vastas opções de especialização contábil permitem ao profissional, atento as oportunidades, oferecer os mais diferentes tipos de serviços contábeis as empresas. Afinal o profissional contábil da atualidade é capaz de inserir suas atividades nos mais diferentes níveis das organizações, e conseqüentemente é capaz de inserir suas atividades no mais diferentes níveis das organizações, e conseqüentemente é capaz de compreender de forma bastante ampla todo o negócio. É extremamente importante que exista uma comunicação adequada entre os contadores e empresários. Assim sendo, é indispensável que todas as mudanças, alterações e informações sejam apresentadas e compreendidas por todos, permitindo que exista um melhor aproveitamento dos serviços contábeis por parte das empresas.

A utilização de aplicativos pelo smartphone, softwares de computador e notebook. Temos alguns aplicativos para os seguintes serviços: emissão de boletos, registro e compartilhamento de informações, cálculos de pagamento e gestão de dados. Dentre os programas, temos: Tin, Cefis e o Guia de Bolso. Todos de excelente qualidade para a contabilidade trabalhista das empresas.

Ainda na temática de Meneguzzo (2011, p.73):

A contabilidade existe desde os primórdios da humanidade, teve seu desenvolvimento baseado nas necessidades sociais. Tornou-se com o passar do tempo, uma ferramenta indispensável àquelas organizações que necessitam de controle e buscam o crescimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas atividades. Porém para que a contabilidade cresça necessita criar um vínculo sólido de confiança e parceria com a administração da empresa, permitindo criar uma gestão apropriada para a organização.

A gestão de informação é fator relevante na área contábil. Antigamente, os dados eram armazenados em livros e grandes arquivos. Após a ascensão digital passou a ser feito em discos rígidos, deixando os arquivos expostos a danos e

vírus. Atualmente, esta armazenagem é desenvolvida em nuvem gerando segurança e facilidade ao profissional contabilista. Esta armazenagem salva informações em servidores online adaptado ao sistema de segurança complexo. Sendo de fácil manuseio e acesso em qualquer lugar do mundo que tenha acesso a internet.

#### 4.3 PERFIL DO CONTADOR

O contador trabalhista surge para organizar as obrigações e os direitos trabalhistas, ele é responsável para garantir a ordem nas principais rotinas contábeis e administrativas da empresa com embasamento na legislação trabalhista brasileira. É de responsabilidade do mesmo o cumprimento das normas de segurança do trabalho, controle de ponto e a maioria dos benefícios específicos da categoria do empregado.

Em conformidade com esse pensamento, Hoffman (2015, p.43) considera que:

O contador trabalha como intermediador para o empresário e os direitos e deveres trabalhistas, sendo responsável por orientar seu cliente dos compromissos com certos tipos de processos e procedimentos a serem observados pela empresa. É de extrema relevância que o profissional contábil esteja dominando as alterações da legislação trabalhista para aplicar assertivamente as devidas exigências solicitadas.

O governo estabeleceu um controle para os trabalhos terceirizados após a reforma trabalhista que agrega informações sobre estes trabalhadores através de documentos como: a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DRF); a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF); Dados do Sistema da Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações Previdenciárias (SEFIP) e a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações Previdenciárias (GFIP); Todos devidamente inseridos juntamente ao programa e-Social, desde janeiro de 2018.

De acordo com a linha de pensamento de Fernandes (2019, p. 13):

O contador sempre existiu nas empresas não com esse título, mas sempre teve alguém responsável por administrar as finanças da empresa, realizar pagamentos de funcionários, organizar a papelada necessária dos tributos e impostos que devem ser pagos, também estava sempre atualizado na lei. Com o passar do tempo o



papel do contador foi crescendo e suas funções também, tornando-se essencial em qualquer empresa. Além de resolver a burocracia da empresa é quem alerta o empregador dos seus deveres perante a lei e com os empregados.

O sistema e-Social permite diversas possibilidades de inserção de documentos por parte do profissional contabilista, seja inserção de admissões, a jornada intermitente ou a contratação sem assinatura da carteira de trabalho. Um ponto de grande relevância e transparência nas obrigações. É obrigatório e está presente em algumas empresas brasileiras.

Para Vieira (2006, p. 33):

O profissional contábil deve desenvolver algumas atitudes, utilizando de algumas habilidades, tais como: gerenciamento de intelecto, liderança, comunicação, flexibilidade, versatilidade, pessoais e interpessoais, poder de decisão, princípios morais e éticos, discernimento, orientação global, uso de tecnologia, equilíbrio físico emocional, desenvolvimento do senso crítico, criatividade, evitar atitudes gravíssimas e desenvolver o marketing contábil.

A utilização desse novo sistema facilitará a fiscalização pelo governo no cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária.

Segundo a linha de pensamento dos autores, Machado e Nova (2008, p.9):

[...] o contador tem um grande desafio pela frente. Tal profissional deve ser capaz de interagir com outras culturas (aprendizado de novas línguas) ter conhecimento de contabilidade internacional, dominar e impor novas técnicas e ferramentas de sistemas de administração da informação, não mais apenas registrar e analisar, mas também, prever e sugerir, trabalhando muito mais como um gestor da informação do que um aglutinador de dados.

Para Vasconcelos (2001) a responsabilidade do contador é de ter certeza de que o administrador se oriente por dados que interessam, informações que o levam a tomar a melhor decisão.

Para evitar maiores problemas é muito importante estar em sintonia com todas as novidades na legislação trabalhista por intermédio dos contadores e gestores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a reforma trabalhista, atualmente em vigor, temos o seguinte cenário: o banco de horas anual não sofreu alteração; porém foram inseridos mais dois tipos,



são eles: o banco de horas mensal e o semestral por intermédio de convenção, acordo individual ou coletivo de trabalho. A legislação menciona obrigatoriedade entre empregado e empregador em contrato expresso (por escrito), faz sugestão de documento formal para segurança de ambas as partes.

A quantidade máxima de horas extras permanece a mesma, ou seja, limite diário de 02 horas. Todo trabalhador deve ter acesso ao controle dessas horas. Na rescisão contratual, antes de findar a compensação total das horas, o trabalhador fará jus as horas suplementares acrescidas de 50% sobre a hora normal de acordo com o valor da remuneração no momento da rescisão.

A reforma trabalhista flexibilizou as negociações entre empregadores e empregados (acordo individual), adotando o posicionamento de férias parceladas em até três períodos sendo um de no mínimo 14 dias e os demais não podem ser inferior a 05 dias corridos, não autoriza a concessão das férias próximo a feriados ou repouso semanal remunerado de vando obedecer o período de 02 dias, no seguinte dispositivo art. 134, §§ 1º e 3º da Lei nº 13.467 de 2017.

Antes da reforma, já era possível o parcelamento das férias, em dois períodos e um deles com no mínimo 10 dias. Com as alterações ou novas regras, é permitido o fracionamento do período concessivo em até 3 vezes, porém um deles deve ter no mínimo 14 dias corridos e os outros dois devem ter pelo menos 5 dias cada.

O autor Martins (2012, p.591) propõe que “as férias são o período do contrato de trabalho em que o empregado não presta serviços, mas auferir remuneração do empregador, após ter adquirido o direito no decurso de 12 meses”.

O responsável pela concessão e definição das férias é o empregador, em conformidade com a necessidade e padrões de interesse da empresa. Existem duas exceções, são elas: os empregados estudantes, menores de 18 anos, têm direito de gozar das férias do trabalho no mesmo período das férias escolares e familiares que trabalhem na mesma empresa podem aproveitar as férias juntos, desde que não cause prejuízos ao estabelecimento. Os dois casos o empregado é o responsável pela solicitação. No primeiro caso a empresa é obrigada a conceder; já no segundo caso pode conceder se não houver prejuízo ao estabelecimento.

O fracionamento das férias é de negociação livre entre as partes. Em caso do empregado não aceitar, é obrigatório o período concessivo de uma única vez.

No caso de concordância é certo registrar por escrito e arquivar juntamente aos documentos do mesmo.

A demissão bilateral, ou ainda, rescisão contratual entre empregado e empregador, o famoso “Acordo”, surgiu após a reforma trabalhista e encontra-se no seguinte dispositivo: art. 484-A, Inc. I, alínea a e b, e Inc. II §§ 1º e 2º da Lei nº 13.467.

Interpretando o dispositivo, na alínea a – caso prático, tendo o empregado direito a 30 dias de aviso prévio indenizado, recebe apenas 15 dias na rescisão. Na alínea b – a empresa arcará com o pagamento de 20% de multa do FGTS. No Inc. II – as seguintes verbas trabalhistas (saldo de salário, 13º salário e férias vencidas e proporcionais) são devidas integralmente, sem modificações. No § 1º está evidente que o trabalhador pode sacar até 80% do FGTS e o restante, 20% ficam retidos no Banco (Caixa Econômica Federal). No § 2º o empregado fica impossibilitado de requerer o Seguro-Desemprego.

A Contabilidade Trabalhista é quem intermedia a relação entre empregado e empregador, garantido e respeitando todos os direitos dos seus colaboradores através dos deveres cumpridos.

Sendo a principal responsável pelas seguintes atividades: salário, férias, folha de pagamento e multas rescisórias. Toda empresa que possui empregado deve estar atenta questão da contabilidade trabalhista.

As vantagens da contabilidade trabalhista são: estar dentro do padrão regular legislativo; ter mais tempo para se dedicar e cuidar dos processos de gestão do seu empreendimento; acompanhar e controlar informações com rigidez através do setor de RH (atividades como: monitoramento de férias, horas de descanso, horários de trabalho dentre outras) e observância de todos os cálculos dessas informações.

Atualmente a tecnologia faz parte do mercado da contabilidade trabalhista evitando a prática antiga com livros e escrituras guardados em arquivo, aderindo ao sistema de automatização. Existe programas contábeis como a Conta Azul para que as empresas possam planejar e executar suas atividades com maior eficiência.

A utilização de aplicativos pelo smartphone, softwares de computador e notebook. Temos alguns aplicativos para os seguintes serviços: emissão de boletos, registro e compartilhamento de informações, cálculos de pagamento e

gestão de dados. Dentre os programas, temos: Tin, Cefis e o Guia de Bolso. Todos de excelente qualidade para a contabilidade trabalhista das empresas.

A gestão de informação é fator relevante na área contábil. Antigamente, os dados eram armazenados em livros e grandes arquivos. Após a ascensão digital passou a ser feito em discos rígidos, deixando os arquivos expostos a danos e vírus. Atualmente, esta armazenagem é desenvolvida em nuvem gerando segurança e facilidade ao profissional contabilista. Esta armazenagem salva informações em servidores online adaptado ao sistema de segurança complexo. Sendo de fácil manuseio e acesso em qualquer lugar do mundo que tenha acesso a internet.

O contador trabalhista surge para organizar as obrigações e os direitos trabalhistas, ele é responsável para garantir a ordem nas principais rotinas contábeis e administrativas da empresa com embasamento nas legislação trabalhista brasileira. É de responsabilidade do mesmo o cumprimento das normas de segurança do trabalho, controle de ponto e a maioria dos benefícios específicos da categoria do empregado.

O sistema e-Social permite diversas possibilidades de inserção de documentos por parte do profissional contabilista, seja inserção de admissões, a jornada intermitente ou a contratação sem assinatura da carteira de trabalho. Um ponto de grande relevância e transparência nas obrigações. É obrigatório e está presente em algumas empresas brasileiras.

A utilização desse novo sistema facilitará a fiscalização pelo governo no cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária.

Os aspectos mais evidenciados sobre a reforma trabalhista no que se refere a contabilidade foi a ínfima alteração no banco de horas trabalhadas, a modificação de férias fracionadas por solicitação do trabalhador e o novo aspecto da demissão bilateral, ou ainda, o famoso Acordo entre empregado e empregador. Como também, ficou demonstrado alguns aspectos modernos e voltados para tecnologia na contabilidade trabalhista e perfil do contador por intermédio de aplicativos ou softwares facilitando o exercício da profissão como um todo.

Para futuras pesquisas, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas que utilizem estudos de caso, aplicações práticas e analisem a percepção dos profissionais quanto a novas necessidades de adaptações e quais os impactos

atuais de tal reforma, visto que é uma área que envolve muito a atuação do profissional de contabilidade e a necessidade de desenvolvimento constante.

## REFERÊNCIAS

- APOLLINÁRIO, Fábio. **Metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122424/>>. Acesso em: 19 out. 2021;
- BADU, Maria do Socorro. **A reforma trabalhista e o papel do contador**. UNIESP. V.1 n.1 p. 1-25, 2021. Versão em pdf;
- BALLESTEROS, Luciana Alves. **A revolução industrial até os dias de hoje**. 2016. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/academico/a-revolucao-industrial-ate-os-dias-de-hoje/94650>>. Acesso em mar/2022;
- BRASIL, CLT (2017), Capítulo II – DA DURAÇÃO DO TRABALHO, Art. 59. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/Del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del5452.htm)> Acesso em: 29 de mai.2022;
- BRASIL, CLT (2017), Capítulo IV – DAS FÉRIAS ANUAIS, Art. 134. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/Del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del5452.htm)> Acesso em: 30 de mai. 2022;
- BRASIL, CLT (2017), Capítulo V – DA RESCISÃO, Art. 484 - A. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/Del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del5452.htm)> Acesso em: 31 de mai. 2022;
- CARIMAN e DE CASTRO, Elenize Hermíno e Ana Keila. **Uma análise sobre os impactos da reforma trabalhista nas rotinas dos escritórios contábeis do estado de alagoas**. UFAL – Curso de Ciências Contábeis.V.1 n.1 p. 1-44, 2019. Versão em pdf;
- COSTA, Ana Rita Firmino *et al.* **Orientações Metodológicas para a Produção de Trabalhos Acadêmicos**. 7. ed. Revisada e ampliada de acordo com as normas da ABNT. Maceió: EDUFAL, 2006 (Apontamentos, 2);
- DA SILVA, Homero Batista Mateus. A reforma trabalhista de 2017 e o TST. In: **Revista Ltr, Ano 81**, Setembro de 2017, vol. 9. São Paulo; Ltr, p.1123;
- DE MOURA, Alex Ehrich. **A importância da orientação contábil diante das alterações advindas da reforma trabalhista** . UFCG – Campus Souza. V.1 n.1 p. 1-47, 2018.
- DELGADO, Gabriela Neves. **Direito Fundamental ao Trabalho Digno**. São paulo: LTr. p. 1-42, 2006;

FERNANDES. A.B. **O papel do contador**. Eleve. v.1. n.1, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://elevesuasvendas.com.br/blog/contabilidade/papel-do-contador>. Acesso em: 31/05/2022;

FREITAS, Daniel de Melo. **Uma análise das propostas de reforma trabalhista no Brasil**, 2017, p. 1-17. Disponível em: <<https://danielmelofreitasjusbrasil.com.br/artigos/440852696/uma-analise-das-provas-de-reforma-trabalhista-no-brasil>> Acessado em 27/08/2018;

HOFFMAN, A. F. Contabilidade e sua atuação no mercado. **Revista Contábil**.v.1 n.1, p.23-58, 2015;

LOZADA, Gisele.; NUNES, Karina.da. S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Sagah, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>>. Acesso em: 18 out. 2021;

MACHADO, Vinicius Sucupira de Alencar; NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa. Análise comparativa entre os conhecimentos desenvolvidos no curso de graduação de contabilidade e o perfil do contador exigido pelo mercado de trabalho: uma pesquisa de campo sobre a educação contábil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo, c.2, n.1, p. 1-23, jan./abr., 2008;

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011845/>>. Acesso em: 18 out.2021;

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2010;

MARTINS, R. A. **Renovação Trabalhista**. Ciências Nova. v.1. n.1, 2010, p. 45-76;

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 28 ed. São Paulo, Atlas, 2012. p.591;

MENEGUZZO, Ana Paula. **Olhares e perspectivas sobre o profissional contábil no meio organizacional: uma ótica sobre os empresários de metalúrgicas de Caxias do Sul**. Universidade de Caxias do Sul. V.1 n.1 p. 1-82, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.uces.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1480/TCC%20Ana%20Paula%20Meneguzzo.pdf?sequence=1&isAlloed>> Acessado em 24/03/2021;

TREMEL, Rosângela; CALCINI, Ricardo. **Reforma Trabalhista: primeiras impressões**. Universidade Estadual de Campina Grande. V.1 n.21 p. 1-965, 2018. Disponível em <<https://reformactl.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/01/LivroReformaTrabalhista.pdf>> Acessado em 19/03/2022;

VASCONCELOS, Antonelyr Maria Barbosa de. **A importância da contabilidade gerencial e de novo contador para a Administração**. São Paulo, 11p. 2001;

VIEIRA, Maria das Graças. **Ética na profissão contábil**. 1ª ed. São paulo: IOB, 2006. 82 p;

Sites:

Disponível em <<https://andreiarg02.jusbrasil.com.br>> Acessado em 30/05/2022;

Disponível em <<https://blog.jfgranja.com.br>> Acessado em 31/05/2022;

Disponível em <<https://blog.omie.com.br>> Acessado em 22/03/2022;

Disponível em <<https://chcadvocacia.adv.br>> Acessado em 30/05/2022;

Disponível em <<https://contabilistassl.com.br>> Acessado em 22/03/2022;

Disponível em <<https://conteto.com.br>> Acessado em 17/03/2022;

Disponível em <<https://guidioadvogados.com.br>>Acessado em 26/05/2022;

Disponível em <<https://www.jornalcontabil.com.br>> Acessado em 29/05/2022;

Disponível em <<https://senado.leg.br>> Acessado em 20/03/2022.

## UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Bruno Alisson de Lima Santana<sup>1</sup>  
Darlan Oliveira Bezerra<sup>2</sup>

### RESUMO:

As informações contábeis são de grande importância para o desenvolvimento de qualquer entidade, o seu maior objetivo é gerar informações relevantes e úteis para seus usuários visando principalmente o processo de tomada de decisão. A figura do contador encontra-se diretamente ligada aos processos decisórios das empresas, por meio do Sistema de Informação Contábil (SIC). Existe um grande desafio para os profissionais contábeis, visto que precisam estar em concordância com as tecnologias atuais para assim acompanhar ao ritmo das transformações das pequenas e médias empresas. O objetivo desse estudo é identificar as informações mais utilizadas pelas pequenas e médias empresas no processo de tomada de decisão, bem como a proeminência do (SIC) na tomada de decisão. A metodologia escolhida foi uma pesquisa quantitativa, que foi realizada por meio de um questionário na ferramenta do *google forms*. Dessa forma, foi aplicada uma análise em uma instituição, observando as informações contábeis mais utilizadas pelas PME. A finalidade foi alcançada, foi observado que o relatório, as informações contábeis, e a percepção do gestor influência no processo decisório da entidade, contudo, os relatórios se mostraram o mais importante dos processos abordados, trazendo a notoriedade para as informações com mais relevância para o processo de tomada de decisão. Desse modo, é possível destacar que as informações mais utilizadas pela entidade é o controle do fluxo de caixa, controle de estoque, além disso, a compra de matéria-prima, demonstrando também a verificação de duplicatas a pagar e a receber, informações referentes à DRE, como lucro e prejuízo da entidade.

**Palavras-chaves:** Informações contábeis; Sistema de informação (SIC); Definições de Resultado.

### ABSTRACT:

Accounting information is of great importance for the development of any entity, its main objective is to generate relevant and useful information for its users, mainly aiming at the decision-making process. The figure of the accountant is directly linked to the decision-making processes of companies, through the Accounting Information System (SIC). There is a great challenge for accounting professionals, since they need to be in agreement with current technologies in order to keep up with the pace

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Ciências Contábeis no Centro Uniersitário Uniesp, E-mail: [brunoalissonvl@hotmail.com](mailto:brunoalissonvl@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis, pela Universidade Estadual da Paraíba, Especialização em Auditoria Contábil – Fiscal pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco –UFPE, Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira. E-mail: [darlanbezerra@hotmail.com](mailto:darlanbezerra@hotmail.com).  
<http://lattes.cnpq.br/3067191145078064>



of changes in small and medium-sized companies. The objective of this study is to identify the information most used by small and medium-sized companies in the decision-making process, as well as the prominence of (SIC) in decision-making. The methodology chosen was a quantitative research, which was carried out through a questionnaire in the google forms tool. Thus, an analysis was applied in an institution, observing the accounting information most used by SMEs. The purpose was achieved, it was observed that the report, the accounting information, and the perception of the manager influence the decision-making process of the entity, however, the reports proved to be the most important of the processes addressed, bringing notoriety to the information with more relevance to the decision-making process. Thus, it is possible to highlight that the information most used by the entity is cash flow control, inventory control, in addition, the purchase of raw materials, also demonstrating the verification of payables and receivables, information regarding the DRE, such as profit and loss of the entity.

**KEYWORDS:** Accounting information; Information System (SIC); Result Definitions.

## 1 INTRODUÇÃO

No ambiente tecnológico de rotineiras mudanças, as informações contábeis são de relevante importância para o desenvolvimento preciso das empresas, através da tomada de decisão. Segundo Marion e Ribeiro (2018, p. 3), “[...] o seu objetivo principal sempre foi gerar informações úteis para seus usuários, principalmente visando ao processo de tomada de decisão”. O panorama econômico-financeiro e fiscal é significativo acerca do estudo da ciência contábil, cuja figura do contador encontra-se muitas vezes diretamente associada aos processos decisórios das empresas, sobre tudo, por meio do Sistema de Informação Contábil (SIC).

A introdução do Sistema de Informação Contábil para o processo de tomada de decisão apresenta um desafio para os profissionais contábeis, tendo em vista que precisam estar em conciliação com as tecnologias atuais e se atrelar ao ritmo das transformações das pequenas e médias empresas.

A gestão influencia muito no lucro da empresa, é vital ter um excelente controle do patrimônio através das informações obtidas. Partindo dessa premissa, quais as informações contábeis mais utilizadas pela empresa de pequeno porte para a tomada de decisão? Para o gestor ter uma boa atividade, o contador tem que disponibilizar informações relevantes, fidedignas e tempestivas para auxiliá-lo, atrelado a isso, o sistema de informação contábil, por sua vez disponibiliza informações suficientes para o controle e direcionamento da empresa, e facilitar o processo de tomada de decisão.



O objetivo do estudo é identificar as informações mais utilizadas pelas pequenas e médias empresas no processo de tomada de decisão. Demonstrando a importância da informação contábil, como também a notoriedade da contabilidade gerencial nesse processo. Assim como a proeminência do (SIC) na tomada de decisão, tendo em vista que ele consiste em gerar informações úteis para auxiliar o profissional contábil em sua atuação, desse modo, o contador precisa disponibilizar as informações que sejam de real necessidade para o gerenciamento da empresa.

Utilizando as informações consideráveis para o processo de tomada de decisões, as informações contábeis, como também, a análise financeira dos balanços, servem como método de verificação financeira relevante, proporcionando segurança nas decisões a serem tomadas pela gestão da empresa. Partindo desse pressuposto, as informações contábeis prova ser uma ferramenta considerável que está à disposição dos bancos, fornecedores e, principalmente, dos sócios da empresa. Vale ressaltar que o (SIC) a partir das evidências contábeis proporciona meios em relação à atividade da empresa sendo uma ferramenta eficaz. Dessa forma, entende-se que o mesmo é uma ferramenta favorável para eficácia no processo de tomadas de decisões no gerenciamento empresarial.

A contabilidade simboliza um instrumento que auxilia o administrador a tomar a decisão mais vantajosa para a empresa, a vista disso, as informações contábeis são pertinentes para a ação, o planejamento, controle e análise, proporcionando conhecimento para melhor gestão do patrimônio. Sendo assim, para ampliação deste artigo em relação aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa sobre a agregação das informações contábeis, bem como, a execução de um levantamento através de questionário para verificar quais as informações mais utilizadas pela empresa de pequeno porte localizada na cidade de Mamanguape - PB.

Para construção do artigo, o texto foi dividido em cinco partes: a primeira apresenta a introdução ao assunto proposto, à segunda, a fundamentação teórica, a terceira a ordenação, bem como, o procedimento de pesquisa, na quarta classificação descreve a análise do resultado e por último as considerações finais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A contabilidade resulta em um instrumento de gerenciamento com fundamental importância para a entidade, com o passar do tempo à contabilidade foi se aperfeiçoando com o desenvolvimento tecnológico, e, com isso, o seu objetivo principal ficou mais seguro e absoluto: a estabilização do fornecimento de informações úteis de natureza econômica, monetária e social aos usuários contábeis dos mais diversos mercados. Tendo em vista que, foi um objeto utilizado pelo homem primitivo, já que existia a necessidade de estabelecer estimativas dos instrumentos utilizados por eles, bem como contabilizar seus rebanhos para obter a proporção de sua riqueza. Demonstravam que desde os tempos mais antigos, os homens já desfrutavam de maneiras técnicas, para adquirir informações, visavam o controle do seu patrimônio, como destaca (MARION E RIBEIRO, 2011).

A contabilidade para pequenas e médias empresas por sua vez tem suas características qualitativas que são quatro: Capacidade de compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade. (NBC TG – 1001)

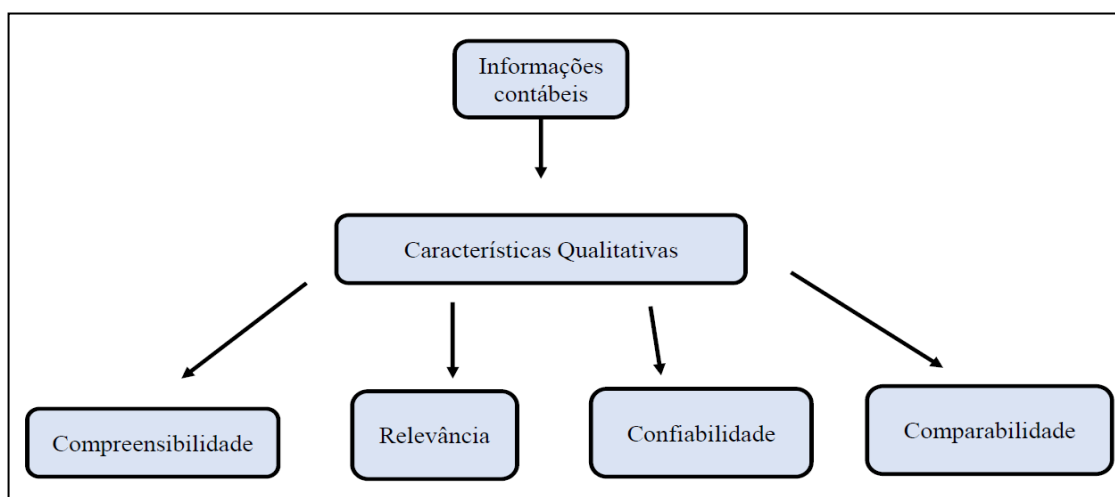


Figura 1 - Representação simplificada das características qualitativas das pequenas empresas.

Fonte: Elaboração própria, 2022

De acordo com (NBC TG 1001);

O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas empresas é apresentar informações quantitativas sobre a posição patrimonial e financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado) e os fluxos de caixa da entidade, bem como informações qualitativas em notas explicativas e relatórios adicionais que sejam úteis para a tomada de decisão dos seus

usuários.

Com isso foram adotadas quatro principais características qualitativas que, como citadas anteriormente, são os atributos da informação contábil que fazem parte das demonstrações contábeis: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

A compreensibilidade é a característica que disponibiliza as informações de forma que os seus usuários tenham conhecimento razoável acerca dos negócios, além de dedicação, para estudar as informações contábeis divulgadas pelas entidades. (NBC TG – 1001)

A relevância é a informação fornecida em demonstrações contábeis que deve ser relevante para a tomada de decisão. Essa informação (relevante) é aquela capaz de influenciar a tomada de decisão por parte dos usuários. (NBC TG – 1001)

A confiabilidade é a informação compartilhada nas demonstrações contábeis de forma confiável e livre de desvio substancial e viés, e representa de forma adequada aquilo que tem a pretensão de representar ou seria razoável de se esperar que representasse. (NBC TG – 1001).

Comparabilidade está na capacidade de os usuários conseguem comparar, por meio de políticas contábeis estabelecidas, as informações contábeis de uma entidade ao longo do tempo com outras instituições do mesmo setor econômico. (NBC TG – 1001)

Diante essas características, o patrimônio se mostra como o objeto principal de estudo da contabilidade, ela estuda o controle principal das movimentações ocorrida nas entidades, partindo desse pressuposto, de acordo com Marion e Ribeiro (2011, p. 2), a contabilidade pode ser definida como “uma ciência social que tem por objeto o controle do patrimônio das organizações”. Ou seja, a contabilidade mostra ser um dispositivo que apoia os procedimentos decisórios na gestão e administração da empresa ligada ao patrimônio, que não depende apenas do seu poder aquisitivo ou financeiro, mas, também de está atrelada ao processo de organização da entidade e tem como foco gerar informações relevantes para seus usuários, fundamentalmente, realçando a etapa de tomada de decisão (GUIMARÃES et. al., 2008).

A ciência da informação é a apuração de procedimento, organização e utilização dos dados obtidos e representa um crescimento para o indivíduo que a

utilizam. Segundo Padoveze (2000, p. 43), “informação é o dado que foi processado e armazenado de forma compreensível para seu receptor e que apresenta valor real ou percebido para suas decisões correntes ou prospectivas”.

A escrituração assim como outras áreas do estudo técnico-científico, vem realizando esforços para manter-se atualizada a respeito da sociedade vigente, tentando acompanhar o desenvolvimento social e acadêmico, contudo, a contabilidade passa por diversas transformações e é difícil alguém está totalmente atualizado com as recentes mudanças (PADOVEZE, 2010). Diante disso, nota-se que a contabilidade é uma peça útil no interior das pequenas e médias empresas e vem se tornando uma ferramenta favorável para os gestores na tomada de decisão, em contrapartida, para ela se torna útil e atender a muitos usuários, a mesma tem que seguir alguns critérios do comitê de pronunciamento contábeis, são eles: comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade, são características qualitativas que melhoram a utilidade de informações relevantes que forneça representação fidedigna do que pretendem representar (CPC, 2019, p. 12).

Dessa forma, os escritórios contábeis tem necessidade de estarem com a contabilidade bem formada e preparada para fornecer informações com qualidade, relevância e em tempo hábil. Uma vez que, a informação contábil precisa está disponibilizada o quanto antes, já que ela implica de forma direta no processo de tomada de decisão.

## 2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade gerencial tem como finalidade fornecer informações que ajude no processo de tomada de decisão. Ludícibus (1994, p.26) conceitua o objetivo da contabilidade referindo-se o de: “[...] fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”. A partir da contabilidade o desfrutador possui visão para definir seus lançamentos, tomando decisões com a segurança necessária e embasada em fatores confiáveis.

Segundo Ching (2003, p.4), “para poder trabalhar de maneira efetiva, as pessoas em uma organização precisam constantemente de informação a respeito do

montante de recursos envolvidos e utilizados”. Observa-se que as empresas precisam de ajuda gerencial para um bom desempenho de suas atividades, com um sistema informatizado a entidade se beneficia com o dinamismo nas informações obtidas.

Partindo dessa premissa, um contador deve ser um elemento de informação ampla, exclusivamente com conhecimentos das técnicas dos objetos ou resultados que podem ser atingidos com métodos quantitativos. O mesmo deve ser responsável por transformar apuração em informações relevantes para o processo de tomada de decisão, assim dizendo, alguém que esteja de dentro das rotinas administrativas de seus consumidores, fornecendo o suporte necessário para um bom gerenciamento do negócio.

Nessa perspectiva, segundo Ludícibus (1994, p.26), “a contabilidade assume seu papel principal, ou seja, o de apoiar o gestor em suas decisões, e dar maior segurança aos seus julgamentos”. Segundo Padoveze (2012, p. 11), a contabilidade gerencial é “o segmento da ciência contábil que congrega o conjunto de informações necessárias à administração que complementam as informações já existentes na contabilidade financeira”.

Na prática a contabilidade gerencial busca informações econômicas voltadas para o usuário interno da administração, procurando oferecer informações, as assinalando em modo de relatório ou demonstrativos contábeis, calculando-as monetariamente, buscando assim o objetivo do patrimônio. Em contrapartida, na contabilidade financeira, a contabilidade gerencial é voltada para o usuário interno, que por apresentação e demonstrativos auxiliam os gestores das sociedades em seu planejamento estratégico. Tendo em vista que, a contabilidade gerencial não é obrigatória nas empresas, mais se torna uma ferramenta de gestão bastante eficiente, tornando-se um mecanismo muito importante na estratégia constituída pela entidade.

Como ressalta Gerrison (2007, p. 21) “A contabilidade preocupa-se mais com o futuro de uma organização (em lugar da organização como um todo), e não é governada por princípios contábeis aceitos, além de não ser obrigatória”. Portanto, qualquer decisão tomada com a ajuda da contabilidade gerencial, o gestor encontra o amparo necessário para tomar a decisão correta, visto que, a contabilidade

gerencial disponibilizará os fundamentos essenciais para uma boa gestão e desempenho do negócio.

### 2.3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL – SIC

A utilização do Sistema de Informação em conexão ao apoio vital às operações contábeis vale ressaltar que os sistemas de assistência às operações objetivam auxiliar o planejamento e o controle de inúmeras áreas das empresas com informações relevantes e objetivas. Um exemplo plausível acerca do Sistema de Informação de apoio à atividade é o controle relacionado ao estoque e de compra, visto que, tem o objetivo de facilitar em diversas áreas do patrimônio, tais como: estoque, compras, faturamento, embolso, planejamento e controle. (KIEKOW et. al., 2015).

No quadro abaixo encontram-se alguns conceitos acerca do Sistema de Informação – SIC, onde vale a pena ressaltar a visão de alguns autores sobre esse sistema de relevância para o cotidiano de algumas instituições. A informação contábil é essencial, visto que é a principal fonte para o processo de tomada de decisão e controle das organizações.

Autores	Conceito de SIC
Moscove, Simkin e Bagranoff (2002, p. 24)	O Sistema de Informação Contábil é o subsistema de informações dentro de uma organização que acumula informações de vários subsistemas da entidade e comunica-as ao subsistema de informações.
Padoveze (2009, p. 123)	O SIC é um meio que o contador geral, o contador gerencial ou o controller utilizarão para efetivar a contabilidade e a informação contábil dentro da organização, para que a contabilidade seja utilizada em toda a sua plenitude.
Riccio e Gonçalves (2009, p. 279)	O sistema de informações contábeis é aquele que apoiado no razão geral, controla as variações patrimoniais, com o uso do método das partidas dobradas, e tem como saída os principais relatórios contábeis voltados aos usuários externos, e ainda possui funcionalidades para o fornecimento de diferentes informações aos usuários internos.
Gil, Biancolino e Borges (2010, p. 49)	Conforme a concepção e estrutura de sua implementação, o SIC torna-se um sistema consolidador de todos os processos, demonstrando, de forma estruturada, o desempenho e os resultados econômico-financeiros das empresas.

Quadro 1 – Conceito de Sistema de Informação Contábil SIC  
Fonte: (BEZERRA, 2012, p. 26)

No que lhe concerne, em rol ao apoio a gestão no processo de tomada de decisão, o (SIC) serve de apoio aos processos gerenciais, em austeridade de

comprovar a real situação financeira da empresa, de acordo com Padoveze (2012, p. 45) “são sistema de apoio à gestão os Sistema de Informação Contábil, de orçamento, de planejamento, de caixa, resultado entre outros.” Dessa forma, mostra-se um grande aliado às decisões e está em direção com a extensão de modelos de contabilidade gerencial, em virtude de ser uma ferramenta favorável ao uso dos problemas de planejamento e estratégias relacionadas à empresa.

O SIC está à disposição da contabilidade pela produção de conhecimento e análise acerca do significado do patrimônio da instituição, exclusivamente com propósito de auxiliar na finalidade traçada pelas empresas privadas ou governamentais. (GIL; BIANCOLINO; BORGES, 2010). Partindo dessa premissa nota-se então que, o sistema de informação contábil será responsável por protocolar todos os fatos evidenciados pela empresa auxiliando os consumidores externos e internos da organização.

O Estudo de um Sistema de informação contábil analisa como são organizados os registros contábeis, e visam divulgar os eventos empresariais. Esses eventos são apontados por meio dos sistemas humanos como também computacionais da organização, divulgados por relatórios destinados aos consumidores da informação contábil. (OLIVEIRA, 2001).

Partindo desse pressuposto, entende-se que o sistema de informação contábil, coleta e organiza, processa os dados e os transforma em informação através dos demonstrativos e relatórios contábeis, voltado para o usuário internos da administração bem como os gestores. O sistema de informação é um conjunto de subsistemas interligados que trabalha para coletar, processar, armazenar e distribuir as informações para dessa forma, melhorar o processo de tomada de decisão, como também o controle organizacional.

Tendo em vista que, um sistema de informação está atrelado aos níveis hierárquicos das entidades em desenvolvimentos para compreender um objetivo em comum, gerar informações tanto para o nível operacional e também tático. Para Lunkes e Schnorrenberger (2009, p. 104), o conhecimento médio dos sistemas de informações é “permitir que a empresa tenha visão completa do seu negócio, portanto, é importante considerar informações quantitativas, qualitativas, financeiras e não financeiras, para a tomada de decisões”. Deste modo, é de grande importância providenciar informações para os gestores, a ponto de organizar as



melhores estratégias e assim alcançar metas e objetivos para o crescimento da organização.

O processo de tomada de decisão em relação ao (SIC) conforme a necessidade do gestor, devendo ocorrer em função da necessidade e do objetivo da entidade. Partindo dessa premissa, devem considerar alguns fatores importantes como afirma Padoveze (2013 p. 46). “o produto que a empresa trabalha, se há existência de subprodutos, qual tipo de fornecedor e o processo de comercialização ou produção que a empresa utiliza”.

Um sistema de informação contábil tem como finalidade ser o fundamentalelemento do sistema empresarial de gestão, contribuindo aos gerentes conhecimentos monetários para as medidas de origens na análise do exercício feito e esperado das obrigações da empresa (GIL; BIANCOLINO; BORGES, Apuddiniz 2020).

#### 2.4 IMPORTÂNCIA DO SIC NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

O sistema de informação (SIC) pode ser compreendido como um instrumento que coleta, executa e transformam os dados em informações em aspecto de relatório contábeis que será destinado a entidade, ao fisco e aos utilizadores externos e interessados. “Os SICs são um tipo especial de sistema de informações que fornecem informações sobre processos e eventos de negócio que afetam a organização” (MOSCOVE; SIMKIN; BAGRANOFF, 2002, p. 22). Para esse fim, o SIC fundamenta-se na elaboração de pesquisa para vários níveis para instituição, preenchendo a necessidade de vários usuários, sobretudo os gestores que fazem parte do processo de tomada de decisão.

A princípio, o SIC, o sistema era utilizado para atingir objetivos de produtividade, bem como de lucratividade das empresas, capacitando pessoas para esse determinado fim, tendo alcançado resultado mais rápido com custos baixos. A rede de informação tem inovado significativamente, educando e instruindo contadores, fornecedores e clientes com as informações relevantes através da comunicação, usando de meio a internet, por exemplo. A informação e o conhecimento são a chave para o sucesso, e há necessidade real de processar a



informação e transformá-la em conhecimento, que pode ser usado para conquistar as oportunidades oferecidas pelo mercado (SILVA; CRUZ; SOUZA E SILVA, 2011).

Por consequência, o SIC necessita ser utilizado de forma ordenada com a organização para disponibilizar as informações que seus grupos internos necessitam, de modo que os gestores devem estar lúcidos de que o sistema de informação pode alterar consideravelmente a origem da organização, e por esse motivo as pessoas envolvidas nesse processo de utilização das informações do SIC, desde a coleta até a propagação dos dados, tem que está de acordo com o objetivo da instituição, logo, essa informação irá alimentar os gestores como também os gerentes em sua tomada de decisão, dessa forma, sua fidedignidade deve ser de extrema importância.

## 2.5 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NO BRASIL: SITUAÇÃO ATUAL E POSSIBILIDADE DE CRESCIMENTO

De acordo com o Blog Conatus (2021), as pequenas e médias empresas vem crescendo significativamente em meios aos grandes desafios e dificuldades, de acordo com o SEBRAE, mais de 1 milhão de pequenas e médias empresas (PMEs) foram abertas no Brasil.

As empresas de pequeno porte precisa ter um faturamento de R\$360 mil a R\$4,8 milhões (até o ano de 2017, o limite era de 3,6 milhões). Outra característica das EPPs além da receita bruta, é o número de funcionários. Empresas que possuem comércio ou serviços devem ter entre 10 a 19 funcionários. Em contrapartida, as indústrias ou construção precisam ter entre 20 a 99 funcionários. (SEBRAE, 2021).

A tendência é que o crescimento do empreendedorismo continue crescendo nos próximos anos. O relatório da global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2020, realizado pelo sebrae e o instituto Brasileiro de qualidade e produtividade (IBPQ), fez uma estimativa de que 50 milhões de brasileiros que ainda não são empreendedores, tem planos de abrir um negócio nos próximos três anos. (GOV, 2021)

O regime tributário no Brasil tem uma carga muito elevada, e com isso atrapalha o crescimento das pequenas e médias empresas, se o empreendedor não tiver um excelente planejamento na gestão empresarial, o risco de fracasso é bem

elevado. Por esse motivo, é importante fazer uma pesquisa especializada sobre o enquadramento em um regime tributário mais leve, como, por exemplo o do Simples Nacional, ou até mesmo a isenção de certos impostos dependendo da atividade da empresa. (BLOG CANATUS, 2021)

A tecnologia tem sido essencial para o crescimento das pequenas empresas, o planejamento em cima de atividades tecnológicas tem ajudado de forma eficaz o gerenciamento dessas empresas. A utilização da tecnologia é essencial, nas PMEs na atualidade a utilização desse sistema condicionada pelas características de atividades inovadoras traz inúmeros benefícios para o seu desenvolvimento. A capacidade de inovação está atrelada a diversos fatores, relacionados a organização do setor e ao sistema de inovação o qual ela se encontra.

Se mostra evidente a importância das pequenas e médias empresas para geração de emprego. Em contrapartida, o panorama destes negócios no que alude a geração provê de acordo com as condições setoriais como também da inserção no mercado interno.

A competitividade entre as PMEs é evidente, estudos indicam que existem limitações a este desempenho que vai de acordo com o mercado que está inserido, também como a forma de trabalho, as máquinas obsoletas, administração inadequada e dificuldade de comercialização dos seus produtos em novos mercados.

Nesse cenário, muitos empreendedores não fazem ideia do valor de mercado do próprio empreendimento, seja para uma possível negociação de compra e venda, ou para investir no crescimento e até mesmo definir novos rumos de investimentos. Há diversas ferramentas disponíveis no mercado que auxilia o crescimento das pequenas empresas na gestão de tomada de decisão, mas também é fundamental ter parceiros e fornecedores de confiança que auxiliam na rotina de crescimento para as pequenas empresas. (BLOG CANATUS, 2021).

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Considera-se que é preciso estabelecer onde e como a pesquisa será realizada, com isso, o método que vai indicar como o pesquisador deve provir ao longo da trajetória para alcançar o resultado pretendido.

Tendo em vista que, as pesquisas tecnológicas dividem-se em diferentes modos, sendo exposto nesse estudo à perspectiva metodológica bem como os processos recorridos no alcance de dados para a elaboração deste artigo.

Optou-se por uma pesquisa básica com o objetivo de gerar conhecimento de aplicação prática para problemas específicos. Tal pesquisa volta-se para a melhoria dos procedimentos utilizados pela entidade de acordo com as informações disponibilizadas pelo SIC no processo de tomada de decisão.

Quanto aos objetivos foi escolhido o método de pesquisa descritiva, descrevendo processos presentes na realidade do estudo por meio de uma pesquisa de campo através da aplicação de um questionário de observação ordenada realizando um levantamento dos dados colhidos. O objetivo desse estudo de acordo com Gil (2010, p. 41), “é a descrição de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

As informações são de caráter numérico. O explorador procura qualificar, estabelecer ou mensurar as variáveis para apresentar resultados, assemelhar equipes ou regular entidades.

Segundo Marconi e Lakatos (2009, p.188) a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Desse modo, os dados reunidos são de caráter quantitativo evidenciando as informações colhidas às quais foram tratadas pelo pesquisador com a finalidade de divulgar os resultados desse estudo.

Com o objetivo de identificar as informações mais utilizadas pela empresa de pequena porte, para isso será realizado um levantamento de dados, onde será avaliado as informações dos dados coletados para alcançar o objetivo desejado.

### 3.2 AMOSTRA E INSTRUMENTO DE PESQUISA.

Para a divisão com base nos métodos utilizados, do ponto de vista da abordagem teórica, realizamos uso de uma pesquisa aplicada colhendo dados e fundamentando uma visão acerca dos dados colhidos. Já do ponto de vista do ambiente do estudo, foi realizado um estudo de caso, tendo em vista que, é uma modalidade de estudo muito empregada nas ciências sociais, que compreende um estudo mais aprofundado e cansativo de um ou vários objetos de maneira que se provoque o seu amplo e detalhado conhecimento do objeto compreendido. O questionário utilizado nessa pesquisa teve base no artigo de (BEZERRA, 2012) e foi respondido pela contadora chefe do setor contábil interno da instituição.

## 4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A pesquisa foi executada na *Agromape comércio de produtos agrícolas LTDA (grifo nosso)*, uma empresa de produtos rurais, insumos como também serviços para os agricultores, proporcionando produtividade e rentabilidade para seus colaboradores. O objetivo do estudo é identificar as informações mais utilizadas pelas pequenas e médias empresas no processo de tomada de decisão.

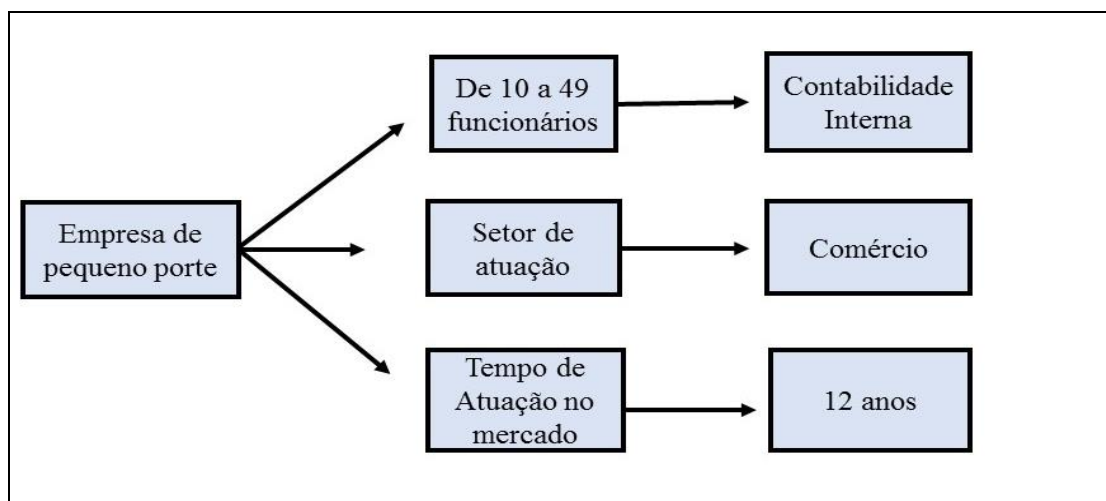


Figura 2: Dados da pesquisa, 2022.  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A entidade a qual o estudo foi aplicado se classifica como uma empresa de pequeno porte, para um bom funcionamento das atividades operacionais a entidade conta com a colaboração de 10 a 49 funcionários e está em atuação no mercado há 12 anos, a informação sobre o SIC da empresa e a percepção dos gestores sobre as informações contábeis e os serviços contábeis são prestadas por um contador

interno, o qual organiza e elabora as informações necessárias para o processo de tomada de decisão.

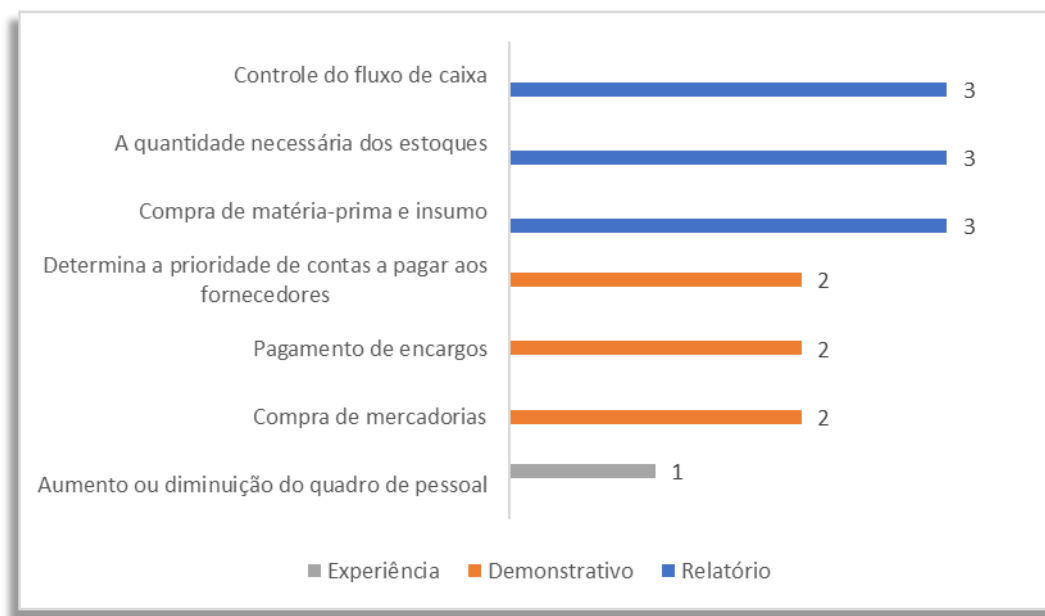


Gráfico 1 – Opções as quais se encaixam no processo de tomada de decisão.  
Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Acerca dos procedimentos mais utilizados pelo sistema de informação SIC classificamos os mais importantes para auxiliar o gestor no processo decisório na entidade, entre eles demos ênfases nos; relatório, demonstrativo como também na experiência do gestor para assim perceber quais são as informações mais utilizadas nesse processo. O fluxo de caixa, a quantidade de estoque e a compra de insumos são determinados pelos relatórios disponibilizados pelo setor contábil para os gestores da entidade. Em contrapartida, o demonstrativo das informações contábeis auxilia na decisão relacionadas aos pagamentos aos fornecedores, pagamentos e encargos como também a compra de mercadoria, por outro lado, a experiência do gesto colabora para o controle do quadro de colaboradores da empresa. Tendo em vista que, para um sistema de informação ser eficaz, ele precisa atender a necessidade específica dos gestores, sabendo que o sistema de informação deve respeitar os aspectos operacionais da empresa, se adequando ao modelo de decisão utilizado pelo usuário.

Gil (1992, p. 14), conceitua como sendo “um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma sequência lógica para o processamento dos dados e a correspondente tradução em informações”. Partindo desse pressuposto, esse julgamento é pertinente e lógico, tendo em vista que,

arquitetado por uma série de recurso, dando ênfase aos recursos humanos crucial na execução do sistema até chegar ao resultado pretendido.

Percebe-se que em cada estágio institucional deve constar um sistema de informação conforme os processos relacionados com a organização. Portanto, pode-se ter classificação de sistema de informação baseados conforme a categoria de informação processada.

Segundo Moscovice, Simkin e Bagranoff (2002, p. 23), sistema de informação é um conjunto de grupos interligados funcionando em grupamentos para coletar, processar, armazenar, transferir e distribuir informações para fins de planejamento, tomada de decisão e principalmente controlar o patrimônio.

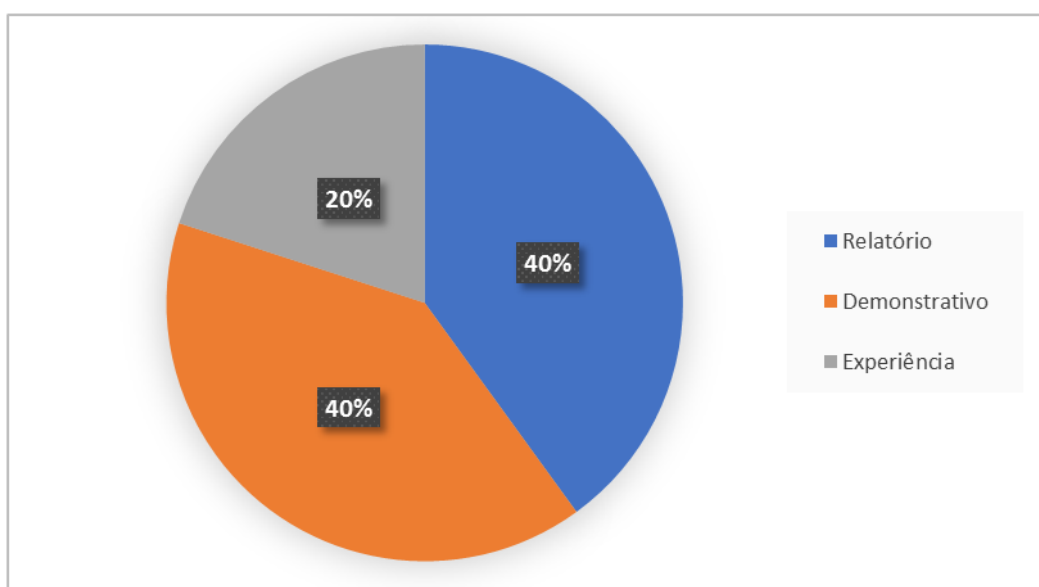


Gráfico 2 - Porcentagem geral dos dados colhidos acerca das informações para auxiliar na tomada de decisão.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2022.

O estudo foi dividido em três partes, após a análise dos dados coletados conseguimos observar que 40% dos processos se dão por meio dos relatórios observados pelos gestores da entidade, os demonstrativos contábeis se mostram ser de suma importância para um bom direcionamento dos processos, ficando também com 40% dos dados colhidos, e por último e também se mostrando ser utilizado com uma certa importância para empresa a experiência do gestor trazendo 20% dos fatos colhidos, esse conjunto de dados traz uma perspectiva em cima do sistema de informação SIC, controlando assim, fluxo de caixa, contas a pagar, estoque entre outras maneiras destinadas ao controle do patrimônio.

Para Marion (1993), a contabilidade retrata um instrumento que auxilia a administração a tomar decisão. Na verdade, ela colhe um grande número de dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou informações, que ajudam sobremaneira para tomada de decisão.

De acordo com Bezerra (2012) A contabilidade é importante em qualquer atividade e serve de base como um sistema de informação para orientar e organizar possibilidades para os gestores tomarem decisões, além de tudo, necessita sempre se adequar às novas formas de desenvolvimento desses sistemas, cabe aos gestores dar o devido valor a essa área importante para empresa.

Nessa perspectiva, de acordo com Bodnar e Hopwood (2000), um SIC é um tesouro de recursos humanos e materiais aproveitados para transformar dados contábeis e financeiro entre outros dados em instrumentos para facilitar o processo de tomada de decisão dos gestores, trazendo consigo a importância de cada informação contábil compartilhada pelo Sistema de Informação.

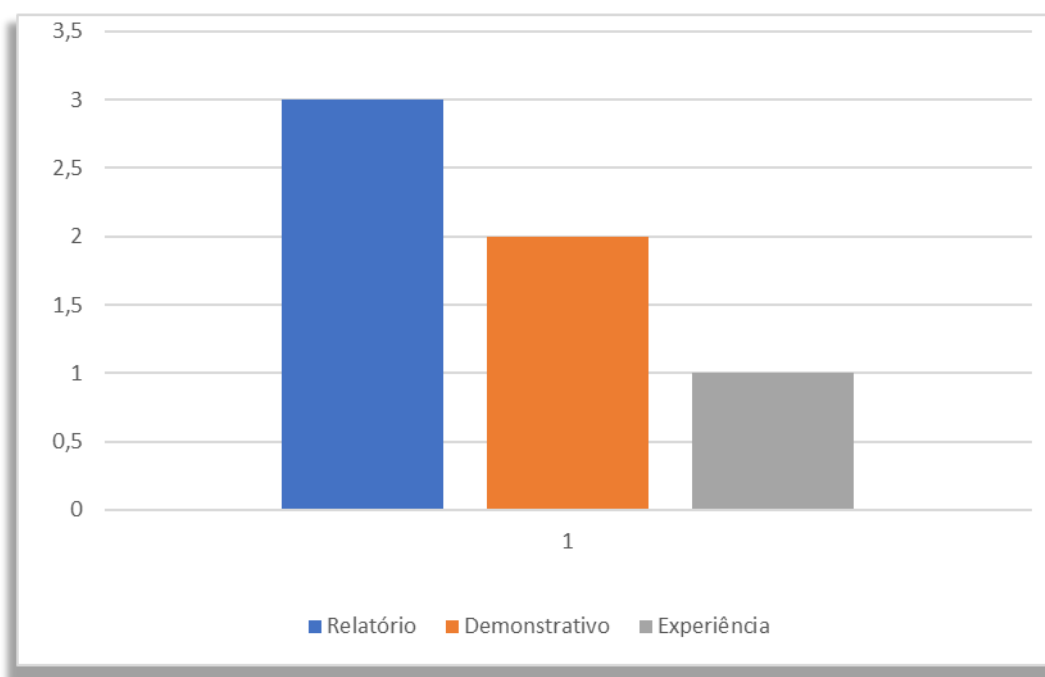


Gráfico 3 – Classificação dos procedimentos.  
Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

De acordo com cada opção disponibilizada no questionário acerca do sistema de informação SIC, o gráfico acima classifica a opção utilizada nas informações mais importantes no processo de tomada de decisão: entre o relatório, demonstrativo e a experiência o relatório está como o mais importante desse grupo, visto que, por meio

dele são controlados o fluxo de caixa, compra de matéria-prima e insumos, como também a quantidade necessária de estoque. Vale ressaltar que o fluxo de informação promove o processo de tomada de decisão de uma empresa em várias áreas de sua responsabilidade.

Ludícibus e Marion (1999, p. 41) demonstram que, “a tarefa básica do contabilista é produzir e/ou gerenciar informações úteis aos usuários da contabilidade, para a tomada de decisões” Partindo desse pressuposto, entendi-se que embora haja mudanças no usuários e nas formas de informações que desejam, o encargo da contabilidade é fundamental. Os demonstrativos e os relatórios gerados pela contabilidade têm que prover informações úteis, proveitosas e vantajosas para parte econômica da organização.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS FORNECEDAS PELA CONTABILIDADE INTERNA DA EMPRESA.
Registro de Entradas de Mercadorias
Registro de Saídas de Mercadorias
Controle de Estoque de Mercadorias
Controle de Duplicatas a Pagar
Controle de Duplicatas a Receber
Folha de Pagamento
Informações (Balanço Patrimonial)
Despesas operacionais (DRE)
Custo das Mercadorias ou Produtos Vendidos (DRE)

Quadro 2: Dados da Pesquisa  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A contabilidade tem se destacado como um principal meio de informação interna para uma empresa, dessa forma, é responsável pelo processo de mensuração, registro e comunicação das ocorrências que abrange a ação empresarial. Por esse motivo foi abordado no questionário, as informações fornecidas pela contabilidade interna para o gerenciamento no processo de tomada de decisão. Desse modo, como respostas, foram disponibilizadas as informações do quadro acima pela contadora interna da instituição. Tendo em vista que, a contabilidade interna da empresa auxilia os gestores fornecendo as informações acerca do controle de mercadoria como o registro de saída bem como a movimentação de duplicatas tanto a pagar, como também a receber.

Segundo Diniz (2020), para as empresas com curto período de existência, especialmente nos primeiros anos, é necessário possuir um auxílio e uma



concentração redobrada em suas decisões, porquanto se encontram sujeitas às ameaças que levam ao seu encerramento. Diante disso, é muito importante o tempo em que o contador atua no mercado, pois passa para o cliente a confiança de que a empresa é bem estruturada e consolidada na sociedade.

McMahon (1994), por exemplo, sugeriu que a contabilidade financeira se conservasse como a principal fonte de informação para a gestão interna nas PME. Para esse autor, a cultura financeira é mais consumida que a informação contábil pelas PME. Visto que a visão do empreendimento para o gestor está mais envolvida com a questão financeira e suas variações positivas e negativas. Essas variações indicam se a empresa está dando lucro ou prejuízo. Isso ocorre diversas vezes por falta de fornecimento da informação contábil para o gestor que na maioria das vezes desconhece o valor da informação contábil para gerir os seus negócios.

Como afirma Leone (1999), as pequenas e médias empresas têm especificidades, ou seja, atributos individuais inerentes e que as diferenciam das empresas de grande porte, que pode ser apresentada como uma especificidade organizacional e individual. Nessa visão a autora a especificidade organizacionais tem-se que as pequenas e médias empresas foram identificadas como sendo mais centralizadas e com estrutura simples, visto que tais organizações não apresentam condições que lhes acarrete conservar uma estrutura administrativa sofisticada, devido à grande complexidade de custo.

INFORMAÇÕES MAIS IMPORTANTES FORNECIDAS PELA CONTABILIDADE INTERNA.
Controle de Estoque de Mercadorias
Controle de Duplicatas a Pagar
Controle de Duplicatas a Receber
Folha de Pagamento
Informações sobre o patrimônio (Balanço Patrimonial)
Lucro ou prejuízo (DRE)
Indicadores Econômico-Financeiros

Quadro 3: Dados da Pesquisa  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Foram abordadas quais seriam as informações mais importantes para o processo de tomada de decisão fornecida pela contabilidade. Desse modo, foi analisado as informações repassadas pela contabilidade interna da instituição, através dessa fonte foram classificadas as informações da tabela acima trazendo as

mais relevantes para o processo de tomada de decisão, de acordo com Atkinson et. al (2008), a informação contábil gerencial é uma das fontes mais importante para tomada de decisão e controle nas instituições. O sistema de contabilidade gerencial ajuda a produzir informações úteis que auxiliam os funcionários, gestores e executivos a tomar melhores decisões, aprimorando os processos e o desempenho da organização.

Segundo Lucena (2004), o sistema de informação se utiliza da contabilidade para conseguir informações importantes e logo em seguida facilitar o processo de tomada de decisão, apesar de as informações ser baseada em dado históricos. Na verdade, o foco da contabilidade sempre foi de projetar o SIC para aumentar o valor da informação reestruturando suas contribuições e redefinindo as informações para uma visão, bem como uma melhor decisão.

O sistema de informação SIC é, entretanto, o produto que se obtém ao término do processo contábil, o qual se abre com a escrituração das ocorrências contábeis, deslocando-se pela elaboração dos relatórios (demonstrações), logo depois se tem a técnica de análise das demonstrações (análise de balanços) e terminando com a auditoria dessas demonstrações Silva (2010).

Leone (1999) destaca que a tomada de decisão é baseada na experiência, no julgamento e na perspicácia do proprietário-dirigente, dentro de uma ótica operacional de curto prazo. Assim, o dirigente assume todo o compromisso e manifesta-se como único decisor. Além disso, a autora destaca que os dados necessários à análise e tomada de decisão nem sempre estão disponíveis.

INFORMAÇÕES COM POUCA RELEVÂNCIA FORNECIDA PELA CONTABILIDADE INTERNA DA EMPRESA
Registro de Entradas de Mercadorias
Registro de Saída de Mercadorias
Despesas Operacionais (DRE)
Custos das Mercadorias ou Produtos Vendidos (DRE)
Demonstração do Fluxo de Caixa

Quadro 4: Dados da Pesquisa  
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Foi abordado no questionário quais as informações com *pouca relevância* para auxiliar no processo de tomada de decisão, com isso foi repassado pela

contadora interna da empresa as informações acima classificadas. Contudo, isso não as deixa menos relevante para a contabilidade. De acordo com Bezerra 2012 a informação contábil se expressa por diferentes meios, como uma demonstração contábil, escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, documentos, livros, planilhas, notas explicativas, pareceres, laudos, diagnósticos, prognósticos, descrições ou qualquer outro meio utilizado no exercício profissional ou previsto na legislação. Esse ponto de vista mostra que a contabilidade pode se manifestar de diversas formas, de forma relevante e importante.

O objetivo básico da contabilidade é o de fornecer aos usuários, independentemente de sua natureza, um conjunto de informações fidedignas, presumindo-se que deveria atender a todos, sejam internos ou externos. (Iudicibus, 2000)

Contribuindo com o fato, Miranda et. al. (2009) dizem que os SICs surgem como aliados, vez que asseguram a mensuração da situação econômica da empresa, demonstrando custos e rentabilidade dos produtos, dos serviços, do colaborador e das atividades das empresas. E finalizam dizendo que a evolução da informática veio em auxílio na área de gestão, basicamente, na contábil, auxiliando o contador a fornecer informações que subsidiam a tomada de decisão. Essas informações necessitam ser; relevantes, confiáveis, tempestivas e suficientes para atender a demanda dos gestores.

Padoveze (2008, p. 45) relata que diante dos pressupostos básicos de: desejo da informação pela administração e custo condizente da informação contábil, fica evidente o caminho a ser traçado para que a contabilidade se transforme em ferramenta de ação administrativa e se torne um instrumento gerencial. Para se fazer, então, contabilidade gerencial, é 'mister' a construção de um sistema de informação contábil gerencial. Ou seja, as informações contábeis atreladas a um bom gerenciamento elas se tornam de fundamental importância para um bom desempenho da administração como um todo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As informações contábeis são de grande importância para uma empresa, é através delas que são organizados e mensurados os lançamentos contábeis de

forma ordenada e centralizada, essas informações conduzem a instituição a tomar as melhores decisões. O objetivo deste artigo foi identificar as informações mais utilizadas pelas pequenas e médias empresas. Como forma para atingir o objetivo apontado foi realizado uma revisão sobre o tema em artigos científicos e livros e em seguida uma pesquisa através de um questionário pela ferramenta do *google forms* em uma PME da cidade de Mamanguape-PB.

A contabilidade é uma ciência que interage de diversas formas com os demais ramos do conhecimento e contempla todas as fases de um sistema como: entrada de dados, o processamento dos dados e a saída como também informações relevantes, esses processos regata o poder de antecipar informações consideráveis, de modo a gerar a tomada de decisão para entidades.

Sendo assim percebe-se que as informações mais importantes fornecidas pelos contadores com o auxílio do Sistema de Informação SIC proporciona os melhores resultados para as PME ao ter uma boa gestão em concordância com as principais informações contábeis.

É evidente que a contabilidade em acordo com os SICs fornecem informações gerenciais de uma organização e, por meio disso busca conduzir, de forma acessível e inteligente informações constituídas de caráter econômico-financeiro, como também física, com alta produtividade e social, tendo em vista que variados grupos se utiliza dessa informação contábil para tomar as melhores decisões.

Observou-se que o relatório, o demonstrativo, e a percepção do gestor influencia no processo decisório da entidade, contudo, os relatórios se mostraram o mais importante dos processos abordados, trazendo a notoriedade para as informações com mais relevância para o processo de tomada de decisão. Desse modo, é possível destacar que as informações mais utilizadas pela entidade é o controle do fluxo de caixa, controle de estoque, além disso, a compra de matéria-prima, demonstrando também a verificação de duplicatas a pagar e a receber, informações referentes à DRE, como lucro e prejuízo.

E com isso o controle sobre os indicadores econômico-financeiros, constatar-se que as informações voltadas à folha de pagamento são bastante utilizadas para manter um bom controle sobre o gasto com os colaboradores. Portanto, essas informações referentes ao balanço patrimonial (BP) mantém o controle da entidade, auxiliando o gestor a manter o equilíbrio econômico.

Dessa forma, o estudo conseguiu atingir o objetivo desejado, identificar as informações mais utilizadas pelas pequenas e médias empresas, como também a importância da contabilidade bem como a proeminência do (SIC) no processo de tomada de decisão. No entanto, não se pode estender o resultado às demais empresas, tendo em vista ter sido um estudo de caso com uma única empresa.

Assim conclui-se que, um sistema contábil é essencial para um bom desenvolvimento empresarial, as principais informações contábeis, intercaladas com uma boa estratégia organizacional traz um bom desenvolvimento para PME, visto que com a agilidade que as coisas acontecem as empresas precisam está cada vez mais ativas, sendo assim necessário um aceitável sistema de informação SIC contribuindo para o processo de tomada de decisão de forma rápida e precisa.

Como sugestão futura, recomendo uma análise mais minuciosa sobre uma quantidade maior de empresas, para assim poder trazer uma comparação mais precisa e objetiva sobre os dados coletados.

## REFERÊNCIAS

ATKINSON, A. A. *et al.* **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL registra recorde na abertura de novos negócios em 2021: Foram mais de 3,9 milhões de pequenos negócios abertos no ano passado, cerca de 80% são Microempreendedores Individuais (MEI). *In: EPP: entenda o que é uma empresa de pequeno porte*: Foram mais de 3,9 milhões de pequenos negócios abertos no ano passado, cerca de 80% são Microempreendedores Individuais (MEI). [S. l.], 11 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/03/brasil-registra-recorde-na-abertura-de-novos-negocios-em-2021#:~:text=J%C3%A1%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20em%20empresas,94%20mil%20pequenas%20empresas>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BEZERRA, D. O: **Um estudo sobre a percepção de gestores de médias empresas da região metropolitana de Recife sobre a utilização e importância das informações contábeis no processo de tomada de decisão**: Recife. 2012

BODNAR, G. H.; HOPWOOD, W. S. **Accounting Information Systems**. 8th ed. New Jersey: Prentice Hall, 2000.

CARDOSO, B. G. M. de P, and Demonstrações Financeiras. **"a importância da análise das demonstrações contábeis nas micro e pequenas empresa."** *Pouso Alegre* (2013).

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 00 (R2). Estrutura conceitual para relatório financeiro. **Ata da 155ª Reunião Ordinária**

**do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.** Brasília, DF: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>.

CHING, Y. H; MARQUES, F; PRADO, L. **Contabilidade e Finanças para não especialistas**, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

DA SILVA, T. D: “ **a utilização do sistema de informação contábil – sic**”: João Pessoa. 2020

DA SILVA, D. J. C. et al. **para que serve a informação contábil nas micro e pequenas empresas?** *Revista contemporânea de contabilidade*, v. 7, n. 13, p. 89-106, 2010.

DE SOUZA, A. M: “**o sistema de informação contábil e o processo de tomada de decisão empresarial**”: João Pessoa. 2020

DOS SANTOS, Lu. H, and SIQUEIRA, J.C. “**importância da contabilidade para as microempresas.**” (2020).

EPP: entenda o que é uma empresa de pequeno porte: Saiba quais suas características e se ela é a melhor opção para o seu negócio.. *In: EPP: entenda o que é uma empresa de pequeno porte.* [S. l.], 11 ago. 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/artigos/epp-entenda-o-que-e-uma-empresa-de-pequeno-porte,305fd6ab067d9710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 12 jun. 2022.

HAAS, C. **A utilização das informações contábeis nas pequenas empresas do município de westfália.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso

GARRISON, R. H. *et al.* **Contabilidade Gerencial.** 11. ed. Rio Janeiro: LTC, 2007.

GIL, A. L.; BIANCOLINO, C. A.; BORGES, T. N. **Sistemas de informações contábeis: uma abordagem gerencial.** São Paulo: Saraiva, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. L. **Sistemas de informações contábil/financeiros.** São Paulo: Atlas, 1992.

GONÇALVES, R. C. M. G.; RICCIO, E. L. **Sistemas de informação: ênfase em controladoria e contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARÃES, I. P. *et al.* Transparência na administração pública municipal: um estudo de caso sob a ótica dos fundamentos da accountability. *In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA*, 5., 2008, Resende, RJ. [Arquivos]. Resende: [s.n.], 2008. 17 p. Disponível em: [https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/458\\_Administracao%20Publica%20e%20Accountability.pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/458_Administracao%20Publica%20e%20Accountability.pdf). Acesso em: 20 maio 2020.



HENRIQUE, M. A. "a importância da contabilidade gerencial para micro e pequena empresa." *São Paulo* (2008).

IUDÍCIBUS, S de. **Contabilidade gerencial**, 4.ed. São Paulo: Atlas,1986.

IUDÍCIBUS, S de. **Teoria da contabilidade**, 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEONE, N. As especificidades das pequenas e médias empresas. **Revista de Administração**, São Paulo, v.34, n.2, p.91-94, abr./jun. 1999.

LUCENA, W. G. L. **Uma Contribuição ao Estudo das Informações Contábeis Geradas pelas Micro e Pequenas Empresas Localizadas na Cidade de Toritama no Agreste pernambucano**. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis. Programa Multiinstitucional: UnB, UFPB, UFPE e UFRN, João Pessoa, 2004.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MIRANDA, L. C.; SANTOS, A. A.; SAMPAIO, F. J. C. S.; BARROS, O. J. E. **Concepções dos Usuários sobre o Desempenho dos Sistemas de Informação Contábeis das Secretarias de Finanças Municipais e as Possíveis Características para um Sistema Contábil Ideal**. In: VIII Convenção dos Contabilistas de Pernambuco, 2009, Olinda - PE. Anais da VIII Convenção dos Contabilistas de Pernambuco. Recife (PE): Edição do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, 2009. v. 1. p. 173-187.

MOSCOVE, S. A.; SIMKIN, M. G. e BRAGANOFF N. A. **Sistemas de Informações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

MCCMAHON, F. **Productivity in hotel industry**. In Seaton A. V. (Ed.), *Tourism: the state of art* (p.616-624), John Wiley & Sons, Chichester 1994.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS – **NBC TG 1001 – Contabilidade Para Pequenas Empresas – Disponível em <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2021/09/NBC-TG-1001-Pequenas-Emrpesas-1.docx>** Acesso: 12 de jun. 2022

JULIEN, Pierre- André, Small Businesses as a Research Subject: Some Reflections on Knowledge of Small Businesses and Its Effects on Economic Theory. *Small Business Economics* 5 , 1993.

KIEKOW, A. S. et al. Sistema de Informação Contábil: **Uma Análise dos Softwares como Ferramenta de Apoio aos Escritórios Contábeis do Vale do Cai. 2015**. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvmostrappga/paper/viewFile/4245/1410>. Acesso em: 23 mai. 2019.

LA ROVERE, R. L. Perspectivas das micro, pequenas e médias empresas no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 5, n. 3, 2001.



LUNKES, R. J.; SCHNORRENBURGER, D. **Controladoria**:na coordenação dos sistemas de gestão. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C.; RIBEIRO, O. M. **Introdução à contabilidade gerencial**.São Paulo: Saraiva, 2011.

MARION, J. C.; RIBEIRO, O. M. **Introdução à contabilidade gerencial**.3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MOSCOVE, S. A.; SIMKIN, M. G.; BAGRANOFF, N. **A. Sistema de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

MENDES, S. D. "**a importância da contabilidade como instrumento de gestão nas empresas**: uma análise dos impactos do coronavírus nas micro e pequenas empresas da cidade de João Pessoa/PB." (2020).

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

O CRESCIMENTO das Micro e Pequenas Empresas em 2021. *In: EPP: entenda o que é uma empresa de pequeno porte*: Foram mais de 3,9 milhões de pequenos negócios abertos no ano passado, cerca de 80% são Microempreendedores Individuais (MEI). [S. l.], 5 out. 2021. Disponível em: <https://conatusaudit.com.br/2021/10/05/o-crecimento-das-micro-e-pequenas-empresas/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**:um enfoque em sistema de informaçãocontábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica**:contabilidade introdutória e intermediária: texto e exercícios. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROTHWELL, Roy; DODGSON, Mark. *Technology- based SMEs: their Role in Industrial and Economic Change*. Buckingham Shire, UK:Inderscience Enterprises, 1993

STROEHER, A. M.; FREITAS, H. **o uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas**. revista RAUSP-e, v1, n.1, Jan-Jun 2008.

SILVA, W. A. C.; CRUZ, A. M.; SOUZA E SILVA, M. **O processo de implantação de um Sistema de Informação Contábil**: Um estudo de caso em um escritório de contabilidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, C. M, et al. "**A influência do sistema de informação contábil como instrumento de apoio à geração de informações fidedignas pela controladoria: um estudo de caso**." SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis 21.1 (2017).

SILVA, M. S. **Utilidade da informação contábil para tomada de decisões: um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da Grande João Pessoa.** João Pessoa, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UNB/ UFPB/ UFRN.

## A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA INVESTIDORES PESSOA FÍSICA COM ENFOQUE NA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Izaque Fernandes Pereira do Nascimento<sup>1</sup>  
Darlan Oliveira Bezerra<sup>2</sup>

### RESUMO

A contabilidade tem o papel de fornecer informações úteis e relevantes para os seus usuários, e a partir destas informações é possível enxergar a posição patrimonial e financeira da organização, sendo assim, é importante que os usuários consigam visualizar e entender os relatórios e indicadores contábeis. Desta forma, o investidor poderá minimizar os riscos que estão atrelados às aplicações financeiras. O objetivo deste trabalho é externar a importância da contabilidade para os investidores pessoa física, partindo da necessidade de conhecer os indicadores financeiros que a organização apresenta, minimizando os riscos atrelados a estes investimentos. Como metodologia foi realizada a aplicação de um questionário elaborado através do *google forms* a fim entender a percepção da importância da contabilidade para o investidor pessoa física, o questionário aplicado é composto por 17 perguntas, onde sete delas fazem referência às características do participante e aos aspectos gerais do investidor e as demais da parte específica do artigo. A pesquisa contou com a participação de 25 participantes, onde pôde-se identificar a relevância da contabilidade para os investidores pessoa física, trazendo ao fato que é a partir desta ciência que podemos entender e identificar a posição patrimonial e financeira da empresa. A pergunta que responde ao problema refere-se à importância da análise dos indicadores financeiros para os investidores pessoa física, onde 100% dos participantes estão de acordo e que o conhecimento teórico alinhado a prática contribuem para a tomada de decisão do investidor.

**Palavras-chaves:** Contabilidade; Investidor; Indicadores financeiros; Tomada de decisão.

### ABSTRACT:

Accounting has the provision of useful and relevant information for its users, and from this information it is possible to see the equity and financial position of the organization, so it is important that users can view and understand the reports and accounting. In this way, the investor will be able to minimize the risks that are related

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Ciências Contábeis, Izaque Fernandes Pereira do Nascimento, E-mail: fernandes.izaque95@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Orientador Darlan Oliveira Bezerra, Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Especialização em Auditoria Contábil Fiscal, pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP PB), Docente do Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP PB).E-mail: [darlanbezerra@hotmail.com](mailto:darlanbezerra@hotmail.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3067191145078064>

to financial investments. The objective of this work is the external importance of accounting for physical investors, based on the need to know the financial indicators that the organization presents, minimizing the risks related to investments. As a methodology, it was carried out from an end elaborated through an understanding of the importance of investor accounting, the seven questions and composed of forms of application for the characteristics of the participant. Investor and the rest of the specific part of the article. The contour research with participation 25, where you can identify the accounting firm for investors, study the matter of fact that it is from science that we can understand and identify the equity and financial position of the company. The question refers to the importance of analyzing financial indicators for physical investors, where 100% of the participants are in agreement and that the participants' knowledge is in accordance with the practice that responds to the investor's decision making.

**KEY WORDS:** Accounting; Investor; Financial indicators; Decision making.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o mercado de investimentos em ativos financeiros com aplicação de recursos na B3, vem apresentando crescimento constante nos últimos anos. Conforme publicado pelo BOVESPA 2020, o número de investidores pessoas físicas apresentaram uma margem de crescimento de aproximadamente 300% em 2020 comparado ao ano de 2018, atingindo uma marca de 3,8 milhões de contas cadastradas. Isto, nos leva a refletir em como estão sendo realizadas as análises dos indicadores apresentados pelas empresas para gerenciar as tomadas de decisões de forma assertiva ao adquirir um ativo de uma empresa.

Logo, compreende-se que a contabilidade tem um papel fundamental no gerenciamento das informações que são publicadas pelas empresas para que possa auxiliar os usuários externos a minimizar os riscos ao tomar a decisão de adquirir ativos, desta forma é possível administrar os seus recursos de forma concisa.

Em uma palestra realizada na Universidade de Nebraska, Warren Buffet cita a importância da contabilidade e conta sobre como a enxerga no mundo dos negócios levando os investidores a refletir sobre esta ciência.

Você precisa entender de contabilidade e deve compreender as nuances dessa ciência. Esse é o idioma dos negócios, um idioma imperfeito, porém, a menos que esteja disposto a fazer o esforço de aprender contabilidade - como ler e analisar demonstrações financeiras -, não deveria escolher ações por conta própria. (BUFFET, 1993.).

A contabilidade contribui ao fornecer informações úteis que gerenciam dados econômico-financeiros, onde são publicadas as demonstrações contábeis e seus relatórios de forma transparente para seus usuários, sejam eles internos ou externos. Assim, às utilizarão como base para auxiliar na tomada de decisão.

As análises das demonstrações financeiras das empresas é uma das maneiras mais assertivas para que o investidor possa minimizar os riscos que corre aplicando seus recursos no mercado financeiro. Desta forma, o conhecimento técnico de como analisar as demonstrações contábeis e seus principais indicadores de crescimento trazem esclarecimento para aqueles que utilizam destas informações relevantes que são publicadas pela administração e contabilidade da empresa.

Com isto, as hipóteses que são levantadas sobre a importância da contabilidade para os investidores pessoas física é a base de conhecimento teórico de análise de balanços para que este grupo possa gerenciar seus ativos, minimizar os riscos de perdas com os investimentos na bolsa de valores e auxiliar no processo de tomada de decisão.

O tema surgiu após algumas pesquisas referentes ao aumento de investidores pessoas físicas no mercado financeiro, onde surgiu a seguinte problemática: **Qual é a importância da contabilidade para pessoas físicas com enfoque na análise das demonstrações financeiras?**

Assim, pode-se justificar e enxergar a relevância que a contabilidade possui, uma vez que esta ciência está alinhada com o interesse econômico-financeiro dos usuários das informações que são divulgadas das empresas com capital aberto para negociação na bolsa de valores. Assim, correlaciona com o interesse do investidor. Então, a contabilidade se torna uma peça fundamental para o gerenciamento da carteira de investimento, facilitando o processo das decisões que serão tomadas a partir da análise das demonstrações contábeis.

Portanto, percebe-se que as noções básicas de análise das informações geradas pela contabilidade são de suma importância para que os usuários consigam compreender o contexto financeiro em que as empresas se encontram; avaliando o seu caixa, lucro, dívida líquida e outros indicadores que levam ao investidor a tomada da decisão de associar-se a empresa adquirindo cotas através da bolsa de valores.

O objetivo geral deste trabalho é externar a importância que a contabilidade

tem para os investidores pessoa física com enfoque na análise das demonstrações financeiras.

O objetivo específico é apresentar as formas de análise das demonstrações contábeis; indicadores das demonstrações contábeis para análise do investidor pessoa física; as opções de investimento e os fatores que minimizam os riscos e a importância da contabilidade para os investidores pessoa física.

A metodologia adotada para a realização deste artigo foi através da aplicação de um questionário elaborado pelo *google forms*, com o intuito de coletar informações dos investidores pessoa física que utilizam as informações das demonstrações contábeis e analisar como enxergam a contabilidade e sua importância no âmbito do mercado financeiro.

O artigo foi estruturado e dividido em partes onde trazem à introdução, a fundamentação teórica, a metodologia adotada, as discussões e apresentação dos resultados e as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 ANÁLISES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A contabilidade é uma ciência social aplicada, tendo como objetivo principal auxiliar os seus usuários na tomada de decisão para o seu negócio. Para isto, são realizados estudos das demonstrações contábeis das organizações. Com o passar do tempo esta ciência vem apresentando crescimento e atualizações para que seus usuários tenham acesso às informações que são geradas a partir das análises financeiras das demonstrações contábeis.

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), a finalidade das demonstrações contábeis é indicar qual a posição financeira e patrimonial em que a entidade se encontra, além de representar os índices de desempenho. Seu objetivo é fornecer informações acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa. Assim, poderá atingir um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas.

Logo, são utilizados alguns métodos para análise por investidores de acordo com o seu perfil. Dividido em dois grupos, as estratégias de análise mais comuns

são a análise fundamentalista que geralmente é utilizada por investidores que focam nos dados econômico-financeiros da empresa e a análise técnica que é baseada nos gráficos, observando a volatilidade de como o ativo está se portando no dia, hora ou minuto do dia durante o período em que serão realizadas as operações.

Os investidores *buy and hold* utilizam a análise fundamentalista, onde é levado em consideração todo o contexto da empresa, promovendo uma análise de sua capacidade financeira em se manter por gerações, pois este perfil de investidor direciona seus investimentos para o longo prazo na construção para o crescimento de seu patrimônio.

Já os investidores que se denominam *traders* utilizam da análise técnica, onde seu objetivo principal é resultado positivo com operações de compra e venda para retorno do investimento em curto prazo. A principal finalidade é realizar a aquisição de um ativo com custo menor e vendê-lo quando atingir a marca desejada na alta do preço.

Assim, o ponto em comum desses usuários é o resultado obtido após finalizar suas operações. Logo, para gerenciar a tomada de decisão sobre as ações que serão realizadas são avaliados alguns indicadores que refletem diretamente na situação financeira da entidade.

Conforme o CPC 26 (R1) que faz referência às demonstrações contábeis, aponta que a divulgação dos relatórios é para acesso dos usuários externos que utilizam das informações que são divulgadas para auxiliá-los no processo de tomada de decisão. Correlacionado com os interesses do investidor o CPC 00 (R2) reafirma a importância das demonstrações no fornecimento das informações da posição socioeconômica que a entidade que reporta está representada naquele momento. Diante disto, o investidor consegue visualizar os dados financeiros da entidade e assim gerenciar a sua tomada de decisão a partir da análise dos relatórios divulgados.

O balanço patrimonial é o reflexo das atividades operacionais ao final do ciclo operacional do período definido. Assim, apresentam-se dentro de sua estrutura as operações dos ativos e passivos. O Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para Relatório Financeiro traz as definições dos itens que compõe o balanço o ativo, passivo e patrimônio líquido, conforme determinado na tabela abaixo.



<b>Elemento</b>	<b>Definição</b>
Ativo	Recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.
Passivo	Obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.
Patrimônio Líquido	Participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Quadro 01: Elementos das Demonstrações Contábeis  
Fonte: Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2)

## 2.2 INDICADORES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA ANÁLISE DO INVESTIDOR PESSOA FÍSICA

Quando se trata de análise de indicadores, no contexto geral para os investidores destacam-se aqueles que retratam a posição financeira da entidade, pois fazem referência ao comportamento da empresa diante do mercado.

O ciclo operacional de uma entidade é composto pela entrada e saída de recursos com o intuito de financiar as atividades operacionais realizadas. Com o encerramento deste ciclo as operações realizadas são designadas para o balanço contábil de acordo com as contas patrimoniais. Assim, é possível identificar os indicadores da entidade, analisar o comportamento financeiro da empresa e a partir disto gerenciar e executar a sua tomada de decisão.

Um dos indicadores é o patrimônio líquido, pois ele representa o resultado final do exercício após as operações de ativo e passivo, conforme o Pronunciamento Técnico (R2) - CPC 00 determina-se que patrimônio líquido "é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos."

Conforme o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual, alguns direitos são reservados sobre as participações no ativo líquido da empresa. Sendo assim, este é um dos indicadores a serem analisados e levados em consideração. O patrimônio líquido reflete diretamente na situação econômica financeira da entidade, onde são apresentados os fatores que indicam sua saúde financeira.

O lucro líquido é também um dos indicadores relevantes para que seja analisado e levado em consideração no processo de tomada de decisão do investidor, pois ele reflete diretamente nos dados financeiros da empresa. Assim, determina-se que o "lucro líquido é o rendimento de uma empresa determinado por meio da diferença entre a receita total e o custo total." (REIS, 2018).

Sabe-se que o caixa da empresa é uma das contas patrimoniais que possui

relevância para o funcionamento da organização, pois é a partir dela que ocorrem as entradas e saída dos recursos que financiam as operações da entidade, e assim, continuar gerando o caixa, sendo este seu objetivo.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) Demonstração Dos Fluxos De Caixa, o caixa dispõe dos recursos em espécie e depósitos bancários que são denominados como seus disponíveis. Complementando as definições temos os equivalentes de caixa que é a aplicação dos recursos financeiros que são executados em curto prazo com o intuito de convertê-lo em caixa. Assim, denomina-se que o fluxo de caixa são as entradas e saídas do fluxo de caixa.

A partir do fluxo de caixa determinam-se as atividades que são realizadas, separadas em três grupos temos a operacionais, de investimento e de financiamento. Destacando as atividades operacionais, que de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) se denominam “geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento.”.

As atividades de uma entidade são financiadas por capital próprio ou de terceiros, no entanto, para que ocorra este financiamento é importante que a empresa identifique sua capacidade de financeira de pagamento de curto, médio e longo prazo. Com isto, existem alguns indicadores econômico-financeiros que refletem a saúde financeira da empresa.

Índices de Rentabilidade - Os índices de rentabilidade representam para a empresa e para o investidor a capacidade de retorno sobre o capital investido no exercício de determinado ciclo operacional da empresa. Sendo um dos indicadores que possuem relevância durante a análise temos.

### **2.2.1 Return On Equity – ROE**

A sigla ROE vem do inglês *return on equity* que significa o retorno sobre o patrimônio, o ROE é um indicador que viabiliza o investidor medir a capacidade da empresa gerar valor ao negócio, este indicador é medido a partir das informações contábeis do patrimônio líquido e lucro líquido da empresa. (TIAGO, 2021).

Assim, após o encerramento do exercício, e, obtidas às informações do

patrimônio e lucro líquido da entidade será possível mensurar em porcentagem uma previsão do retorno esperado para o próximo exercício da entidade que reporta. Desta forma, segue agregando valor ao negócio. Em outras palavras, o ROE é um indicador que mede a capacidade que uma empresa tem de crescer economicamente.

Para que se obtenha o resultado deste indicador é utilizada a seguinte fórmula.

$$\text{ROE\%} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} * 100$$

Readaptação da Fonte: (MASSARO, 2021).

Índice de Endividamento - O índice de endividamento representa as obrigações adquiridas da entidade, este mede os riscos de funcionamento da entidade em seu campo de atuação, sabendo que o financiamento de suas atividades se dá por capital próprio, onde gera expectativa de retorno ou de terceiros que geram expectativa do cumprimento da obrigação a ser paga.

### 2.2.2 Dívida Líquida/EBTIDA

O índice Dívida Líquida/EBTIDA da empresa reflete diretamente em sua capacidade de cumprir com suas obrigações de pagamento, ou seja, em quanto tempo a dívida da empresa seria paga.

De acordo com o STATUS INVEST, “a dívida líquida de uma empresa representa a soma dos seus empréstimos e financiamentos (passivos), após a subtração do caixa e equivalentes de caixa da empresa. Já o EBITDA é a sigla para *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*, é um indicador que demonstra o potencial de geração de caixa de uma empresa”.

Este indicador é calculado conforme demonstrado na imagem abaixo; onde é realizada a soma das dívidas de curto e longo prazo subtraindo pelo caixa e equivalente de caixa dividido pelo EBTIDA que representa para a empresa o lucro antes dos juros, imposto depreciação e amortização.

$$\text{Dívida Líquida/EBTIDA} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBTIDA}}$$

Readaptação da Fonte: São Paulo School of Finance – SPSF

Índice de Liquidez - Em linhas gerais os índices de liquidez medem em quanto tempo serão pagas as obrigações adquiridas durante o ciclo das atividades realizadas da entidade a partir de sua capacidade de gerar recursos.

### 2.2.3 Índice de Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente mede em quanto tempo a empresa conseguirá cumprir com suas obrigações. Desta forma, a partir deste indicador financeiro é possível visualizar a saúde financeira da empresa.

$$\text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Readaptação da Fonte: Matheus de Melos, 2020.

Para mensurar e identificar este indicador é utilizada uma fórmula para que a partir dela consigamos enxergar a sua capacidade de pagamento.

A partir das análises destes indicadores econômico-financeiros, percebemos que eles se correlacionam ao realizar o estudo em conjunto, assim, é possível ter uma visão futura do comportamento da empresa em relação aos seus fundamentos e seus usuários.

## 2.3 AS OPÇÕES DE INVESTIMENTO E OS FATORES QUE MINIMIZAM OS RISCOS

Segundo Graham, “uma operação de investimento é aquela que, após análise profunda, promete segurança do capital investido e um retorno adequado”.

No mercado financeiro temos diversas opções de investimento que gera expectativa de rentabilidade futura com sua aplicação. Com isto, é notório que o fundamento principal dos investimentos está ligado aos aspectos da contabilidade que demonstra seus fundamentos a partir de suas definições. Assim, é possível perceber que os referenciais de um ativo estão presentes no dia-a-dia do investidor,

sabendo que um ativo para a contabilidade representa “um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados” (CPC 00 (R2) ESTRUTURA CONCEITUAL). Assim, subentende-se que ao realizar uma aplicação é importante que esta esteja alinhada com os aspectos contábeis da definição de ativo.

### 2.3.1 Renda Fixa

Conforme cita Reis em publicação de um artigo não datado “a renda fixa, como o próprio nome já diz, é uma classe de investimentos em que a rentabilidade do título é determinada no momento da contratação”.

Para este tipo de investimento, o investidor consegue visualizar o retorno financeiro antes mesmo de sua aplicação, pois se trata de uma taxa já definida, esta sendo pré-fixada.

Já a taxa pós-fixada, faz referência a um título de investimento que não nos permite saber o valor que será resgatado no futuro, pois depende de fatores inflacionários do período em que o valor monetário está aplicado.

Além das taxas citadas em parágrafo anterior temos a taxa híbrida, que é a junção da taxa pré-fixada e pós-fixada. Neste tipo de aplicação o investidor consegue visualizar apenas a rentabilidade do indexador que pré-definido, no entanto, os ganhos lucros realizados com a operação serão conhecidos no vencimento do título.

**Títulos de Renda Fixa: CDB, LCI, LCA e Tesouro Direto** - O CDB é um dos títulos de renda fixas mais comum dentre os investimentos e que possuem um grau de risco baixo. Este fundo de investimento tem como objetivo financiar as operações do banco emprestando dinheiro para resgate futuro com os ganhos obtidos a partir desta aplicação financeira. Segundo Reis “o **certificado de depósito bancário** (CDB) é um título de crédito, ou seja, uma promessa de pagamento futuro de um determinado valor acrescido de uma rentabilidade convencional”.

Também considerado como um fundo de renda fixa a LCI e a LCA estão interligados às instituições financeiras que atuam diretamente no ramo de negócio imobiliário e agronegócio, respectivamente.

Quanto a sua rentabilidade, o CDB, a LCI e LCA possuem rendimentos pré-fixados e pós-fixados e o resgate do valor aplicado ocorre no vencimento do título do investimento realizado, onde será creditado o valor principal e o lucro obtido com a operação.

Para que se obtenham os lucros é necessário seguir um padrão para que sejam realizadas estas aplicações, conforme ilustrado abaixo.

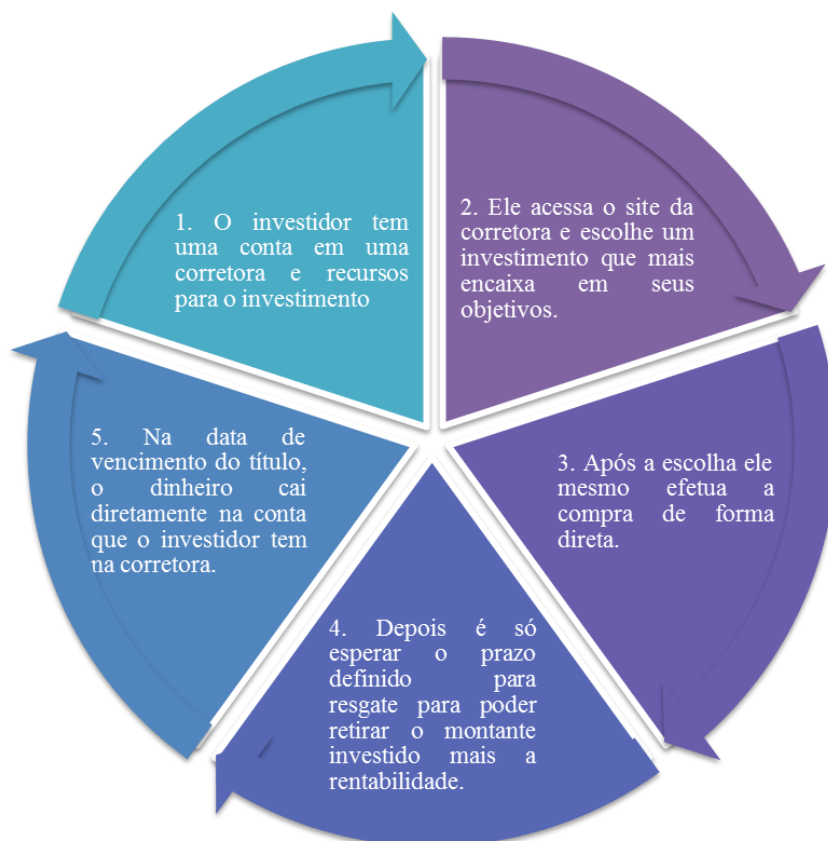


Figura 1: O que é e como funciona um CDB  
Readaptação da Fonte: [www.sunoresearch.com.br](http://www.sunoresearch.com.br)

Segundo publicação de Reis (texto não datado) “uma das principais características dos títulos de renda fixa é oferecer a previsibilidade de remuneração. Ou seja, apesar de a taxa de rentabilidade não ser fixa, as regras de remuneração da rentabilidade são previamente definidas na hora da contratação do título”.

Desta forma a remuneração divide-se em três categorias, sendo elas: Pré-fixados; Pós-fixados; Renda fixa híbrida.

Na taxa pré-fixada os ganhos que serão obtidos o investidor consegue visualizá-lo antes do resgate, pois se trata de um título em que a taxa é pré-definida. (REIS, 2020).

Quanto ao investimento com a taxa pós-fixada sua rentabilidade está interligada ao indexador Selic ou CDI que geram benefícios futuros variáveis. Com isto, os lucros obtidos com esta aplicação serão visualizados após resgate. (REIS, 2020).

Já a rentabilidade híbrida é determinada pela junção das modalidades das taxas pré-fixada e pós-fixada. Logo, a rentabilidade será identificada após o resgate do investimento. (REIS, 2020).

Tesouro Direto - O Tesouro Direto é um programa do tesouro nacional que foi criado em conjunto com a B3 para a emissão e venda de títulos públicos federais para pessoas físicas, utilizando a internet para suas aquisições. O título foi divulgado no ano de 2002. O Tesouro Direto é uma das opções de investimento que detém segurança para o investidor, pois oferece títulos com diferentes tipos de rentabilidade, diferentes prazos de vencimento e também diferentes fluxos de remuneração. (TESOURO DIRETO).

Conforme citado existem diferentes tipos de títulos oferecidos pelo tesouro direto. Dentre eles temos: os títulos pré-fixados, o tesouro Selic e o tesouro IPCA.

Os títulos pré-fixados são aqueles viabilizam o investidor a visualizar a curto, médio ou longo prazo o valor da rentabilidade obtida a partir da aplicação e isto é possível, pois este título de investimento possui a taxa de juros fixa.

O tesouro Selic é um dos títulos pós-fixados, estes têm a sua rentabilidade atrelada à taxa Selic. (TESOURO DIRETO). “A Selic é a taxa básica de juros da economia. É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação.” (BACEN).

O título que faz referência ao tesouro IPCA abrange refere-se que esta aplicação está relacionada à inflação, onde é feita a medição pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. Assim, este título assegura os ganhos de acordo com a variação da inflação e a taxa pré-fixada dos juros da aplicação. (TESOURO DIRETO).

### **2.3.2 Renda Variável**

Ao abordar o tema de renda variável, entende-se que diferentemente da renda fixa, que em determinados cenários é possível visualizar a rentabilidade



futura. A renda variável o investidor não terá como obter conhecimento prévio de qual será sua rentabilidade com sua aplicação.

Desta forma, as aplicações financeiras em renda variável possuem volatilidade de preços para realizar a aquisição de ações ou fundos imobiliários.

Ações - Segundo Lovato (2011),

Ações representam uma fração do capital social de uma empresa S.A, ao adquirir ações, o investidor não está emprestando dinheiro a empresa e sim, tornando-se sócio dela, possuindo por direito, participação nos resultados, na mesma proporção da quantidade de ações que possui.

Ou seja, a partir da aquisição de uma cota de capital de uma empresa, o investidor passa a garantir o título de sócio, onde possui direitos proporcionais a quantidade de cotas de capitais que possui investido.

Para representar as classes de ações, os principais tipos são: ordinárias, preferenciais e *units*, e, para cada tipo de ação existe uma codificação que as representa. As ações do tipo ordinárias são representadas pelo número 3 no final da sigla que representa a empresa; as preferenciais com o final 4 e as *units* com o final 11.

Segundo Reis (2018),

1 Ações ordinárias: primeiramente, as ações ordinárias (ON) são conhecidas por darem direito a voto nas assembleias da empresa. No entanto, elas também garantem ao investidor uma parte do valor obtido com uma eventual venda do negócio. Ou seja, uma participação no chamado prêmio de controle da empresa.

2 Ações preferenciais: há também as ações preferenciais (PN). Estas não dão direito a voto nem à participação no saldo da venda da empresa. Os donos destas ações têm preferência na hora de receber os lucros da empresa na distribuição de dividendos aos acionistas ou no reembolso de capital.

3 Ações *units*: as ações *units*, por sua vez, são grupos de ações que mesclam ações ordinárias e preferenciais, negociados em conjunto, como uma saída para quem queira variedade em seus investimentos. A grande vantagem das *units* é pagar pelo pacote de uma única vez. Os benefícios para os investidores que optarem por este pacote serão proporcionais às ações que forem adquiridas.

Portanto, para que aja o gerenciamento da carteira de ativos do investidor é importante entender os critérios trazidos sobre os tipos de ações.

Fundos de Investimento Imobiliário (FII) - De acordo com a publicação no site Orama (2021),

Os Fundos de Investimento Imobiliário (FII) são fundos que buscam gerar rendimento para quem quer investir em ativos imobiliários. Esses ativos são os próprios empreendimentos imobiliários, como shoppings, prédios comerciais, galpões de logística como os de e-commerce, entre outros. Assim, ao invés de ter só um imóvel, você pode ser dono de um pedaço de cada um desses.

Assim como as ações, fundos imobiliários são rendas variáveis e a partir da aplicação nestes títulos de investimento você ganha o título de sócio e tem participação nos recebimentos de aluguéis mensais de cada empreendimento em que o investidor aplicar os seus recursos.

Existem tipos de títulos de investimento que representam sua classe, dentre os principais tipos de fundos imobiliários temos os fundos de papel e os fundos de tijolos.

De acordo com Violatti (2022), “os Fundos Imobiliários (FIIs) de papel são investimentos de Renda Variável que investem o patrimônio dos seus cotistas em instrumentos financeiros com lastro no setor imobiliário”. Ou seja, este tipo de fundo reúne os investimentos em renda fixa para aplicação no mercado mobiliário, o empreendimento ainda será construído. Diferentemente dos fundos imobiliários de tijolos que “são fundos que investem em empreendimentos prontos, que são alugados para empresas, em contratos típicos ou atípicos.” (ORAMA, 2021). Logo, entende-se que estes empreendimentos já estão construídos.

### **2.3.3 Os Fatores que Minimizam os Riscos de Investimentos**

Ao realizar aplicações financeiras no mercado de capitais o investidor depara-se com o fator de risco dos investimentos devido à volatilidade dos ativos. Desta forma, as aplicações são consideradas de risco, pois a partir da variação dos valores nominais das ações podem gerar perdas. Com isto, existem alguns instrumentos que viabilizam a minimização destes riscos: como a diversificação dos ativos, o *hedge* e o Fundo Garantidor De Crédito – FGC.

A diversificação de ativos financeiros é uma das formas que os investidores buscam com o intuito de gerenciar os riscos que são causados pela volatilidade do preço das ações, assim garante que quando um dos ativos de sua carteira de investimento realizar um prejuízo no período terá outros ativos que podem está realizando lucro, e, assim equilibrar os resultados obtidos com as operações.

De acordo com a publicação do Time Rico (2019),

Este termo surgiu na década de 50, através de Harry Markowitz. A sua teoria da carteira mostrou matematicamente que os investidores não devem colocar todos os ovos na mesma cesta. Assim, o principal objetivo da diversificação de investimentos é maximizar os retornos e minimizar os riscos ao longo do tempo. Os grandes investidores, como Warren Buffett e Benjamin Graham estão entre os defensores da teoria da carteira.

O *hedge* tem a função de minimizar os riscos de flutuação de preços com relação aos instrumentos financeiros. Assim, assegura o investidor de realizar as aplicações financeiras visando minimizar os prejuízos futuros a partir destas opções.

Segundo Reis (2017)

O *hedge* é uma estratégia que visa proteger um determinado investimento contra o risco de grandes variações de preço, neutralizando a posição assumida. O propósito da realização de uma operação de *hedging* é eliminar a possibilidade de perdas futuras.

Ao que compete aos investimentos em aplicações em renda fixa temos o Fundo Garantidor de Créditos – FGC, que surge a partir da “crescente preocupação das autoridades com a estabilidade do sistema financeiro, começaram a surgir, de maneira formal, os sistemas de garantia de depósito, o que acabou se tornando uma verdadeira tendência mundial.”. Com isto na década de 1995 foi criado o Fundo Garantidor de Créditos – FGC, uma associação civil e sem fins lucrativos, que nasce com o intuito de obter um sistema bancário sólido e saudável. (FGC).



Figura 2: Criação e evolução histórica do Fundo Garantidor de Crédito – FGC

Fonte: <https://fgc.org.br/sobre-o-fgc/quem-somos>

A figura acima representa a evolução histórica deste instrumento que concerne ao investidor à garantia de que sua aplicação está segura no que tange aos investimentos em renda fixa.

Desta forma, viabiliza ao investidor a segurança para realizar as operações financeiras a partir da aplicação de recursos financeiros. Partindo do princípio de poupar e obter rendimentos com os investimentos em títulos de renda fixa e variável.

#### 2.4 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA OS INVESTIDORES PESSOA FÍSICA

A contabilidade é a linguagem dos negócios, pois é a partir desta ciência e dos estudos teóricos realizados que chegam à prática da elaboração do balanço financeiro de uma organização, assim, a partir dos registros das movimentações financeiras são elaboradas as demonstrações contábeis.

Segundo Marion (2008) a contabilidade leva aos usuários informações que são relevantes, pois se trata de um instrumento que estuda os fatos ocorridos de uma empresa, e, a partir da coleta de dados econômico-financeiros são gerados os relatórios que auxiliam o investidor na tomada de decisão, o que nos leva a compreender as nuances desta ciência e sua importância.

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões. (MARION, 2008, p. 23).

Para o investidor, a relevância da contabilidade está em compreender os relatórios e as demonstrações financeiras, assim fará o gerenciamento de sua carteira de ativos a partir da tomada de decisão. **Para isto, é importante que haja a compreensão dos indicadores contábeis que representam a posição patrimonial e financeira da organização.**

Entender a importância da contabilidade auxilia o investidor a minimizar os riscos com as operações que são realizadas, para isto se faz necessário compreender os indicadores que indicam o crescimento da empresa, desta forma os riscos incorridos destes investimentos serão minimizados a partir dos estudos dos dados econômico-financeiros. Assim, possibilita que o investidor perceba que a contabilidade é importante, pois é a partir dela que são emitidas as opiniões que fundamentam a tomada de decisão.

Segundo a RCH, as tomadas de decisão estão atreladas ao conhecimento obtido e em relação aos investimentos é importante identificar meios para minimizar os riscos.

As tomadas de decisão, principalmente em relação a investimentos, são um passo muito importante. Conforme dito, decisões erradas podem trazer inúmeros prejuízos, por isso, é crucial identificar a forma mais eficiente de minimizar os riscos das operações. (HERCO, 2017).

Segundo Coelho (2019), a contabilidade remete ao investidor informações relevantes sobre a situação financeira da empresa, onde são apresentados os seus relatórios que demonstram os ativos que a empresa possui, assim como o crescente desenvolvimento desta organização. Desta forma é importante que o investidor tenha noções básicas de “como ler e analisar demonstrações financeiras” (BUFFET, 1993). Desta forma, o investidor irá minimizar os riscos com o investimento em mercado de capitais.

A contabilidade constitui uma documentação técnica que traz informações imprescindíveis à tomada de decisões. Quando um investidor pensa em investir em ações, por exemplo, como ele – pessoa física ou jurídica – pode saber se a empresa é lucrativa, se possui algum ativo, se realmente está ganhando algum dinheiro? Ou seja, os participantes do mercado de capitais usam informações contábeis divulgadas pelas empresas para decisões de investimento. (COELHO, 2019).

Portanto, a contabilidade tem a finalidade de apresentar informações relevantes sobre a posição patrimonial e financeira da organização para garantir que

o investidor minimize os riscos com estas operações analisando e compreendendo os indicadores contábeis que representam a lucratividade da empresa, a sua capacidade de crescimento em longo prazo, sua capacidade de pagamento das dívidas adquiridas de financiamento das atividades.

Desta forma, o investidor assegura-se de que as decisões tomadas para investir nos ativos da empresa são assertivas a partir do gerenciamento dos riscos que incorrem das atividades de aplicação financeira em renda variável a partir da compra e venda de ativos financeiros.

### **3 METODOLOGIA**

De acordo com Menezes (2019, p. 11) “pesquisa corresponde a um conjunto de ações que deve seguir uma série de procedimentos previamente definidos através de um método baseado na racionalidade a fim de se encontrarem resultados e respostas a um problema previamente apresentado”. Logo, para alcançar estes resultados e respostas é preciso utilizar métodos científicos para melhor discussão dos fatos.

Assim, para que se obtenham os resultados incorridos desta investigação, utilizam-se alguns meios que definem como se dará o estudo das informações trazidas para discussões. Conforme Silva (2017) traz, “o cientista precisa utilizar-se de um método ou vários métodos para atingir o resultado pretendido e, neste instante, o método torna-se importante para racionalizar o tempo, recursos e fornecer uma segurança na ação”.

Para atingir o fator principal da natureza deste estudo utilizou-se da pesquisa básica que tem por objetivo aumentar o conhecimento sobre algum tema, replicando o conhecimento científico que já está inserido na sociedade.

Segundo Silva & Menezes (2000, p. 21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento”. Assim, a pesquisa descritiva tem como objetivo a coleta de informações individual, em busca de compreender as percepções e perspectiva dos participantes em conjunto.

Para nortear os aspectos desta pesquisa tem-se como objeto o conhecimento aplicável a área técnica do estudo da contabilidade no mercado financeiro, onde esta ciência se apresenta de maneira fundamental ao que representa o cenário econômico e financeiro das Sociedades Anônimas S.A's com capital aberto. Portanto, para mensurar estes aspectos utilizou-se do estudo descritivo que está alinhado ao método da coleta de informações de usuários.

No que tange ao público entrevistado, estes são investidores pessoas físicas que hoje são cerca de 4,2 milhões de CPFs cadastrados em contas de corretoras no Brasil (BOVESPA, 2022). Desta forma, para resolver este problema à abordagem utilizada para esta pesquisa foi no aspecto quantitativo e qualitativo. Na abordagem quantitativa, presume-se que a partir dos dados coletados serão investigadas as informações individuais e analisadas em conjunto e no que se refere à qualitativa trará a percepção do entrevistado quanto a sua opinião sobre a importância do tema.

Com o intuito de identificar o cenário e a resposta para o problema, foi realizado um levantamento de dados, onde sua perspectiva está em analisar o estudo das informações coletadas, e, a partir da coleta destes dados, alcançar os resultados. Conforme menciona Menezes (2019, p. 41) “após a coleta e a análise dos dados – se chegar às conclusões.”.

O questionário aplicado é composto por 17 perguntas, sendo dividida em três partes: I – Características pessoais; II – Aspectos gerais dos investidores; III - Análise de Indicadores Contábeis e a importância da contabilidade para os investidores pessoa física. O questionário foi elaborado através da ferramenta de acesso do Google, *google forms* e aplicada aos investidores pessoa física.

Visando à limitação desta pesquisa onde foram obtidas 25 respostas em sua totalidade, os resultados apresentados não devem ser considerados como generalizado. No entanto, o que se percebe é que do público entrevistado todos concordam que é relevante entender como analisar as demonstrações financeiras.



### 3.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS

#### 3.1.1 TERMO DE ACEITAÇÃO

O questionário aplicado contém 25 respostas aptas para a análise dos resultados obtidos. Onde 100% dos participantes respondentes concordaram com a divulgação dos dados obtidos a partir da coleta de informações.

#### 3.1.2 ANÁLISE DOS PERFIS ENTREVISTADOS

Em sua composição de perguntas o questionário aplicado possui 17 questões, onde 7 destas são voltadas para identificação das características gerais do participante e 10 perguntas voltadas para a parte específica do artigo, dentro das 10 perguntas duas são abertas, pois trouxe a visão que o participante têm perante a importância da contabilidade para investidores pessoa Física em relação à análise das demonstrações contábeis.

No que se refere ao público participante temos 25 pessoas entrevistadas, onde 8 identificam-se com o gênero feminino e representam 32% do público participante e 17 que identificam-se com o masculino o que corresponde 68% do público participante.

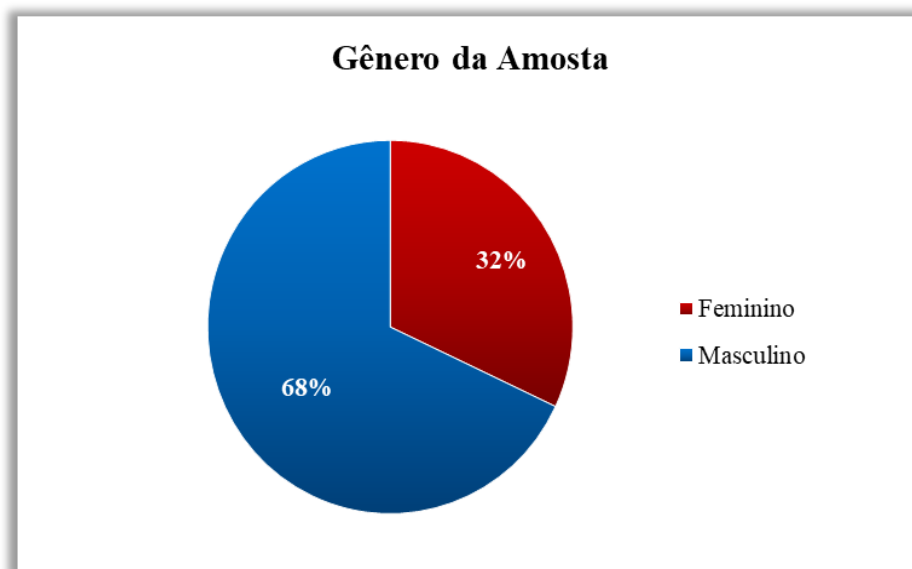


Gráfico 1 – Gênero dos entrevistados  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

De acordo com a discriminação das informações no gráfico abaixo referente à faixa etária das idades dos participantes temos: uma pessoa acima de 41 anos, três

peças na faixa de 19 a 24 anos, quatro peças na faixa de 36 a 40 anos, quatro peças na faixa de 31 a 35 anos e 13 peças na faixa de 25 a 30 anos.

Ao realizar a leitura dos dados percebe-se que a maior porcentagem do público entrevistado estão na faixa etária de 25 a 30 anos, o que mostra que a maior parte do público participante é jovem.

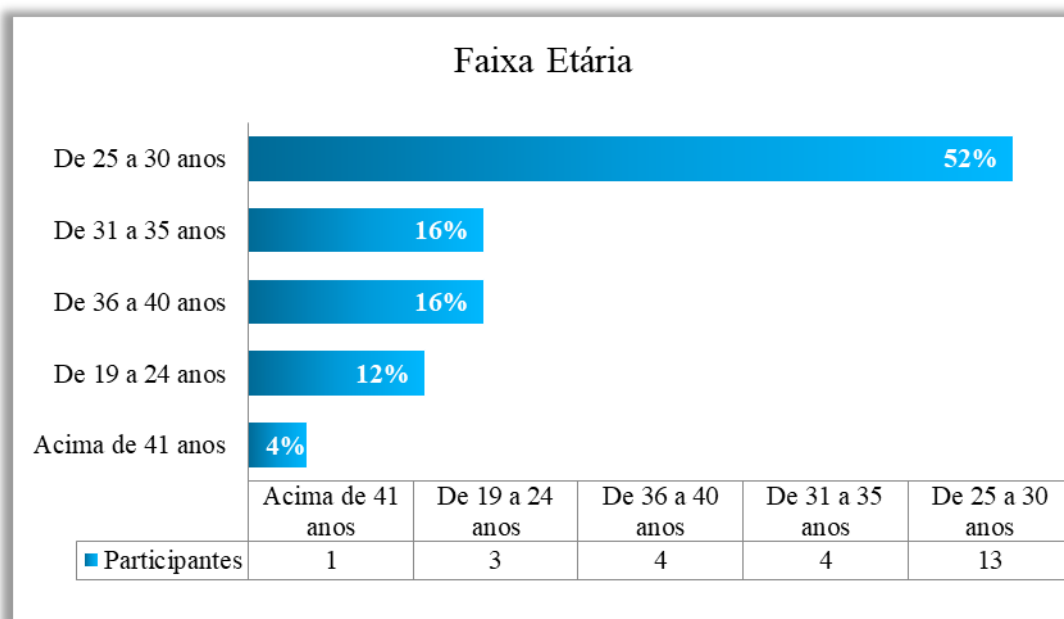


Gráfico 2 – Faixa Etária  
Fonte: Dados de pesquisa (2022)

No que tange a formação dos participantes temos representados por 13 correspondentes ao graduação de ciências contábeis, 4 possuem a graduação de administração e/ou finanças, apresentam-se também como participantes 4 pessoas que não possuem graduação, 2 pessoas com a graduação em ciências da computação e 2 pessoas nas graduações de ciências biológicas e engenharia de produção, sendo 1 de cada curso.

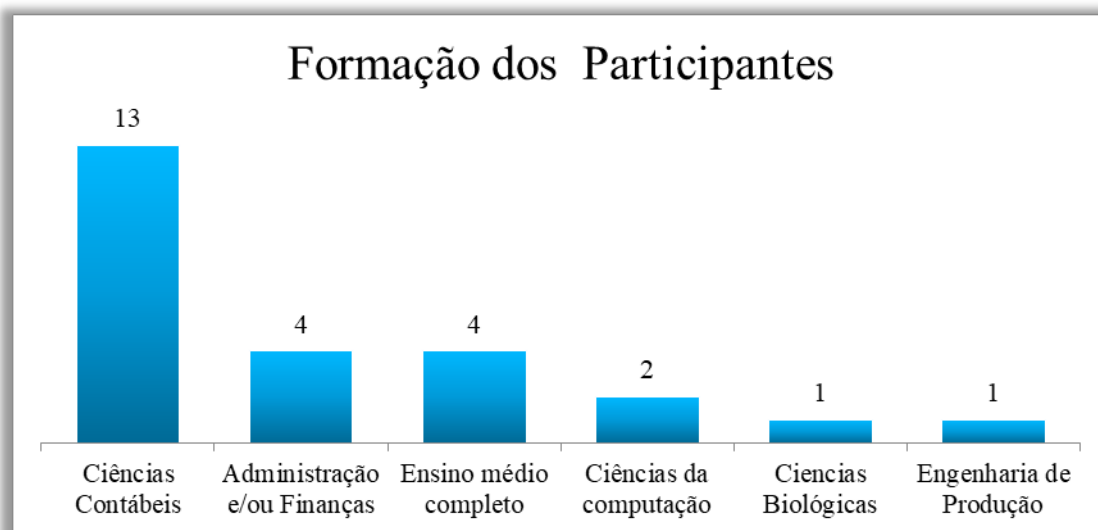


Gráfico 3 – Formação dos participantes  
Fonte: Dados de pesquisa (2022)

Ainda com base nas informações supracitadas acima, dos participantes 36% ainda estão graduando, 16% não possuem graduação e 48% já concluíram a graduação.

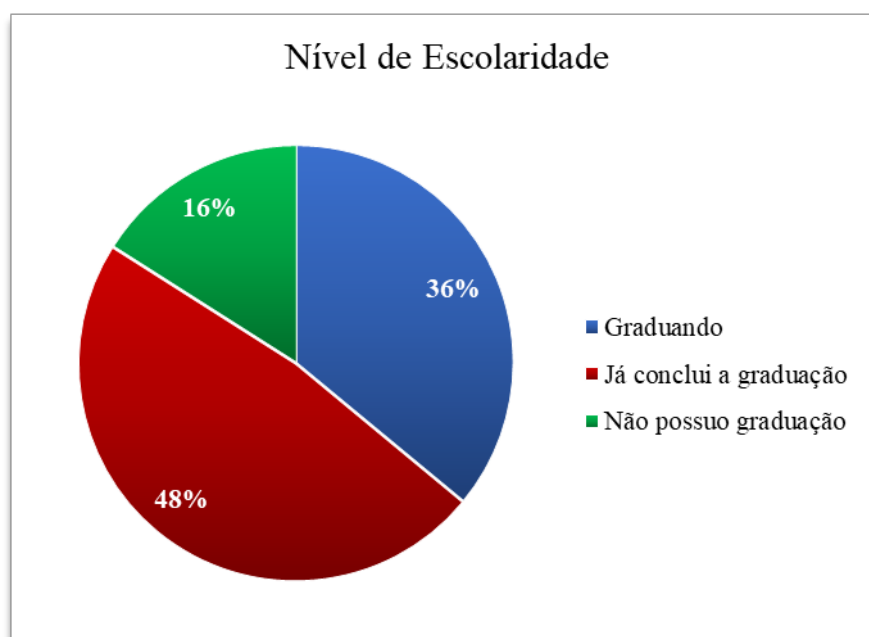


Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos participantes  
Fonte: Dados de pesquisa (2022)

Com base na análise do participante, foi realizada uma pergunta que correspondia à outra. Neste aspecto dos 25 participantes 8 fizeram o cursos de investimentos e ficaram aptos a responder o questionamento sobre a abordagem dos indicadores contábeis. Assim, identificamos que 87% dos entrevistados viram o tema no curso realizado e apenas 13% não forma mencionados os temas.

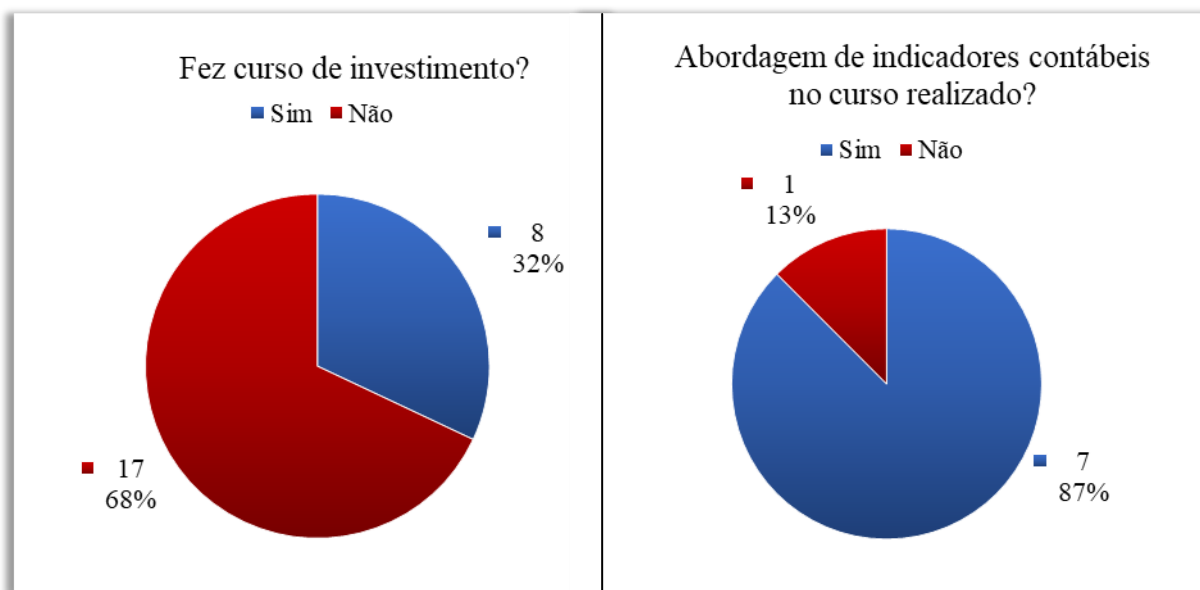


Gráfico 5 – Realizou curso de investimentos? Contábeis

Fonte: Dados de pesquisa (2022)

Gráfico 6 – Abordagem de indicadores

Fonte: Dados de pesquisa (2022).

Com relação ao tempo de investimento analisado dos entrevistados 8 % correspondentes a 2 participantes já investem no período de 4 e 6 anos; o público que corresponde a 44% do entrevistados representados por 11 pessoas investem no período de 1 a anos e o público que corresponde aos 48% discriminados no gráfico abaixo correspondem a 12 participantes que aplicam recursos a menos de 1 ano.

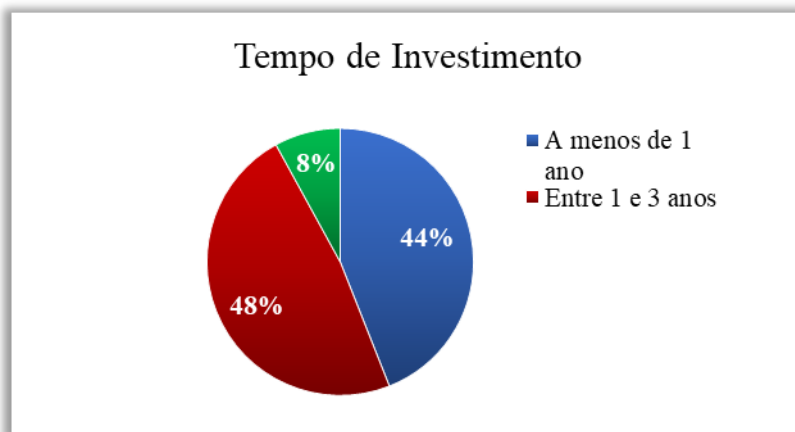


Gráfico 7 – Análise de Tempo de Investimento

Fonte: Dados de pesquisa (2022)

Para identificar o conhecimento sobre os indicadores financeiros dos participantes foi realizada uma pergunta sobre a forma ao qual foi obtido o conhecimento sobre a análise dos indicadores contábeis.

Conforme representações discriminadas nos gráficos abaixo, treze participantes obtiveram conhecimento a partir do curso de ciências contábeis, no

entanto nem todos compreendem o significado que o índice representa para a empresa.

**Para o sim:** treze investidores responderam que obtiveram conhecimento dos indicadores através da graduação do curso de ciências contábeis.

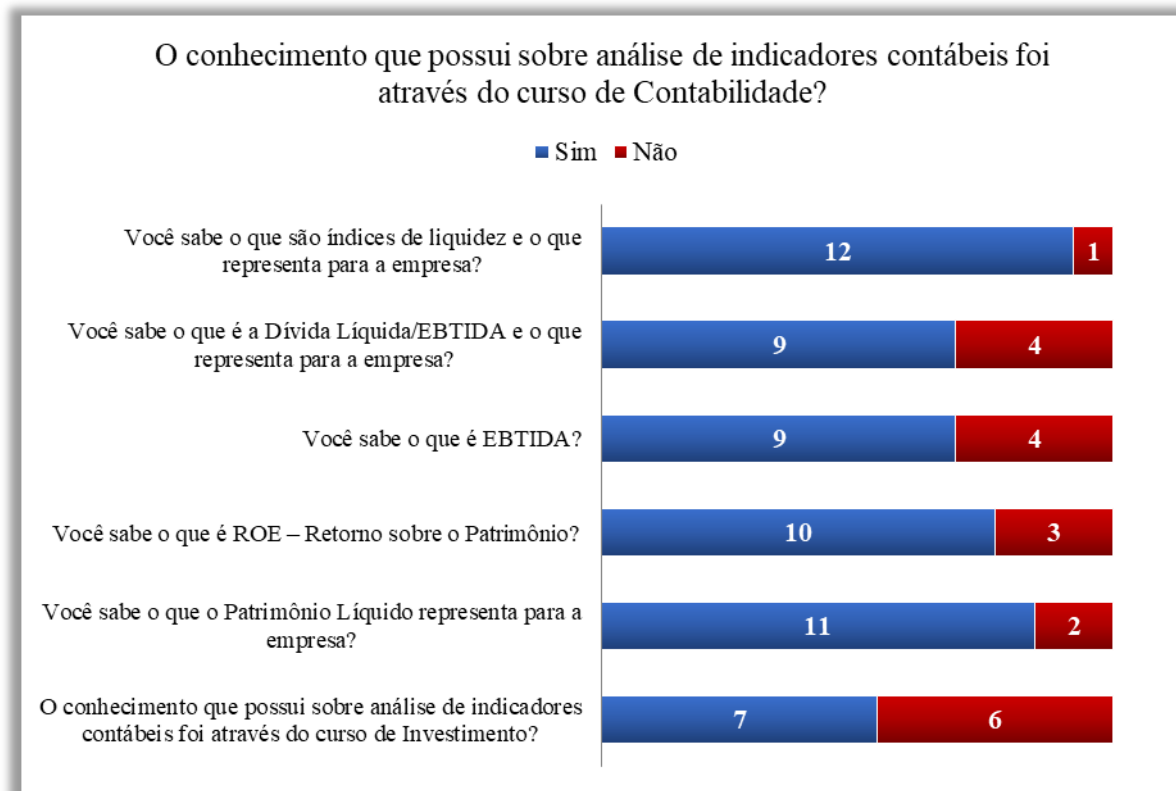


Gráfico 8.0 – Análise do conhecimento sobre os indicadores contábeis e o que representa para a empresa

Fonte: Dados de pesquisa (2022)

Para os que não adquiriram este conhecimento a partir da graduação de ciências contábeis temos doze participantes que se apresentam divididos sobre o conhecimento dos indicadores.

**Para o não:** doze investidores informam que obtiveram conhecimento dos indicadores através de outras graduações ou que não possuem graduação.

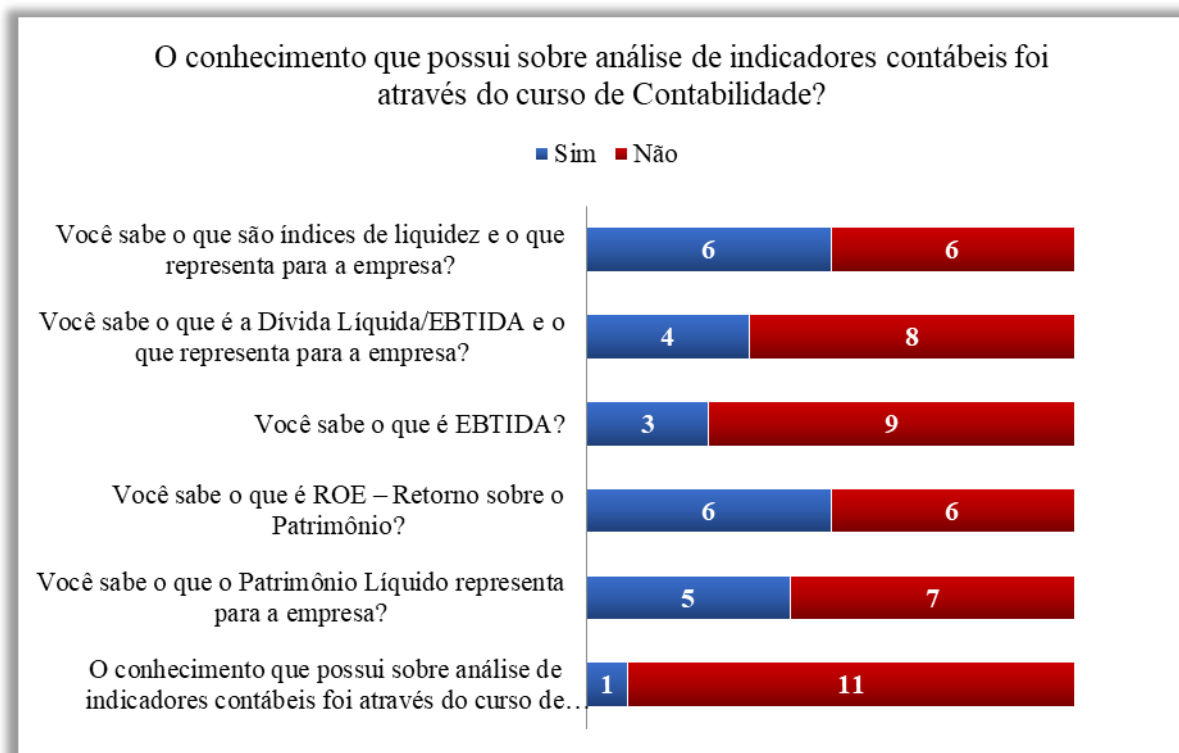


Gráfico 8.1 – Análise do conhecimento sobre os indicadores contábeis e o que representa para a empresa

Fonte: Dados de pesquisa (2022)

A fim de compreender a forma de obtenção ao conhecimento das análises dos indicadores financeiros, foi perguntada ao grupo participante que respondeu com não, qual a maneira foi adquirido os conhecimentos das análises e como resposta obteve-se que além da graduação do curso de ciências contábeis, pode-se obter tal conhecimento a partir de pesquisas relacionadas ao assunto em diversas plataformas.

Em suma foram doze estariam aptos a responder, no entanto apenas seis expressaram os meios que obtiveram tal conhecimento.

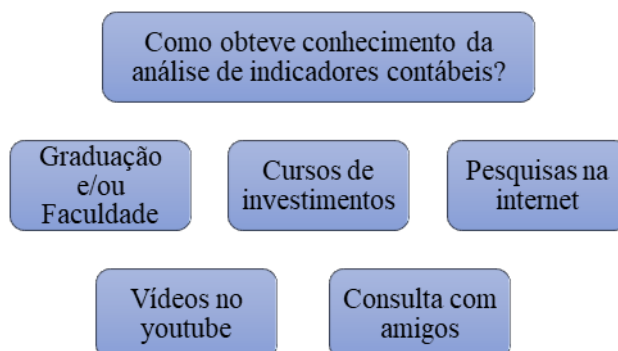


Figura 1: Análise na obtenção do conhecimento das análises dos indicadores financeiros.

Fonte: Dados de pesquisa; De autoria própria (2022)

Com o objetivo de enxergar a visão dos participantes sobre a importância do conhecimento sobre a análise das demonstrações contábeis para o público participante foi abordada a seguinte pergunta de pesquisa: Você acredita que o conhecimento sobre a análise das demonstrações contábeis é importante para o investidor pessoa física? Todos os 25 respondentes ao questionamento concordaram que tal conhecimento é fundamental para o investidor.

A partir desta pergunta foi solicitada a justificativa quanto à resposta. No geral, o público participante entende que o conhecimento alinhado a prática auxilia o investidor na tomada de decisão e a minimizar os riscos com os investimentos, pois se considera que conhecimento sobre as demonstrações financeiras é relevante para compreender a posição patrimonial da entidade e se ela tem capacidade de gerar lucro e agregar valor no longo prazo.

Das 25 respostas obtidas foram selecionadas 13 que correspondiam em sua totalidade à opinião dos participantes.

<b>Percepções dos Participantes quanto à importância do conhecimento das Demonstrações Financeiras</b>
A teoria aliada à prática auxilia a tomar melhores decisões.
Através das análises nas demonstrações sabemos se de fato o investimento será rentável ou não.
Através dos mesmos é possível definir estratégias menos arriscadas para formar sua carteira de investimentos e obter resultados acima da média, uma vez que saberá de fato como se encontra a saúde financeira da empresa a qual se deseja investir.
Conhecimento nunca é demais, entender dos procedimentos contábeis, pode ser um facilitador para o desenvolvimento da empresa ou dos negócios.
É a partir delas que é possível identificar o comportamento financeiro e operacional do empreendimento. Sendo assim, as demonstrações contábeis refletem diretamente na capacidade de crescimento, de gerar lucro e valor ao mercado e ao investidor.
É essencial esse conhecimento principalmente para investidor de longo prazo que trabalha muito com a análise fundamentalista.
É importante para obter informações sobre como está a saúde econômico-financeira da empresa que se pretende investir.
É importante saber a situação patrimonial e financeira da empresa ao qual pretende investir, ter noção dos seus fundamentos.
É importantíssimo para a tomada de decisão do investidor.
Fazendo análises sobre as demonstrações, a gente quando vai fazer algum tipo de investimento, acaba tendo uma visão melhor de onde estamos colocando o nosso dinheiro.
O conhecimento sempre é fundamental e nos dá base para tomar atitudes que gerem retornos positivos.
Para investir em uma empresa (por meio de ações) é importante saber interpretar os índices que indicam a composição patrimonial, a capacidade de arcar com suas obrigações e a de gerar lucros.
Pois é com esse conhecimento que o investidor conseguirá analisar se vale a pena ou não investir e se isso lhe traria benefícios ou prejuízos.

Quadro 2 – Percepção da Importância do conhecimento sobre as análises das demonstrações contábeis.



Fonte: Dados de pesquisa (2022)

A partir das informações obtidas, observou-se que a contabilidade está interligada com o interesse do investidor, pois tal conhecimento se faz necessário durante o processo de tomada de decisão e auxilia o investidor a compreender a posição financeira do ativo que estará agregando valor ao seu patrimônio.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo visa demonstrar a importância e o papel da contabilidade quanto à análise das demonstrações financeiras. Para obter os resultados desta pesquisa científica utilizou-se da aplicação de questionário, onde foi possível extrair as informações de investidores pessoa física.

O objetivo deste trabalho foi apresentar a importância das demonstrações contábeis para os seus usuários. As informações que são fornecidas pela contabilidade são consideradas úteis e relevantes, pois estas informações publicadas representam os dados econômico-financeiros da entidade e auxilia o investidor no gerenciamento de sua carteira de investimentos, desta forma os riscos incorridos destas operações são minimizados.

Para tratar de demonstrações financeiras é importante compreender os dados que são publicados, pois é a partir destas informações que a finalidade destas demonstrações será cumprida, pois irá indicar a posição financeira e patrimonial da organização. Sendo assim, é importante que os usuários consigam interpretar tais informações para que o seu uso influencie no momento da tomada de decisão.

Com base nos dados analisados, é possível identificar que nem todo o grupo entrevistado possui o conhecimento prévio sobre os indicadores contábeis e as análises das demonstrações financeiras, no entanto, do grupo entrevistado 100% concordam que tal conhecimento é fundamental para o gerenciamento de sua carteira de investimento.

A partir das informações coletadas, percebeu-se também que grande parte dos usuários detém o conhecimento sobre a análise dos indicadores através da graduação no curso de ciências contábeis, grupo este representado por 58% dos respondentes e os demais 42% obteve o conhecimento sobre a análise dos indicadores a partir de pesquisas e consultas com outros usuários relacionados ao tema abordado.

Logo, entende-se que o objetivo geral deste trabalho foi alcançado, pois demonstra que o papel que a contabilidade tem é relevante para o investidor, considerando que sua função é fornecer informações úteis, fidedignas e relevantes para que estes usuários percebam as nuances desta ciência que está alinhada aos interesses do investidor.

Entretanto, visando à limitação desta pesquisa onde foram obtidas 25 respostas em sua totalidade, os resultados apresentados pro dele não devem ser considerados como generalizado. No entanto, o que se percebe é que do público entrevistado todos concordam que é relevante entender sobre a capacidade da empresa de gerar resultados positivos e minimizar os prejuízos.

Desta forma, pode-se observar a partir da discussão dos resultados que mesmo que em sua totalidade haja concordância da importância do conhecimento das análises das demonstrações contábeis, nem todos detém o conhecimento sobre os indicadores financeiros que refletem diretamente no comportamento financeiro da organização.

Portanto, conclui-se que a abordagem ao tema é relevante, pois reflete diretamente nos interesse do investidor. Logo a reflexão trazida na introdução deste artigo, onde foi questionado o como estariam sendo gerenciadas as tomadas de decisões com a crescente margem de investidores pessoa física nos últimos anos, assim, é importante que os usuários das informações contábeis busquem o conhecimento adequado de como ler e analisar as demonstrações financeiras através de pesquisa, livros, cursos ou sites relacionados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. Contabilidade: qual sua importância para o mercado financeiro? Publicado em 11 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.certifiquei.com.br/contabilidade/> Acesso em 27/02/2022.

BORGES, Ana Paula et al. A Importância da Contabilidade no Mercado Financeiro para os Investidores Pessoa Física. 2018.

BOVESPA, 5 milhões de contas de investidores. Publicado em 04/02/2022. Disponível em: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/noticias/5-milhoes-de-contas-de-investidores.htm](https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/5-milhoes-de-contas-de-investidores.htm) Acesso em 11/06/2022.

BOVESPA, Uma Análise Da Evolução Dos Investidores Pessoas Físicas Na B3. Publicado em abril de 2020. Disponível em: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-](https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-)

data/consultas/mercado-a-vista/perfil-pessoas-fisicas/perfil-pessoa-fisica/ Acesso em 05/03/2022.

COELHO, Idésio. A Importância da contabilidade para o mercado de capitais. Publicado em 26 de agosto de 2019. Disponível em: <https://crcal.org.br/importancia-da-contabilidade-para-o-mercado-de-capitais/> Acesso em: 27/02/2022.

Comitê De Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. Publicado em 10 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em 03/04/2022.

Comitê De Pronunciamentos Contábeis. **CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Publicado em 07 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34> Acesso em 04/04/2022

Comitê De Pronunciamentos Contábeis. **Apresentação das Demonstrações Contábeis CPC 26 (R1)**. Publicado em 15 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80> Acesso em 03/04/2022.

Diversificação de investimentos: Como montar sua carteira. Publicado em 15 de março de 2019. Disponível em: <https://riconnect.rico.com.vc/blog/diversificacao-de-investimentos/>. Acesso em 24/04/2022.

Entenda a afirmação “A Contabilidade é a Língua dos Negócios”. Publicado 08 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.blbbrasil.com.br/blog/a-contabilidade-e-a-lingua-dos-negocios/> Acesso em 27/02/2022.

LOVATO, Bruno Nascimento et al. Finanças pessoais: investimentos de renda fixa e renda variável. 2011.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 14.º ed. São Paulo: Atlas, 2008

MENEZES, Afonso Henrique Novaes et al. Metodologia científica: teoria e aplicação na educação à distância. Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina-PE, 2019.

ORAMA. O Que É Fundo Imobiliário? Publicado em 09/11/2021. Disponível em: <https://blog.orama.com.br/2021/11/09/o-que-e-fundo-imobiliario/> Acesso em 13/04/2022.

REIS, Tiago. **Hedge: como funciona essa operação de proteção financeira?** Atualizado 27 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.sunoo.com.br/artigos/como-utilizar-hedge/> Acesso em 24/04/2022.

REIS, Tiago. **Lucro líquido: saiba o que é e como calculá-lo.** Atualizado 06 de janeiro de 2021. Disponível em:  
<https://www.sunno.com.br/artigos/lucro-liquido/> Acesso em 03/04/2022.

REIS, Tiago. **ROE (Retorno sobre Patrimônio): Saiba como analisar esse indicador.** Atualizado 19 de agosto de 2021. Disponível em:  
<https://www.sunno.com.br/artigos/roe-utilidade/> Acesso em 03/04/2022.

REIS, Tiago. **Tipos de ações: entenda quais são e como identificá-las na bolsa.** Publicado em 18/09/2018 e atualizado em 08/02/2022.  
<https://www.sunno.com.br/artigos/tipos-de-acoes/> Acesso em 07/05/2022

REIS, Tiago. Tudo sobre Renda fixa: o que é, como investir e qual a melhor aplicação. Texto não datado. Disponível em:  
<https://www.sunno.com.br/guias/investimento-renda-fixa/> Acesso em 08/05/2022.

SENHOR CONTABIL. Contabilidade para investidores – O básico que todos deveriam conhecer. Publicado em 28 de abril de 2021. Disponível em:  
<https://www.senhorcontabil.com.br/blog/contabilidade-para-investidores-o-basico-que-todos-deveriam-conhecer/> Acesso em 27/02/2022.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro Da. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade. Bahia. UFBA, 2017.

SILVA, Edna Lúcia da et. al. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis: UFSC/ PPGEP/LED, 2000, 118 p.

STATUS INVEST. Dívida Líquida/EBTIDA. Publicado em 30 de setembro de 2020. Disponível em:  
<https://statusinvest.com.br/termos/d/divida-liquida-ebitda> Acesso em 06/04/2022.

STATUS INVEST. Liquidez Corrente. Publicado em 30 de setembro de 2020. Disponível em:  
<https://statusinvest.com.br/termos/l/liquidez-corrente> Acesso em 06/04/2022.

TESOURO DIRETO: O seu dinheiro rendendo com segurança. 2012. Disponível em:  
<https://www.tesourodireto.com.br/conheca/conheca-o-tesouro-direto.htm> Acesso em 01/05/2022.

TESOURO DIRETO. Características dos títulos públicos. Disponível em:  
<https://www.tesourodireto.com.br/titulos/tipos-de-tesouro.htm> Acesso em 01/05/2022.

Tomada de decisão de investimentos: Quais as variáveis impactam no resultado. Publicado em 3 de agosto de 2017. Disponível em:  
<https://blog.rcgherco.com/tomada-de-decisao-de-investimentos-quais-as-variaveis-impactam-no-resultado/> Acesso em 15/04/2022.

VIOLATTI, Maria Fernanda. Fundos de Papel: Saiba o que são e por que vale investir nesses FIIs. Publicado em 09.02.2022 – atualizado em 11.02.2022.

Disponível em:

<https://conteudos.xpi.com.br/fundos-imobiliarios/relatorios/fundos-de-papel-saiba-o-que-sao-e-por-que-vale-investir-nesses-fiis/> Acesso em 12/05/2022.

## A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS NO PROCESSO DECISÓRIO DAS EMPRESAS AÉREAS LISTADAS NA B3 DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA

Jamilly da Silva Pereira<sup>1</sup>  
Darlan Oliveira Bezerra<sup>2</sup>

### RESUMO

As empresas aéreas estão entre as primeiras empresas mais afetadas durante essa crise causada pela covid-19, por esse motivo, é importante verificar os impactos causados e avaliar quais foram às mudanças provocadas nesse período. Então, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar a importância dos indicadores econômico-financeiros da situação das empresas aéreas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão-B3, Azul S/A e Gol linhas aéreas inteligentes S/A, durante o período de pandemia do novo coronavírus, a apuração dos dados será feita durante o período de 2019 a 2021. A pesquisa é de caráter descritivo, a abordagem realizada caracteriza-se como quantitativa, a partir de dados coletados em fontes secundárias, a tipologia enquadra-se como bibliográfica e documental. Os dados foram coletados através do site da B3, e foram organizados em gráficos, para que possa fazer análise descritiva e comparações. Os resultados da pesquisa demonstraram que as empresas já apresentavam um baixo desempenho mesmo antes da pandemia, o que pode ser confirmado pelo saldo de prejuízos acumulados. A pandemia fez com que houvesse variações nos índices, entre os anos de 2020 e 2021, porém, as duas empresas apresentaram baixo índice de liquidez, grau de endividamento crescente, e margem de lucro negativa. A recuperação das empresas em estudo será lenta, e levará um tempo, para que se tenha uma estabilidade financeira, apesar da flexibilização que vem acontecendo, o cenário econômico ainda é preocupante.

**Palavras-chaves:** Companhias aéreas brasileira; Covid- 19; demonstrações contábeis; indicadores econômico-financeiros.

### ABSTRACT:

Airlines are among the first companies most affected during this crisis caused by covid-19, for this reason, it is important to verify the impacts caused and assess what were the changes caused in this period. So, the present work has as general objective to identify the importance of the economic and financial indicators of the situation of the airlines listed in Brasil, Bolsa, Balcão-B3, Azul S/A and Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A, during the pandemic period. of the new coronavirus, the data will be collected during the period from 2019 to 2021. The research is of a descriptive nature, the approach carried out is characterized as quantitative, based on data collected from secondary sources, the typology fits as bibliographic and

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Ciências Contábeis do instituto de educação superior da Paraíba (UNIESP). E-mail: pereirajamilly721@gmail.com

<sup>2</sup> Professor, Graduado em Ciências Contábeis, pela Universidade Estadual da Paraíba, Especialização em Auditoria Contábil – Fiscal pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco –UFPE, Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira. E-mail: [darlanbezerra@hotmail.com](mailto:darlanbezerra@hotmail.com). <http://lattes.cnpq.br/3067191145078064>

documentary. The data were collected through the B3 website, and were organized in graphs, so that descriptive analysis and comparisons can be carried out. The survey results showed that companies were already performing poorly even before the pandemic, which can be confirmed by the balance of accumulated losses. The pandemic caused variations in the indices, between the years 2020 and 2021, however, the two companies had a low liquidity index, increasing degree of indebtedness, and negative profit margin. The recovery of the companies under study will be slow, and it will take some time, for there to be financial stability, despite the flexibilization that has been happening, the economic scenario is still worrying.

**KEY WORDS:** Brazilian airlines; Covid-19; accounting statements; economic-financial indicators.

## 1 INTRODUÇÃO

Sars-cov-2 é o vírus causador da covid-19, que surgiu em dezembro de 2019, nesse mesmo período iniciou-se um surto de pneumonia de origem desconhecida em wuban, na china, esses casos foram ligados ao mercado Huanan, que comercializa frutos do mar (GRUBER, 2020). Esse vírus causou milhares de mortes, e assim ganhou proporções mundiais, causando a pandemia do novo coronavírus que foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020.

Vivencia-se a maior crise sanitária da época, provocando uma queda significativa na economia brasileira, essa queda está relacionada a medida de isolamento social, que provocou impactos de curto, e longo prazo. No curto prazo, a pandemia teve vários efeitos e afetou diretamente a economia, e seguiu afetando todos as áreas de longo prazo, em especialmente alguns setores em específico, um deles é o setor aéreo, que foi considerado um dois mais afetados.

As empresas de transporte aéreos são de grande importância para o funcionamento da economia, porque seus serviços tem capacidade de obter um grande alcance, portanto qualquer mudança que possa acontecer, acaba impactando diretamente uma grande parte das atividades econômicas.

A pandemia do novo coronavírus acarretou grandes prejuízos em vários setores. Após o período complicado durante o ano de 2020, as empresas aéreas vêm se destacando e lidera o principal índice de ações no brasil.



Então, com o passar do tempo, o mercado ficou mais competitivo e com um cenário diferente, por isso, todas as informações inseridas nos relatórios das demonstrações contábeis são de grande importância no processo decisório de uma empresa. Segundo Marion (2015, p. 24), a contabilidade auxilia a administração tomar decisões. Coleta dados econômicos, e registra em forma de relatórios, calcula os resultados das organizações, analisa o desempenho dos negócios, e dar orientações para tomada de decisão.

De acordo com Assaf Neto (2020), os indicadores econômico-financeiros comparam os elementos das demonstrações contábeis com a finalidade de extrair resultados e explicações em relação a situação econômica e financeira da organização. Por isso, é fundamental fazer análise dos indicadores financeiros, porque é através deles que é possível retratar o que aconteceu no passado, saber da atual situação da empresa e ter uma visão do que poderá acontecer no futuro.

Nesse sentido, o presente trabalho chegou ao seguinte problema de pesquisa: Qual importância da avaliação dos indicadores econômico-financeiros no processo decisório das empresas aéreas listadas na B3 durante o período de pandemia, entre os anos de 2019 a 2021?

As empresas aéreas estão entre as primeiras empresas mais afetadas durante essa crise causada pela covid-19, por esse motivo, é importante verificar os impactos causados e avaliar quais foram às mudanças provocadas nesse período.

Tem como objetivo geral identificar a importância dos indicadores econômico-financeiros da situação das empresas aéreas listadas na B3, azul S/A e Gol linhas aéreas inteligentes S/A, durante o período de pandemia, entre os anos de 2019 a 2021.

Os objetivos específicos são: explicar a análise das demonstrações contábeis; elaborar indicadores econômico-financeiros de liquidez, rentabilidade e endividamento para análise do desempenho das organizações; avaliar quais foram os indicadores mais afetados durante o período de pandemia; verificar e comparar o crescimento ou decréscimo dos valores das demonstrações contábeis no período de pandemia.

Essa pesquisa delimita-se como bibliográfica e documental, com coleta de dados em fontes secundárias, incluindo planilhas com o resultado do período de 2019 a 2021, esses dados foram coletados na Brasil, Bolsa, Balcão – B3.

A estrutura é formada da seguinte forma, introdução, em seguida a fundamentação teórica, metodologia, apresentação e análise dos resultados coletados, considerações finais e referencias.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 EMPRESAS AÉREAS LISTADA NA B3**

A Brasil, Bolsa, Balcão – B3, é a maior bolsa de valores, “considerada uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro no mundo, com atuação em ambiente de bolsa e de balcão. Sociedade de capital aberto, cujas ações (B3SA3) são negociadas no novo mercado” (B3, 2020).

“A companhia integra os índices da Ibovespa, IBrX-50, IBrX e Itag, entre outros. Reúne ainda tradição de inovação em produtos e tecnologia e é uma das maiores em valor de mercado, com posição global de destaque no setor de bolsas” (B3, 2020).

#### **2.1.1 Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A**

A Gol transportes aéreos iniciou suas operações em 2001, oferecendo serviços com custo razoável, com alta eficiência operacional, conforto e segurança. No mesmo ano, também foi fundado A GOLLG, empresa responsável por todo serviço de carga e logística da companhia. Entrou nas bolsas de valores de São Paulo (Bovespa) e Nova York (NYSE) no ano de 2004 (VOEGOL, 2020).

Primeira empresa aérea a lançar o primeiro serviço de check-in realizado inteiramente pelo celular, o serviço de geolocalização mobile para clientes e um site com recursos de acessibilidade para atender pessoas com deficiência visual e motora, também é a empresa que mais transporta passageiros no Brasil, realizando cerca de 715 voos diários, com 127 aeronaves, 15.500 colaboradores. Além disso, demonstra dados da agência nacional de aviação civil -ANAC, a respeito da participação no mercado de aviação, sendo 13,8% de participação no mercado internacional e 38,8% no mercado nacional (VOEGOL, 2020).

A partir do período de pandemia, a empresa GOL precisou tomar algumas medidas de segurança para poder enfrentar esse cenário, portanto, precisou fazer

ajustes para 50 voos diários essenciais, a companhia também tomou medidas de preservação de caixa por meio de diminuições de custos fixos e variáveis, teve redução de 50% das despesas com a folha de pagamento e respectivos encargos, especialmente pela diminuição da jornada de trabalho e conseqüentemente da remuneração, para aeroviários, gerentes e diretores, já o presidente e o vice-presidente tiveram reajuste de 60% dos seus salários. A cerca de 6.200 colaboradores tiveram seus contratos de trabalhos suspensos no âmbito da MP 936, ou aderiram a licença não remunerada, suspensão das despesas com propaganda e publicidade e a interrupção de temporária de todas as operações internacionais (VOEGOL, 2020).

### **2.1.2 Azul S/A**

A empresa aérea azul S/A iniciou suas operações em dezembro de 2008, atendendo mais de 100 destinos com 792 decolagens diárias. Além disso, expandiu suas operações com voos diretos para os estados Unidos e Portugal, operando com suas aeronaves equipadas com o mais tecnológico sistema de entretenimento a bordo (VOEAZUL, 2020).

A azul consolida-se como a terceira maior empresa companhia aérea do país, com aproximadamente um terço do mercado brasileiro de aviação civil em termos de decolagens. A clara visão de negócio com o foco no contínuo crescimento é fundamental para o sucesso da empresa. o seu papel está voltado para o estímulo do tráfego aéreo e dinamismo da economia brasileira, através de preços baixos e acessíveis e prestação de serviços de alta qualidade (VOEAZUL, 2020).

Em resposta aos acontecimentos relacionados a pandemia do COVID-19 no Brasil, a companhia aérea implementou medidas com o foco na segurança de seus clientes e tripulantes, e buscou amenizar o impacto em seus resultados financeiros e posições de liquidez. A azul reduziu seus voos para 70 decolagem diária, depois fez um reajuste e aumentou para 115 decolagem diária, essa ação de redução dos voos contribuiu para uma significativa redução de custos variáveis e fixos. Mais de 10.500 tripulantes aderiram ao programa que foi lançado pelo governo, que é a medida provisória de preservação do trabalho que implica em cortes salariais e suspensão de contratos em troca de assistência do governo por até 90 dias. Além disso, todos

os membros do comitê executivo tiverem redução salarial, os diretores e diretores estatutários tiveram redução entre 50% e 100%, e para os gerentes o reajuste foi de 25%. A companhia também trabalhou para fortalecer sua posição de liquidez e negociou com parceiros e fornecedores o adiamento e a extensão de prazos de pagamento (CVCB3, 2021).

## 2.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Padoveze e Benedicto (2011) explique que a análise das demonstrações contábeis tem como objetivo compreender as informações numéricas de preferência que seja de dois ou mais períodos regulares, de modo que possa auxiliar gestores, investidores, instituições financeiras e outras pessoas que tenham interesse em conhecer a situação da empresa, ou tomar decisões. Existem algumas razões ou objetivos específicos que leva alguns usuários das demonstrações a fazer uma análise sobre elas, para ter uma avaliação da situação da empresa, os objetivos específicos são: investimento de capital; relatórios administrativos; liberação de crédito; incorporação de empresas; perspectiva da empresa; fiscalização ou controle; rentabilidade/retorno; saneamento financeiro; fusão de empresas.

De acordo com Ludícibus (2017) As demonstrações contábeis devem demonstrar a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, desse modo, devem fazer uma apresentação contendo os principais fatos registrados pela contabilidade que provocam alteração no patrimônio das empresas em determinado período.

Matarazzo (2008) afirma que “as demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa de acordo com as regras contábeis. A análise transforma esses dados em informações e será tanto mais eficientes quanto melhores informações produzidas”.

Assaf Neto (2020, p. 55) explica que “A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras”.

De acordo com Ribeiro (2018, p.7) “A análise de balanços é uma técnica contábil, que consiste no exame e na interpretação dos dados contidos nas

demonstrações contábeis, com o fim de transformar esses dados em informações úteis aos diversos usuários da contabilidade.” Pela análise de balanços é possível avaliar a situação econômica e financeira de uma organização.

O objetivo da análise de balanços, é transformar os dados coletados das demonstrações contábeis, em informações fundamentais para a tomada de decisões, por parte das pessoas interessadas (RIBEIRO, 2018, p. 8).

### 2.3 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Os indicadores econômico-financeiro são ferramentas fundamentais para que os analistas financeiros e os administradores possam analisar o desempenho da empresa, e avaliar a situação financeira, portanto, os indicadores financeiros são cálculos usados para o gerenciamento futuro da empresa.

Martins, Diniz e Miranda (2020, p. 109) explicam que “o importante não é o uso de grande quantidade de índices, mas somente daqueles necessários à compreensão da situação da entidade em análise”.

O método de análise financeira por quocientes é um dos mais relevantes no desenvolvimento da contabilidade, porque é muito mais indicado comparar o ativo corrente com o passivo corrente do que verificar cada um dos elementos individualmente. O objetivo do uso dos quocientes é determinar o que ocorreu no passado, e dar suporte para não influenciar no futuro (LUDICIBUS 2017, p. 103).

Para Marion (2019) figura 01, existem três pontos fundamentais para conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa: Liquidez (Situação financeira), Rentabilidade (Situação Econômica) e Endividamento (Estrutura de Capital).

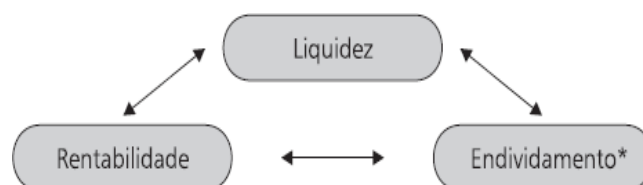


Figura 01: Tripé da análise  
Fonte: (Marion, 2019, p, 01).

De acordo com Klann e Beuren (2011) os indicadores econômico-financeiros devem ser evidenciados nas demonstrações contábeis como um meio de reduzir a incerteza dos usuários.

### 2.3.1 Índice de Liquidez

Os índices de liquidez são usados para analisar a capacidade que a empresa tem para honrar com os seus compromissos de longo prazo, curto prazo ou prazo imediato (MARION, 2019).

Segundo Hernandez; Begalli (2015, p. 320):

Indicadores de liquidez é um dos principais tipos de indicadores, pois demonstra a situação financeira da empresa e sua capacidade de saldar suas obrigações. A interpretação intrínseca desses índices tem como referência o número 1, pois se o indicador for maior que 1 significa que a empresa tem mais direitos que obrigações indicando boa liquidez e vice-versa.

Martins, Diniz e Miranda (2020, p. 109) explica que “os índices de liquidez apresentam a situação financeira de uma empresa frente aos compromissos financeiros assumidos, ou seja, demonstram sua capacidade de arcar com as dívidas assumidas”.

Os índices de liquidez visam fornecer um indicador da capacidade da empresa de pagar suas dívidas, a partir da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades. No geral, a liquidez decorre da capacidade de a empresa ser lucrativa, da administração de seu ciclo financeiro e de suas decisões estratégicas de investimento e financiamento (SILVA 2017, p. 259).

Os indicadores utilizados para pesquisa são: Liquidez corrente; liquidez seca; liquidez imediata; e liquidez geral.

#### 2.3.1.1 Liquidez Corrente

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2020) o índice de liquidez corrente revela o quanto a empresa tem de recursos de curto prazo, para cada real de obrigação de curto prazo, ou seja, o índice de liquidez corrente demonstra a capacidade que a empresa tem para honrar com as suas obrigações de curto prazo, e também demonstra a capacidade de financiar suas necessidades de capital de giro. Chega ao resultado do indicador aplicando a seguinte fórmula.

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Assaf Neto (2020, p. 176) explica que “quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro”. Portanto, quanto maior, melhor. Esse índice é visto como o melhor indicador de liquidez da empresa.

### **2.3.1.2 Liquidez Seca**

De acordo com Ribeiro (2018, p. 216) “o quociente revela a capacidade financeira líquida da empresa para cumprir os compromissos de curto prazo, isto é, quanto a empresa tem de ativo circulante líquido para cada \$ 1 do passivo circulante”.

Esse indicador verifica se o ativo líquido é suficiente para pagar os compromissos de curto prazo. Então, quanto maior for esse indicador, melhor, porque se o índice for baixo, indica que a empresa está em uma situação financeira apertada. Para chegar no resultado desse indicador é preciso aplicar a seguinte fórmula.

$$\text{Liquidez Seca: } \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

### **2.3.1.3 Liquidez Imediata**

O índice de liquidez imediata avalia a capacidade que a empresa tem para honrar com as suas dívidas de prazo imediato.

Para Ribeiro (2018, p. 218) “o quociente revela a capacidade de liquidez imediata da empresa para saldar seus compromissos de curto prazo, isto é, quanto a empresa possui de dinheiro em caixa, nos bancos e em aplicações de liquidez imediata, para cada \$ 1 do passivo circulante”.

Então, aplica-se a seguinte fórmula.

$$\text{Liquidez Imediata: } \frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$$

### **2.3.1.4 Liquidez Geral**

O indicador de liquidez geral analisa a capacidade que a empresa tem para arcar com os seus compromissos de curto e longo prazo.

Segundo Marion (2019, p. 80) a liquidez geral “mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo que ela converterá em



dinheiro (a curto prazo e longo prazo) relacionando com tudo o que já assumiu com dívida (a curto e longo prazo)”.

Nesse sentido, quanto maior, melhor. É calculado por meio da seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Geral: } \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Passivo exigível a longo prazo}}$$

O ideal é que este índice não seja inferior a 1. Caso contrário, a companhia estará financiando, pelo menos em parte, as aplicações no ativo permanente com recursos de terceiros o que, geralmente, provoca sensíveis dificuldades de pagamento das obrigações. As aplicações no Permanente têm retorno demorado e devem ser financiadas com recursos próprios, ou com recursos de terceiros amortizáveis a longo prazo (FERREIRA, 2007).

Esse índice é importante para tomar decisões de autorização de crédito por parte das instituições financeiras, e para os clientes de empresas que trabalham com adiantamento de pagamento (MATIAS, 2007).

### 2.3.2 Índice de Endividamento

É por meio desse indicador que é possível saber o nível de endividamento da empresa. Os indicadores de endividamento também informam se a empresa utiliza mais recursos de terceiros ou de recursos próprios (MARION, 2019). O objetivo da análise de endividamento é indicar o volume de dinheiro de terceiros utilizado para gerar lucros (GITMAN, 2010).

Os índices de endividamento demonstram o grau de risco gerado pelos financiamentos. A administração financeira precisa estar sempre atenta aos níveis de endividamento, levando em consideração que os fornecedores, clientes e bancos também avaliam a solidez financeira da empresa (SILVA, 2019).

Segundo Marion (2019) na análise do endividamento, existe há necessidade de identificar as características do seguinte indicador:

- Empresas que recorrem a dívidas como um complemento dos Capitais Próprios para realizar aplicações produtivas em seu Ativo (ampliação, expansão, modernização etc.). Esse endividamento é sadio, mesmo sendo um tanto elevado, pois as aplicações produtivas deverão gerar recursos para saldar o compromisso assumido;
- Empresas que recorrem a dívidas para pagar outras dívidas que estão vencendo. Por não gerarem recursos para saldar seus compromissos, elas recorrem a empréstimos sucessivos.

Permanecendo esse círculo vicioso, a empresa será séria candidata à insolvência e, conseqüentemente, à falência.

Algumas empresas que vão a falência apresentam durante um período altos quocientes de capitais de terceiros, porém, isso não quer dizer que uma empresa com alto quociente de terceiros conseqüentemente está falida, mas a grande maioria que apresentam este sintoma acaba falindo (PADOVEZE e BENEDICTO 2011, p. 156). Os índices de endividamento devem ser analisados em comparação com empresas de segmentos semelhantes (BARROSO, 2007).

### 2.3.2.1 Grau do Endividamento

Conforme Ludicibus (2017) esse quociente também é conhecido como Debt Ratio, ele é de grande relevância. Para chegar ao seu resultado, aplica-se a seguinte fórmula:

$$\text{Quociente de participação de capitais de terceiros sobre recursos totais} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Exigível Total} + \text{Patrimônio Líquido}}$$

Esse quociente relaciona o Exigível Total (capitais de terceiros) com os Fundos Totais Providos (por capitais próprios e capitais de terceiros). Expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais. Também significa qual a porcentagem do ativo total é financiada com recursos de terceiros. No longo prazo, a porcentagem de capitais de terceiros sobre os fundos totais não poderia ser muito grande, pois isto iria progressivamente aumentando as despesas financeiras, deteriorando a posição de rentabilidade da empresa (LUDICIBUS 2017, p. 109).

Para Ribeiro (2018, p. 150) explica que quando menor for esse quociente, melhor. Isso significa que quanto menor for a participação de capitais terceiros na empresa, menor será o grau de endividamento.

### 2.3.2.2 Participação de Capital de Terceiros

Ludicibus (2017) explica que este quociente é usado para demonstrar o posicionamento das empresas em relação aos capitais de terceiros. Esse quociente é obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{Quociente de participação de capitais} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Exigível Total}}$$

de terceiros / capitais próprios  $\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Esse indicador confronta as duas principais fontes de recursos de uma empresa. É o indicador que demonstra o risco da empresa, ou seja, a dependência do capital de terceiros (BAZZI, 2020).

De acordo com Ribeiro (2018, p. 204) “Este quociente revela qual a proporção existente entre capitais de terceiros e capitais próprios, isto é, quanto a empresa utiliza de capitais de terceiros para cada \$ 1 de capital próprio”. Conforme o mesmo autor, esse quociente mede o grau de endividamento da empresa, portanto, quanto menor, melhor, porque quanto menor for a participação de capitais de terceiros na empresa, menor será o grau do endividamento, e assim terá liberdade financeira para tomar decisões.

### 2.3.2.3 Composição do Endividamento

Segundo Ludicibus (2017) esse índice “representa a composição do endividamento total ou qual a parcela que se vence a curto prazo, no endividamento total”.

Quociente de participação das dívidas de:  $\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$   
curto prazo sobre o investimento

“Este quociente revela qual a proporção existente entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais, isto é, quanto a empresa terá de pagar a curto prazo para cada \$ 1 do total das obrigações existentes” (RIBEIRO 2018, p. 206). Ainda de acordo com o mesmo autor, esse quociente verifica se a empresa gera recursos a curto prazo para saldar os seus compromissos, portanto, quanto menor, melhor, porque se o valor a pagar a curto prazo for menor, isso significa que a empresa terá tempo maior para gerar recursos financeiros, e assim honrar com os seus compromissos.

### 2.3.3 Rentabilidade

O índice de rentabilidade é o retorno do capital que foi investido no ativo financeiro da empresa. De acordo com Padoveze e Benedicto (2011, p. 116) a rentabilidade é o resultado das ações que foram realizadas na empresa em um determinado período, portanto, envolve os elementos operacionais, econômicos e financeiros.

Ribeiro (2018, p. 219) descreve que “os quocientes de rentabilidade servem para medir a capacidade econômica da empresa, isto é, evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo capital de investimento da empresa”.

Marion (2019) explica que quando compararmos lucro com ativo, ou lucro com patrimônio líquido, devemos considerar dois aspectos:

- Muitos conceitos de lucro poderão ser utilizados: lucro líquido, lucro operacional, Lucro bruto etc. É imprescindível que o numerador seja coerente com o denominador. Se utilizarmos o Lucro Líquido no numerador, utilizaremos Ativo Total no denominador. Utilizando o Lucro Operacional no numerador, utilizaremos Ativo Operacional no denominador, e assim sucessivamente.
- Tanto o ativo como o patrimônio líquido, utilizados no denominador para cálculo da taxa de retorno, poderiam ser o médio, pelo motivo de quem nem o valor inicial, nem o valor final de ambos, geram resultados, e sim a média do período.

“A rentabilidade é a alma do negócio. Sem rentabilidade a continuidade da empresa estará comprometida” (MARTINS, DINIZ E MIRANDA 2020, p. 169).

### 2.3.3.1 Giro do Ativo

Martins, Miranda e Diniz (2020) descreve que esse índice faz comparação entre as vendas da empresa e o seu investimento. É definida uma relação entre as receitas líquidas e o ativo total. Portanto, esse índice mostra o quanto a empresa vendeu para cada real que foi investido.

Dessa forma, é interpretado da seguinte forma, quanto maior, melhor. Para fazer o cálculo é usado a fórmula a seguir.

$$\text{Giro do Ativo: } \frac{\text{Receita Líquida}}{\text{Ativo Total}}$$

De acordo com Ribeiro (2018) “A interpretação deste quociente deve ser direcionada para verificar se o volume das vendas realizadas no período foi adequado em relação ao capital total investido na empresa”.

### 2.3.3.2 Margem Líquida

Esse índice também é conhecido como retorno sobre as vendas, seu objetivo é comparar o lucro líquido em relação as vendas líquidas do período, demonstrando o percentual de lucratividade produzido (SILVA, 2019).

Para chegar ao resultado, é usado a seguinte fórmula:

$$\text{Margem Líquida: } \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas líquidas}}$$

Segundo Ribeiro (2018, p. 221) esse quociente mostra a margem de lucratividade que foi atingida pela empresa do seu rendimento. Ou seja, o valor que a empresa adquiriu de lucro líquido para cada \$ 1 que foi vendido. Desse modo, quanto maior, melhor.

### 2.3.3.3 Rentabilidade do Ativo

ROI – Return ou Investment, que tem o significado de retorno sobre o investimento ou retorno sobre o ativo. Esse indicador é um dos mais usados na prática, porque ele evidencia o quanto a empresa adquiriu de resultados com relação aos investimentos realizados (MARTINS, MIRANDA E DINIZ, 2019).

Para esse indicador usa-se a seguinte fórmula:

$$\text{ROI: } \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Ativo total}}$$

De acordo com Silva (2018) “Esse indicador tem por objetivo medir a eficiência global da alta direção da empresa na geração de lucros com seus investimentos totais”. Portanto, quanto maior, melhor.

### 2.3.3.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Esse índice também é conhecido pela sigla ROE, que vem do termo em inglês Return on Equity. Ribeiro (2018, p.224) explica que esse índice é usado para verificar qual é o tempo fundamental para obter o retorno do capital próprio que foi investido na empresa, ou seja, “quantos anos serão necessários para que os proprietários obtenham de volta o valor do capital que investiram na empresa”. O mesmo explica que esse indicador é interpretado no sentido de quanto maior, melhor. Para obter o resultado aplica-se a seguinte fórmula:

$$\text{ROE: } \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Patrimônio líquido}}$$

“Quando uma empresa consegue elevar o ROE em decorrência do aumento da sua margem líquida ou do giro de seus ativos, essa é uma situação bastante confortável, pois reflete a aplicação de boas políticas de gestão dos seus ativos e eficiência na gestão dos seus custos” (SILVA, 2018).

### 3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa de caráter descritivo, porque tem como objetivo interpretar as demonstrações contábeis das empresas do setor aéreo com ações na Brasil, Bolsa, Balcão – B3. Gil (2018) explica que a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno, e também podem ser elaboradas com o intuito de identificar possíveis relações entre variáveis.

A abordagem realizada no artigo caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, a partir de dados coletados em fontes secundárias, a tipologia da pesquisa enquadra-se como bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material que já foi publicado, especialmente livros e artigos científicos, já a pesquisa documental é desenvolvida através de documentos, as duas são muito semelhantes, a principal diferença entre elas está na natureza das fontes (GIL, 2018; MARCONI E LAKATOS, 2010).

Os dados foram coletados através do site da Brasil, Bolsa, Balcão – B3, e foram organizados em gráficos, para que possa fazer análise descritiva e comparações. As empresas aéreas foram uma das mais afetadas durante esse período de pandemia do covid-19, portanto, a amostra da pesquisa foi realizada nas seguintes empresas listadas na B3: Azul S/A e Gol linhas aéreas inteligentes S/A, o período analisado foi do ano de 2019 a 2020, com o objetivo de analisar através das informações divulgadas anualmente os impactos da covid-19 ao longo do tempo, saber o impacto econômico-financeiro causado na pandemia, e comparar com o período em que não havia casos da doença.

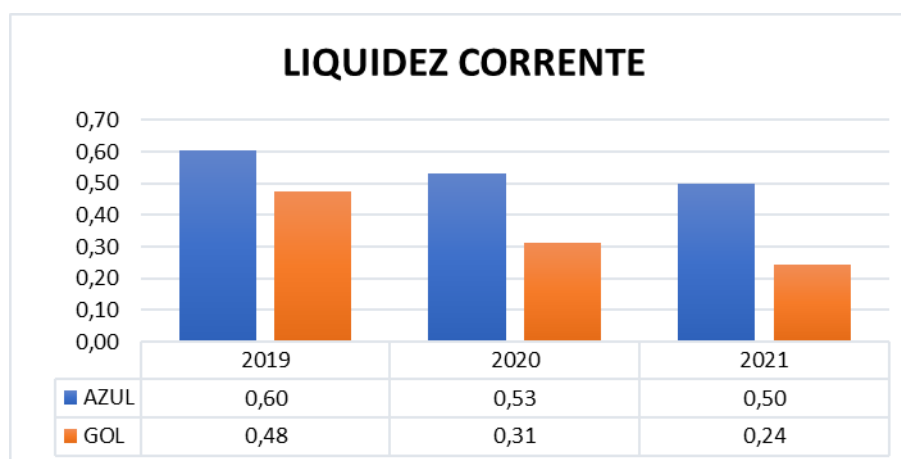
## 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Para chegar aos resultados dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade foi extraído dados do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício das companhias aéreas Azul S/A e Gol linhas aéreas inteligentes S/A, referente ao ano de 2019 a 2021. Os dados foram coletados na B3 e, em seguida estruturados em gráficos, para fazer a análise dos resultados obtidos.

#### 4.1.1 Indicadores de Liquidez

O índice de liquidez mostra a capacidade que a empresa tem para honrar com os seus compromissos. Os gráficos a seguir são referentes aos anos de 2019 a 2021, portanto, é possível fazer comparações entre os anos, e identificar os impactos causados pela pandemia.



**Gráfico 01 – Indicador de Liquidez Corrente**

Fonte: Elaboração própria, 2022.

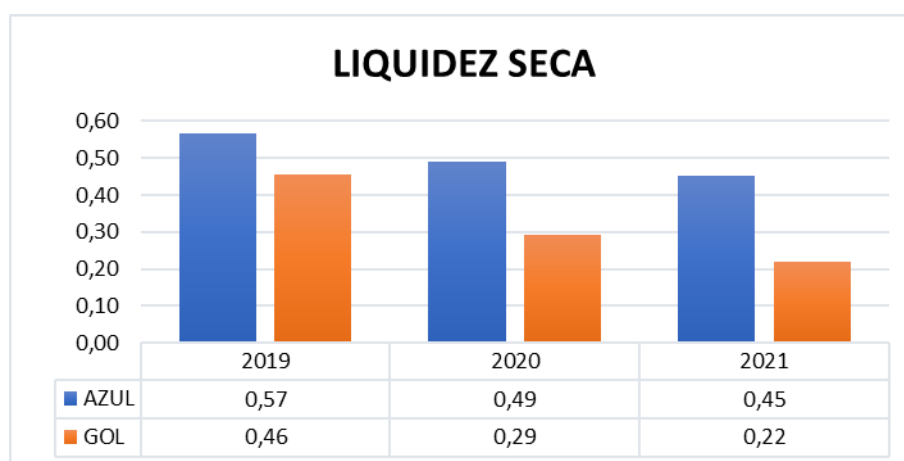
O índice de liquidez corrente indica quanto a empresa possui de ativo circulante para cada \$ 1 de dívida a curto prazo. Se a liquidez corrente for  $> 1,0$  o seu capital circulante líquido é positivo, se for  $= 1,0$  o seu capital circulante líquido é nulo, e se for  $< 1,0$ , o capital circulante líquido será negativo (ASSAF NETO 2020).

Observando a gráfico 01, é possível perceber que a empresa Azul S/A já vinha apresentando baixo índice de liquidez corrente, no ano de 2019 registou índice de 0,60, e se agravou nos períodos mais crítico da pandemia, sendo assim apresentou 0,53 no ano de 2020 e 0,50 no ano de 2021.



A empresa Gol linhas aéreas inteligentes S/A já vinha apresentando baixo índice desde o ano de 2019, onde a sua liquidez corrente foi de 0,48, e se agravou mais nos anos seguinte, em 2020 o índice foi de 0,31, e 0,24 no ano de 2021.

As duas empresas apresentaram baixo índice de liquidez corrente, portanto, o capital circulante líquido das duas empresas se mantém negativo, porque o índice foi menor que 1,0. Esses índices negativos estão diretamente ligados ao impacto causado pela pandemia.

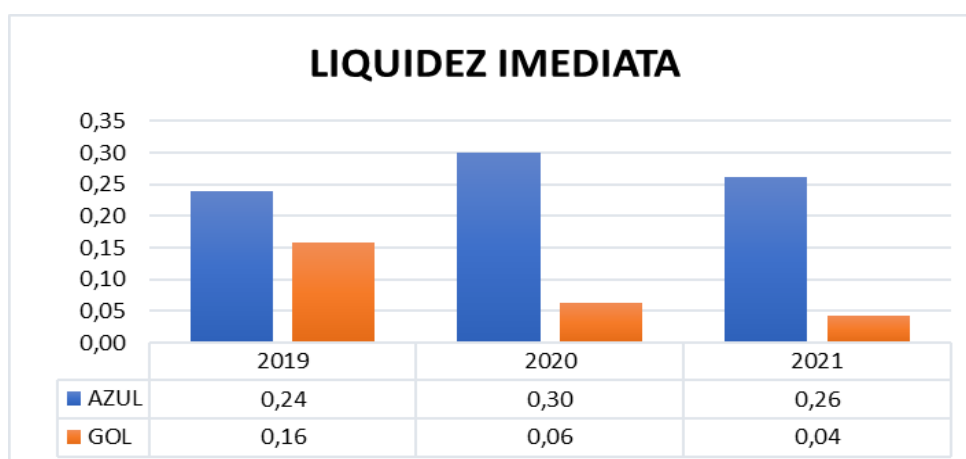


**Gráfico 02 – Indicador de Liquidez Seca**

Fonte: Elaboração própria, 2022.

O índice de liquidez seca é usado para analisar a capacidade de pagamento da empresa, quando ela tem baixa rotação dos estoques. A interpretação desse indicador é bem parecida com o índice de liquidez corrente, quanto maior, melhor. Porém, nesse indicador o estoque é eliminado do cálculo (SILVA 2019).

Então, analisando o gráfico 02, é possível observar que as duas empresas em estudo já vinham apresentando baixo índice de liquidez seca, e se agravou ainda mais no período da pandemia, o ano de 2021 foi um dos piores para ambas, o índice da empresa Azul S/A foi de 0,45, e da Gol linhas aéreas inteligente S/A foi de 0,22.

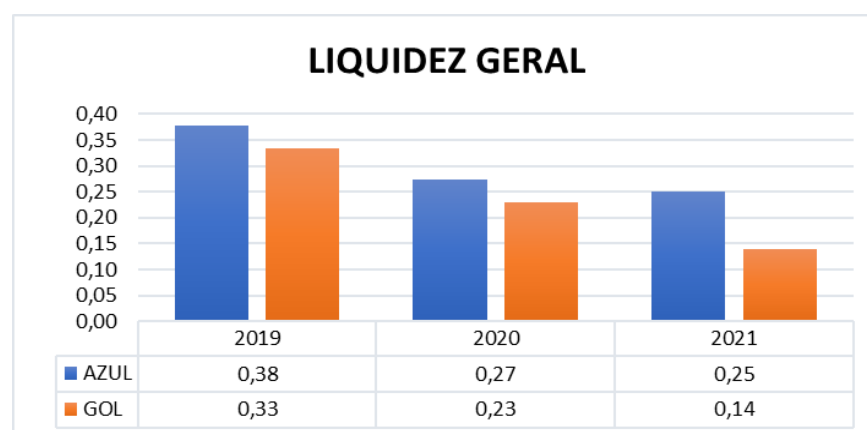


**Gráfico 03 – Indicador de Liquidez Imediata**

Fonte: Elaboração própria, 2022.

O índice de Liquidez Imediata mostra a capacidade de disposição imediata para arcar com as suas dívidas de curto prazo. Geralmente esse quociente é baixo, porque as empresas mantêm poucos recursos alocados no grupo disponível (MARTINS, MIRANDA E DINIZ 2020).

Analisando os dados do gráfico 03, é possível observar que o indicador da empresa Azul S/A em 2019 era de 0,24, teve um pequeno aumento em 2021, onde passou a ser 0,30, porém em 2021 houve um decréscimo, e foi registrado um índice de 0,26. No caso da empresa Gol linha aéreas inteligentes S/A o indicador já estava baixo no ano de 2019, e se agravou ainda mais nos anos seguinte, em 2021 o índice foi de 0,04.



**Gráfico 04 – Indicador de Liquidez Geral**

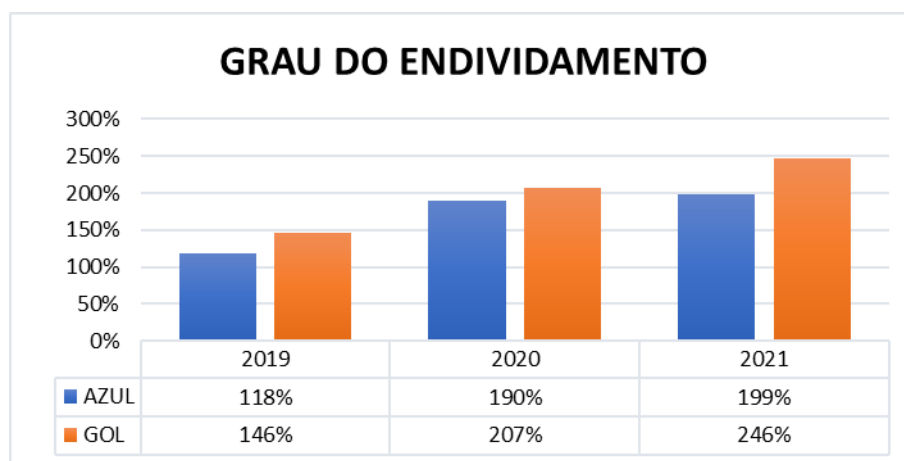
Fonte: Elaboração própria, 2022.

O índice de liquidez Geral revela quanto a empresa possui no ativo circulante e realizável a longo prazo, para arcar com todas as suas obrigações de curto e longo prazo, então, esse índice quanto maior, melhor para fins de análise (MARION 2020).

Observando o gráfico 04, é possível ver que as duas empresas já vinham apresentando histórico crítico de Liquidez Geral, e se agravou ainda mais nos períodos mais críticos da pandemia, em 2021 foi registrado o menor índice, a Azul S/A teve o índice de 0,25, e a Gol linha aéreas inteligentes S/A de 0,14.

#### 4.1.2 Indicadores de Endividamento

Os indicadores de Endividamento demonstram o quanto a empresa depende de capital de terceiros. Os gráficos a seguir são referentes aos anos de 2019 a 2021, portanto, é possível fazer comparações entre os anos, e identificar os impactos causados pela pandemia



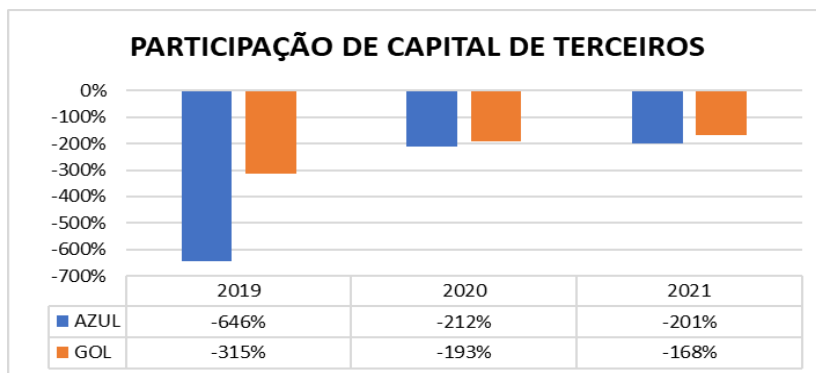
**Gráfico 05 – Indicador de Grau do Endividamento**

Fonte: Elaboração própria, 2022.

O indicador de Grau de Endividamento expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais. Também significa qual a porcentagem do ativo total é financiada com recursos de terceiros (LUDICIBUS, 2017).

Analisando o gráfico 05, é possível perceber que as duas empresas já vinham apresentando altos índices de dependência de terceiros, esses índices aumentaram

nos períodos mais críticos da pandemia, a empresa Azul S/A registou índice de 199%, em 2021, e a empresa Gol linhas aéreas inteligentes S/A registrou índice de 246% no ano de 2021. A empresa Gol linhas aéreas inteligentes S/A vem apresentando índices mais alto de dependência de terceiros.

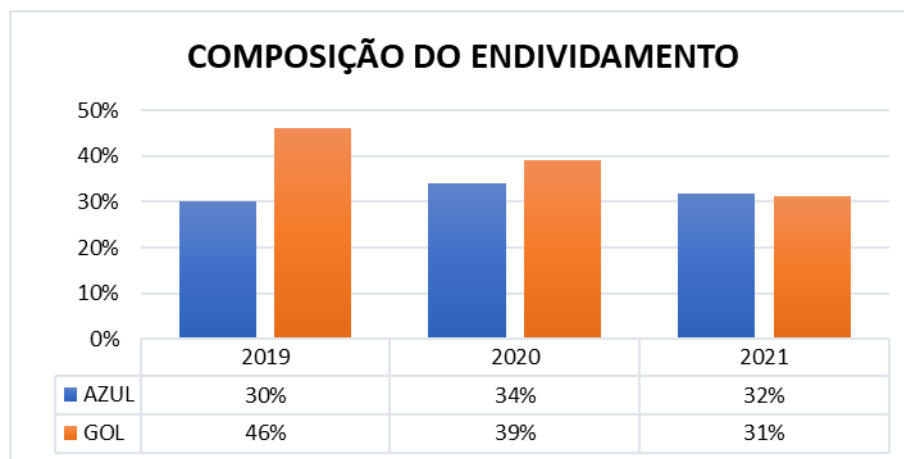


**Gráfico 06 – Indicador de Participação de Terceiros**

Fonte: Elaboração própria, 2022.

O indicador de Participação de Capital de Terceiro mostra quanto a empresa tem de dívida com capital de terceiros, então, quanto menor for a participação de terceiros na empresa, menor será o grau de endividamento, e maior será a sua liberdade financeira (RIBEIRO 2014).

Observando o gráfico 06, é possível verificar que as duas empresas vinham apresentando alto índice de dependência no ano de 2019, e foi diminuindo nos anos seguinte, no ano de 2021 a empresa Azul S/A registou índice de -201%, e a Gol linha aéreas inteligentes S/A -168%. Os índices foram todos negativos porque a empresa apresentou prejuízo nos três anos.



**Gráfico 07 – Indicador de Composição do Endividamento**

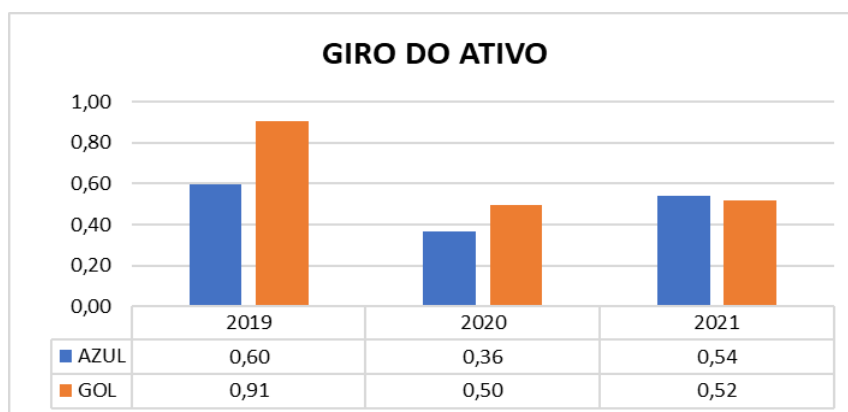
Fonte: Elaboração própria, 2022.

O indicador de composição do endividamento revela a proporção entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais. (RIBEIRO 2018).

Analisando o gráfico 07, observa-se que a empresa Azul S/A registrou índice de 30% em 2019, em 2020 o índice aumentou para 34%, já em 2021, teve um decréscimo para 32%. Já a empresa Gol linhas aéreas inteligentes S/A registrou índice de 46% para o ano de 2019, e teve um decréscimo nos anos seguinte, em 2020 registrou índice de 39% e 31% para o ano de 2021. Então, observa-se que as obrigações de curto prazo da empresa Azul S/A tem aumentado, nos anos mais críticos da pandemia comparado com o ano de 2019, e as obrigações da empresa Gol linhas aéreas inteligentes S/A tem diminuído comparado ao ano de 2019.

#### 4.1.3 Indicadores de Rentabilidade

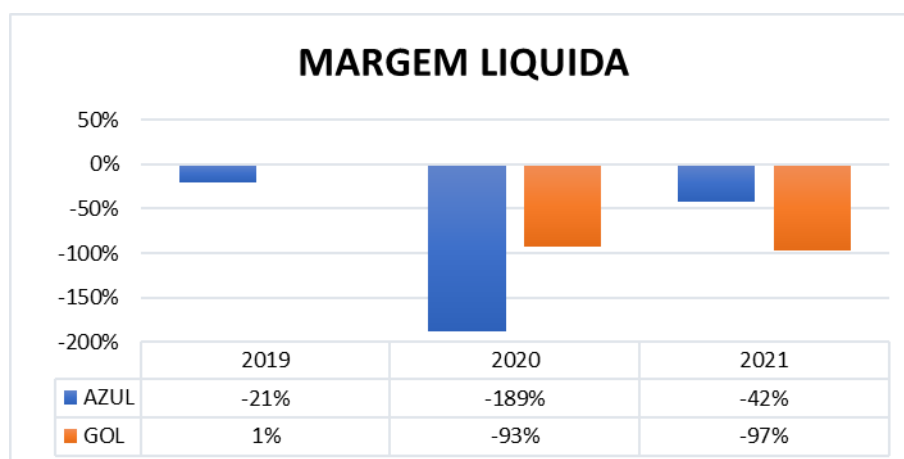
Os indicadores de Rentabilidade têm o objetivo de medir o retorno do capital que foi investido no ativo financeiro da empresa. Os gráficos a seguir são referentes aos anos de 2019 a 2021, portanto, é possível fazer comparações entre os anos, e identificar os impactos causados pela pandemia.



**Gráfico 08 – Indicador de Giro do Ativo**  
Fonte: Elaboração própria, 2022.

O indicador de Giro do Ativo demonstra quanto a empresa vendeu para cada real que foi investido.

Analisando o gráfico 08, observa-se que as duas empresas apresentaram melhor índice em 2019, onde a Azul S/A registrou índice de 0,60 para cada 1 investido, e a Gol linhas aéreas inteligentes S/A registrou índice de 0,91 para cada 1 real investido, já em 2020 as duas empresas registraram o índice mais baixo.

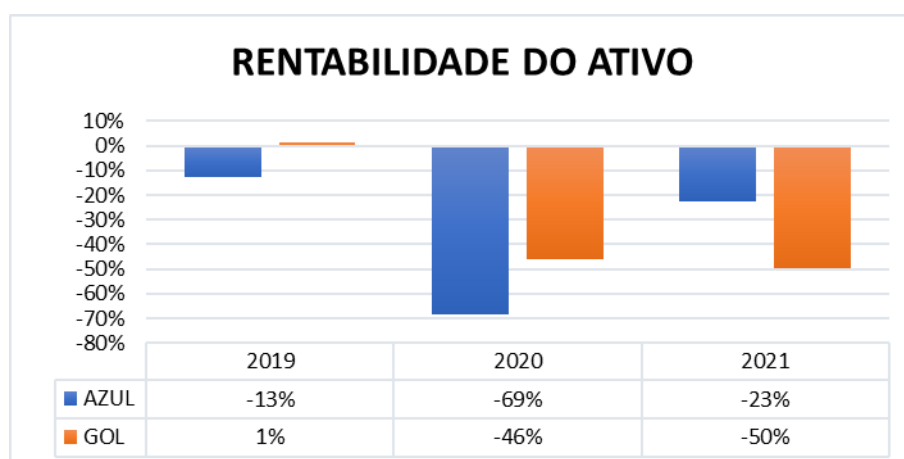


**Gráfico 09 – Indicador de Margem Líquida**

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Através do indicador de margem líquida é possível analisar a rentabilidade da empresa, saber quanto essa empresa atinge de lucro para cada 100,00 que foi vendido.

Observando o gráfico 09, é possível verificar que a empresa Azul S/A já vinha apresentando índice negativo em 2019, o índice aumentou nos períodos mais críticos da pandemia, em 2020 registou -189%, já em 2021 teve um decréscimo e foi registrado índice de -42%. A empresa Gol linhas aéreas inteligentes S/A começou apresentar resultados negativos no ano de 2020, onde o seu índice foi de -93%, teve um aumento no ano de 2021, ao registrar -97%. As duas empresas tiveram esses índices negativos porque foi apurado prejuízo líquido nesses anos.

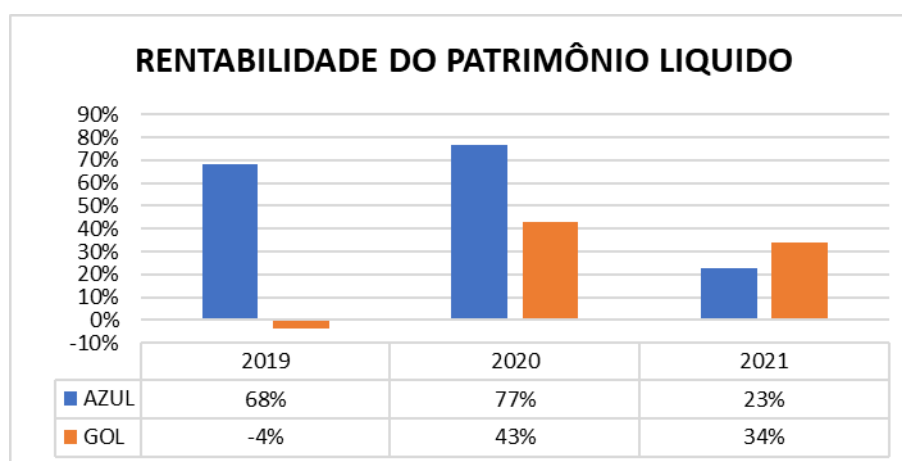


**Gráfico 10 – Indicador de Rentabilidade do Ativo**

Fonte: Elaboração própria, 2022

Através da Rentabilidade do Ativo, também conhecido como ROI, é possível analisar o retorno sobre o capital que foi investido, então quanto maior for esse índice, melhor.

Observando o gráfico 10, percebe-se que a empresa Azul S/A começou apresentar resultado negativo no ano de 2019, a situação agravou-se no ano de 2020 ao registrar -69%, no ano de 2021 teve um decréscimo para -23%. A empresa Gol linha aéreas inteligentes S/A começou apresentar resultado negativo no ano de 2020, ao registrar -46%, o seu pior resultado foi no ano de 2021, ao registrar -50%. As duas empresas tiveram esses índices negativos porque foi apurado prejuízo líquido nesses anos.



**Gráfico 11 – Indicador de Rentabilidade do Patrimônio Líquido**

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Rentabilidade do Patrimônio Líquido, também conhecido como ROE, esse indicador é interpretado no sentido de quanto maior, melhor.

Observando o gráfico 11, observa-se que o melhor índice da empresa Azul S/A foi de 77%, do ano de 2020, e o pior foi de 23% do ano de 2021. Já a empresa Gol linha aéreas S/A registrou seu pior índice em 2019, de -4%, o melhor índice foi de 43%, registrado no ano de 2020. As duas empresas apresentaram baixo índice porque a pandemia causou grande impacto, devido ao isolamento social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do COVID-19 desencadeou impactos sociais e econômicos. Vários setores foram atingidos, principalmente o setor aéreo, esses impactos são consequências do isolamento social.

O presente trabalho teve como objetivo principal identificar a importância dos indicadores econômico-financeiros da situação das empresas aéreas listadas na B3, durante o período de pandemia, entre os anos de 2019 a 2021, desse modo, foi feita uma análise anual dos indicadores econômico-financeiros, para saber o impacto que a pandemia causou nas empresas, e conseqüentemente saber a importância de analisar esses indicadores para assim tomar decisões.

O estudo realizado evidenciou a análise feita através dos indicadores econômico-financeiros para verificar a situação econômica e financeira das companhias aéreas, a comparação realizada em diferentes anos serve para refletir os impactos causados pela pandemia nas empresas em estudo.

Os resultados da pesquisa demonstraram que as empresas já apresentavam um baixo desempenho mesmo antes da pandemia, o que pode ser confirmado pelo saldo de prejuízos acumulados. Observa-se que a pandemia fez com que houvesse variações nos índices, entre os anos de 2020 e 2021, porém, as duas empresas apresentaram baixo índice de liquidez, grau de endividamento crescente, e margem de lucro negativa.

A recuperação das empresas em estudo será lenta, e levará um tempo, para que se tenha uma estabilidade financeira, apesar da flexibilização que vem acontecendo, o cenário econômico ainda é preocupante.

Como limitação de pesquisa destaca-se a apresentação constantes de prejuízos das empresas Azul S/A e Gol linha aéreas inteligentes S/A, mesmo antes do período da pandemia.

Para futuros estudos recomenda-se fazer análise vertical, horizontal e das notas explicativas. Essas informações somadas aos resultados dos indicadores econômico-financeiros deixara um suporte melhor para estudos.

## REFERÊNCIAS

Assaf Neto, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro** / – 12. ed. – São Paulo: Atlas, 2020. Acesso em: 29 mar. 2022.



BARROSO, Mônica Miranda. **Importância da análise de indicadores econômico-financeiros para tomada de decisões gerenciais**. 2007. 28 f. Trabalho de conclusão do curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - UniCEUB, Brasília, 2007. Disponível em:  
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2284/2/20202049.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

**BRASIL BOLSA, BALCÃO**. B3, 2020. Disponível em: [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br). Acesso em: 03 de mar. de 2022.

BAZZI, Samir. **Anlise das Demonstrações Contábeis**, 2. ed. São Paulo: Pearson, 2020. Acesso em: 29 mar. 2022.

ESTADÃO. **CVC (CVCB3)**. Estadão E-Investidor, c2022. Disponível em:  
<https://einvestidor.estadao.com.br/tag/cvc-cvcb3>. Acesso em 03 de mar. de 2022.

FAGUNDES, Á.; FELÍCIO, C.; SCIARRETTA, T. **Marcas da pandemia. Valor Econômico, 2021**. Disponível em: <https://valor.globo.com/coronavirus/a-economianapandemia/#:~:text=Virada%20no%20cen%C3%A1rio%20econ%C3%B4mico&text=Uma%20queda%20de%204%2C3,2020%20foi%20fora%20da%20curva>. Acesso em: 03 de mar. de 2022.

FERREIRA, Ricardo José. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2007. Acesso em: 29 de mar. 2020

FIOCRUZ. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia**. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 27 mar. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2018. Acesso em: 01 maio de 2022.

GITMAN, L. J. (2010). **Princípios de Administração Financeira** (12o ed). São Paulo: Pearson Prentice Hall. Acesso em: 29 de mar. de 2022.

GOV.BR. **Ministério da Economia divulga lista dos setores mais afetados pela pandemia do Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/ptbr/assuntos/noticias/2020/setembro/ministerio-da-economia-divulga-lista-dos-setores-maisafetados-pela-pandemia-da-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 03 de março de 2022.

GRUBER, A. **Covid-19: o que se sabe sobre a origem da doença**. **Jornal da USP, 2020**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca/>. Acesso em: 11 de mar. 2022.

HERNANDEZ, José Perez Junior; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e Análise das Demonstrações Financeiras**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Acesso em: 29 de mar. de 2022

- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Acesso em: 29 de mar. de 2022.
- Klann, R. C., & Beuren, I. M. (2011). **Características de empresas que influenciam o seu disclosure voluntário de indicadores de desempenho**. BBR: Brazilian Business Review, 8(2), 96–118. Acesso em: 29 de mar. de 2022.
- MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. Acesso em: 01 maio de 2022.
- MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 17. Ed São Paulo: Atlas, 2015. Acesso em: 29 de mar. de 2022.
- MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 8ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2019. Acesso em: 29 de mar. de 2022.
- MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Acesso em: 29 de mar. de 2022.
- MATIAS, Alberto Borges. **Análise financeira fundamentalista de empresas**. São Paulo: Atlas, 2007. Acesso em: 29 de mar. de 2022.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Acesso em: 29 de mar. de 2022.
- PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideo Carvalho. **Análise das demonstrações financeiras**. 3ª Ed. São Paulo: Cengage learning/2011. Acesso em: 01 de abril de 2022.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços Fácil**, 11. ed. São Paulo: Saraiva, 112014. Acesso em: 05 de maio de 2022.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços**. 12ª. Ed. São Paulo: Saraiva 2018. Acesso em: 29 de mar. de 2022.
- RODRIGUES, Dayane Priscila. **A contribuição dos indicadores financeiros de liquidez, endividamento e rentabilidade a tomada de decisão dentro das organizações**. 2018. Acesso em: 27 de mar. de 2022.
- SENHORAS, E.M. Novo coronavírus e seus impactos econômicos no mundo. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 1, n. 2, p. 39–42, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3761708. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/174>. Acesso em: 27 mar. 2022.
- SOUSA, Luana Stefany Nobrega de. **Efeitos da COVID-19 nos indicadores econômico-financeiros das empresas do setor aéreo brasileiro com ações na B3**. 2020. Acesso em: 20 de março de 2022

SILVA, José Pereira da. **Análise financeiras das empresas**. 13ª Ed. São Paulo: Cenage.2017. Acesso em: 01 de abril de 2022.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas. 2019. Acesso em: 01 de abril de 2022.

VOEAZUL. **Sobre a Azul**. VOEAZUL, c2020. Disponível em: <https://www.voeazul.com.br/conheca-a-azul/sobre-azul>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

VOEGOL. **A gol**. Disponível em: <https://www.voegol.com.br/sobre-a-gol/a-gol>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

VOEGOL. **Nossa História**. Disponível em: <https://www.voegol.com.br/sobre-a-gol/nossa-historia>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

## EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL – ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

Nara Lígia Soares dos Reis<sup>1</sup>  
Cleber Soares de Brito<sup>2</sup>

### RESUMO

A UNIESP através da coordenação de Ciências Contábeis possui um convênio com a Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba, para disseminação da Educação Fiscal com seu corpo discente e docente e servidores administrativos. Resolve-se comparar um grupo de alunos que não tem acesso ao convênio, com outro grupo que possui esse acesso. Com isso, traçou-se como objetivo identificar a percepção sobre a Educação Fiscal entre os graduandos dos Cursos de administração e Ciências Contábeis da UNIESP no contexto social. A metodologia escolhida foi um estudo de caso. A forma de coleta destas informações, se deu através da aplicação de um questionário aplicado por meio do *google forms* composto de duas partes, sendo a primeira relacionada ao perfil socioeconômico dos respondentes e a segunda parte mais específica, voltada para o objetivo da pesquisa. Quanto aos resultados, observou-se que apesar dos respondentes se considerarem cidadãos, exercerem sua cidadania, de acordo com as respostas dadas, 70% deles não concordam que os tributos devem ser pagos. Desses respondentes, 26% são alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis. Apesar de dizerem também que se consideram cidadãos, não exercitam essa cidadania plenamente, já que 47% desses alunos não solicitam a nota fiscal na compra de suas mercadorias. Destes, 15% são alunos de Contábeis. E o pior resultado obtido, 82% dos respondentes desconhecem a nota cidadã paraibana, onde destes 32% são alunos de Ciências Contábeis. Diante dos resultados obtidos, percebe-se a necessidade de traçarmos novas estratégias, buscando aperfeiçoar os conhecimentos em contábeis e propor à Coordenação de Administração o início da disseminação do conhecimento sobre educação fiscal com os alunos de Administração.

**Palavras-chaves:** Educação Fiscal; conhecimento; compreensão dos alunos.

### ABSTRACT:

UNIESP, through the coordination of Accounting Sciences, has an agreement with the Secretary of Finance of the State of Paraíba, for the dissemination of Fiscal Education with its student and faculty and administrative staff. It is decided to compare a group of students that does not have access to the agreement with

---

1 Graduando do Curso de Ciências Contábeis no Uniesp – Centro Universitário. E-mail: [naraligiasr@gmail.com](mailto:naraligiasr@gmail.com)

2 Professor Orientador, Graduado em Administração e Matemática, pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Mestrado em Gestão das Organizações Aprendentes pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis, na disciplina de Trabalho de conclusão de Curso. E-mail: [clebersoaresdebrito@gmail.com](mailto:clebersoaresdebrito@gmail.com) Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1342532910645533>

another group that has this access. With this, the objective was to identify the perception about Fiscal Education among undergraduates of the Administration and Accounting Sciences courses at UNIESP in the social context. The methodology chosen was a case study. The way of collecting this information was through the application of a questionnaire applied through google forms composed of two parts, the first being related to the socioeconomic profile of the respondents and the second more specific part, focused on the research objective. As for the results, it was observed that despite the respondents considering themselves citizens, exercising their citizenship, according to the answers given, 70% of them do not agree that taxes should be paid. Of these respondents, 26% are undergraduate students in Accounting. Although they also say that they consider themselves citizens, they do not fully exercise this citizenship, since 47% of these students do not request the invoice when purchasing their goods. Of these, 15% are Accounting students. And the worst result obtained, 82% of respondents are unaware of the citizen grade of Paraíba, of which 32% are students of Accounting Sciences. In view of the results obtained, it is necessary to outline new strategies, seeking to improve knowledge in accounting and to propose to the Administration Coordination the beginning of the dissemination of knowledge about tax education with Administration students.

**KEY WORDS:** Tax Education; knowledge; students' understanding.

## 1 INTRODUÇÃO

A ideia da implementação da Educação Fiscal no Brasil ocorreu por consequência de um movimento de reforma do Estado iniciado nos anos 90. A proposta era a formação do conhecimento do indivíduo por meio de sua capacitação sobre os tributos e de como funcionava sua utilização e, também, fazê-lo entender a função socioeconômica para instigar o seu exercício no controle social.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), implantou o modelo Institucional do Estado brasileiro. Assim, esta forma de Estado que, adveio a partir das últimas décadas do século XIX e início do século XX, é baseada a um sistema de proteção social que concede ao Estado uma função interventiva e regulatória na área de bem-estar social.

Portanto, o modelo de Estado admitido pela sociedade é o que resulta no formato de arrecadação dos tributos, assim, como nos gastos desses recursos públicos, por mais que a sua finalidade seja alcançada através do seu sistema fiscal.

O Estado pensando em ter uma relação harmoniosa com a sociedade, através de uma reunião em Fortaleza - CE (1996), adveio a ideia do Grupo de Trabalho (que foi oficializado pela Portaria n.º 35/98, do Ministro da Fazenda), criado com o propósito de aguçar a percepção sobre o quanto era importante ter a visão do

funcionamento da arrecadação dos tributos, para que o cidadão percebesse o motivo pelo qual deveria pagar tributo. E em 1999, Grupo de Trabalho passou a ser denominado Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF).

Assim, com o desenvolvimento do aumento da consciência do cidadão sobre a função socioeconômica dos tributos, da forma como ocorre a administração dos recursos públicos e do controle social, o PNEF promove a participação popular. Com esse entendimento, o indivíduo pode acompanhar o desempenho dos administradores públicos e, como resultado, contribuir para excelentes resultados sociais.

Diante desse cenário faz-se necessário a implantação da Educação Fiscal para beneficiar a sociedade, pois quanto mais o indivíduo tiver a consciência sobre o tema melhor será a gestão dos administradores no manuseio dos recursos públicos.

Trata-se de grande relevância a aplicação da educação fiscal em toda sociedade e que inicie o mais prevê nas novas gerações. Por isso, a educação fiscal é tão fundamental, e se faz necessário sua implementação para que possam começar a ter posicionamentos diferentes dos ocorridos ao longo da história.

Em segundo plano tem-se a comparação do grau de conhecimento que os alunos das graduações de Ciências Contábeis e Administração da UNIESP possuem em relação a educação fiscal num contexto social. Já que a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do UNIESP – Centro Universitário possui um convênio com a Secretária de Estado da Fazenda da Paraíba (SEFAZ-PB), desde 2018, disseminando palestras e cursos EAD gratuitos sobre a Educação Fiscal e o público de Administração não teve a mesma oportunidade.

Os resultados desta pesquisa serão de suma importância para o direcionamento dos objetivos da Educação Fiscal junto a UNIESP para o semestre de 2022.2.

Por conseguinte, a relevância desse tema se ressalta na abordagem de alguns artigos científicos como de Oechsler (2020), De Carvalho Santos (2019), Chieza, Duarte e De Cesare (2018), Cadorin (2017), Campanha e Tenório (2017), Dantas (2014), assim, como algumas normas pertinentes ao Programa de Educação Fiscal.

Será que procede a hipótese, de que os alunos de contábeis detêm mais conhecimento sobre educação fiscal do que os alunos de administração da UNIESP.

Diante das circunstâncias, questiona-se: **Qual a percepção sobre a Educação Fiscal para os concluintes dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis da UNIESP no contexto social?**

Assim sendo, tem-se como objetivo geral desse estudo, identificar a percepção sobre a Educação Fiscal para os concluintes dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis da UNIESP no contexto social.

Ademais, como objetivo específico, pretende-se: falar acerca da educação fiscal; tratar sobre o Programa Nacional de Educação Fiscal; sobre a importância da tributação e seu aspecto socioeconômico; Convênio UNIESP/SEFAZ-PB de Educação Fiscal; Nota Cidadã paraibana; a contabilidade e a educação fiscal; identificar a percepção dos alunos do ensino superior em relação a educação fiscal num contexto social.

Quanto a metodologia, a pesquisa se dará a partir de um estudo de caso com a aplicação de questionário de pesquisa com os alunos do 8º período dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e Administração.

O trabalho está estruturado, além dessa introdução, um levantamento teórico sobre a Educação Fiscal e, também, a abordagem sobre a percepção do conhecimento no meio acadêmico universitário. Por conseguinte, a metodologia do trabalho será descrita, mais as análises e discussões e, por fim, as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 EDUCAÇÃO FISCAL**

#### **2.1.1 Breves histórias sobre a Educação Fiscal**

A evolução da educação fiscal no Brasil surgiu de forma tardia e tímida, mas com a mentalização do quanto era importante a sua implementação para o desenvolvimento do país.



Alguns eventos que ocorreram ao longo da história, extraídos do PNEF, documento base<sup>3</sup>:

Em **1977**, a Secretaria da Receita Federal lançou o Programa “Contribuinte do Futuro”, mediante trabalho junto aos estabelecimentos de ensino e distribuição de livros e cartilhas a alunos e professores.

Em **1992/1994**, com a redemocratização do país, alguns estados brasileiros, como o Espírito Santo, começaram a realizar ações mais consistentes de Educação Tributária.

Em maio de **1996**, o CONFAZ<sup>4</sup> reunido em Fortaleza, registra a importância de um programa de consciência tributária para despertar a prática da cidadania. Na reunião seguinte do CONFAZ, em setembro, do mesmo ano, foi criado o Grupo de Trabalho para este fim.

Em fevereiro de **1998**, a Portaria n.º 35, do Ministro da Fazenda, oficializa o Grupo de Trabalho e formula seus objetivos como sendo “promover e coordenar as ações necessárias à elaboração e à implantação de um programa nacional permanente de educação tributária” e “acompanhar as atividades do Grupo de Educação Tributária nos Estados – GETE”.

Em março de **1999**, passam a integrar o grupo representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação.

Em julho de **1999**, tendo em vista a abrangência do Programa, que não se restringe apenas aos tributos, mas que aborda também as questões da alocação dos recursos públicos arrecadados e da sua gestão, o CONFAZ, reunido na Paraíba, aprova a alteração de sua denominação que passa a ser Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF.

Em 31 de dezembro de **2002**, é publicada a Portaria Interministerial nº 413 - MF/MEC, institui o **Grupo de Trabalho de Educação Fiscal – GEF** e seus representantes, além de definir as competências dos órgãos responsáveis pela implementação do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF.

### 2.1.2 Entendendo a Educação Fiscal

Conforme conceitua Simões, (2016, p. 19) “A Educação Fiscal é um método de ensino e aprendizagem que tem em vista consciencializar o cidadão acerca da função social do tributo, de como este pode promover a justiça social, incentivando o cidadão a participar na aplicação, arrecadação e fiscalização do dinheiro público”.

Em sentido estrito, refere-se à abordagem educativa, no sentido de compreender a arrecadação das receitas e os gastos públicos, para que o contribuinte se consciencialize de que o tributo é importante

---

<sup>3</sup>Traz a evolução histórica da Educação Fiscal, pag. 06-07. Grupo Educação Fiscal - GEF Escola de Administração Fazendária – ESAF, 2a Edição. Brasília, 2015.

<sup>4</sup> Conselho de Políticas Fazendárias. Reúne Secretária de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal.



para a construção de uma sociedade. Em sentido amplo, trata de compreender o que é o Estado, a sua função, financiamento, estrutura e funcionamento (SIMÕES, 2016, p. 19).

Dessa forma, a educação fiscal tem como finalidade conscientizar aos cidadãos, tanto os seus direitos quanto as suas obrigações tributárias. Portanto, além de esclarecer os indivíduos/contribuintes seus direitos, pretende-se fazer com que perceba o quanto é valioso obter uma compreensão maior sobre o tema para que se possa adquirir uma opinião mais consciente e isso contribua no contexto social.

Isto foi para esclarecer aos contribuintes que deveriam pagar seus tributos para poderem receber do setor público seus serviços, deste jeito, não seria necessário majorar tributos ou criar outras taxas ou impostos. Os estimulando a ter uma visão voltada a função socioeconômica dos tributos e sua presença nas obras públicas e nas políticas sociais.

Conforme descreve o PNEF, documento base (2015, p. 06) “a Educação Fiscal visa à construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, objetivando e propiciando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado”.

Dessa forma, ressalta Campanha e Tenório (2017, p. 03) ao analisar as propostas conceituais sobre a educação fiscal na visão dos seus idealizadores:

Para os idealizadores da educação fiscal, quanto maior o acesso do cidadão a informações sobre tributos, controle social e o funcionamento do Estado, melhor será a qualidade de sua participação e do acompanhamento dos gastos públicos. Nesse caso, a instrução implica uma melhoria qualitativa da vida em sociedade e uma barreira defensiva contra a corrupção e o mau uso dos recursos públicos.

Portanto, o desafio de alcançar a função socioeconômica do tributo, de acordo com Campanha e Tenório (2017, p. 03), compreende que o controle social do Estado relaciona-se em efetivar o exercício pleno da cidadania, em conjunto com uma educação que instrua “os cidadãos mais ativos e conscientes”.

A nossa Carta Magna determina no seu art. 227, os deveres que são imputados a família, a sociedade e ao Estado de assegurar a educação a criança e ao adolescente, além de outros ali elencados. Como destaca Dantas (2014, p. 17):

A Constituição Federal Brasileira de 1988 objetiva a construção de uma sociedade onde as desigualdades sejam erradicadas e sua sociedade tenha interesses atendidos através de política participativa e uma distribuição igualitária dos recursos adquiridos através dos tributos arrecadados.

A educação fiscal procura inserir no indivíduo a compreensão de seus direitos e deveres, pois o possibilita a ser atuante nas práticas sociais e, assim, gerando mudanças no posicionamento da sociedade. Além de incentivar ao pagamento dos tributos, evitado, também, a fraude e a sonegação fiscal.

Logo, observa Dantas (2014, p.13) que “a estima atribuída à participação cidadã nas políticas públicas, além de favorecer o melhor uso dos recursos de uso comum, tende também a beneficiar de forma direta toda a sociedade”.

Além disso, a educação fiscal tem como finalidade conscientizar os indivíduos sobre como funciona o sistema tributário e o processo de arrecadação, diante disso, ter uma visão da aplicação dos tributos arrecadados.

## 2.2 PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL

Conforme a Portaria MF/MEC nº 413/2002 que dispõe que o Ministro de Estado da Fazenda e o Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Fazenda, o Distrito Federal e os Estados, resolvem:

Art. 1º Implementar o Programa Nacional de Educação Fiscal-PNEF com os objetivos de promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o pleno exercício da cidadania, sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica do tributo, levar conhecimento ao cidadão sobre administração pública e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão.

Desta forma, é de responsabilidade do Grupo de Trabalho de Educação Fiscal – GEF a implementação do PNEF. E ainda, a Portaria suprarreferida, reúne no seu art. 2º, os seus representantes: Ministério da Educação; Escola de Administração Fazendária - ESAF; Secretaria da Receita Federal; Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria de Fazenda de cada Estado e do Distrito Federal; Secretaria de Educação de cada Estado e do Distrito Federal.

Logo, a ESAF compete a Coordenação e a Secretaria-Executiva do PNEF e do GEF e, ainda, tem responsabilidade de baixar os atos necessários à sua regulamentação (Portaria MF/MEC nº 413/2002, art. 4º).

Há a representatividade da educação fiscal nas esferas de governo, sendo vinculado ao Grupo Nacional de Educação Fiscal – GEF: o Grupo de Educação Fiscal Estadual – GEFE, o Grupo de Educação Fiscal da Secretaria da Receita Federal - GEFF e Grupo de Educação Fiscal Municipal - GEFM. (Portaria MF/MEC nº 413/2002, parágrafo único, do art. 4º).

Atualmente seu público alvo atinge a todos os setores de ensino e diferentes segmentos da sociedade, tendo seu reconhecimento quanto a sua importância como um instrumento de qualificação dos atores sociais e agentes públicos. Mas, inicialmente, era direcionado as instituições (públicas e privadas) de ensino fundamental e médio (PNEF, DOCUMENTO BASE, 2015, p. 08).

Em 2016, através de Medida Provisória nº 726 editada pelo Presidente em exercício Michel Temer, a CGU foi extinta e as funções transferidas para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC). Além das iniciativas da CGU, o Governo Federal coordena a nível nacional o *Programa Nacional de Educação Fiscal* (PNEF). Trata-se de uma política pública regulamentada, que tem por objetivo interagir com a sociedade e compartilhar conhecimentos sobre a origem, a aplicação e o controle dos recursos públicos, favorecendo a Participação e o Controle Social. Todos os Estados brasileiros instituíram seus Programas Estaduais de Educação Fiscal (CHIEZA; DUARTE; DE CESARE, 2018, p. 220).

Conseqüentemente, como o PNEF seria difundindo para abranger todo território nacional e, também, sem ocasionar um grande gasto ao erário, esclarece Chieza, Duarte e De Cesare (2018, p. 220):

O principal instrumento do PNEF para a disseminação de ideias são os cursos sem custos de inscrição para os participantes, ofertados na modalidade à distância para públicos preferenciais de professores da rede pública e conselheiros de políticas públicas nos assuntos concernentes ao funcionamento do Estado. Em 2015, os dados do Programa registraram mais de 129 mil concluintes nos cursos de formação, na maioria professores da rede pública, que após a formação trabalham o tema na sala de aula, efetivando processos de difusão do conhecimento. [...] Como se trata de uma política pública que interage com a sociedade civil, há também iniciativas de formação na educação fiscal que se organizam fora das iniciativas governamentais, capitaneadas por organizações da sociedade civil.

Em 2018, esta iniciativa sofreu cortes no orçamento e o curso foi ofertado nos Estados com tutoria voluntária ou custeada com recursos do Estado.

Diante da importância do programa, deu-se a celebração do Protocolo de Cooperação nº 5/2015 – X ENAT<sup>5</sup>, em que os representantes, ali presente, comprometeram-se a regularizar o PNEF em seus Estados e Municípios, por meio de ato normativo.

Protocolo de Cooperação que entre si celebram a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, os Estados e o Distrito Federal, por meio de suas Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação, e os Municípios, representados pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais e pela Confederação Nacional de Municípios, objetivando o fortalecimento do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF (PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO Nº 5/2015 – X ENAT).

Vale ressaltar, que o programa exerce a sua função de forma descentralizada. Portanto, os estados e municípios por deterem de autonomia, poderão executar o programa de acordo com suas características sociais e econômicas (ESAF, CADERNO 1, 2014, p. 41).

### 2.3 TRIBUTAÇÃO - SEU ASPECTO SOCIOECONÔMICO

Os bens e serviços públicos disponibilizados para a sociedade, sem distinção da classe social, são vistos como gratuitos, mas essas despesas são divididas por todos indivíduos – que utilizam ou não esses bens e serviços públicos.

A Constituição Federal de 1988, conforme seu art. 175, parágrafo único, trata da prestação de serviço público, assim dispõe:

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.  
Parágrafo único. A lei disporá sobre:  
(...)  
II - os direitos dos usuários;

---

<sup>5</sup> O Encontro Nacional de Administradores Tributários é uma iniciativa das Administrações Tributárias Federal, Estaduais e Municipais e um dos mais importantes plenários de integração e troca de experiências entre os fiscos [...]. <[http://www.enat.receita.economia.gov.br/pt-br/area\\_nacional/eventos/xiii-enat](http://www.enat.receita.economia.gov.br/pt-br/area_nacional/eventos/xiii-enat)>.

- III - política tarifária;
- IV - a obrigação de manter serviço adequado.

Portanto, conforme a Carta Magna de 1988 é o Sistema Tributário que possibilita o financiamento desses bens e serviços, através dos tributos que incide sobre várias bases de cálculo econômicas, como por exemplo a renda, a propriedade, o consumo e etc.

Conforme o Código Tributário Nacional (CTN), no seu art. 3º que conceitua o que é tributo, *in verbis*: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”

Logo, os tributos têm uma grande relevância aos cofres públicos para poder permanecer e custear a máquina pública, pois a mantém girando para beneficiar a sociedade e, principalmente, os mais necessitados. Como bem explica Chieza, Duarte e De Cesare (2018, p. 16):

O entendimento da importância e do alcance dos bens e serviços públicos, de que não são gratuitos, pois são custeados por tributos, e de que o benefício recebido não precisa ser proporcional ao que se paga, ainda não são suficientes para demonstrar a importância da função social dos tributos. A percepção de retorno, mesmo que não individualmente, continua sendo relevante para a legitimação dos tributos, mas depende de um correto dimensionamento do universo de bens e serviços públicos e da capacidade que a arrecadação tributária proporciona ao Estado.

Diante disso, como bem exemplifica Duarte (2015, p. 54-55):

“A atividade financeira do Estado insere-se nos quadrantes das atividades instrumentais, pois se realiza quando o Estado obtém os recursos que serão gastos com a prestação de serviços públicos (saúde, educação, transporte, assistência social etc.) com a realização de obras públicas (rodovias, escolas, presídios etc.), com o entendimento, enfim, das necessidades públicas.

Observa-se que o Estado existe para atender as necessidades coletivas e para viabilizar essa execução precisa da sua atividade financeira. Assim, esclarece Duarte (2015, p. 57) que “a Atividade Financeira do Estado desdobra-se em três vertentes: a obtenção dos Recursos, o Dispendio desses recursos e a Gestão (a administração da receita e da despesa pública)”.

### 2.3.1 Função Social do Tributo

A função social dos tributos está totalmente ligada ao uso do Sistema Tributário Nacional em nosso país, como encontra-se comentado no Caderno 3, do ESAF (2014, pág. 48), que assim discorre:

A função social dos tributos está vinculada ao uso do Sistema Tributário Nacional como um instrumento efetivo para que o Estado cumpra sua função social de promover o bem comum, a igualdade e a justiça, por meio do desenvolvimento social e econômico. É imprescindível que em sua estruturação normativa e em seus objetivos estejam estabelecidos princípios de igualdade e justiça social e fiscal.

Diante disso, a educação fiscal conduz a uma notável visualização sobre a gestão dos recursos públicos como ponto indispensável do controle social. Logo, o incentivo constante sobre esse tema nos diferentes campos da formação educacional, possibilita, com esse estímulo, uma maior participação e atuação do acadêmico na sociedade.

É essencial instituímos a Educação Fiscal como conteúdo curricular em todos os níveis de ensino e como tema de debate permanente na sociedade. Dessa forma, estaremos contribuindo para a construção de uma consciência fiscal, fator determinante para que se institua no Brasil uma verdadeira reforma do Sistema Tributário, de modo a torná-lo mais justo, simples e transparente (ESAF, CADERNO 3, 2014, pág. 48).

O Sistema Tributário Nacional ainda não está em conformidade com o princípio da justiça fiscal, em os contribuintes com maior capacidade contributiva devam ser mais onerados do que aqueles de menor renda e patrimônio (ESAF, CADERNO 3, 2014, pág. 51).

Portanto, fica evidente que o retorno social continua abaixo do esperado diante da carga tributária que pagamos e as mudanças necessárias para uma melhoria dos serviços públicos oferecidos a sociedade ainda está distante de alcançar o seu objetivo.

### 2.4 CONVÊNIO UNIESP/SEFAZ-PB DE EDUCAÇÃO FISCAL

Firmou-se no ano de 2018 um convênio entre o Estado da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda, e a Sociedade de Ensino Superior

da Paraíba S/S Ltda. para desenvolvimento de programas educacionais tributários na modalidade de ensino a distância com as graduações de Ciências Contábeis e Gestão Financeira.

Destacando o papel fundamental em desenvolver um trabalho conjunto entre o Estado e as instituições de ensino para a divulgação da Educação Fiscal, com o objetivo de melhor orientar a classe acadêmica, como também nossa sociedade sobre a importância da cidadania na busca da justiça fiscal.

Assim, como um dos objetivos do convênio, destacava-se a necessidade em oferecer capacitação, na modalidade de ensino a distância, a alunos e professores das instituições de ensino conveniadas, dotando-os de conhecimentos sobre temas tributário, fiscal e orçamentário, voltados à conscientização do efetivo exercício da cidadania fiscal.

Diante desse cenário foram disponibilizados os cursos do “Programa Semeando Sementes da Cidadania” oferecendo um *portfólio* variado de temas ao cidadão, disponibilizado, na modalidade de educação a distância, de forma gratuita. Os cursos disponibilizados são independentes e cada conteúdo programático é específico, fornecendo informações básicas, porém relevantes para o desenvolvimento de novos valores e atitudes, através de uma linguagem didática que permite aos participantes desconstruir alguns conceitos e preconceitos que, por longo período, permearam as questões afetas a Administração Tributária.



Figura 01: *portfólio* de cursos gratuitos

Fonte: <https://crpcb.org.br/semeando-sementes-da-cidadania/>



## 2.5 NOTA CIDADÃ PARAIBANA

Outra preocupação relevante para as ações de educação fiscal, disseminar informações sobre a nota fiscal cidadã paraibana, que foi publicada pelo governo do Estado da Paraíba, através da SEFAZ-PB no ano de 2019.

A Nota Cidadã Paraibana surgiu com o objetivo de tornar consciente o cidadão a importância quanto a emissão da NFC-e para contribuir na compreensão da função social dos tributos. O Governo do Estado da Paraíba fez inúmeras campanhas para incentivar a emissão dessa nota fiscal.

O Governo do Estado da Paraíba em conjunto com a Secretaria da Fazenda, com a finalidade de estimular o cidadão paraibano a solicitar a nota fiscal de consumidor eletrônica na aquisição de suas mercadorias, a partir da criação do decreto nº 39.862 de 13 de dezembro de 2019, publicado no DOE de 14.12.19 dispõe sobre a regulamentação da campanha da “Nota Fiscal Paraibana”.

Art. 1º Este Decreto regulamenta a campanha da “Nota Fiscal Paraibana”, instituída pela Lei nº 11.519, de 25 de novembro de 2019, também denominada de “Nota Cidadã”, cuja finalidade é fortalecer o exercício da cidadania, por meio de ações integradas da Administração Pública e da sociedade, visando a participação proativa do cidadão paraibano na arrecadação do ICMS.

§ 1º Para participar da Campanha e concorrer às premiações, o interessado deverá:

I - efetuar o seu cadastramento no endereço eletrônico: [www.portaldacidadania.pb.gov.br](http://www.portaldacidadania.pb.gov.br), aceitando as condições estabelecidas neste Decreto;

II - exigir a emissão de Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e - ou Nota Fiscal Eletrônica - NF-e - autorizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ-PB, com a inclusão do número de seu CPF, independente do valor do documento fiscal, para geração do bilhete e posterior controle.

§ 2º Serão consideradas válidas para participar da Campanha e concorrer aos prêmios as NFC-e ou NF-e emitidas no mês anterior ao do sorteio.

§ 3º Não serão consideradas válidas para participar da Campanha as NFC-e ou NF-e decorrentes de operação de fornecimento de energia elétrica, água, gás canalizado, comunicação ou de prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.

§ 4º As NFC-e ou NF-e só valerão para geração de bilhetes dentro do período de apuração, ou seja, no mês da emissão dos citados documentos, regra que também valerá para os respectivos bilhetes.



Dessa forma, a Nota Fiscal Paraibana ainda traz como benefício o sorteio de vários prêmios aos cidadãos cadastrados, conforme explicação extraída do site nota cidadã a seguir:

A Campanha Nota Cidadã prevê a distribuição de prêmios, em dinheiro, para os cidadãos, por meio de sorteios. Serão 21 prêmios mensais, sendo 20 prêmios de R\$ 2.000,00 e, 01 prêmio especial de R\$ 20.000,00. Para participar da Campanha, o cidadão precisa fazer cadastro único e, ao realizar suas compras solicitar a inclusão do seu CPF, não importando o valor de cada compra. Estes documentos eletrônicos gerarão bilhetes para participação nos sorteios, de acordo com as regras estabelecidas pela Campanha.<sup>6</sup>

Grande parte da sociedade paraibana ainda desconhece o tema, necessitando assim dar maior publicidade a nota cidadã paraibana, como mais uma ação da educação fiscal.

## 2.6 A CONTABILIDADE E A EDUCAÇÃO FISCAL

Primeiramente, entende-se sobre a contabilidade através de alguns aspectos, como informa Montoto (2019, p. 41): “A Contabilidade é uma ciência social que estuda o Patrimônio de uma entidade econômico-administrativa, pessoa física ou jurídica, com o objetivo de obter registros classificados e sintetizados dos fenômenos que afetam a sua situação patrimonial, financeira e econômica”.

Dessa forma, a contabilidade tem como objetivo fornecer aos usuários de demonstrações financeiras informações que os ajudarão a tomar decisões, pois os permitirão um adequado planejamento dos propósitos futuros.

Portanto, vários são os usuários que precisam da atuação da contabilidade para avaliar e interpretar o que afetar a sua situação patrimonial, financeira e econômica, assim, podendo ser qualquer ente, sejam eles pessoa física, pessoa jurídica ou até mesmo pessoas de Direito Público (União, Estado, Municípios etc.).

[...] As demonstrações financeiras são resumos de tudo o que ocorre, porque seria impossível aos interessados, pelas informações contábeis e financeiras, terem acesso fácil e compreenderem os registros na sua origem elementar. Por último, a técnica da interpretação ajudará ao leitor da informação contábil no

---

6 [https://notacidada.pb.gov.br/sobre-a-campanha/copy\\_of\\_resumo-da-campanha](https://notacidada.pb.gov.br/sobre-a-campanha/copy_of_resumo-da-campanha)

entendimento do estado patrimonial, econômico e financeiro da entidade (empresa)” (MONTOTO, 2019, p. 46).

A contabilidade detém de duas funções fundamentais: a administrativa, que trata do controle do patrimônio (Balanço Patrimonial - BP<sup>7</sup>) e; a econômica, que apura o resultado (Demonstração do Resultado de Exercício – DRE<sup>8</sup>).

A contabilidade vinculada a Educação Fiscal acrescentaria uma visão e experiência técnica de como funciona os registros contábeis, assim, com essa compreensão, o cidadão seria mais estimulado a participar e avaliar os resultados de como os seus gestores públicos estão aplicando os tributos arrecadados nos serviços públicos.

Diante do exposto, constata-se que a contabilidade é muito relevante para se ter uma estrutura adequada para disseminar a compreensão da educação fiscal, pois trará uma noção da atividade financeira do governo para o indivíduo.

Considerando que a educação é a base de construção de novos conhecimentos, propiciando transformações nos indivíduos e na sociedade, a formação do homem moderno precisa ser muito mais ampla do que apenas promover a assimilação de conhecimentos acadêmicos ou familiares; ou seja, a educação, constitutiva da formação individual reflete-se no âmbito social, no qual exerce e sofre influência. Somente quando se preparam para atuar como cidadãos, os indivíduos conquistam as transformações sociais necessárias e desejadas (ESAF, CADERNO 1, 2014, p. 22).

Desse modo, a educação fiscal tem que transferir o acesso à informação de forma qualificada para expandir a prática democrática, assim, o indivíduo compreendendo um pouco do funcionamento das receitas e despesas, podem ter uma visão mais crítica e justa, como vem sendo administrados os recursos públicos pelos gestores.

Por fim, conclui-se a indispensabilidade do estudo da contabilidade na educação fiscal, esta utilização de aprendizado, possibilitará o cidadão a colocar em prática tanto na sua vida pessoal, como contribuirá em possíveis ações na própria comunidade.

---

7 O BP é um relatório importante – objeto principal o Patrimônio. Resume os saldos das contas patrimoniais, que são subdivididas em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido (MONTOTO, 2019, p. 157).

8 Montoto (2019, p. 205) conceitua a DRE como “o relatório construído a partir de saldos de encerramento de todas as contas de resultado. De forma geral, as contas de resultado são receitas, deduções de receitas, custos, despesas, impostos e participações sobre lucros”.

## 2.7 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO FISCAL NUM CONTEXTO SOCIAL

Como destaca Silva, De Oliveira e Da Rocha (2017, p. 34) que “A realidade brasileira é marcada por enormes diferenças sociais. [...] para desempenhar os objetivos fundamentais e procurar garantir os direitos sociais, o Estado precisa de recursos financeiros, que são oriundos dos tributos que a população paga”.

O governo, mesmo com a obrigação do retorno de ações para o cidadão, que paga uma alta carga tributária e espera em troca serviços voltados para o desenvolvimento da sociedade, acaba por muitas vezes desviando o que de fato deveria voltar para os cidadãos. Os desvios e à falta de consciência dos cidadãos, tem impedido o progresso e a modernização do país. É no contexto de uma sociedade que desconhece o poder que tem nas mãos e o seu efetivo papel da cidadania como um instrumento de fiscalização das ações do governo para melhor e correta distribuição do dinheiro público e em busca da construção da consciência cidadã que surge a Educação Fiscal (SILVA; DE OLIVEIRA; DA ROCHA, 2017, p. 34).

Sobre essa análise da percepção que um acadêmico precisar ter para poder verificar o quanto a educação fiscal atinge diretamente o contexto social, seria de suma importância, a obrigatoriedade da inclusão da disciplina de educação fiscal nas grades curriculares do ensino superior.

A Educação Fiscal tem o propósito de despertar a consciência no cidadão para que ele busque compreender e se interessar pelos assuntos voltados ao controle social e fiscal, para que assim exerça-se a cidadania consciente e o efetivo uso do dinheiro público para melhoria da qualidade de vida das pessoas (SILVA; DE OLIVEIRA; DA ROCHA, 2017, p. 34).

Diante da relevância, Silva, De Oliveira e Da Rocha (2017, p. 36) elaboraram uma pesquisa selecionando Instituições de Ensino Superior Federal com o Curso de Ciências Contábeis que implementa a educação fiscal em sua matriz curricular, chegando ao seguinte resultado:

Partindo do total de universidades federais com o curso de Ciências Contábeis, foi encontrado um total de 59 (cinquenta e nove) campus, sendo a Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal Fluminense, do estado do Rio de Janeiro, as universidades com a maior quantidade de campus com o curso, cada uma com 4 (quatro) campus.

Em apenas em 3 (três) universidades o tema Educação Fiscal está presente no componente curricular do curso de Ciências Contábeis. Na Universidade Federal do Amazonas, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e na Universidade Federal de São Paulo.

A educação fiscal na educação superior é de grande relevância o seu estudo porque esse tema possui elementos para estimular uma análise crítica e uma reflexão ao abordar a tributação e sua estreita aproximação com a cidadania.

A abrangência da Educação Fiscal volta-se para os diversos públicos da sociedade. Através de seus fundamentos e com uma visão de futuro, elaboraram-se estratégias através do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF para contemplar estudantes de ensino fundamental, médio e superior, servidores públicos e toda a sociedade. O PNEF está sendo difundido em todo o país através da coordenação da Escola de Administração Fazendária - ESAF, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação (SILVA; DE OLIVEIRA; DA ROCHA, 2017, p. 34).

Diante dessa perspectiva, o quanto é importante a educação fiscal no meio acadêmico, Silva, De Oliveira e Da Rocha (2017, p. 34) contribuem ao dizerem que:

Nesse contexto, fica claro que a Educação Fiscal apresenta-se como um excelente meio para que o Estado e a sociedade tornem-se parceiros na construção do bem comum, pois o conhecimento da função social por traz da principal fonte de receita pública, o tributo, juntamente com a gestão democrática desses recursos através da elaboração do orçamento público, com o maior envolvimento da sociedade na elaboração dele, possibilitará fazer com que os cidadãos busquem a concretização de seus direitos constitucionais.

### 3 METODOLOGIA

É importante para a construção de um estudo científico definir os procedimentos metodológicos a serem adotados na pesquisa científica. De acordo com Mazucato et al. (2018, p. 33): “É bastante importante frisar que o conhecimento científico não é uma verdade absoluta. Ele é o resultado de um momento histórico e social onde determinadas técnicas e tecnologias são aplicadas”.

Dessa forma, para a produção de um estudo científico é necessário a utilização de recursos metodológicos para a produção, por isso, tem que entender o que se pretende recorrer na pesquisa.

Assim, explica Mazucato et al. (2018, p. 49) que “Como existem diversos métodos e técnicas à disposição do pesquisador, e uma mesma pesquisa pode

comportar mais de um deles, no projeto deve-se esclarecer qual a opção foi feita em relação à utilização de alguns”.

Logo, a natureza desse estudo versa de uma pesquisa básica com o objetivo voltado para o benefício da teoria científica, buscando que esse conhecimento sobre o tema venha a ser difundido na sociedade.

Aos objetivos será realizado uma pesquisa descritiva, conforme Gil (2018) apresenta processos presentes descrevendo fenômeno ou objeto de estudado. E ainda, de acordo com Gil (2018, p. 26): “tem a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis” e, também, “têm por objetivo estudar as características de um grupo”.

A abordagem do problema ocorreu pela utilização da pesquisa qualitativa nesse artigo, segundo a visão de Marconi e Lakatos (2021, p. 298-299), na qual o objetivo fundamental é classificar um conjunto de observações, de forma a analisar e interpretar aspectos mais profundos e, assim, tentar compreender os fenômenos que o estudo trará dentro do contexto aplicado. Portanto, a análise dos dados transcorreu de forma subjetiva, através de uma relação direta do pesquisador com o objeto estudado.

O procedimento técnico empregado na pesquisa científica, foram as informações obtidas por intermédio do estudo de caso, através de dados fornecidos pelos entrevistados. Como esclarece Pádua (2012, p. 74): “O estudo de caso não pode considerado uma técnica que realiza a análise do indivíduo em toda a sua unicidade, mas é uma tentativa de abranger as características mais importantes do tema que se está pesquisando, bem como seu processo de desenvolvimento”.

Os dados obtidos para realização deste estudo, foram por meio da aplicação de questionário. Tal questionário foi submetida ao processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao Comitê de Ética e pesquisa do UNIESP na data 11/05/2022, o qual foi aprovado sob o parecer de nº 5.420.203 e somente então foi realizada na Instituição de Ensino Superior UNIESP, por meio do *google forms*, a partir do dia 19/05/2022, através dos alunos concluintes dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis.

A presente pesquisa foi realizada no Campus do UNIESP – Centro Universitário, localizado na BR 230, KM 14, no município de Cabedelo – PB.

Quanto à população pesquisada, foram contabilizados 51 (cinquenta e um)

alunos – 30 (trinta) graduandos são de Administração e 21 (vinte e um) são de Ciências Contábeis. Dentre estes, através dos resultados de pesquisa, foi possível coletar uma amostra de 34 (trinta e quatro) respondentes, sendo dezenove (55,88%) de alunos em Administração e quinze (44,12%) em Ciências Contábeis.

#### **4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO**

Essa pesquisa direcionou seus esforços na comparação do grau de conhecimento que os alunos das graduações de Ciências Contábeis e Administração do UNIESP possuem em relação a educação fiscal num contexto social.

A Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do UNIESP – Centro Universitário possui um convênio com a Secretária de Estado da Fazenda da Paraíba (SEFAZ-PB), desde 2018, disponibilizando aos seus quadros palestras e cursos EAD gratuitos sobre a Educação Fiscal, a partir do Programa Semeando Sementes da Cidadania. Temas estes que também servem para os graduandos como carga horária complementar e necessária a conclusão do curso de graduação.

Depois de mais de três anos de convênio que são disseminados esses temas, buscou-se comparar os conhecimentos que os alunos de uma graduação conveniada possuem, em relação a outra que não tem o mesmo convênio.

Os resultados serão de suma importância para o direcionamento dos objetivos da Educação Fiscal junto a UNIESP para o semestre de 2022.2.

##### **4.1 ANÁLISE DOS PERFIS DOS RESPONDENTES**

O questionário está composto por 17 perguntas, sendo 16 questões com duas escolhas e a última discursiva, as 6 primeiras perguntas, abordam sobre o perfil dos respondentes e as demais questões tratam sobre a Educação Fiscal e o seu conhecimento pelo público alvo.

Logo, a totalidade do público que respondeu ao questionário foi de 34 alunos. Quanto a faixa etária, tem-se que: catorze alunos estão na faixa de até 25 anos, representando (41,18%); dezesseis, de 26 até 35 anos, representando (47,06%) e;

quatro, de 36 até 45 anos, representando (11,76%). Não havendo alunos da faixa de 46 até 55 anos, nem de mais de 56 anos.

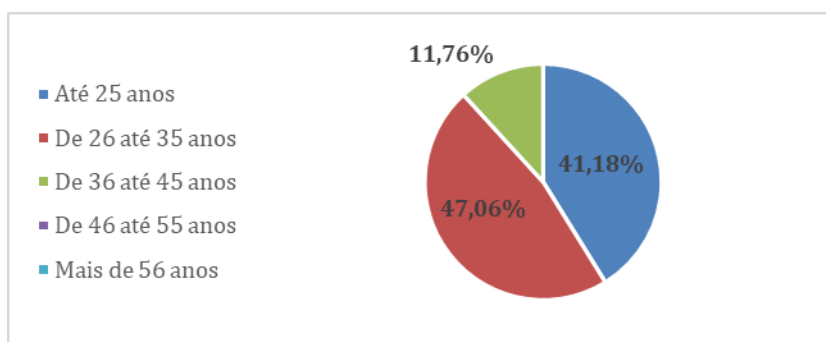


Gráfico 01: Faixa etária dos respondentes  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Dessa totalidade do público, vinte respondentes eram mulheres representando 58,80% e catorze eram homens, representando 41,20%.

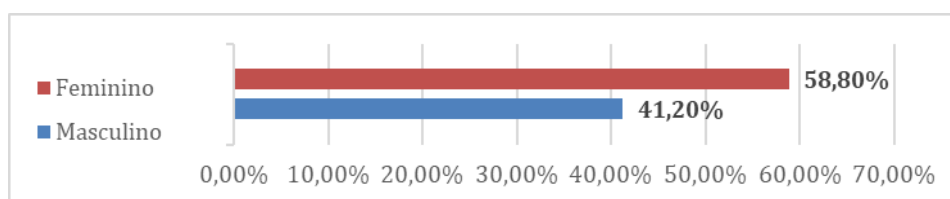


Gráfico 02: Gênero dos respondentes  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O estado civil dos respondentes ficou representando por: vinte e cinco solteiros, representando (73,53%), seis casados, representando (17,65%), dois divorciados, representando (5,88%) e um namorando, representando (2,94%). Não existi nenhum viúvo(a).

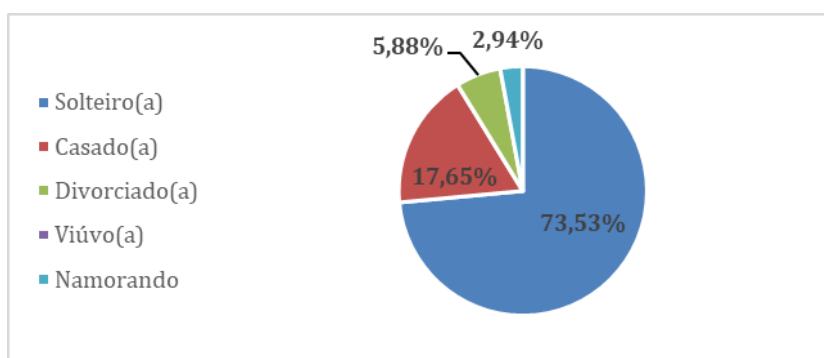


Gráfico 03: Estado civil dos respondentes  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os graduandos responderam com quem residem: sete, representando (20,59%) que moram sozinhos, dezesseis, representando (47,06) moram com os

pais, sete, representando (20,59%) já constituíram família, dois, representando (5,88%) moram com irmãos, um, representando (2,94%) com companheiro(a) e um, representando também (2,94%) com os avós maternos.

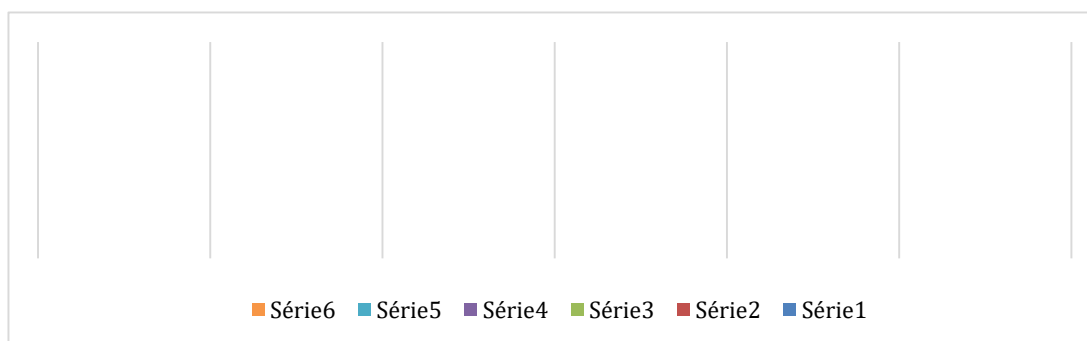


Gráfico 04: Com quem moram os respondentes  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Os alunos dos cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis, ficaram divididos em: dezenove dos respondentes cursando Administração, representando 55,88% e quinze em Ciências Contábeis, representando 44,12%.

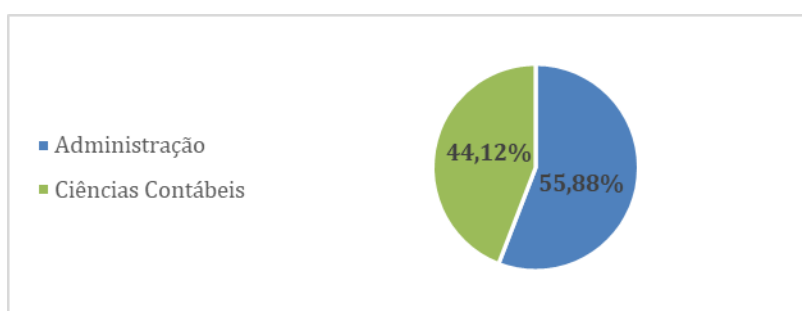


Gráfico 05: Qual curso está concluindo  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

E por fim, foi perguntado em qual dos períodos apontados os respondentes estão no momento em seu curso de graduação e, o resultado foi que trinta e dois alunos, representando (94,12%) estão no 8º período representando 52,94% de alunos de Administração e 41,18% de alunos de Ciências Contábeis. Existe dois alunos do 7º período, representando (5,88%). Destes, um é aluno de Administração e o outro de Ciências Contábeis.



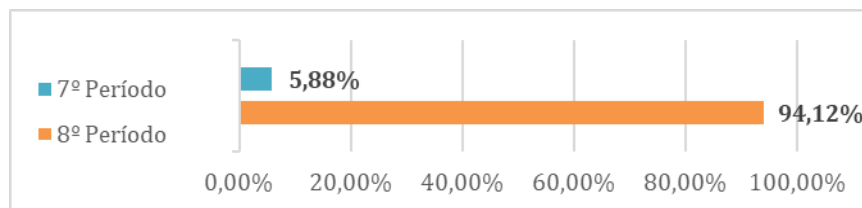


Gráfico 06: Período do curso  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

## 4.2 ANÁLISE SOBRE O CONHECIMENTO ESPECÍFICO SOBRE A EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL

De acordo com os dados obtidos, vinte e um respondentes, representando (61,76%) tem conhecimento de como são utilizados os tributos que pagamos, representando 29,41% de Administração e 32,35% de Ciências Contábeis. E dos treze respondentes, que representam (38,24%) não têm conhecimento dessa informação, representando 26,47% de Administração e 11,77% de Ciências Contábeis.

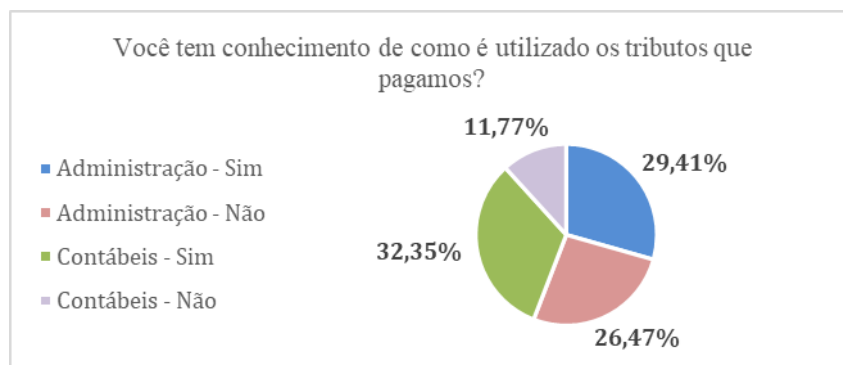


Gráfico 07: conhecimento sobre a utilização dos tributos  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Na percepção da maioria dos que responderam, não são de acordo com o pagamento de tributos. Vinte e quatro alunos, representando (70,59%) disseram que não concordam, representando 44,12% dos alunos de Administração e 26,47% de alunos de Ciências Contábeis. E dos dez respondentes, que representando (29,41%) concordam com o pagamento dos tributos, representando 11,76% de Administração e 17,65% de Ciências Contábeis.

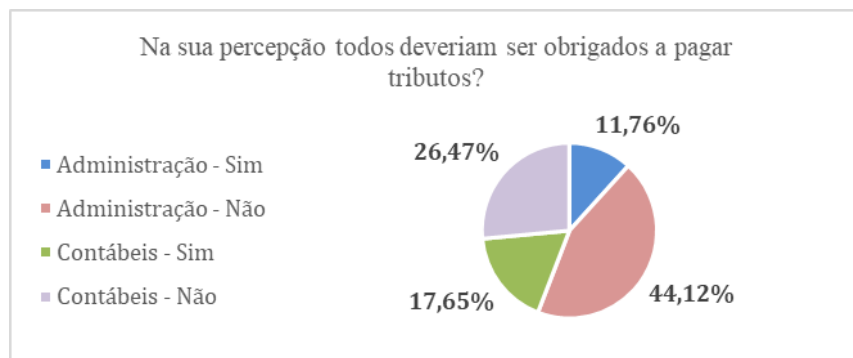


Gráfico 08: Sobre o pagamento dos tributos  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Todos os respondentes responderam que se consideram um cidadão, ou seja, trinta e quatro dos respondentes, representando (100%) afirmaram serem indivíduos que usufruem de direitos e desempenham suas obrigações.

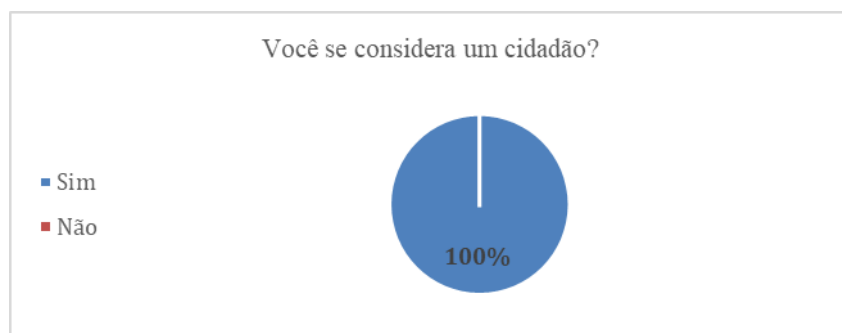


Gráfico 09: Sobre ser cidadão  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Conforme o gráfico abaixo, trinta e um respondentes, representando (91,18%) entendem qual o papel do Estado, representando a 52,94% de alunos de Administração e 38,24% de alunos da graduação em Ciências Contábeis. Enquanto, que três respondentes, representando (8,82%) não entendem sua finalidade, representando a 2,94% de alunos de Administração e 5,88% de alunos de Ciências Contábeis.

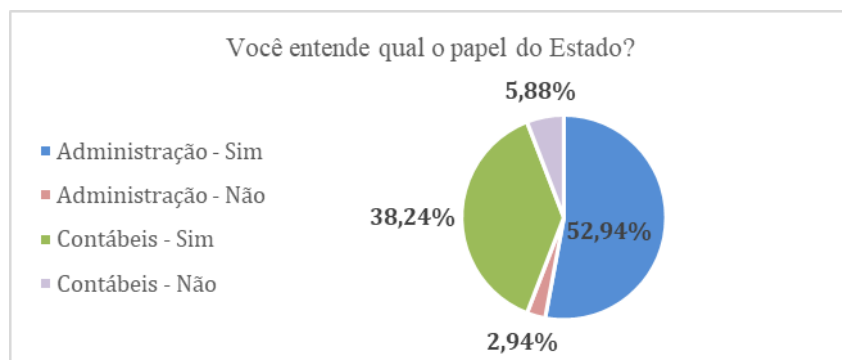


Gráfico 10: Sobre o papel do Estado  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

As empresas disponibilizam a nota fiscal! Observou-se que vinte e quatro respondentes, representando (70,59%) efetuam compras e disponibilizam a entrega das notas fiscais das referidas mercadorias, representando 38,24% de alunos de Administração e 32,35% de alunos de Ciências Contábeis. Mas dos dez alunos que representam (29,41%) responderam que as empresas não disponibilizam as notas fiscais, representando 17,65% de aluno de Administração e 11,76% de alunos de Ciências Contábeis.

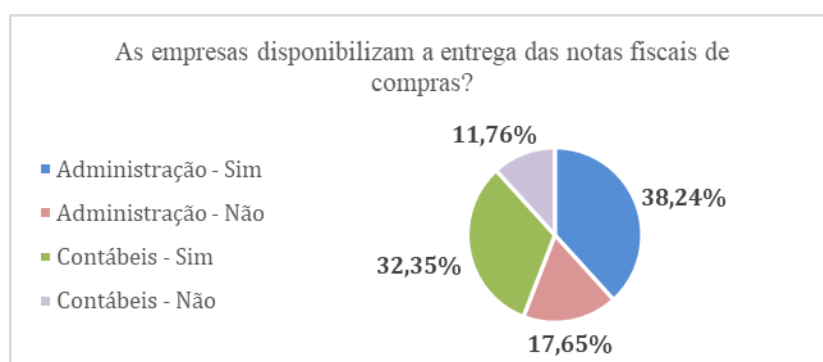


Gráfico 11: Disponibilidade da entrega da nota fiscal  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O gráfico abaixo evidência que ainda poucos indivíduos solicitam a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e). Dezoito alunos, representando (52,94%) solicitam a NFC-e nos estabelecimentos. Destes, 23,53% são alunos de Administração e 29,41% são alunos de Ciências Contábeis). Dezesesseis alunos, representando (47,06%) não pedem a nota fiscal das compras efetuadas, representando 32,35% de Administração e 14,71% são de Ciências Contábeis.

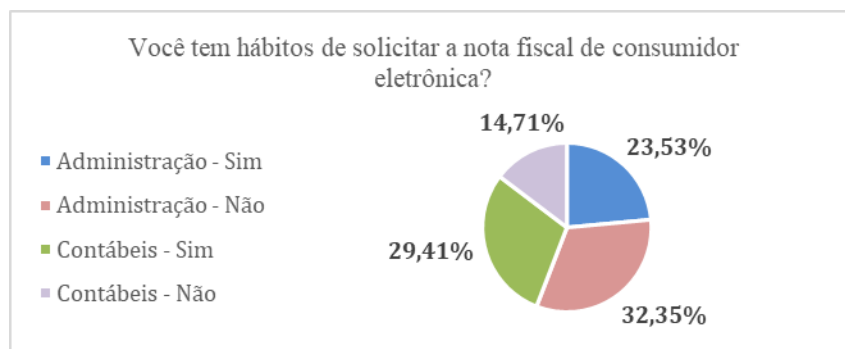


Gráfico 12: Solicitação da NFC-e  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao analisar os dados do gráfico abaixo, vinte e oito alunos, representando

(82,35%) dos respondentes não conhecem o Programa Nota Cidadã paraibana. Destes, 50,00% são alunos de Administração e 32,35% são alunos de Ciências Contábeis. E, apenas, seis alunos, representando (17,65%) tem conhecimento do programa. Destes, 5,88% são alunos de Administração e 11,77% são alunos de Ciências Contábeis. Percebe-se que poucos participantes têm conhecimento sobre o Programa Nota Cidadã paraibana.

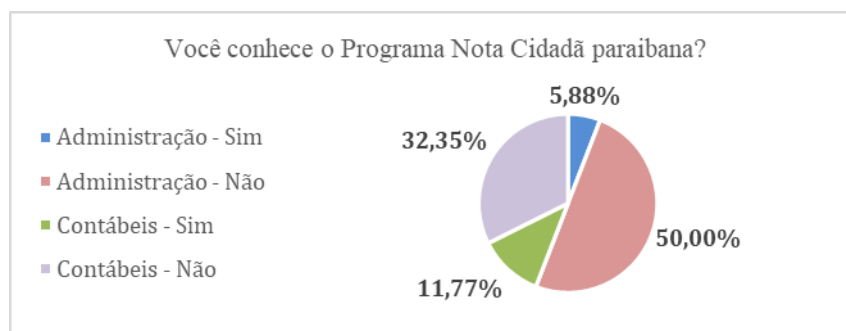


Gráfico 13: Conhecimento da Nota Cidadã paraibana  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Conforme os gráficos 14 e 15 a seguir, perguntou-se quantos são os prêmios sorteados do Programa Nota Cidadã paraibana. Doze alunos, representando (35,29%) responderam que são 10 prêmios, quinze alunos representando (44,12%) responderam que são 15 prêmios, seis alunos, representando (17,65%) responderam que são 21 prêmios e um aluno que representa (2,94%) respondeu que são 24 prêmios. Portanto, poucos têm conhecimento quanto a quantidade certa de prêmios (21 prêmios). Logo, desses 17,65% que foram assertivos, representando 5,88% de alunos de Administração e 11,77% são alunos de Ciências Contábeis.



Gráfico 14: Conhecimento dos prêmios do Programa Nota Cidadã paraibana  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

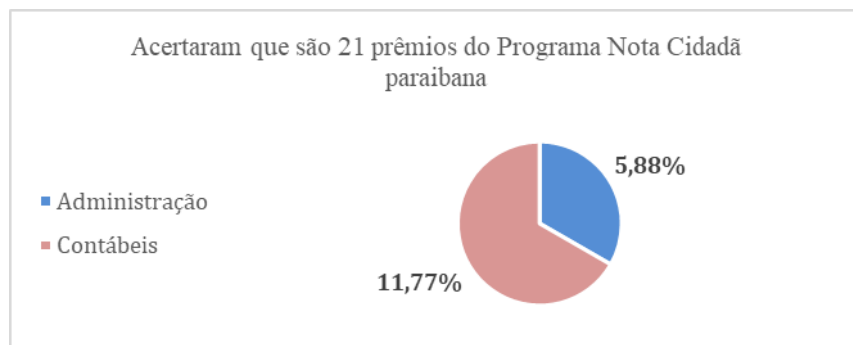


Gráfico 15: 21 prêmios do Programa Nota Cidadã paraibana  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Na pergunta que trata da inscrição no portal da SEFAZ-PB, apenas cinco alunos, representando (14,71%) dos respondentes já haviam se inscrito, representando 5,88% de alunos de Administração e 8,83% são alunos de Ciências Contábeis. Observou-se que vinte e nove alunos, representando (85,29%) dos respondentes, não eram inscritos, representando 50,00% de alunos de Administração e 35,29% são alunos de Ciências Contábeis.

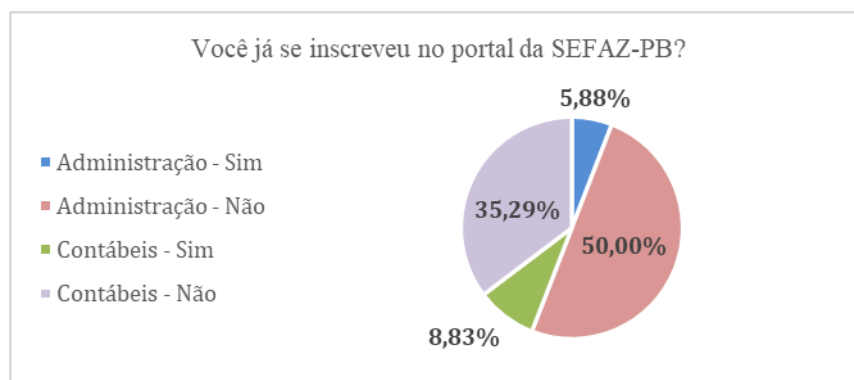


Gráfico 16: Inscrição no portal SEFAZ-PB  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A respeito do conhecimento sobre Educação Fiscal, dezessete alunos, representando (50%) dos respondentes disseram ter entendimento sobre o assunto, representando 23,53% de alunos de Administração e 26,47% são de alunos de Ciências Contábeis. Enquanto, que dezessete alunos, representando (50%) dos respondentes afirmaram não ter discernimento do tema, representando 32,35% de Administração e 17,65% de Ciências Contábeis.

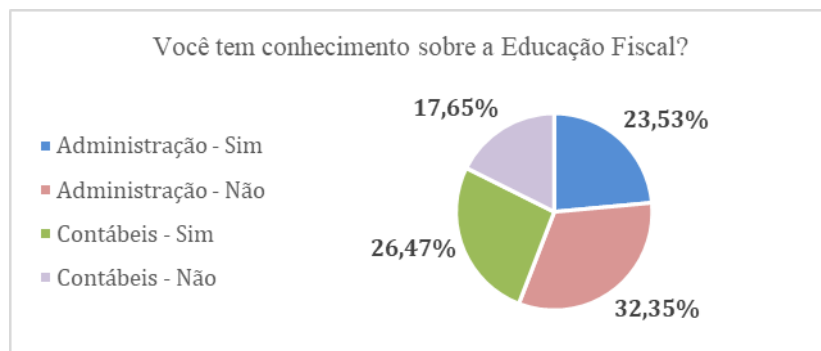


Gráfico 17: Conhecimento sobre a Educação Fiscal  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A última questão foi subjetiva sobre o que é a Educação Fiscal, nove alunos, representando (26,47%) dos respondentes tinham conhecimento no tocante a Educação Fiscal, vinte e três alunos, representando (67,65%) não tinham entendimento do assunto e dois alunos, representando (5,88%) dos respondentes não opinaram.

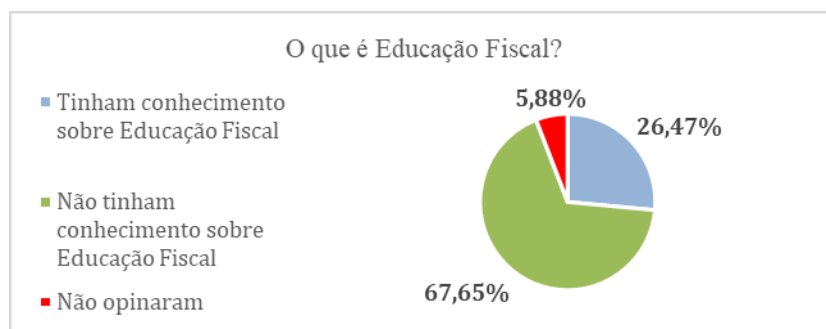


Gráfico 18: Conhecimento sobre a Educação Fiscal  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

De acordo com o gráfico acima, os dados extraídos das respostas obtidas dos respondentes do Curso de Administração e de Ciências Contábeis quanto a compreensão da Educação Fiscal, segue-se análise:

Conhecimento sobre Educação Fiscal	Administração	Contábeis
Tinham conhecimento	2,94%	26,47%
Não tinham conhecimento	50,00%	14,71%
Não opinaram	2,94%	2,94%

Tabela 01: Conhecimento sobre a Educação Fiscal  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

**Resposta do respondente de Administração do que é Educação Fiscal:**

“A Educação Fiscal é um programa de estado desenvolvido nacionalmente que busca disseminar informações e conceitos sobre a gestão fiscal, favorecendo a compreensão e a intensificação da participação social nos processos de geração, aplicação e fiscalização dos recursos públicos.”
<b>Respostas dos respondentes de Ciência Contábeis do que é Educação Fiscal:</b>
“É pra que o cidadão compreenda a função social dos tributos, entender a importância de como o nosso dinheiro tem sido aplicado no governo e transformado em benefícios para o cidadão.”
“São ações educativas que nos dá a possibilidade de entender o que é a tributação e a função sócio econômica dos tributos e sua aplicação como retorno a sociedade.”
“Educação Fiscal é uma percepção do processo de construção do saber em que leva o cidadão a compreender os qual o seu papel diante a utilização dos instrumentos financeiros que o estado executa.”
“Educação fiscal é um processo produtivo que visa a construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania na questão de arrecadação de tributos.”
“É a educação voltada para a conscientização do cidadão para o exercício da cidadania.”
“Educação fiscal no meu entendimento é a educação financeira da arrecadação e dos gastos públicos em benefício a sociedade.”
“É um conjunto de ações, que tem como objetivo viabilizar o entendimento da função socioeconômica dos tributos, e a forma que eles podem ser usados em benéfico a sociedade.”
“Educação fiscal seria uma série de ações com o intuito de compreender melhor os tributos que pagamos e assim poder ter uma compreensão melhor de como o estado usa nossos recursos.”

Tabela 02: Resposta do que é Educação Fiscal  
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo buscar verificar o conhecimento dos alunos dos cursos de Administração e de Ciências Contábeis da instituição de ensino superior UNIESP, sobre a conscientização da importância da Educação Fiscal no contexto social.

Assim, informações obtidas foram por meio de um questionário, através de perguntas produzidas para que possibilitassem uma melhor análise da compreensão que os participantes da pesquisa possuem em relação a Educação Fiscal, mais especificamente, comparando as duas graduações em questão, Ciências Contábeis e Administração.

Portanto, na UNIESP estavam matriculados 51 (cinquenta e um) alunos – 30 (trinta) alunos dos cursos de Administração e 21 (vinte e um) alunos de Ciências Contábeis. Dentre estes, através dos resultados de pesquisa, foi possível perceber a participação de 34 ( trinta e quatro) respondentes, sendo dezenove (55,88%) de alunos em Administração e quinze (44,12%) em Ciências Contábeis.

Os dados analisados demonstraram que vinte e um participantes, representando 61,76% do total dos respondentes, dizem ter conhecimento de como são utilizados os tributos que pagamos, 29,41% são alunos de Administração e

32,35% são alunos de Ciências Contábeis.

A maioria dos respondentes, não concordam com a obrigação do pagamento dos tributos. Dos quais, vinte e quatro alunos, representando (70,59%) dos respondentes disseram que não concordam, representando 44,12% de alunos de Administração e 26,47% são alunos de Ciências Contábeis.

Observa-se aqui, que os respondentes desconhecem a necessidade da arrecadação dos tributos.

Na pergunta “você se considera um cidadão?” 100% dos respondentes se dizem cidadãos, no entanto, não concordam com a cobrança de tributos, o que demonstra um contrassenso e desconhecimento do tema.

Os 91,18% dos respondentes mencionam entenderem qual o papel do Estado, sendo 52,94% de Administração e 38,24% de Ciências Contábeis.

De acordo com os dados obtidos, 70,59% dos estabelecimentos comerciais disponibilizam aos seus clientes as referidas notas fiscais das mercadorias.

Porém, analisa-se que são poucos os que solicitam a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), somente 52,94% dos que responderam. Desses, representando 23,53% de alunos Administração e 29,41% de alunos de Ciências Contábeis. Demonstrando uma falta de compreensão quanto a relevância de se obter a nota fiscal, para exercer assim seu papel de cidadão e ajudar no combate à sonegação fiscal.

Ao analisar os dados do gráfico sobre o Programa Nota Cidadã paraibana, 82,35% dos que responderam não conhecem o programa. Percebe-se que 50,00% são de Administração e 32,35% são de Ciências Contábeis.

Os respondentes desconhecem a campanha da nota cidadã paraibana, não sabem identificar quantos prêmios são oferecidos mensalmente. Apenas 17,65% acertaram que são 21 prêmios, assim, 5,88% são alunos do curso de graduação de Administração e 11,77% são de alunos do curso de Ciências Contábeis.

Quanto a pergunta que trata sobre a inscrição no portal da SEFAZ-PB, identificou-se que somente 14,71% dos respondentes haviam se inscrito no referido portal, sendo destes 5,88% de alunos do curso de graduação de Administração e 8,83% de aluno da graduação de Ciências Contábeis.

A respeito quanto ao conhecimento da Educação Fiscal, 50,00% dos respondentes disseram não ter conhecimento, representando 23,53% alunos de



Administração e 26,47% alunos de Ciências Contábeis.

E tratando-se da pergunta subjetiva que se refere ao “o que é Educação Fiscal?”, 64,71% dos respondentes não tinham entendimento do assunto, representando 50,00% de Administração e 14,71% de Ciências Contábeis.

Em se tratando do objetivo de pesquisa, identifica-se a partir dessa pesquisa que os trinta e quatro alunos (totalizando 68,00% “universo”) das referidas graduações desconhecem em parte o papel da educação fiscal. Mesmo com o convênio sendo desenvolvido com os alunos de contabilidade, os percentuais variam muito pouco em relação aos alunos de Administração que não tem acesso ao convênio. Esperava-se um percentual maior, principalmente, por parte dos alunos de contabilidade.

Portanto, não restando dúvidas da relevância da inclusão da Educação Fiscal no ensino superior, observa-se a necessidade da UNIESP traçar novos objetivos estratégicos para a melhor disseminação dos ensinamentos da educação fiscal na graduação em Ciências Contábeis e a necessidade de se incluir a graduação em Administração nesse processo.

E por fim, diante do resultado negativo da pesquisa, sugere-se que esse estudo venha a ser aplicado em outras Instituições de Ensino Superior, assim, que também seja abordado em outras graduações.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Tributário Nacional. Brasília. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5172compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm). Acesso em: 25 março de 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Presidência da República. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 25 março de 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Educação fiscal no contexto social / Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, 2014. 58 p.; 26,5 x 20,0 cm. (Série Educação Fiscal. Caderno 1). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4251> . Acesso em: 03 abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Função social dos tributos / Programa Nacional de Educação Fiscal.

5. ed. Brasília: ESAF, 2014. 58 p.; 26,5 x 20,0 cm. (Série Educação Fiscal. Caderno 3). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4253>. Acesso em: 16 abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 413, de 31 de dezembro de 2002. Define competências dos órgãos responsáveis pela implementação do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=27597>. Acesso em: 25 março de 2022.

CADORIN, Caroline Tonin. EDUCAÇÃO FISCAL: trajetória, perspectivas e prática cidadã transformadora. **Revista de educação do Ideau. Uruguai**, v12, n. 25, p. 1-15, 2017.

CAMPANHA, Alexssandro; TENÓRIO, Robinson Moreira. A educação fiscal e suas implicações para o exercício da cidadania e para a melhoria qualitativa da vida em sociedade. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, p. 1-14, 2017.

CHIEZA, Rosa Angela; DUARTE, Maria Regina Paiva; DE CESARE, Cláudia Monteiro. Educação Fiscal e Cidadania: reflexões da prática educativa. – dados eletrônicos. - Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2018.

DANTAS, Isabella Christina. Análise Bibliométrica da Produção Acadêmica sobre Educação Fiscal no Brasil no Período de 2002 a 2014. Monografia apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal - RN, 2014.

DE CARVALHO SANTOS, Lívio Augusto. Educação fiscal e justiça fiscal: ressignificando e construindo a cidadania. **Cadernos da FUCAMP**, v. 18, n. 32, 2019.

DE PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática. 17. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

DUARTE, Francisco Leite. Direito Tributário: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

Encontro Nacional de Administradores Tributários - ENAT. Disponível em: [http://www.enat.receita.economia.gov.br/pt-br/area\\_nacional/eventos/xiii-enat](http://www.enat.receita.economia.gov.br/pt-br/area_nacional/eventos/xiii-enat). Acessado em: 02 abril de 2022.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. – [2.Reimpr.]. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2021.

MAZUCATO, Thiago et al. Metodologia da pesquisa e do trabalho Científico. Penápolis: FUNEPE, 2018.

MONTOTO, Eugenio. Contabilidade geral e avançada esquematizado. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

Nota Cidadã Paraibana. Disponível em: [https://notacidada.pb.gov.br/sobre-a-campanha/copy\\_of\\_resumo-da-campanha](https://notacidada.pb.gov.br/sobre-a-campanha/copy_of_resumo-da-campanha). Acessado em: 28 maio de 2022.

OECHSLER, Fabio Richard. Educação fiscal: o agir ético dos gestores e administrados na busca da cidadania. **Rizoma: Experiências interdisciplinares em ciências humanas e sociais aplicadas**, v. 5, n. 2, 2020.

Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), documento base. Grupo Educação Fiscal - GEF Escola de Administração Fazendária – ESAF. 2. edição. Brasília, 2015. Disponível em: [https://receita.fazenda.rs.gov.br/download/20170704155154diretrizes\\_nacionais\\_da\\_educacao\\_fiscal.pdf](https://receita.fazenda.rs.gov.br/download/20170704155154diretrizes_nacionais_da_educacao_fiscal.pdf). Acessado em: 02 abril de 2022.

Protocolo de Cooperação nº 5/2015 – X ENAT. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folhas/educacaofiscal/GEFE->. Acessado em: 03 abril de 2022.

Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba (SEFAZ-PB). Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica. Disponível em: <https://www.sefaz.pb.gov.br/info/notas-fiscais/nfc-e>. Acessado em 28 maio de 2022.

Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba (SEFAZ-PB). Programa Semeando Sementes da Cidadania. Disponível em: <https://www3.sefaz.pb.gov.br/esat/semeandosementes/>. Acessado em: 28 maio de 2022.

SILVA, Roseane Patrícia de Araújo; DE OLIVEIRA, Edivani Cinthia Frazão; DA ROCHA, Maria Eloísa Rodrigues Moura. Educação Fiscal nas Universidades Públicas Federais do Brasil: uma avaliação das ementas do Curso de Ciências Contábeis. Revista Mangaio Acadêmico, v. 2, n. 3, jul/dez, 2017 – ISSN 2525-2801.

SIMÕES, Luísa Maria Gaspar. **Educação fiscal - um contributo para uma política de cidadania fiscal**. Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Tese de Doutorado. Lisboa, 2016.

## A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES PARAIBANOS QUANTO AOS REFLEXOS FINANCEIROS DO ESOCIAL NAS EMPRESAS

Jules Freitas Fonseca<sup>1</sup>  
Lauro Vinício de Almeida Lima<sup>2</sup>

### RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar a percepção dos paraibanos sobre os reflexos financeiros da implementação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) nas empresas. O eSocial teve o propósito de simplificar as obrigações tributárias, porém, a redução dos custos financeiros resultantes de sua implementação são fatores a serem considerados que dependem da qualificação e percepção dos seus usuários. Assim, em uma abordagem qualitativa a pesquisa utilizou-se de um questionário formulado na plataforma google forms e enviados por e-mail para os profissionais de contabilidade no Estado da Paraíba. Com o levantamento de dados ao longo da pesquisa e da análise das percepções, foi possível concluir que as empresas terão a necessidade de desembolsar gastos para se adequarem com a implantação do sistema, sofreram fiscalizações mais atuantes e que as empresas terão benefícios com a utilização do eSocial. Como forma de contribuir para artigos futuros, sugere-se levantar sugestões dos profissionais contábeis a respeito de oportunidades de melhorias no sistema e adequações nas empresas para simplificar a utilização pelo usuário.

**Palavras-chaves:** eSocial; Profissionais Contábeis; Reflexos Financeiros.

### ABSTRACT:

The research aimed to analyze the perception of Paraíba on the financial consequences of the implementation of the Digital Bookkeeping System of Tax, Social Security and Labor Obligations (eSocial) in the emotive. eSocial had the purpose of simplifying tax obligations, however, a reduction in financial costs, resulting from its users, however, are factors to be considered that vary in qualification and perception of its users. Thus, in a qualitative approach to the research of a formula, a research was used to formulate the google platform and sent by email to accounting professionals in the State of Paraíba. With data collection and data collection as an estimate of the use of future companies, it was possible to build an implementation and estimated costs for the optimization of the use estimate system, with estimates of use, more costs with the operation of the cost. eSocial As a

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Educação Superior da Paraíba – UNIESP. E-mail: 20182014007@iesp.edu.br

<sup>2</sup> Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Direito, pela Universidade Estadual de Santa Cruz, em Administração, pela Faculdade Internacional da Paraíba, em Matemática e Letras com Habilitação em Inglês, pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz, Doutorado e Mestrado em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal da Paraíba, Especializações em Direito Tributário e Educação em Ensino Superior, pelo pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba, em Contabilidade, em Perícia, Auditoria e MBA em Finanças e Controladoria, pela Universidade Pitágoras Unopar. E-mail: [prof2037@iesp.edu.br](mailto:prof2037@iesp.edu.br), <http://lattes.cnpq.br/8886425370313938>.

way of contributing to future articles, it is suggested to raise suggestions from users regarding opportunities for improvements in the system and adaptations in companies to simplify the use by the user.

**Key Words:** eSocial; Accounting Professionals; Financial Reflections.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo decisório no âmbito empresarial necessita de informações financeiras úteis, relevantes, rápidas e acessíveis. O Governo Federal, ciente da relevância destas informações, buscou abreviar este fluxo entre o fisco e os contribuintes, instituindo por meio do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Este sistema, é um avanço para a informatização, pois tem entre seus objetivos promover a integração dos fiscos; racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes; e tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários (SPED, 2022).

Visando unificar a transmissão das informações ao Governo, instituiu-se por meio do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), sendo um dos projetos que compõem o SPED, e um instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (BRASIL,2014).

Todo aquele que contratar prestador de serviço pessoa física e possua alguma obrigação trabalhista, previdenciária ou tributária, em função dessa relação jurídica de trabalho, inclusive se tiver natureza administrativa, conforme a legislação pertinente, está obrigado a enviar informações decorrentes desse fato por meio do eSocial (MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO ESOCIAL, 2021, p. 8).

Com isso as informações que antes eram enviadas pelos empregadores para diversos órgãos, como Receita Federal do Brasil (RFB), Caixa Econômica Federal (CEF), Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), foram unificadas e padronizadas em único sistema, sendo que o eSocial conforme seu manual, esclarece que não se trata de uma nova obrigação acessória e sim de um novo meio que as obrigações serão prestadas (PORTAL ESOCIAL, 2022).

O Governo Federal buscando simplificar os envios das informações fiscais, trabalhistas e previdenciárias para diferentes órgãos e instituições, criou-se o eSocial que tem entre seus princípios, conforme decreto, viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; racionalizar e simplificar o cumprimento de obrigações; eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas; aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias; e conferir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. Entretanto, trata-se de uma plataforma relativamente nova, que busca a junção de 15 obrigações acessórias, dentre elas, a declaração de Imposto de Renda retido na fonte (DIRF), Guia de previdência social (GPS), Comunicação de acidente de Trabalho (CAT); em um sistema unificado, virtual e que sofre atualizações para simplificar a plataforma, demandando aperfeiçoamento contínuo dos seus usuários (PORTAL ESOCIAL, 2022).

A implantação de um novo sistema, demanda de custos tanto para o Governo, quanto para o empregador, que conforme o Portal do eSocial, foram investidos cerca de R\$ 100 milhões em tecnologia da informação para o desenvolvimento da plataforma, e possivelmente o empregador demandará de gastos com capacitações, adaptações de processos internos e tecnologia, de modo a implantar o novo sistema sem que haja penalidades por não cumprimento de prazos e possível erros. Com isso, a relevância do estudo se sustenta na justificativa de que o eSocial é um projeto relativamente recente que é utilizado pelas pessoas físicas e jurídicas obrigadas a adesão, além disso, o estudo trará levantamentos de informações sobre as percepções financeiras dos usuários com relação à implementação do sistema para os usuários.

Abordar os reflexos do eSocial justifica-se por tratar de um sistema que impacta na vida do prestador de serviço, onde se tem o acompanhamento de seus benefícios/informações com mais garantia, clareza e por meio digital. Além disso, impacta diretamente nas empresas, possibilitando uma simplificação de processos em relação às obrigações acessórias trabalhistas, redução de gastos e tempo dedicados a execução de tarefas e uma diminuição dos erros de cálculos das obrigações.

Adaptar-se aos novos processos pode levar a oneração com tempo de aprendizagem, gastos com aprimoramentos de processos e atualizações de

tecnologias, ainda mais com obrigatoriedade. Nesta perspectiva, o problema da presente pesquisa é: **Qual a percepção dos contadores paraibanos sobre os reflexos financeiros da implementação do eSocial?**

De modo a responder o problema de pesquisa, o objetivo geral desse estudo será em analisar a percepção dos contadores paraibanos sobre os reflexos financeiros da implementação do eSocial. E como objetivos específicos, serão: Conceituar Sistema Público de Escrituração Digital (SPED); evidenciar as características do eSocial; e analisar a percepção dos contadores sob o custo atrelado com a implantação do eSocial.

O Estado da Paraíba foi escolhido para o desenvolvimento do estudo por uma questão de acessibilidade dos dados, devido a proximidade com escritórios da capital, tendo a possibilidade de uma abordagem presencial para obtenção de informações caso necessário.

A metodologia utilizada para cumprir com os objetivos propostos neste trabalho, foi uma pesquisa descritiva, utilizando de fontes primárias e secundárias, e com aplicação de questionário aos contadores do município de João Pessoa-PB, enviado por intermédio de e-mail, Instagram e whatsapp, disponibilizando o questionário para o maior número possível de respondentes.

Este artigo está estruturado em seis seções: introdução, fundamentação teórica, metodologia da pesquisa, análise dos dados (levantamento), considerações finais e referências.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)**

Diante de vários indícios de ilícitos tributários, onde a sonegação fiscal desfrutava da ausência de obstáculos fiscais e as autoridades fiscais a par da situação, houve a necessidade de aumentar a presença fiscal, pois não possuía meios suficientes para proporcionar uma fiscalização mais rígida e efetiva. Deste modo o Governo Federal através da Emenda Constitucional nº 42, aprovou em 19 de dezembro de 2003, a alteração do art. 37 da Constituição Federal, onde determina a atuação integrada da administração tributária da União, dos Estados,



Distrito Federal e dos Municípios, além do compartilhamento de informações fiscais e de cadastros (SPED, 2022). Segundo Duarte (2009, p. 69) a “nova redação constitucional abriu caminho para a modernização e otimização da gestão tributária, viabilizando a criação do Cadastro Nacional Sincronizado e do SPED”.

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42, 2003).

Devido a este marco constitucional e de modo atender a demanda existente, realizou-se então o Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT), nos anos de 2004 e 2005, onde buscaram soluções conjuntas cujo alguns dos objetivos são hoje os mesmos do SPED, sendo eles: Promover integração dos fiscos; racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes; e tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários. No ano de 2005, no 2º ENAT, foram assinados os protocolos de cooperação nº 02 e 03, que objetiva desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), dando o primeiro passo para a criação do sistema que proporcionou o avanço informatização da relação entre o fisco e os contribuintes (SPED, 2022).

Posteriormente a concretização da criação do SPED foi estabelecida por meio do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, onde segundo o Governo, firma-se de modo geral, “na modernização da sistemática atual de cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores”. Inicialmente o sistema teve três grandes projetos, sendo eles a Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Nota fiscal Eletrônica (NF-e) - Ambiente Nacional. E posteriormente com os avanços tecnológicos, a necessidade de aperfeiçoamento, redução de custos, desburocratização e da melhora da qualidade da informação, vem-se outros projetos como o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e); Escrituração Contábil Fiscal (ECF); e o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).



Segundo Oliveira (2017) as informações devem ser enviadas para os programas do SPED com mais riqueza em detalhes, fazendo que o fisco tenha dados substanciais sobre as operações das empresas. A utilização de tecnologia da informação e conhecimento científico é a solução para criar uma inteligência fiscal com atuação em grande escala de modo a aumentar a presença fiscal (DUARTE, 2009). As afirmações de Oliveira (2017) e Duarte (2009), sobre as informações se relacionam diretamente com os objetivos do SPED, onde a tecnologia é utilizada para obtenção de informações essenciais no combate aos ilícitos tributários e a integração entre os fiscos.

Segundo o portal do SPED os benefícios do sistema são:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Eliminação do papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do "Custo Brasil";
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

## 2.2 CARACTERÍSTICAS DO ESOCIAL

Sendo um dos projetos do SPED, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), foi instituído por meio do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que por meio deste estabelece que o eSocial seja regido pelos seguintes princípios:

- I - Viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;
- II - Racionalizar e simplificar o cumprimento de obrigações;
- III - eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas;
- IV - Aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias; e
- V - Conferir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.

Com base no Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, o eSocial é um “instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional”. Simplificando a prestação de informações por meio da transmissão eletrônicas de dados, de forma a diminuir a burocracia para as empresas, substituindo o preenchimento e a entrega de formulários e declarações separados a cada ente (PORTAL DO ESOCIAL, 2022).

Por meio deste sistema se totalizam em 15 obrigações que os empregadores passaram a informar ao Governo:

- GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social
- CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT
- RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.
- LRE - Livro de Registro de Empregados
- CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho
- CD - Comunicação de Dispensa
- CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
- PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário
- DIRF - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
- DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
- QHT – Quadro de Horário de Trabalho
- MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais
- Folha de pagamento
- GRF – Guia de Recolhimento do FGTS

- GPS – Guia da Previdência Social

Sendo um projeto que segundo Rezende (2017), tem o objetivo de reduzir a burocracia envolvida na relação do Fisco com os empregados e de centralizar o envio de informações, entregando de forma unificada a permitir a identificação de irregularidades, como erros nos cálculos, declarações com dados inconsistentes e prazos desrespeitados, uma vez que a entrega única facilitará a consistência das informações prestadas. Assim o sistema possibilita ao fisco consultar dados sobre os empregados, por parte dos empregadores com qualidade e mais tempestividade.

Onde todo aquele que contratar prestador de serviço pessoa física e que possua obrigação trabalhista, previdenciária ou tributária, está obrigado a enviar as informações relativa aos trabalhadores por meio do eSocial de forma padronizada e simplificada. Essa obrigatoriedade dá uma garantia em relação aos direitos trabalhistas e previdenciários, com maior transparência das informações dos contratos de trabalho, com dados sobre os efetivos pagamentos efetuados ao trabalhador e informações sobre as condições de trabalho, como características das funções desempenhadas e risco que esteja exposto (Portal do eSocial, 2022).

O projeto foi devido a uma ação conjunta da Secretária da receita Federal do Brasil-RFB, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Ministério do Trabalho e Previdência, onde os mesmos mais a Caixa Econômica Federal -CEF, na qualidade de agente operador do FGTS, formam o Comitê Gestor do eSocial, que conforme o Decreto 8.373, de 11 de dezembro de 2014, tem a competência de:

- I - Estabelecer diretrizes para o funcionamento e a divulgação do ambiente nacional;
- II - Especificar, desenvolver, implantar e manter o ambiente nacional;
- III - promover a integração com os demais módulos do sistema;
- IV - Auxiliar e regular o compartilhamento e a utilização das informações armazenadas no ambiente nacional do eSocial; e
- V - Aprovar o Manual de Orientação do eSocial e suas atualizações.

A Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 71, de 29 de junho de 2021, dispõem sobre o cronograma de implantação do eSocial, que será de forma progressiva de modo a garantir a segurança e eficiência da entrada do sistema em operação:

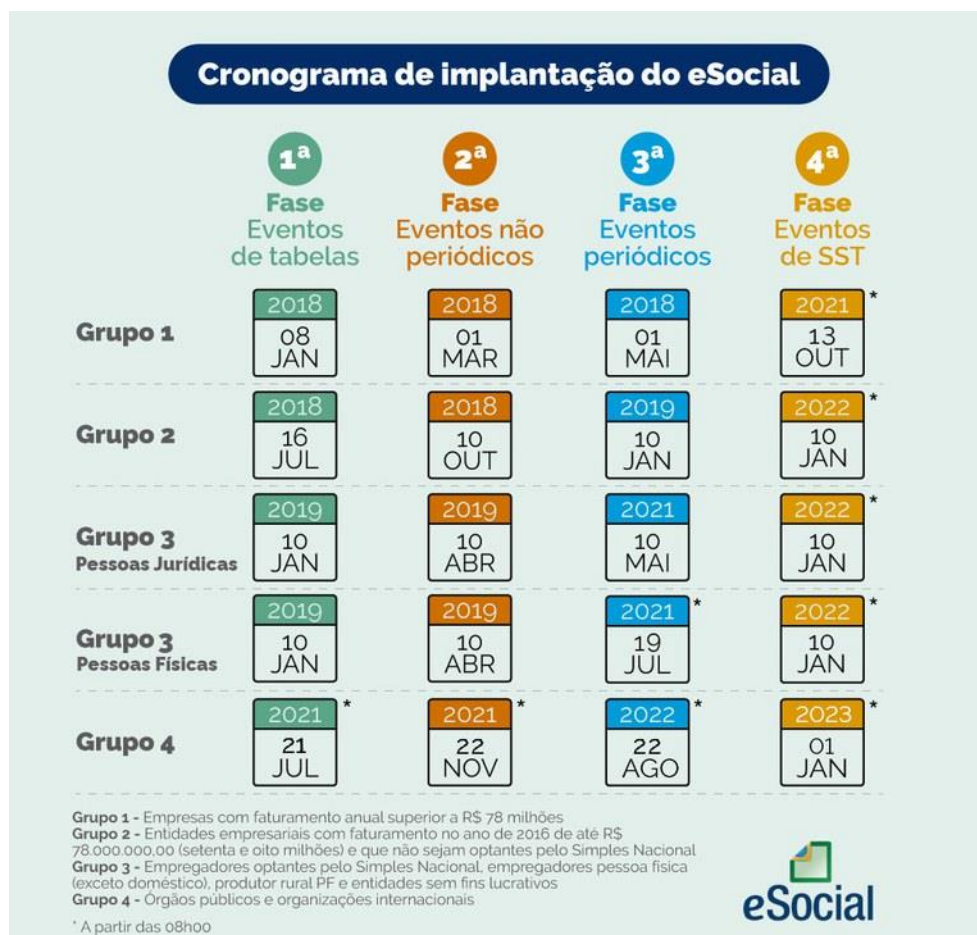


Figura 01 - Cronograma de implantação do eSocial  
Fonte: (Portal do eSocial, 2022)

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo consiste em pesquisa aplicada de caráter descritiva, onde segundo Gil (2022, p. 42) “tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”, possibilitando captar a percepção dos contadores sobre os reflexos financeiros da implementação do eSocial.

Nesse sentido, os resultados foram apresentados de forma quantitativa, onde os dados utilizados para a realização do estudo foram a partir de coleta de informações tanto de fontes primárias como de fontes secundárias. Como fontes primárias foi aplicado como procedimento técnico o levantamento de dados, onde para Gil (2022, p. 48) se caracteriza “pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”, sendo assim a aplicação de um questionário com os profissionais contábeis possibilitaria a coleta de informações para o problema estudado. Tal levantamento foi submetido ao Processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data

09.05.2022, o qual foi aprovado sob o parecer de nº5.431.010, e somente então foi realizado a transmissão do questionário para os profissionais contábeis da Paraíba. Como fontes secundárias utilizou-se de livros, Portarias, Decretos, sites e plataformas de pesquisa, buscando informações relevantes de forma a trazer proximidade com o assunto.

A organização da pesquisa inclui, em primeiro lugar, a sondagem dos dados secundários, para posterior contato com as fontes primárias, a fim de promover o levantamento dos dados. Onde será aplicado um questionário com profissionais contábeis atuantes no município de João Pessoa-PB, visando atingir o objetivo da pesquisa. A aplicação do questionário, ao final anexo A, se deu por conveniência, visto que os profissionais atuam na Paraíba, possibilitando o acesso aos respondentes da pesquisa de forma presencial caso necessário.

Utilizou-se para o desenvolvimento da pesquisa o instrumento de levantamento de dados *google forms*, que facilita a divulgação do questionário, aos profissionais contábeis através de meios eletrônicos como e-mail, Instagram e *Whatsapp*, onde foi observado que as redes sociais se destacaram em relação ao e-mail, referente aos retornos dos respondentes. Além disso, em conjunto com as redes sociais a distribuição do questionário no período noturno, possibilitou um retorno mais rápido por parte dos respondentes.

Foram enviados 30 (trinta) e-mails para os escritórios de contabilidade de João Pessoa-PB, onde apenas 2 (dois) responderam ao questionário. Diante deste fato, buscou-se a disseminação do levantamento através das redes sociais de forma individual no Instagram e individual/grupos no *Whatsapp*, onde totalizaram em 42 (quarenta e dois) respondentes.

As perguntas são constituídas por 14 (quatorze) questões, sendo as cinco primeiras objetivando identificar o perfil do profissional contábil que será entrevistado, dentre elas assertivas de gênero, tempo e área de atuação, faixa etária e utilização do sistema. Posteriormente seguido de mais 9 (nove) questões voltadas para as percepções dos contadores de forma a cumprir com objetivo da pesquisa.

## 4 LEVANTAMENTO: RESULTADO E DISCUSSÃO

A seguir a análise do levantamento de dados para a pesquisa dividiu-se em duas partes, onde a primeira buscou identificar as características dos respondentes e o nível de conhecimento sobre o eSocial. Em seguida a segunda parte buscando a percepção dos profissionais contábeis de João Pessoa-PB, além de relacionar a opinião dos respondentes com o tempo de atuação na área contábil, de modo a diferenciar a percepção por nível de experiência.

### 4.1 CARACTERÍSTICAS DOS RESPONDENTES

Iniciando este primeiro momento, a pesquisa buscou identificar o gênero do respondente. Onde observou-se uma diferença nos gêneros dos 42 (quarenta e dois) entrevistados, sendo que 57,1% (24) são respondentes homens e 42,9% (18) mulheres, que contribuíram com a aplicação do questionário.

Partindo para a faixa etária dos profissionais contábeis, destacaram-se os profissionais de 26 a 35 anos, com participação de 47,6% (20), os de até 25 anos e de 36 a 45 anos, com ambas participação de 21,4% (9) cada, demonstrando que o levantamento atingiu entrevistados relativamente jovens. Entretanto teve uma participação, mesmo que pequena, de respondente mais experientes.

Qual sua faixa etária?  
42 respostas

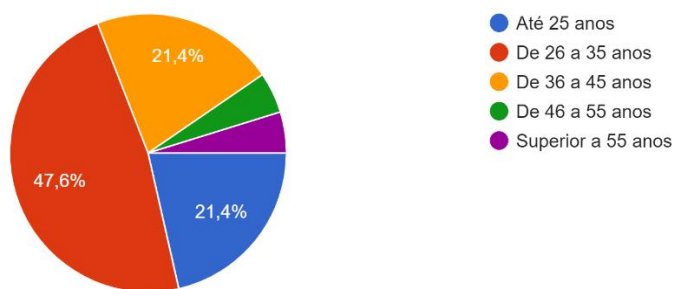


Figura 01 – Faixa etária

Fonte: (elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos)

Em relação ao tempo de atuação do profissional na área contábil, destacaram-se os profissionais com tempo superior a 10 anos, com participação de

33,3% (14) e os de 5 a 10 anos, com 21,4% (9). Observa-se que mais de 50% dos entrevistados tem uma carga de experiência maior que o tempo da implantação do eSocial, onde iniciou-se em JAN/18, proporcionando, de forma significativa, o enriquecimento da pesquisa. Esta variável é essencial para relacionar a percepção dos profissionais com a vivência no ramo contábil.

Qual seu tempo de atuação na área contábil?  
42 respostas

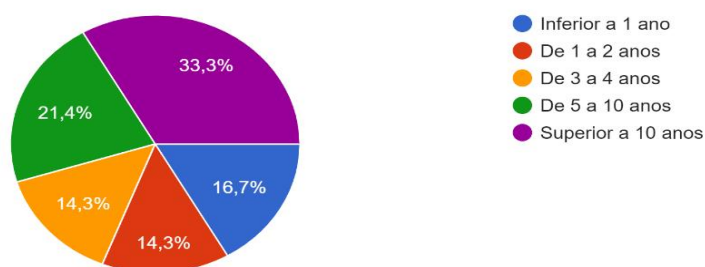


Figura 02 – Tempo de atuação na área contábil  
Fonte: (elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos)

Analisando a utilização do eSocial, concluiu-se que a maior parte dos respondentes, 57,1% (24), utilizam o sistema no dia a dia, corroborando assim com a experiência diária dos profissionais contábeis de forma a enriquecer a pesquisa. Em contrapartida 42,9% (18) não fazem uso do sistema, sendo um percentual elevado dos respondentes, mas suas observações e vivências na área contábil são bastante relevantes.

Faz a utilização do eSocial no dia a dia?  
42 respostas

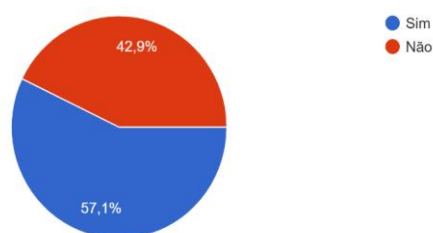


Figura 03 – Utilização do eSocial diariamente  
Fonte: (elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos)

Analisando a percepção dos entrevistados sob o nível de entendimento do eSocial, a maior parte considera-se ter um conhecimento parcial sobre o sistema, sendo de 76,2% (32) dos respondentes e 19% (8) alega ter total conhecimento sobre o assunto central do estudo, sendo que da amostra 4,8% (2) tem total



desconhecimento. Assim é possível concluir que os entrevistados tem um certo grau de entendimento necessário sobre o assunto, de forma a colaborar com os dados da pesquisa. Entre os profissionais que declararam possuir total conhecimento sobre o assunto, somente 6 (seis) deles são contadores e 4 (quatro) tem o tempo de atuação superior a 10 anos.

Na sua percepção, qual seu nível de entendimento a respeito do eSocial?

42 respostas

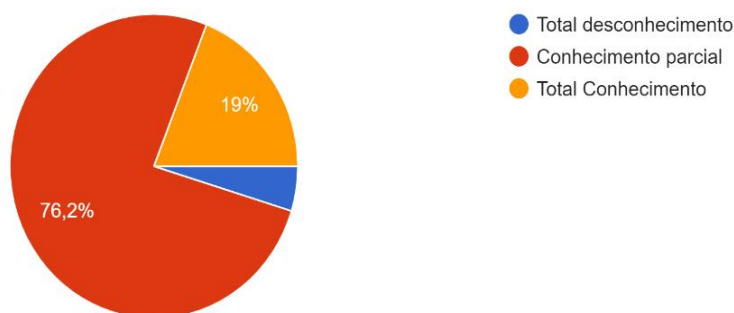


Figura 04 – Percepção a respeito do nível de entendimento do eSocial  
Fonte: (elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos)

#### 4.2 PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAIS CONTÁBEIS

Analisando a percepção dos profissionais relativo a necessidade de gastos com capacitação/treinamentos, devido a implementação do eSocial, tem-se que 76,2% (32) dos entrevistados acreditam totalmente que o aperfeiçoamento seja necessário, sendo 21,4% (9) concordam parcialmente com a afirmativa e apenas 2,4% (1) acredita ser indiferente. A afirmativa mostra que o aperfeiçoamento pela opinião da maioria é de grande necessidade para os usuários do sistema no dia a dia. Com base na análise da relação entre a percepção e o tempo de atuação na área contábil, percebe-se que os profissionais, no geral, com mais experiência, acreditam fielmente na capacitação, ainda mais em um sistema que sofre atualizações de forma a simplificar a utilização, enquanto os mais novos no ramo contábil se dividem na entre a certeza e a em partes.

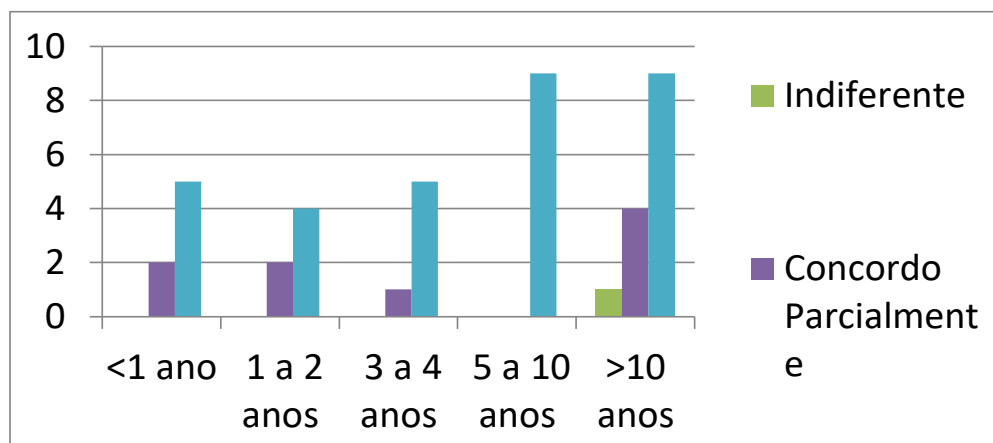


Tabela 01 – Percepção com gastos de capacitação/treinamentos são necessários devido a implementação do eSocial?

Fonte: (elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos)

Em relação aos gastos com aperfeiçoamento/substituição de tecnologias devido a implementação do eSocial, 61,9% (26) dos respondentes acreditam totalmente na necessidade de gastos com tecnologias, 35,7% (15) concordam parcialmente e apenas 2,4% (1) acredita ser indiferente este tipo de desembolso. Observa-se que em quase sua totalidade, os respondentes acreditam que este é um investimento essencial. Olhando para uma análise entre as variáveis temporais e as percepções, pode-se notar que os profissionais em todos os níveis de experiências estão em consenso com as atualizações nos meios de tecnologia da informação para utilização do eSocial nas empresas. Só o Governo gastou R\$ 100 milhões em tecnologia da informação de forma a simplificar a relação do fisco com os contribuintes, conseqüentemente os usuários do sistema terão que se adequar tecnologicamente ao avanço desta relação.

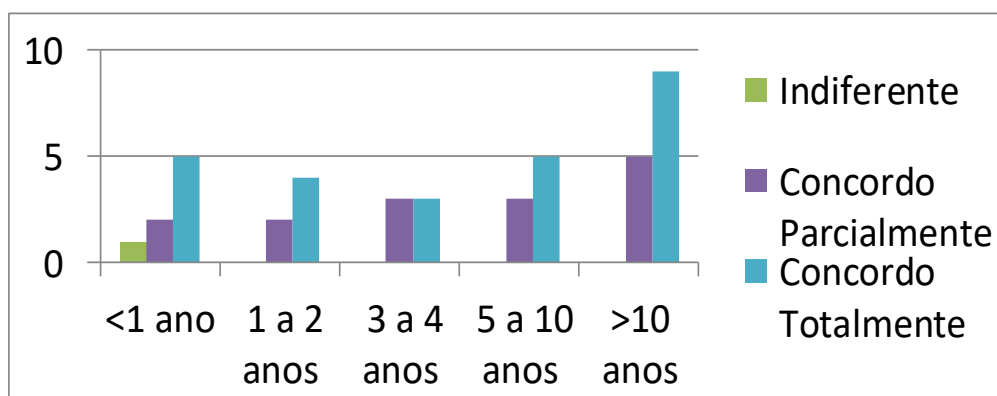


Tabela 02 – Gastos com aperfeiçoamentos/substituição de tecnologias ( Software, qualidade da internet e banco de dados) são necessários devido a implementação do eSocial?

Fonte: (elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos)

Analisando a assertiva relacionada aos aperfeiçoamentos dos processos internos nas empresas, 54,8% (23) dos respondentes concordam totalmente da necessidade de melhorias, 28,6% (12) concordam parcialmente, 9,5% (4) acreditam ser indiferente e 7,2% (3) tem discordância a respeito da melhoria. Entre uma análise de variáveis, temporais e de percepções do profissionais percebe-se que as opiniões com indiferença e discordancia, mesmo sendo pequenas, estão bem distribuídas nos grupos e as de concordancia se destacam em todos os tempos de atuação. Conclui-se então que pela a percepção do profissionais há uma necessidade de atualização do processos internos, além disso podem ser incluídos em gastos para a adequação ao novo sistema nas empresas, de forma a facilitar e simplificar a utilização do eSocial pelos usuários.

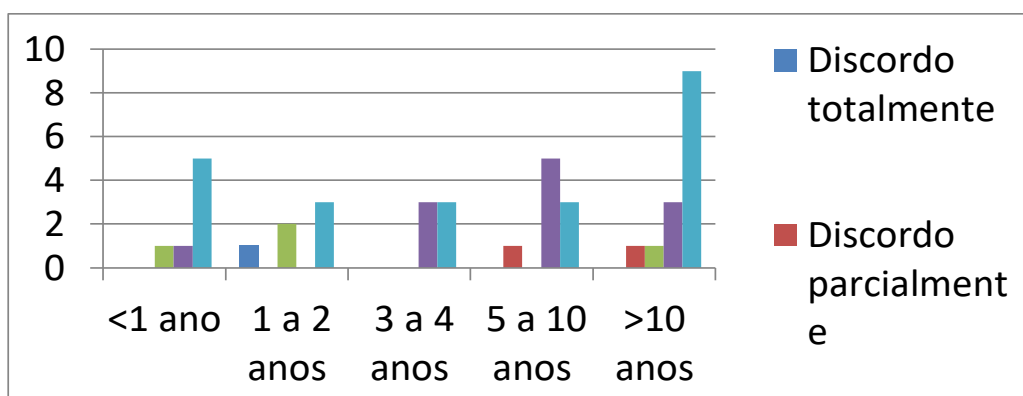


Tabela 03 – Gastos com aperfeiçoamentos dos processos internos das empresas, se fez necessário devido a implementação do eSocial?

Fonte: (elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos)

A respeito se houve redução de horas de trabalho desempenhas para cumprir com as obrigações acessórias devido a implementação do eSocial, observou-se que 38,1% (16) dos respondentes concordam parcialmente e 28,6% (12) discondam parcialmente, onde percebe-se que as opiniões no geral estão bem divididas. Analisando a percepção dos profissionais com o tempo de atuação, podemos ver que os respondentes com tempo superior a 10 anos tem maior discordância com relação a diminuição de horas trabalhas, confrontando com a alegação do Portal do eSocial(2022, conheça o eSocial) afirmando que,“com a substituição da entrega de diversas obrigações por apenas uma operação, totalmente padronizada, as empresas diminuirão gastos e tempo dedicados atualmente para à execução dessas tarefas”. Além disso, podemos observar que a concordancia parcial está destacada na maioria dos periodos de vivência na área contábil. Conclui-se que mesmo com a

maioria concordar parcialmente com a redução da carga de trabalho, ainda assim os profissionais com mais experiência discordam em uma efetiva redução de horas de trabalho, levando a análise de que parte deste grupo de profissionais ainda não se adaptaram a utilização do sistema ou que a afirmativa do Portal do eSocial ainda não seja totalmente verdadeira.

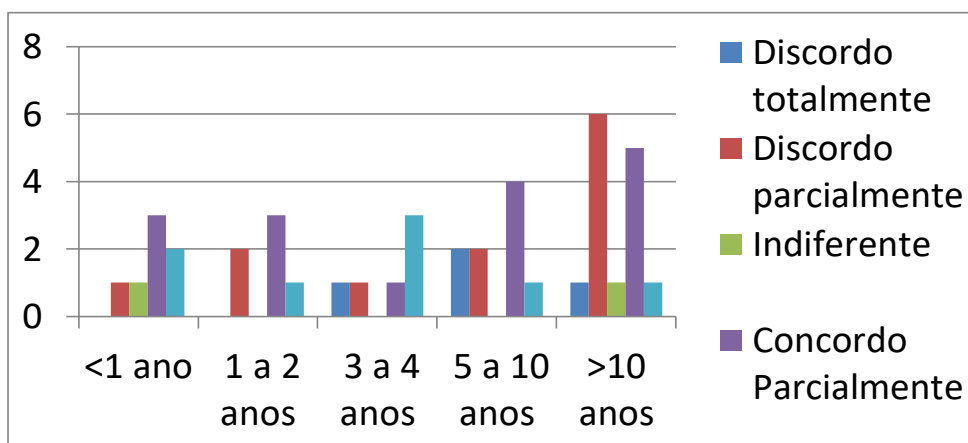


Tabela 04 – A implementação do eSocial possibilitou redução de horas de trabalho desempenhadas para cumprir com as obrigações acessórias, devido a desburocratização?  
Fonte: (elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos)

Referente a redução de erros de calculos de tributos com a implementação do eSocial, 47,6% (20) dos respondentes concordam totalmente com a afirmativa, 28,6% (12) concordam parcialmente e 23,8% (18) acreditam ser indiferente ou discordam parcialmente, observa-se que a maioria dos respondentes no geral tem uma concordancia com a afirmativa. Relacionando as variáveis temporais com as percepções, podemos notar que os destaques com a concordância da afirmativa se deu por grupos com experiências dos dois extremos, sendo de inferior a 1(um) ano e superior a 10 (dez) anos, além disso podemos notar que a minoria indiferente e com discordancia, está dividida em todos os grupos. Podemos concluir que o eSocial sob a percepção da maioria dos respondentes proporciona a diminuição de erros, que consequentemente reduzirá penalidades relacionadas a valores tributáveis, sendo um ponto benéfico para as empresas, mas tem uma pequena parcela de entrevistados com experiências diversas, que são contrarias a afirmativa.

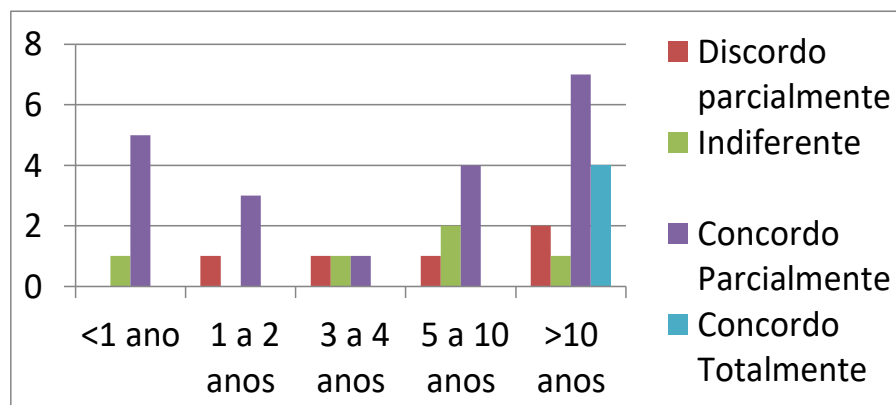


Tabela 05 – Devido a implementação do eSocial, houve redução de erros de cálculos de tributos?  
Fonte: (elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos)

Com relação aos custos com as obrigações acessórias nas empresas, devido ao risco de fiscalização ser mais atuante, destacou-se que 50% (21) dos respondentes concordaram parcialmente que houve um aumento, 23,8% (10) opinaram como indiferente e 14,3% (6) discordam parcialmente com a assertiva. Dentre os profissionais que concordam a percepção ficou dividida e destacada nos diferentes níveis de experiência na área contábil e a opinião de indiferente e discordância se destaca no grupo mais experiente. Conclui-se que a maioria dos profissionais acreditam que houve o aumento de obrigações, confirmando que o fisco tem aproximado a relação com os contribuintes, que o sistema proporciona uma fiscalização mais efetiva relacionada as obrigações acessórias e que as empresas tiveram que se readequar a nova sistemática implantada.

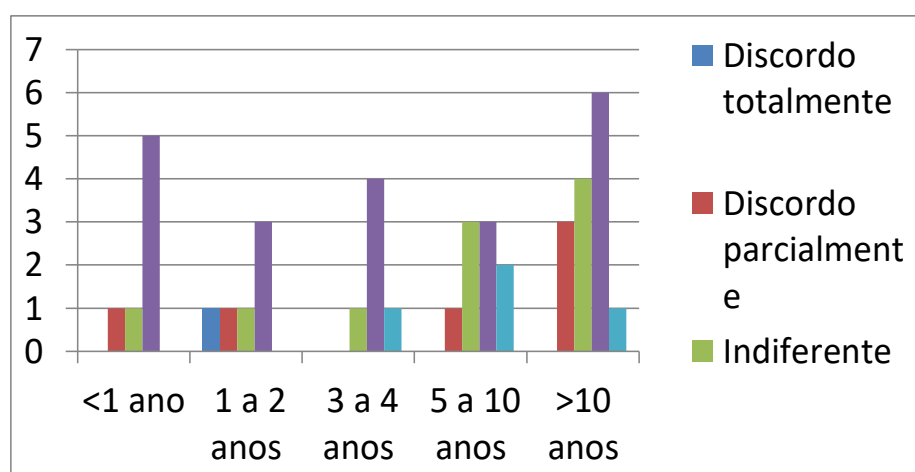


Tabela 06 – Teve um aumento de custos com as obrigações acessórias nas empresas, devido ao risco da fiscalização ser mais atuante?  
Fonte: (elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos)

Sob a percepção dos respondentes, 42,9% (18), concordam parcialmente que houve inicialmente um aumento de penalidades, devido as informalidades e cumprimento de prazos pelas empresas, além de 19% (8) acreditam ser indiferente e 16,7% (7) concordam totalmente, totalizando 59,6% (25) dos entrevistados concordam que teve aumento. Analisando a percepção dos profissionais com o tempo de atuação, nota-se que as opções estão bem divididas nos grupos, com excessão dos inferior a 1 (um) ano e superior a 10 (dez) anos, que se destacam pela concordância parcial. Então é possível concluir que tanto o grupo mais e menos experientes, acreditam que inicialmente houve um aumento de penalidades devido ao estreitamento da relação com o fisco e os contribuintes na utilização do eSocial nas empresas, confirmando assim a conclusão da afirmativa anterior, de que o sistema proporciona uma fiscalização mais efetiva.

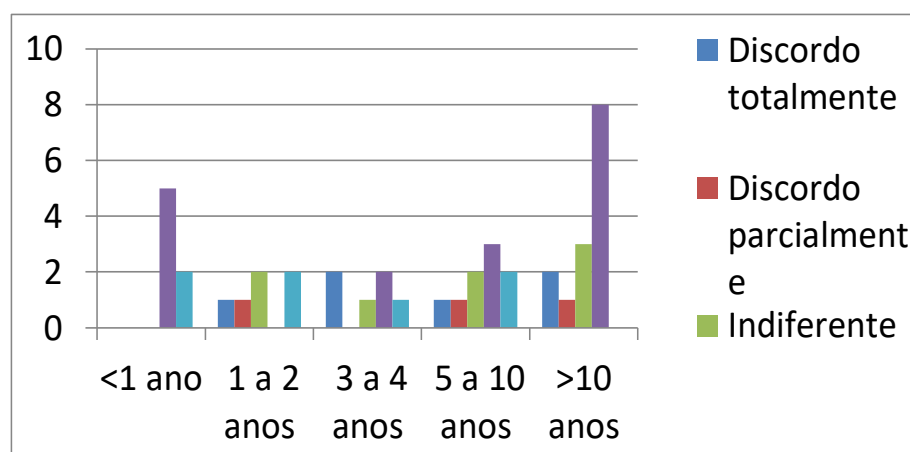


Tabela 07 – Devido ao estreitamento da relação do fisco com os contribuintes, houve inicialmente aumento de penalidades devido às informalidades e cumprimento de prazos pelas empresas?  
Fonte: (elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos)

A respeito da percepção dos respondentes sob afirmativa relacionada ao eSocial ser uma plataforma digital, possibilitando alterações de informações imediatamente e assim evitando certos tipos de penalidades, caso esteja dentro do prazo, demonstrou que 76,20% (32) concordam com a questão de forma geral, sendo 42,9% (18) concordando parcialmente e 33,3% (14) concordando totalmente, além disso, somente 11,9% (5) discordam parcialmente. Analisando a percepção com o tempo de atuação, observa-se que a concordância se destaca em todos os níveis de experiência, concluindo que o eSocial realmente possibilita agilidade nos processos das obrigações acessórias, evitando assim certos tipos de

penalidades, confirmando com a afirmativa do Portal do eSocial (2022) de que o sistema simplifica os processos e gera ganhos de produtividade.

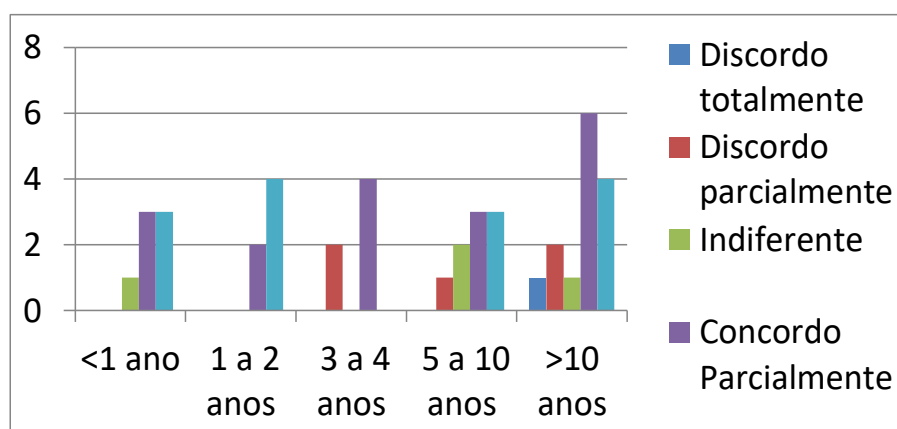


Tabela 08 – O eSocial, por ser uma plataforma digital, possibilita alterações de informações imediatamente, evitando assim certos tipos de penalidades, caso esteja dentro do prazo?  
Fonte: (elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto ao longo do artigo, é possível reforçar a importância do assunto abordado, visto que o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) impacta fortemente na vida do prestador de serviço, usuários do sistema e dos empregados, onde as obrigações acessórias são agrupadas e armazenadas em uma plataforma totalmente digital, possibilitando seu acesso de forma remota

O objetivo proposto deste artigo foi atingido, de forma a possibilitar a identificação das percepções dos profissionais contábeis em João Pessoa-PB, a respeito dos reflexos financeiros atrelados com a implantação do eSocial nas empresas. Com isso, pode-se realizar um resumo sobre as percepções, evidenciando as dificuldades encontradas na pesquisa e corroborando com sugestões para estudos futuros.

A maioria dos respondentes utilizam o sistema no dia a dia do desempenho de suas funções, colaborando com opiniões de experiência e vivência da utilização do mesmo, além disso, os profissionais consideram-se possuir um grau considerado de conhecimento sobre o assunto. Onde em uma síntese das percepções a implantação do eSocial trouxe para os usuários, desembolsos necessários para adequação do sistema, certos tipos de vantagens, como agilidades nos processos relacionados as obrigações acessórias, diminuição de erros de cálculos e horas de



trabalho desempenhadas em prol das obrigações acessórias. O eSocial se apresenta de forma a trazer benefícios aos usuários que se adequam e estreita a relação com o usuário, realizando uma fiscalização bem atuante nas empresas.

Destaca-se que o estudo obteve limitações de acessar aos contatos e respostas dos profissionais contábeis, impossibilitando o aumento de respondentes para contribuir com o estudo, pois devido ao período de entrega do imposto de renda, os profissionais quando responderam, alegaram estar totalmente ocupados, fazendo com que o questionário ficasse em segundo plano.

Como sugestão de trabalhos futuros, sugere-se questionar os profissionais contábeis a respeito de oportunidades de melhorias a serem desenvolvidas pelo eSocial e pelas empresas de forma a aperfeiçoar as atividades desenvolvidas relacionadas às obrigações acessórias, além de mensurar esses gastos atrelados com a implantação do sistema.

## REFERÊNCIAS

BORGES, C. F.; SOARES, A. B.; MARTINS, V. F. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED: desafios e benefícios para os profissionais contábeis do município de Uberlândia. **Linkania Revista Científica**, v. 1, n. 7, p. 106-133, set./dez. 2013. Disponível em: <http://linkania.org/master/article/view/139/98>. Acesso em: 30 mar 2022

BRASIL. Comitê Diretivo do eSocial. Resolução n.º 1, de 24 de junho de 2015. Dispõe sobre o sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (eSocial). Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/empresas/legislacao/resolucao-do-comite-diretivo-do-esocial-no-1-de-24-de-junho-de-2015>. Acessado em 26 fev 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.979, de 8 de abril de 2013**. Altera o Decreto nº 6.022 de janeiro de 2007, que institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm) e [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d7979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7979.htm) . Acesso em 26 fev 2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.373, de 11 de Dezembro de 2014**. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8373.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8373.htm). Acesso em 26 fev 2022.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42**, de 19 de Dezembro de 2003. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc42.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc42.htm). Acesso em 30 mar 2022.

BRASIL. Lei nº 556, de 25 de junho de 1850. **Código Comercial do Império do Brasil**. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 25 jun. 1850, p. 57, vol. 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-556-25-junho-1850-501245-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 30 mar 2022.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. In: **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/> Acesso em 30 fev 2022..

BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)**, Histórico. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/966>. Acesso em 30 mar 2022.

CANOVAS, Laura Santos; DA SILVA SANTOS, Ivanir Teixeira; DE SOUZA, Ermerson Rogério. ESOCIAL O SISTEMA DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. **Revista Científica**, v. 1, n. 1, 2021. Acesso em: 05 maio 2022.

CUSTÓDIO, Karina Silveira. **ESOCIAL: PROBLEMAS E DIFICULDADES ENFRENTADOS PELOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis), Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5420/1/Karina%20Silveira%20Cust%c3%b3dio.pdf>. Acessado em 26 fev 2022.

DA CRUZ SILVA, Josyele; DE SOUSA, Nadjany Gomes; AYRES, Marcos Aurélio Cavalcante. ESOCIAL: IMPLANTAÇÃO E CUMPRIMENTO NA PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 9, p. 8-24, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/sop/Downloads/2188-Texto%20do%20artigo-10383-2-10-20200616.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

DUARTE, Roberto Dias. Big Brother Fiscal III: o Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil. - 3 ed- São Paulo: IdeasWork, 2009. Disponível em: <https://www.robertodiasduarte.com.br/wp-content/uploads/2009/12/bbf3-v1.01s.pdf>. Acesso em 30 mar 2022,

GIL, Antonio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa / Antonio Carlos Gil. 7. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022. Acessado em 05 maio 2022.

IZABEL, M. eSocial – Preparando sua empresa. Publicado no segundo semestre de 2018. Disponível em: <http://www.pontoempresarial.com.br/artigos/detalhes-do-artigo/8/esocial+++preparando+sua+empresa>. Acessado em : 5 maio 2022.

KNOP, Fernando Junior. Os reflexos do Esocial nos controles internos das micros e pequenas empresas com contabilidade terceirizada e o cumprimentos das obrigações acessórias. 2022. Disponível em : <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/4670/Fernando%20Junior%20Knop.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 maio 2022.

Marconi, Marina de Andrade Fundamentos de metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos; atualização da edição João Bosco Medeiros - 9. ed. - [Reimpr.]. - São Paulo: Atlas, 2022.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO ESOCIAL. Disponível em:  
<https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/documentacao-tecnica>.  
Acessado em 26 fev 2022.

MARTINS, Rogério Costa Beber; **Mudanças na cultura organizacional com a implantação do e-social**. Ijuí: Unijuí, 2017. Disponível em:  
<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/4671/Rog%C3%A9rio%20Costa%20Beber%20Martins.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1º maio 2022.

NIELSEN, Flávia Angeli Ghisi; OLIVO, Rodolfo Leandro De Faria; MORILHAS, Leandro José. **Guia prático para elaboração de monografias, dissertações e teses em administração**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547223120/cfi/0!/4/2@100:0.0>  
0. Acesso em: 2 maio 2022.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; DE ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho. Pesquisa científica: conceitos básicos. **Id on Line Revista de Psicologia**, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016. Acesso em 04 maio 2022.

Oliveira, Antonio Sérgio de. **Sped nas pequenas empresas** [livro eletrônico] – guia do empresário/ Antonio Sérgio de Oliveira. – 2. ed. – São Paulo – Trevisan Editora, 2017. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595450134/>. Acesso em 03 abr 2022.

PINHEIRO, Tainara De Oliveira Pereira. Esocial: Os reflexos de sua implantação nas empresas. 2020. Disponível em:  
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/11128/Tainara%20de%20Oliveira%20Pereira%20Pinheiro.pdf?sequence=1>. Acesso em: 2 maio 2022.

Portal do eSocial, CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/aceso-ao-sistema/cronograma-de-implantacao/ambiente-de-producao-empresas>. Acessado em 26 fev 2022.

Portal do eSocial, Conheça o eSocial, 2022. Disponível em:  
<https://www.gov.br/esocial/pt-br/centrais-de-conteudo/conheca-o-esocial>. Acesso em 26 fev 2022.

Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 71, de 29 de junho de 2021. Disponível em:  
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-seprt/rfb/me-n-71-de-29-de-junho-de-2021-329487308>. Acesso em 04 abr 2022.

Revista Gestão e Organizações ISSN 2526-2289. IMPLEMENTAÇÃO DO ESOCIAL: BENEFÍCIOS E DESAFIOS SOB AS PERSPECTIVAS DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DA PARAÍBA. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rgo/article/view/1036>. Acessado em 26 fev 2022.

Rezende, Mardele Eugênia Teixeira. eSocial: prático para gestores / Mardele Eugênia Teixeira Rezende, Marilene Luzia da Silva, Ricardo Alexander Gabriel. - São Paulo: Érica, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536529950/pageid/2>. Acesso em 26 fev 2022.

RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo; UTZIG, Mara Jaqueline Santore. O impacto do SPED na contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil. Florianópolis: Revista catarinense da ciência contábil, 2011. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1215/1149>. Acesso em : 10 abr 2022.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED, 2022), Benefícios do SPED. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/965>. Acesso em 26 fev 2022.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED, 2022), O que é o SPED. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1507>. Acesso em 26 fev 2022.

SILVEIRA, Daniel Lucas Dos Santos; SILVA, Denilce Teixeira De Toledo; FLEURY, Talita Zanato. O AVANÇO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) E SEUS REFLEXOS SOB A PERSPECTIVA DOS CONTRIBUÍNTES E CONTADORES. **TCC-Ciências Contábeis**, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/jules/Dropbox/My%20PC%20\(LAPTOP-LI1AJGIN\)/Downloads/906-2726-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/jules/Dropbox/My%20PC%20(LAPTOP-LI1AJGIN)/Downloads/906-2726-1-PB%20(2).pdf). Acesso em 20 mar 2022.

SOUSA, Tayse Salvino. PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DE JOÃO PESSOA EM RELAÇÃO À NOVA OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA EFD REINF. 2020. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis), Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17392/1/TSS04052020.pdf>. Acessado em 26 fev 2022.

VELLUCCI, ROSANA GRIBL. Os desafios da implantação do esocial e seus reflexos nas rotinas das organizações. 2017. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1639/2/Rosana%20Gribl%20Vellucci.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.

ZALESKI, Quezia Priscila; GERIGK, Willson; RIBEIRO, Flávio. eSocial: perspectivas dos profissionais contábeis e da área de recursos humanos. Minas Gerais: Revista de auditoria governança e contabilidade, 2019. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1785/1165>. Acesso em : 30 mar 2022.

---

## GESTÃO DOS ESTOQUES NO SUPERMERCADO TEMAIS LOCALIZADO EM MAMANGUAPE-PB

Mikaelly de Aquino Cavalcante<sup>1</sup>  
Ricardo da Silva Pereira<sup>2</sup>

### RESUMO

A cada dia aumenta a concorrência entre as empresas, e com isto, as organizações têm procurado cada vez mais melhorar a gestão dos seus estoques e consequentemente atingir melhores vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes. Esse estudo foi realizado no Supermercado Temais, localizado no município de Mamanguape no estado da Paraíba e tem como objetivo identificar geral como é realizada a gestão dos seus estoques. Trata-se de uma pesquisa descritiva de cunho bibliográfico com suporte em um estudo de caso cuja coleta de dados foi efetuada através da aplicação de uma entrevista semiestruturada com o consultor financeiro da empresa. Como resultado identificamos todo o processo de gestão dos estoques da empresa, bem como suas principais fragilidades e as ferramentas de gestão de estoque a ela aplicáveis. Sendo assim, foi possível analisar como o Supermercado Temais pratica a gestão dos seus estoques, destacando a utilização de ferramentas imprescindíveis no controle dos seus processos.

**Palavras-chaves:** Gestão; Estoque; Ferramentas.

### ABSTRACT:

Competition between companies increases every day, and with this, organizations have increasingly sought to improve the management of their inventories and consequently achieve better competitive advantages over their competitors. This study will be carried out at the Temais supermarket, located in the municipality of Mamanguape in the State of Paraíba and aims to identify general how the management of its stocks is carried out. This is a descriptive bibliographic research supported by a case study whose data collection was carried out through the application of a semi-structured interview with the company's financial advisor. as a result, we identified the entire process of managing the company's stocks, as well as its main weaknesses and the stock management tools applicable to it. Therefore, it was possible to analyze how the supermarket temais practices the management of its stocks, highlighting the use of essential tools in the processes.

**KEY WORDS:** Management; Inventory; Tools.

### 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Educação Superior da Paraíba – UNIESP. E-mail: mikaellyaquino1@gmail.com

<sup>2</sup>Professor Orientador e Orientador Ricardo da Silva Pereira, Graduado em Administração e Ciências Contábeis, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialização em Contabilidade pela UFPB. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira da UNIESP. E-mail: [ricardo.pereira.jp4@gmail.com](mailto:ricardo.pereira.jp4@gmail.com) Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3654413560555402>

A cada dia aumenta a concorrência entre as empresas, e com isso, as organizações têm procurado cada vez mais melhorar a gestão dos seus estoques para conseqüentemente atingir melhores vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes.

De acordo com Kotler e Armstrong (2003, p. 336) “o varejo engloba todas as atividades envolvidas na venda de bens ou serviços diretamente a consumidores finais, para seu uso pessoal, e não empresarial”. Com base nisso os supermercados fazem parte do mercado de varejo, pois detêm a maior parte de consumidores, pelo fato de disponibilizar as variedades de produtos alimentícios e de utilidade domésticas. Em se tratando de supermercados, o estoque é um ativo de suma importância para o seu capital de giro, onde o mal gerenciamento poderá contribuir com o fim do negócio. Diante do exposto, fazer um bom gerenciamento dos estoques se traduz na certeza da garantia de bons resultados para a empresa.

Para Callegaro e Quagliato (2010) as entidades estão percebendo a relevância de se adquirir um gerenciamento de estoque incluso na sua organização e em troca recebendo um melhor retorno financeiro. Portanto ter o controle de seus estoques evita contratempos como avarias, furtos, vencimentos entre outros possíveis problemas. Que implicam na redução dos ganhos da empresa.

Em seu livro “Gestão de Estoques”, Bráulio Wilker, diz que o gerenciamento de estoque atua sobre os processos de suprimento. Por se tratar de uma atividade essencial para uma entidade pública ou privada.

Para o autor Casa Magalhães (2021) a boa gestão de estoque tem a importância de: Procurar manter um bom desempenho nas atividades produzidas; obter a satisfação do cliente ao encontrar o produto desejado; O estoque trata-se de uma atividade que está relacionada diretamente aos resultados financeiros da empresa; por este motivo pode-se gerar lucro ou prejuízo para a empresa, como também gerar um diferencial competitivo no mercado em que atua.

De acordo com esse cenário é possível apontar alguns problemas tais como: a falha de comunicação entre os departamentos, pois apesar de se utilizar informações fornecidas por *softwares*, poderá cometer erros, e por este motivo, o setor de compras não pode trabalhar isoladamente; compras de produtos sem programação efetuada com alta ou baixa quantidade, onde é necessário saber quais



são os itens de maior giro e entender seu processo de abastecimento no estoque; e por último, a ruptura de estoque que decorre de um pedido de venda sem que o material esteja disponível no estoque para faturamento visando atender o cliente, o que pode contribuir com a sua perda.

Esse estudo será realizado no Supermercado Temais, localizado no município de Mamanguape do qual eu faço parte do seu quadro de funcionário ocupando a função de estoquista.

A administração da armazenagem no departamento de varejo define seu procedimento perante a procura existente, de maneira que determina na sua tomada de decisão. Devido conter incontáveis itens e demandas com modos diversos para cada família de produto, a sua administração torna-se cada vez mais equilibrada e de tamanha relevância, pois indica ordenação perante o mercado (RAMALHO; BELTRAME; VILLELA, 2012).

Diante do exposto questiona-se: como é realizada a gestão dos estoques no Supermercado Temais localizado no município de Mamanguape, na Paraíba (PB).

A discussão a cerca desse tema para sociedade vai servir de base para subsidiar as empresas supermercadistas com informações sobre como fazer melhor o gerenciamento de seus estoques e para o meio acadêmico como instrumento de pesquisa para estudos futuros.

Sendo assim o objetivo geral desse estudo é identificar como é realizada a gestão dos estoques do Supermercado Temais localizado na cidade de Mamanguape-PB. E como objetivos específicos apresentar considerações sobre o mercado varejista do Brasil; abordar os principais aspectos sobre a gestão dos estoques; mostrar quais as ferramentas são utilizadas no planejamento e controle dos estoques e caracterizar os recursos tecnológicos e humanos utilizados para a gestão dos estoques; identificar como é efetuada a gestão dos estoques na empresa objeto desse estudo.

O seguinte trabalho justifica-se por demonstrar meios para efetuar uma melhor gestão dos estoques de uma empresa onde será abordado a organização e o controle de todo o fluxo de materiais, tais como: a quantidade e o período de armazenagem de cada material, identificação da necessidade de quando se deve realizar uma nova compra, procedimentos de arrumação e distribuição dos estoques por datas ou lotes, reconhecimento, especificação, etc.

A metodologia aplicada no presente trabalho será uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo seguida de um estudo de caso, cuja coleta dos dados primários para embasar o estudo de caso será efetuada através da aplicação de uma entrevista semiestruturada com o consultor financeiro da empresa.

Desta forma o trabalho dividiu-se em 6 partes, a primeira é a introdução, a seguir será apresentado o referencial teórico, posteriormente, é apresentada a metodologia, por fim, tem-se a pesquisa e análise de dados, logo em seguida a conclusão e as referências bibliográficas utilizadas.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 O Mercado Varejista do Brasil**

O varejo teve seu surgimento no século XIX nos Estados Unidos e na Inglaterra, quando surgiram as lojas de mercadorias gerais, denominadas de *general stores*.

No Brasil o varejo iniciou-se no final do século XIX, com o surgimento da industrialização e dos meios e vias de transportes. Um dos primeiros e importantes varejistas foi o Visconde de Mauá.

Uma das primeiras experiências com supermercados foi por volta do ano de 1947, em São Paulo com o frigorífico Wilson, que fornecia produtos de mercearia, já no ano de 1949 teve-se o surgimento de depósito popular. Ambos não obtiveram sucesso, porém serviram para a contribuição do novo modelo varejista no país. (FUNDAÇÃO ABRAS, 2002).

O Sirva-se, foi o primeiro supermercado considerado efetivado e instalado no Brasil no ano de 1953, que teve como fundador Mário Wallace Simonsen, um dos empresários de maior importância da época. Dividido por características semelhantes aos supermercados modernos, com 800 metros quadrados de área de vendas, tendo seus espaços ocupados por seções, espaços para propagandas de produtos e utilização de prateleiras para promoções de seus itens. Foi o precursor com vendas de carnes, frutas e verduras no mesmo ambiente, além da linha de mercearia. (FUNDAÇÃO ABRAS, 2002).

O conceito de varejo para Parente (2000, p. 22) é que, varejo refere-se em todas as atividades que abrangem o processo de venda de produtos e serviços para

atender a uma necessidade pessoal do consumidor final. Ou seja, entende-se por varejo qualquer organização seja ela fabricante, atacadista ou varejista, que esteja praticando essa forma de compra e venda.

Segundo Giuliani (2003, p. 22), o varejista é aquele que faz a venda de produtos e serviços, seja ele de uso familiar ou pessoal aos consumidores finais. Portanto atingi todas as atribuições relacionadas à venda direta de produtos e serviços aos usuários finais, para uso pessoal, não relacionada a negócios.

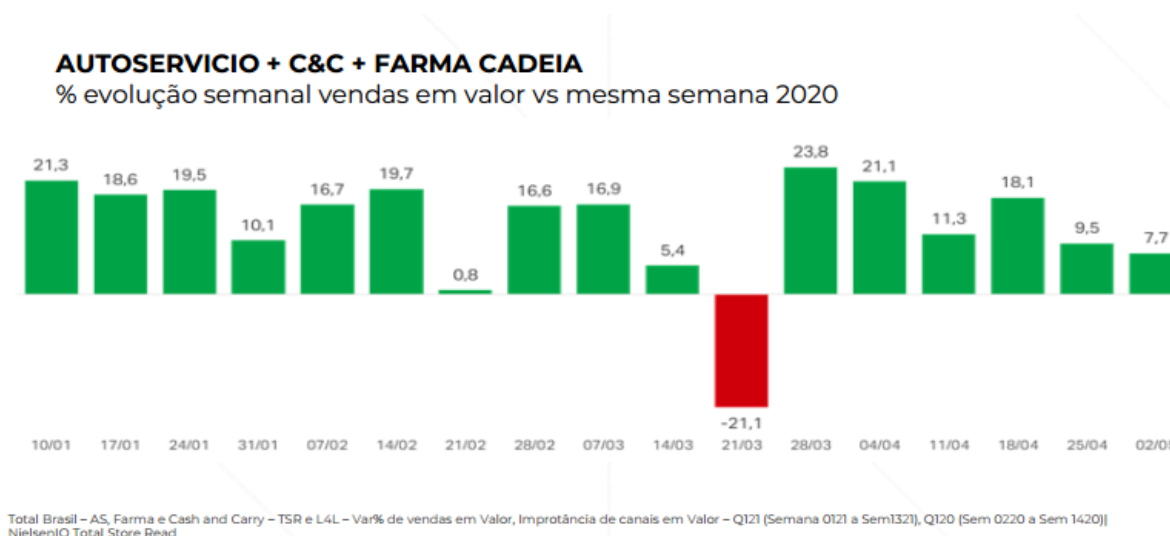
Para Webster Jr., F. E. Marketing for managers (1974) o varejo tem como função: requerer o produto junto a clientes latentes; adquirir produtos variados de muitos fornecedores, principalmente para revenda; fazer sortimentos de produtos, geralmente ligados, para os clientes latentes; prestar crédito a clientes para facilitar a compra, e financiar meios aos fornecedores para ajudá-los a financiar seus negócios; resguardar o produto e garantir estoques para dedicar melhores serviços ao consumidor; comprar e abundância e dividi-la em quantidades desejadas pelos clientes; observar a integridade dos produtos e ajudar em seu aperfeiçoamento; conceder informações aos fabricantes sobre circunstâncias de mercado, como volume de vendas, tendências; absorver riscos do negócio, como manutenção de estoques, obsolescência de produtos.

– O varejo necessita de uma boa condução e de gestores capacitados, que idealizem, estabeleçam, governem e fiscalizem o crescimento, a persistência e o futuro de seus empreendimentos. O administrador do varejo além de buscar, de maneira rápida, adequar-se as mudanças, de seu âmbito interno e externo, deve também proceder de forma maleável aos novos processos e agir de maneira produtiva e inovadora em relação aos seus consumidores e concorrentes (GOUVEIA; FAGNER SOUSA et al, 2011).

Nos dias atuais apesar do panorama econômico em meio a pandemia o varejo brasileiro tem obtido resultados positivos. Em 2020 com o afastamento da população das ruas e a procura por abastecimentos em grandes quantidades de alimento, produtos de higiene, limpeza e farmácia tornaram-se maiores, aumentando assim o volume de vendas e receita nominal.

Segundo NielsenIQ (2021) se compararmos as vendas do período de 2021 com a mesma do de 2020, podemos perceber o crescimento do varejo brasileiro. Na

maior parte do ano a evolução do percentual semanal tem se sustentado de forma positiva. Como veremos na Figura 1:



**Figura 1.** Tendências do varejo brasileiro.  
**Fonte:** NielsenIQ.

Ainda de acordo com NielsenIQ (2021) o varejo restrito teve um crescimento de 2,4% em março de 2021, em relação ao mesmo mês do ano de 2020, e que o papel fundamental foi o aumento dos preços. Portanto percebeu-se que ainda que diante do cenário do consumo elevado, o ano de 2021 atingiu níveis superiores.

## 2.2 Principais Aspectos sobre a Gestão dos Estoques

Segundo Slack et al. (2012), estoque é definido aqui como um acervo armazenado de recursos materiais em um sistema de conversão. Ao manter um estoque, gestores precisam refletir a segurança permitida por ele, concedendo a disponibilidade de produtos quando designados, todavia, deve acatar também o custo provocado por este estoque, visto que exige espaço produtivo para sua subsistência. Uma gestão de estoque eficaz é fundamental para a saúde financeira das empresas, consentindo ao gestor projetar compras e reduzir custos com armazenamento.

A gestão e estoque é crucial para a geração de lucratividade das empresas, principalmente no setor varejista, tendo em vista que se trata do produto final sendo oferecido aos seus consumidores.

A ascendência da gestão de estoques foi embasada na necessidade ponderada de interligar as variedades de setores da organização, que são: setor de compras, estocagem, arrumação física, inspeção da produção e planejamento. E foi vista como um método para a diminuição de gastos gerais analogados com aquisição e a gestão de materiais (CHING, 2010).

É necessário ter sempre disponível os produtos nas prateleiras para a fidelização de clientes, principalmente em datas comemorativas por exemplo. Porém também é preciso controlar as compras e verificar a rotatividade dos produtos, pois mercadorias paradas é sinônimo de dinheiro parado. E podendo acarretar até mesmo perdas por conta da perecibilidade de devidas mercadorias.

Pinheiro (2005) argumenta que as entidades que trabalham com estoque variado, como é o caso da unidade de estudo em questão, devem apresentar mecanismo que disponham a manutenção de níveis baixos de estoques, com prováveis reduções nos gastos de estocagem, sem, contudo, permitir a escassez de itens necessários e precaver a obsolescência dos produtos.

Para Ching (1999, p. 46), várias formas podem ser aplicadas ao controle de materiais. O autor enfatiza que o estoque deve ser vistoriado constantemente e que “o capital estocado e os custos operacionais podem ser diminuídos, basta entendermos que não são todos os itens que merecem a mesma atenção”. Ainda segundo o autor, “alguns itens possuem uma procura maior. Portanto, cada item deve ser dividido de acordo com sua exigência de procura e custo, o método da curva ABC atende a esse propósito”.

Segundo Krajewski, Ritzman e Malhotra (2009) estoque é qualquer matéria prima, material, elemento, instrumento ou produto acabado que esteja armazenado para utilização futura, onde quanto maior a variedade de itens estocados mais complexo é o seu domínio. Para Chiavenato (2014), o acúmulo de estoques em níveis convenientes é indispensável para o desempenho da maioria das organizações, de maneira a vender com o mínimo risco de interrupção, em compensação, o estoque representa uma grande aplicação financeira que precisa ser controlada.

A administração eficaz do estoque possibilita ao gestor ter a prática necessária do que acontece no sistema de armazenamento da empresa para a tomada de decisões apropriada. De acordo com Pozo (2010) muitas entidades

podem chegar à ruína por deter elevados valores de capital em estocagem, necessitando de recursos financeiros para capital de giro:

Os estoques são recursos ociosos que possuem valor econômico, os que representam um investimento destinado a incrementar as atividades de produção e servir ao cliente. Entretanto, a formação de estoques consome capital de giro que pode não estar tendo nenhum retorno do investimento efetuado e, por outro lado, pode ser necessitado com urgência em outro segmento da empresa. (Viana, 2010, p.144.)

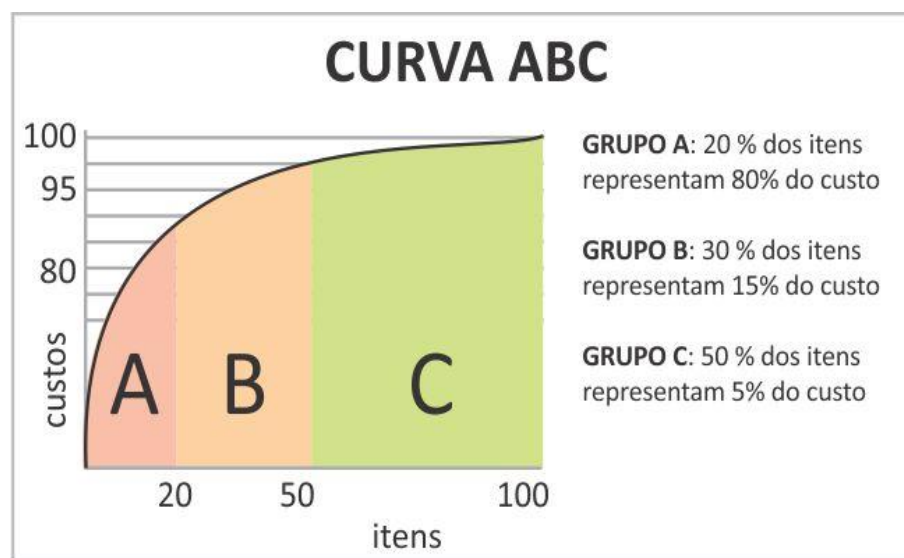
### 2.3 Ferramentas Utilizadas no Planejamento e Controle dos Estoques

O gerenciamento de estoque equivale na aplicação de instrumentos gerenciais no controle dos níveis de itens armazenados. Estes instrumentos permitem ao gestor uma melhor descrição deste impasse gerencial. “Apesar dos custos e de outras desvantagens associadas à manutenção de estoques, eles de fato facilitam a acomodação entre fornecimento e demanda” SLACK et al (2012) Para que a aplicação destas ferramentas seja eficaz, a empresa necessita contar com um gestor qualificado, que saiba constatar qual delas é mais adequada para aprimorar o funcionamento organizacional da gestão de estoque.

Ferramentas de estoques são todos os meios que podem ser desfrutados na gestão de estoques de maneira que sirva como contribuição para a tomada de decisão, dessa forma este tópico será retratado sobre algumas ferramentas e como elas atuam (HARDING, 1981). De acordo com Dias (2010), as ferramentas de estoque auxiliam como guia na instrução de como realizar a gestão de estoques, afeta na inspeção de dados e ajuda a aprimorar o processo.

#### 2.3.1 Curva ABC

Para Bertaglia (2009), a Curva ABC é um método de classificação de estoque, afim de transmitir para a empresa quais são os itens mais consideráveis e quais possuem um giro maior. Sendo assim, de acordo com essa classificação sempre haverá alguns produtos mais importantes que outros, os quais serão deliberados pela sua rotatividade, taxa de consumo e pelo seu valor de mercado, obtendo um lucro maior.



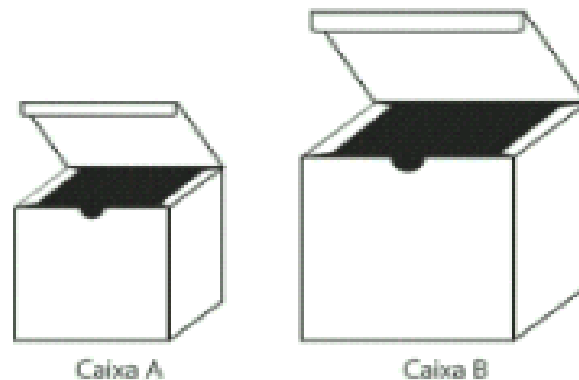
**Figura 2.** Gráfico demonstrativo da Curva ABC  
**Fonte:** CCa Express (2019).

Segundo Ballou (2010) a denominação ABC ocorre pelo fato de que 20% do estoque de produtos é responsável por 80% das vendas realizadas, e inicialmente deve-se determinar o item dependendo de sua condição imposta ajustar a política de estoque. Para Rosa (2011) o método de custeio ABC baseia-se na verificação do custo em valores monetários e quantitativos de produtos estocados, em um estabelecido período de tempo, de maneira que seja capaz de categorizar em três formas A, B e C de acordo com sua relevância.

### 2.3.2 Sistema de duas gavetas

De acordo com Dias (2010) o mecanismo do sistema de duas gavetas é conhecido como o mais simplificado para se controlar estoques, pela capacidade de fácil compreensão do sistema é muito propagado no mercado varejista de pequeno porte sendo aconselhável para peças da classe C, nesse método contar-se com duas gavetas denominadas de caixa A e caixa B, como o exemplo da figura a seguir:





**Figura 3.** Caixa A e B.

**Fonte:** Dias, 2010.

Dias (2010) esclarece que para se começar o processo de elaboração é estocado nas duas gavetas uma quantidade de estoques. Do lado esquerdo da imagem temos a caixa A, nela é posto um volume categórico de material para abastecer a necessidade no período ressarcimento mais o estoque de segurança, dá-se assim pela seguinte fórmula:

$$Q = (C.TR) + E.Mn$$

Onde:

Q = Quantidade do lote;

TR = Tempo de reposição;

C = Consumo médio mensal;

E.Mn = Estoque mínimo.

Ao lado direito da imagem visualizamos a caixa B, preserva estoque adaptável a utilização em um intervalo de tempo, sendo assim a procura de produtos é retirado da caixa B até chegar a zero, o que simboliza que deve ser expedido uma nova ordem de compra. Como a produção não pode ser suspensa, nesse momento é utilizada a armazenagem da caixa A e em seguida realiza a reposição parcial do estoque da caixa B (DIAS, 2010).

### **2.3.3 Gráfico de dente de serra**

Conhecido como gráfico de dente de serra por retratar a movimentação de estoque de uma empresa, da qual é constituída pela compra e venda de produtos. Tem como seu principal objetivo atender a necessidade da produção e custo da empresa, trazendo uma aproximação com seus fornecedores, reduzindo os gastos da produção e aprimorando a atividade dos produtos.

Para Dias (2010) a movimentação de entrada e saída de matérias armazenado pode ser retratado graficamente, onde a abscissa é o sucedido (T) para aplicação no estoque, normalmente em meses, e a ordenada é o volume em unidade do produto em estoque no espaço de tempo T.

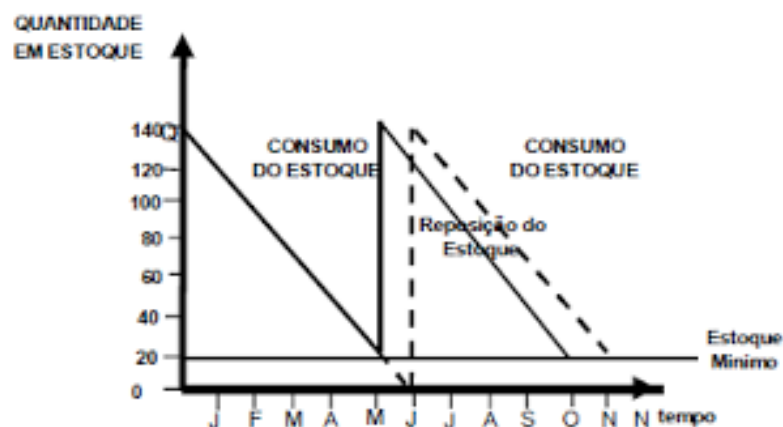


Figura 4. Gráfico dente de serra.

Fonte: Dias, 2010.

Segundo a Figura 4, o consumo do estoque de 140 deu-se de maneira permanente até zerar, instantaneamente foram restituídos a mesma quantidade inicial. Dias (2010) esclarece que essas interrupções serão frequentes e continua se não adular o consumo no intervalo de tempo T; não possuir falhas que possam ocorrer atrasos nos pedidos de compras; não acontecer atrasos no abastecimento; e não apresentar rejeição em algum lote de compra referente a condição comprometida do produto.

#### 2.3.4 Inventário físico

Segundo Martins e ALT (2006) o inventário físico nada mais é do que a contagem física das mercadorias estocadas, caso venha existir alguma anormalidade com os registros de gestão dos estoques se faz necessário a realização de melhorias.

O inventário físico dá-se de duas maneiras: periódico ou rotativo. Conhece por periódicos aqueles cuja a execução se dá por períodos, que normalmente são realizados duas vezes ao ano onde são contados e verificados todos os produtos que existirem no estoque. Já o inventário rotativo constantemente os itens estão sendo verificados, assim é atribuído pessoas para realizar esta atividade, de forma

que toda mercadoria seja contabilizada ao menos uma vez em cada período fiscal. (MARTINS; ALT, 2006). Um dos objetivos do inventário físico, de acordo com Dias (1997), é a precisão no registro do estoque. As empresas devem fazer contagens periódicas e verificar as diferenças entre estoque físico e contábil, apurar os valores para efeito de balanço ou balancete.

De acordo com Arnold (1999), o inventário é influenciado por três fatores: arrumação os produtos devem estar devidamente organizados para que a contagem possa ser realizada facilmente; identificação os produtos devem ser etiquetados e identificados; e treinamento as pessoas que irão realizar as contagens devem estar preparadas para isso.

Ainda de acordo como Arnold (1999, p. 365), “Para os planejadores, o inventário físico representa uma oportunidade de corrigir quaisquer imprecisões nos registros”.

## 2.4 RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS UTILIZADOS NA GESTÃO DOS ESTOQUES

### 2.4.1 Caracterização da composição e formação e treinamento do pessoal que trabalha com a gestão dos estoques

Em tese as organizações estão a cada dia mais conscientes da importância do treinamento e evolução de seus colaboradores, não apenas para o aumento da produtividade e da rentabilidade, como também técnica de manutenção e desenvolvimento do pessoal.

O treinamento é definido como um processo de assimilação cultural em curto prazo, que tem por finalidade repassar ou reciclar conhecimentos, habilidades, ou atitudes relacionadas diretamente a execução da tarefa ou a otimização no trabalho. Enquanto o treinamento é um processo sistêmico para promover a aquisição de habilidades, de regras e de atitudes que resultem em melhorias entre as características dos colaboradores e a exigência da função, o desenvolvimento é o processo de longo prazo que inclui não apenas o treinamento, mas também a carreira e outras experiências (Ávila, 2015, p. 44).

No determinado momento em que procura investir em treinamento de pessoas, a empresa estar investindo na qualidade de seus serviços e produtos, pois o

treinamento é um dos principais recursos utilizados no desenvolvimento. Sendo assim, fica claro que a empresa precisa estar sempre buscando investir em treinamentos que der melhor suporte para seus colaboradores. (ÁVILA, L. V., & STECCA, 2015).

“Treinamento é um conjunto de métodos usado para transmitir aos funcionários, novos e antigos, habilidades necessárias para o desempenho do trabalho.” Ofertar treinamentos para seus funcionários é fundamental para se obter a ordem no depósito, desta mesma forma os contribuintes serão mais eficientes e organizados na execução de armazenagem dos produtos, conforme Chiavenato (1999, p. 295).

De acordo com Ávila (2015) treinamento é um processo onde se desenvolve qualidades para deixar melhor habilitado os recursos humanos e, mas produtivo, onde contribui assim para os objetivos da organização. Ele ainda fala que o treinamento pode ser dividido de quatro maneiras: Diagnóstico é o levantamento das necessidades a serem satisfeitas, podendo serem no passado, no presente ou no futuro; desempenho é a elaboração do treinamento para atender as necessidades; Implementação é a aplicação e condução do programa de treinamento e Avaliação consta na verificação dos resultados do treinamento.

Treinamento é a experiência aprendida que produz uma mudança relativamente permanente em um indivíduo e que melhora sua capacidade de desempenhar um cargo. O treinamento pode envolver uma mudança de habilidades, conhecimento atitudes ou comportamento. Isto significa mudar aquilo que os empregados conhecem como eles trabalham suas atitudes frente ao seu trabalho ou suas interações com os colegas ou supervisor (CHIAVENATO ,1999, p. 295).

#### **2.4.2 Caracterização do Sistema informatizado utilizado na gestão dos estoques**

Um sistema de controle de estoque deve ser adequado para arcar quando e quanto deve-se adquirir de cada mercadoria. “Um sistema de controle de estoque é um conjunto de regras e procedimentos que permitem responder às perguntas de grande importância, e tomar decisões sobre os estoques” (MOREIRA, 2004, p. 270).

Sistema de informação tem como objetivo diminuir os gastos e evitar a falta de produtos no estoque, coisa que raramente será alcançada com uma gestão manual, e não é pela falta de inteligência ou eficiência dos gestores e colaboradores, mas sim pela complexidade da atividade. Por esta razão para atingir melhores resultados atualmente contamos com diversos sistemas informatizados. (BERTAGLIA, 2006).

MIRANDA (2007) ressalta alguns benefícios obtidos com a utilização do controle informatizado no varejo: um melhor controle e visão holística da operação; redução de custos; crescimento da receita e de vendas; agilidade para adquirir informações e entregar produtos; otimização de estoques; redução de tempo e perdas.

Um bom planejamento e estoque começa com uma escolha assertiva do sistema ERP (Planejamento dos Recursos da Empresa), que é uma atualização dos Sistemas de Planejamento de Requisição de Materiais (MRP) que vem sendo utilizado desde da década de 60, auxiliando nas tomadas de decisões envolvendo todo gerenciamento e transações da empresa.

Já voltado a gestão de estoque utiliza-se o *Warehouse Management Systems* (WMS) ou Sistemas de Gerenciamento de Armazém. O WMS é um complemento do ERP que consiste em toda a operação e procedimentos do armazém, sendo capa de desenvolver “elementos para o planejamento da rotatividade de estoques, no sentido de maximizar a utilização do espaço” (CHIAVENATO, 2014, p. 199).

Portanto, tudo que se integra a gestão dos estoques pode ser evidenciado e controlado através do WMS, esquematizar todo o armazenamento e acompanhar suas transações torna o uso do sistema de forma imprescindível e garante uma maior qualidade no controle dos produtos. Sendo assim aumenta-se a produtividade e reduz os custos de maneira significativa, e com isso têm-se uma melhor eficiência no atendimento aos clientes.

Contudo, vale ressaltar que esse *software* ocasiona impactos na empresa, pois dispensa atividades que antes eram feitas de forma manuais por pessoas. No entanto não é dispensado a qualificação e capacitação do pessoal que ira avaliar e transmitir os dados adquiridos que vai resultar na tomada de decisões.

Neste sentido é de suma importância continuar investindo na capacitação e no treinamento pessoal, tornando assim colaboradores mais bem preparados a

desenvolver com eficiência suas funções. Vale lembrar que “o sucesso de uma boa gestão da cadeia de suprimentos vai sempre depender do desempenho individual de seus funcionários, o que gera a necessidade de muito treinamento” (PAOLESCHI, 2014, p. 31).

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa científica pode ser definida como o método científico que se utiliza de um conjunto de procedimentos adotados para se atingir o conhecimento (GIL, 2008). Partindo desta suposição torna-se necessário elencar os caminhos e as formas que serão seguidas no desenvolver do estudo. E de acordo com a finalidade do trabalho esta pesquisa é de natureza básica, pois o conhecimento adquirido não será aplicado, apenas para levantamentos de dados e a sua análise.

Diante dos objetivos e problemática apresentada, o presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva, uma vez que busca identificar como é realizada a gestão dos estoques do Supermercado Temais localizado na cidade de Mamanguape-PB. De acordo com Gil (2008) esse tipo de pesquisa tem como objetivo fazer uma análise de um objeto de estudo observando e registrando novos fenômenos e fatos.

Para enaltecer o trabalho, utilizou-se de pesquisa bibliográfica para dar fundamentação ao referencial teórico. A Pesquisa bibliográfica é executada com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científico (GIL, 2008). Portanto, esse é um método de pesquisa que serve como fundamento para todos os conteúdos estudados.

A pesquisa possui abordagem qualitativa pois argumenta os resultados do estudo por meio de percepções. Deste modo, visa compreender o caminho que levou a problemática do trabalho.

Foi utilizado um estudo de caso que tem por intuito aprofundar o conhecimento oferecendo subsídios para novas investigações. Quanto ao procedimento foram coletados dados primários a partir de uma entrevista semiestruturada aplicada ao consultor financeiro da empresa. A referida entrevista foi realizada a partir de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE onde sua aplicação foi aprovada pelo Comitê de Ética da UNIESP através do

parecer nº 5.431.013 de 26/05/2022. O Roteiro da entrevista foi elaborado com 15 perguntas subjetivas buscando através das respostas apresentadas, a fundamentação de como é efetuada a gestão dos estoques da empresa objeto desse estudo.

## 4 ESTUDO DE CASO

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

O “SUPERMERCADO TEMAIS” iniciou suas atividades em 16/10/2009. Sua principal atividade é comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios. Com 13 anos de atuação expandiu seu negócio em um outro supermercado que é o nosso objeto de estudo, e em um atacado. O estabelecimento fica localizado na Rua Walfredo de Almeida e Silva, 292, Planalto – Mamanguape – PB. Tem como área de atuação o referido município.

O faturamento líquido atinge em valores monetários próximo a R\$ 1.035.542,63/mês, seu regime tributário é o lucro real. Atualmente tem disponibilizado em seu estoque mais de 6.000 itens. Dentre estes, os principais são: carnes bovina, suína e de frango, frios, pães, laticínios, cerveja, refrigerante, bebidas quentes, biscoitos, macarrão, matinais, perfumaria, higiene pessoal, latarias, farináceos, produtos de limpeza, cereais, utilidade doméstica, hortifrúti e padaria. Seu mercado atualmente é focado especialmente aos consumidores finais, mas atende também a uma demanda menor aos clientes interessados na revenda dos produtos ofertados. É uma empresa de medio porte, que atualmente possui uma equipe de 36 colaboradores.

O empreendimento apresenta como missão “oferecer aos nossos clientes produtos de alta qualidade, variedade, aptidão no atendimento e excelência em alimentação proporcionando bem-estar em um ambiente agradável, buscando sempre inovar e fazer o melhor para os clientes e agregando valor a família”.

Apresenta ainda como visão “ser referência em comercio varejista no vale do Mamanguape e cidades circunvizinhas, e na prestação de serviços com um ambiente moderno e agradável, priorizando sempre qualidade, variedade e excelência no atendimento e alimentação”.



Entre os valores compartilhados pela empresa estão: Fé, humildade, Honestidade, Excelência, Transparência, Credibilidade, Ética e Responsabilidade.



**Figura 5.** Ambiente interno.  
**Fonte:** Dados da pesquisa, 2022.

#### 4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Inicialmente foi realizada uma entrevista com o consultor financeiro que atua também como gestor de estoque, o que norteou o entendimento dos principais processos envolvidos na gestão dos estoques da empresa objeto de estudo.

##### **Processo de compras**

Foi verificado que o processo de compras da empresa em análise ocorre da seguinte forma: alguns itens dependem de cotação, que é aquela onde se analisa os preços dos produtos ou serviços oferecidos por diferentes fornecedores que agreguem o melhor custo e benefício para a empresa, este processo é feito semanalmente, mais precisamente na segunda – feira onde é lançado no sistema; para o departamento mercearia, perfumaria e limpeza realizam compras para um giro de 28 dias de estoques e para os frios compram baseado no giro de 21 dias por se tratar de insumos perecíveis e que são produtos que já são recebidos com datas

de validades próxima.

Os custos dos estoques são determinados e controlados semanalmente, onde é feito um orçamento comercial e cada categoria tem sua verba determinada para compra por setor, evitando sobrecarga de estoque e também rupturas. A empresa possui três tipos de rupturas: a operacional que é o chamado armazenado e não exposto, essa é tratada através de um relatório diário chamado DSV (dias sem vendas) onde o repositor verifica produtos que tiveram entrada no sistema e continuam sem saída, pode estar na gôndola e não houve venda, ou pode estar ainda o depósito, neste último caso será abastecido imediatamente. A ruptura comercial onde o estoque estar zerado e não há compras, deverá ser comprado de maneira imediata, e também a ruptura do fornecedor, onde houve a compra e o fornecedor não tinha o produto para entrega. Neste terceiro caso o fator é externo, onde a empresa não tem como controlar, os dois primeiros através de relatórios diários são identificados e sanados o mais rápido possível.

Sendo assim, percebe-se a importância da utilização de ferramentas de planejamento e controle de estoque. A empresa tem uma grande preocupação em manter a disponibilidade dos produtos, para reabastecer os estoques antes que lhes falte. São necessários três requisitos considerados indispensáveis para o controle dos estoques: pessoas, processos e tecnologia. É necessário que haja treinamento constante, que todos os processos sejam acompanhados e revisados quando necessário e ter um bom ERP, pois controlar em planilhas ou papel é humanamente impossível na dinâmica do varejo alimentar e por conta do volume de mercadoria e rotatividade que esta tem.

Este processo expressa claramente o que citamos anteriormente no referencial teórico sobre a importância do uso de recursos tecnológicos. É mediante dos dados integrados que os compradores de cada segmento adquirem informações fundamentais para tomada de decisões, que no caso afeta todo o procedimento da gestão dos estoques do Supermercado Temais.

Os setores de compras, comercial e de estocagem, matem uma estreita comunicação, onde não se pode trabalhar de maneira isolada e estão constantemente em interação. Todas as ações de vendas da empresa contam com o apoio desses setores, para melhor harmonizar o volume de vendas dos produtos e o estoque está sempre disponível no ponto de venda para que o faturamento ocorra

contribuindo sempre para o resultado esperado pelo empreendimento.

### **Controle dos estoques**

A metodologia utilizada para se controlar o saldo dos estoques é a do inventario rotativo que é elaborado de acordo com um calendário onde a estrutura mercadológica do produto está dividida em curva A, B e C. onde a curva A representa os itens que compõe 50% das vendas da loja, estes são inventariados toda 1ª quinzena e os de curva B e C vão sendo distribuídos nos dias que restam do mês, de maneira que a curva A será inventariada 12 vezes ao ano, a curva B entre 4 e 5 vezes ao ano e a curva C pelo menos 2 vezes ao ano.

Neste formato os riscos são menores do que a loja toda sendo inventariada de uma única vez, por colaboradores que não presenciam o processo diariamente, assim diminuimos os erros do inventario, alcançando uma acurácia acima de 92%. Este processo estar em conformidade com o que foi explicado no ponto 2.3.1. E foi para minimizar os erros que ele foi implementado.

Os resultados dos inventários são tratados de através de análise, revisão dos processos e metodologia para resolver o problema gerador de divergência, pois se o problema é identificado e não é tratado ele se repetirá com frequência.

Desde que foi implementado um departamento de inventario juntamente com a ferramenta tecnológica VR software, por meio dele todos os produtos são esquematizados, desde o momento da formação do pedido de compras até o momento da expedição dos pedidos de vendas. Os impactos causados foram muitos positivos, pois diminuíram as rupturas, as avarias passaram a ser tratadas com os fornecedores, as perdas em processos de manipulação no setor de perecíveis como açougue padaria e hortifruti passaram a ser identificadas o que ajudou a descobrir o custo real de produção desses setores, e a entrada versus saída apresentou um número mais próximo do desejado, aliviando o fluxo de caixa da empresa.

É uma boa gestão de estoque que irá manter um fluxo de caixa saudável, pois se há desequilíbrio entre compra e venda, comprometemos o lucro da empresa, o nível do fluxo de caixa, desequilibramos o nível de rupturas, geramos informações erradas para o departamento comercial, enfim. Manter o estoque regular e bem gerido podemos dizer que é 50% do trabalho para a gestão operacional e comercial.

De acordo com o entrevistado tem-se como o maior desafio conscientizar as pessoas envolvidas no processo, pois depende de todos que estão na loja, desde o

recebimento de mercadoria que pode ser lançado errado, o repositor que levou mercadoria avariada de volta para o depósito e não comunicou para ser dada baixa no estoque, nos ingredientes que são usados nas produções da padaria e também não são comunicados, no açougue que realiza a desossa e não lançou a quebra, portanto, por inúmeros fatores que se não forem acompanhados pode levar todo trabalho a perder.

### Processo de armazenagem

A forma de como se armazena os produtos também é um procedimento que reivindica maneiras estratégicas que buscam além da guarda segura dos materiais uma melhor execução na separação e expedição nos pedidos de venda. Dando seguimento a entrevista obtivemos as informações que se sucedem.

O processo de armazenagem da empresa é feito totalmente de forma manual. Devido a estrutura física do supermercado que não contém máquinas como empilhadeira, paleteira ou mesmo esteiras transportadoras, por este motivo os processos de deslocamento interno também são feitos de forma manual. Ela conta com dois tipos de estoques, que são organizados de acordo com o tipo de mercadoria (como por exemplo, se a embalagem é frágil e leve ficam no estoque de cima; se for muito volume e pesado fica no estoque de baixo para evitar acidentes de trabalho, perda de tempo e de espaço).



**Figura 6.** Estoque de baixo  
**Fonte:** dados da pesquisa ,2022.





**Figura 7.** Estoque de baixo.  
**Fonte:** dados da pesquisa,2022.



**Figura 8.** Estoque de cima  
**Fonte:** Dados da pesquisa, 2022.

Como as compras são realizadas para manter um estoque máximo de 28 dias, boa parte ao chegar já vai para loja ficar em exposição, aproximadamente 30% fica no deposito, e é separado por categorias e é feito o controle de validade fazendo o PVPS (primeiro que vence é o primeiro que sai).

Os repositores de cada seção acompanham o prazo de validade semanalmente, as que apresentam data de validade mais curta que os dias de venda do total de mercadoria, são tratadas como FIFO (*first in first out*) e encaminhadas ao departamento comercial para providenciar oferta e desconto com o fornecedor, serão expostas em área de destaque com desconto diferenciado ou ações de trade marketing para que o produto venda mais rápido.

No caso de avarias que se dá de duas maneiras vencidas ou danificadas, são resolvidas entre os vendedores e os compradores e eles negociam qual forma será a melhor para solucionar. Existe aquelas que são feitas as trocas de um produto por outro do mesmo tipo; aquelas que são mandados desconto em boleto, outras que vem em bonificação, e também outras que são lançadas diretamente na perca, pois são empresas que não realiza nenhum dos outros procedimentos citados. Para todas as outras são emitidas notas de devolução com o tipo de produtos inapropriados para consumo e até serem levadas são deixadas em uma sala apropriada com a nomenclatura de seus fornecedores.



**Figura 9.** Sala de avarias.  
**Fonte:** Dados da pesquisa, 2022.

Para o entrevistado, praticar a gestão dos estoques de um empreendimento é de extrema significância porque é através dele que você vai garantir a presença da

mercadoria, atendendo sempre o cliente, como também não ocasionar o sobre estoque que irá comprometer o lucro da empresa e o fluxo de caixa consequentemente.

Para concluir sua explicação, ressaltou que a visão da empresa sobre o varejo no momento é “ATENÇÃO”. Apesar sobre a pandemia, a situação econômica é instável, alta inflação, perda no poder de compra, conflitos mundiais, ano eleitoral. Tudo isso deixa um suspense sobre o que vai acontecer no 2º semestre. o que nos leva a exercitar uma gestão cada vez mais segura e analítica para que o negócio permaneça sustentável e solido ate esse turbilhão passar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a grande maioria das empresas se manterem competitivas, necessita de uma boa gestão de estoque, de maneira que reduza os custos de armazenamento e do capital investido. Assim o objetivo geral desta pesquisa foi identificar como é realizada a gestão dos estoques no Supermercado Temais localizado em Mamanguape – PB.

Deste modo os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados, pois por meio do estudo bibliográfico e da entrevista realizado com o consultor financeiro, foi possível conhecer todo o processo de gestão dos estoques da empresa, bem como identificar suas principais fragilidades e apontar as ferramentas de gestão de estoque a ela aplicáveis. Foram identificadas rotinas e processos e para demonstrar o seu funcionamento.

Com a execução da metodologia sugerida, o estudo chegou ao resultado de que a gestão de estoque se fundamenta apenas nos dados exidos pelo sistema, conhecimentos empíricos adquiridos em experiências e nas quantidades mínimas em estoque. Não existe um controle preciso da quantidade mínimas necessárias em estoques, utiliza-se apenas as informações geradas pelo sistema, e se tem como referência para reposição do estoque apenas o giro do produto. Uma boa gestão de estoques requer que os processos de compras, controle armazenagem e sejam planejados e executados de forma integrada.

De acordo com as informações coletadas na pesquisa a empresa precisa melhorar quanto ao planejamento das compras em conjunto com o setor de estoque.



As informações precisas são muito importantes para tomada de decisão na empresa, de forma que evita excessos e faltas de estoques, acarretando maiores ganhos e gerando confiança para realização de compras.

As fragilidades identificadas foram a falta de controle na quantidade de mercadorias em estoque, perda de vendas por falta de mercadorias, mercadorias sem a atenção necessária e melhorar a comunicação entre os setores. Uma boa gestão de estoques requer que os processos de compras, controle armazenagem e sejam planejados e executados de forma integrada.

Sobre a área física da empresa, deve-se melhorar na sua capacidade de estocagem, de forma que é dividida em dois estoques, sendo um localizado no primeiro andar, tendo que utilizar escadas o que impede a movimentação de cargas através de automação. Este fato deve servir de alerta aos gestores da empresa no sentido de melhor analisar a possibilidade de adequação do layout do armazém para ganho de produtividade ao passo que uma eficiente movimentação dos estoques enseja em custos reduzidos não somente de pessoal, mas também em menores custos de manutenção com ganho de acessibilidade, e minimização de perdas por avarias.

Acerca dos recursos tecnológicos utilizados no Supermercado Temais, a empresa conta com influentes recursos tecnológicos indispensável para o alcance de uma boa gestão, o que lhe assegura uma integração dos dados necessários para a tomada de decisão dos gestores, atendendo essencialmente à velocidade de respostas e ações específicas ao mercado cuja empresa está inserida. De maneira igualmente importante, os recursos humanos estão em constante processo de enriquecimento e capacitação, o que demonstra a preocupação da empresa em desenvolver e manter os funcionários adequados a seus diversos níveis hierárquicos.

Deste modo, a partir da implantação do departamento de inventário em conjunto com o VR software, tudo passou a ser esquematizado e planejado, desde a formação do pedido de compra até a expedição das vendas. Agregou valores positivos, pelo fato de ter diminuído as rupturas, as avarias e as perdas, e isso acarretou no descobrimento do custo real de produção dos setores e a entrada versus saída demonstrou uma satisfação mais próxima da desejada, aliviando assim o fluxo de caixa da empresa.

Sendo assim, foi possível analisar como o Supermercado Temais, pratica a gestão dos seus estoques, destacando a utilização de ferramentas imprescindíveis nos processos integrantes ao planejamento e controle dos produtos que distribui, que são: avaliação dos estoques, custos de estocagem, curva ABC, técnicas de estocagem, e a tecnologia como base de informações para tomadas de decisão, promovendo assim a redução de custos ao passo que mantém um nível de estoques disponível para atender às demandas de seu mercado.

## REFERÊNCIAS

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Acesso em: 04 de abril de 2022.

Ávila, L.V., & Steca, J. P. (2015). **Gestão de pessoas Santa Maria**: Universidade Federal de Santa Maria, coegio Politécnico, 48. Acesso em: 04 de abril de 2022.

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial: transportes, administração de matérias e distribuição física**. Tradução Hugo T. Y. Yoshizaki. 1 ed. 23 reimpr. São Paulo. Atlas, 2010. Acesso em: 20 de março de 2022.

BERTAGLIA, Paulo. **Logística: E gerenciamento da cadeia de abastecimento**. São Paulo: Saraiva, 2006. Acesso em: 04 de abril de 2022.

BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento**. 2ª Ed. SP: Saraiva, 2009. Acesso em: 20 de março de 2022.

CALLEGARO, Chaiane G.; QUAGLIATO, Ligia F. **Gestão De Estoques E Sua Importância Para As Organizações**. 2010. 24f. Monografia (Conclusão De Curso) - Faculdade Cenecista De Capivari - FACECAP, Capivari. 2010. Acesso em: 20 de março de 2022.

CHING, H. Y. **Gestão de estoques na cadeia de logística: supplychain**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Acesso em: 20 de março de 2022.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada: Supplychain**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2010. Acesso em: 30 de março 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de janeiro: Campus, 1999. Acesso em: 30 de março 2022.

CHIAVENATO, I. **Gestão de materiais: uma abordagem introdutória**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. Disponível em: <[http://unoeste.bv3.digitalpages.com.br/use rs/publications/9788520437995](http://unoeste.bv3.digitalpages.com.br/use%20rs/publications/9788520437995)>. Acesso em: 31 maio 2022.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997. Acesso em: 31 maio 2022.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão**. 6 ed. - 3 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010. Acesso em: 31 maio 2022.

Fundação Abras, I. H. e C. dos S. (2002). **Cinquenta anos de supermercados no Brasil**. São Paulo: Informe Comunicação. Acesso em: 30 de março 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. Acesso em: 30 de abril de 2022.

GIULIANI, A.C. **Marketing em um ambiente globalizado**. São Paulo: Cobra, 2003, 287p. Acesso em: 20 de março de 2022.

GOUVEIA, Fágner Sousa et al. **O marketing e sua importância para o varejo**. Revista científica do ITPAC, v. 4, n. 1, p. 28-39, 2011. Acesso Em: 19 De Março De 2022

HARDING, Hamish Alan. **Administração da produção**. Tradução de José Marques Jr. São Paulo. Atlas, 1981. Acesso Em: 19 De Março De 2022

[\(https://www.Casamagalhaes.Com.Br/Blog/Gestao-de-estoque/Gestao-de-estoque\)](https://www.Casamagalhaes.Com.Br/Blog/Gestao-de-estoque/Gestao-de-estoque).(2021). Acesso Em: 19 De Março De 2022

[https://negociossc.com.br/blog/o-Panorama-do-varejo-brasileiro-segundo-anilseniq/\(2021\)](https://negociossc.com.br/blog/o-Panorama-do-varejo-brasileiro-segundo-anilseniq/(2021)) Acesso Em: 19 De Março De 2022

Kotler, F.; Armstrong, G. **Princípios De Marketing**. 9. Ed. São Paulo: Pearson, 2003. Disponível Em:<[Http://Unoeste.Bv3.Digitalpages.Com.Br/UseRs/Publications/9788587918192/Pages/\\_1](http://Unoeste.Bv3.Digitalpages.Com.Br/UseRs/Publications/9788587918192/Pages/_1)>. Acesso Em: 19 De Março De 2022.

KRAJEWSKI, L.; RITSMAN, L.; MALHOTRA, M. **Administração de produção e operações**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2009. Disponível em: <[http://unoeste.bv3.digitalpages.com.br/use\\_rs/publications/9788576051725](http://unoeste.bv3.digitalpages.com.br/use_rs/publications/9788576051725)>. Acesso em: 31 março 2022.

MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo R. C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. Acesso em: 31 março 2022.

MIRANDA, Ângelo. **Revista Solução Sama: Tecnologia da informação. Organização e informatização**. São Paulo, v.18, n. 18, p. 14, 2007. Acesso em: 31 março 2022.

MOREIRA, Daniel. **Administração da produção e operações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. Acesso em: 31 março 2022.

PAOLESCHI, B. **Cadeia de Suprimentos**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536513324/>>. Acesso em: 26 maio 2022.

PARENTE, J. **Varejo no Brasil: gestão e estratégia**. São Paulo: Atlas, 2000. Acesso em: 26 maio 2022.

PINHEIRO, A. C. M. **Gerenciamento de Estoque Farmacêutico**. Revista Eletrônica de Contabilidade, v. 1, n. 3, mar./mai. 2005. Acesso em: 26 maio 2022.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Acesso em: 26 maio 2022.

Ramalho, A. D. S., Beltrame, J. N., & Villela, J. M. V. **Faculdade Norte Capixaba De São Mateus Curso De Administração.** (2012). Acesso em

ROSA, Rodrigo de Alvarenga. **Gestão de operações e logística I.** Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011. Disponível em: <[http://facisabhead.no-ip.org:8080/jspui/bitstream/123456789/443/1/Gestao\\_de\\_Operacoes\\_e\\_Logistica\\_I.pdf](http://facisabhead.no-ip.org:8080/jspui/bitstream/123456789/443/1/Gestao_de_Operacoes_e_Logistica_I.pdf)>. Acesso em: 03 de abril de 2022

SLACK, N.; et al. **Administração da Produção** (2012). Acesso 03 de abril de 2022

SILVA, Bráulio Wilker. **Gestão De Estoques: Planejamento, Execução E Controle.** Bws Consultoria, 2020. Acesso 03 de abril de 2022

VIANA, João José. **Administração de materiais.** São Paulo: Atlas, 2010 Acesso em: 04 de abril de 2022.

WEBSTER JR., F. E. **Maketing for managers** (1974) Acesso em: 04 de abril de 2022.

## UMA BREVE ANÁLISE DA SONEGAÇÃO FISCAL NO BRASIL ENTRE 2015 E 2020

Rayane Carneiro dos Santos Gouvêa<sup>1</sup>  
Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior<sup>2</sup>

### RESUMO

Em um país como o Brasil em que há um grande índice de cobrança de impostos, a sonegação fiscal se coloca como grande rival. Responsável por desenvolver grandes problemas para a implementação e distribuição de serviços essenciais para a população, e trazendo prejuízo aos cofres públicos. Este trabalho tem como objetivo apresentar um análise de como os elevados tributos influenciaram a elevada sonegação entre 2015 e 2020. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com análise e resultados do conteúdo. O presente trabalho traz a carga tributária comparada ao retorno dos recursos à população, sendo apresentado o índice de comparação entre 30 países no ano de 2015 e a arrecadação com tributos durante alguns anos. Será demonstrado indicadores com uma grandiosa importância para o sistema tributário brasileiro, como o impostômetro e o sonogômetro. A função do impostômetro é divulgar os valores que são arrecadados aos cofres públicos. Já o sonogômetro é divulgado os valores que deveriam ser arrecadados aos cofres públicos, mas não é recebido naquele ano. É importante apresentar soluções ao Congresso Nacional para que a sonegação fiscal seja extinta do sistema tributário brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVES:** Sonegação fiscal; Carga Tributária; Congresso Nacional.

### ABSTRACT

In a country like Brazil where there is a high rate of tax collection, tax evasion is a great rival. Responsible for developing major problems for the implementation and distribution of essential services for the population, and bringing damage to public coffers. This work aims to present an analysis of how high taxes influenced high evasion between 2015 and 2020. It is a bibliographic research with content analysis and results. The present work brings the tax burden compared to the return of resources to the population, presenting the comparison index between 30 countries in the year 2015 and the collection with taxes for some years. Indicators of great importance for the Brazilian tax system will be demonstrated, such as the tax meter and the tax meter. The function of the tax meter is to disclose the values that are collected from the public coffers. The sonogometer, on the other hand, discloses the amounts that should be collected from the public coffers, but it is not received that year. It is important to present solutions to the National Congress to eliminate tax evasion from the Brazilian tax system.

**KEY WORDS:** Tax evasion; Tax burden; National Congress.

---

<sup>1</sup> <sup>1</sup>Graduanda do Curso de Ciências Contábeis, pelo Centro Universitário UNIESP. E-mail: [rayanecdsg@gmail.com](mailto:rayanecdsg@gmail.com).

<sup>2</sup>Professor Orientador, Graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Paraíba, Especialização em Gestão de RH, pela UNINTER. Docente de Economia no Curso de Ciências Contábeis e de Administração no Centro Universitário UNIESP. E-mail: [paulogalvaor@gmail.com](mailto:paulogalvaor@gmail.com).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5294756311248526>

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que as empresas privadas buscam soluções para permanecer em atividade em um país com elevadas cargas tributárias. Um dos métodos utilizados é a sonegação de impostos, que é uma forma de omitir informações sobre os rendimentos ou atividade econômica praticada. Essa prática utilizada vem sendo discutida aos longos dos anos, pois de acordo com CINTRA (2001, p. 1), “sonegar é hoje a característica predominante do sistema tributário brasileiro”.

Diante do contexto, o ato de sonegar pode trazer uma série de consequências para a população, o valor arrecadado é repassado aos Estados, Municípios e Governo Federal, para assim serem investidos em serviços públicos para a população, como a saúde, educação, cultura, lazer, transporte, saneamento básico, entre outros.

De acordo com a Lei 4.729/1965, no seu art. 1º, define sonegação fiscal da seguinte forma:

- I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei;
- II - inserir elementos inexatos ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;
- III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública;
- IV - fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis;
- V - Exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do imposto sobre a renda como incentivo fiscal (Incluído pela Lei nº 5.569, de 1969).

De acordo com o levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), no ano de 2020, cerca de R\$ 2,33 trilhões por ano não são declarados pelas empresas. Para se chegar esse número foram utilizados como base os autos de infração emitidos pelos fiscos federal, estaduais e municipais.

Diante do tema abordado, segue a seguinte problemática: **Como os elevados tributos influenciaram a elevada sonegação fiscal no Brasil no período 2015-2020?**

A justificativa para realizar este artigo é que se mostra interessante e atual, e a importância de ser discutida numa instituição de ensino superior privada, pois a economia brasileira é diretamente afetada e também toda a população, tanto por realizar o pagamento de valores elevados de impostos, ou pela queda da qualidade dos serviços que devem ser prestados a população.

O objetivo principal desse artigo é realizar uma análise de como os elevados tributos influenciaram a elevada sonegação fiscal no Brasil no período 2015-2020. E os objetivos específicos são dois, o primeiro, analisar os tipos de tributos vigentes no Brasil, e o segundo, distinguir a definição de evasão fiscal, elisão fiscal e elusão fiscal.

Esse artigo se inicia com a introdução, seguida do referencial teórico na qual detalha o objetivo principal e os objetivos específicos, a metodologia adotada no artigo, o resultado e a discussão e, por fim, as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 O QUE É SONEGAÇÃO FISCAL?**

De acordo com o cenário que é constantemente visto, de elevadas cobranças de carga tributária, várias empresas privadas buscam formas para tentar se sair dessa situação. Mas também pode acontecer de algumas empresas sonegarem por falta de conhecimento para recolher seus impostos.

O ato de sonegar pode trazer diversos problemas para aquele que faz a sua utilização, prejudica a empresa, as pessoas podem receber um processo criminal e até prejudicar a população de forma indireta, pois esse dinheiro deveria ser destinado aos cofres públicos, para serem investidos em serviços a população.

Os elevados tributos tiveram uma grande influência para que acontecesse uma elevada sonegação entre 2015 e 2020. A falta de uma fiscalização adequada do governo pode ser a explicação para essa elevada sonegação. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que foi realizada em 2015, mostra que a carga tributária foi 32,71% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015, um valor considerado acima da média comparando a outros países. Já no ano de 2020 pode-se analisar que o emergente, continental e populoso Brasil deixou de arrecadar entre R\$ 460 bilhões e R\$ 600 bilhões de impostos.



## 2.2 TRIBUTOS

Os tributos devem ser considerados de grande importância e podem ser definidos como diretos e indiretos.

Existem dois tipos de tributos: eles podem ser diretos, quando os contribuintes arcam com a contribuição (caso do Imposto de Renda), ou indiretos, quando os impostos incidem sobre o preço das mercadorias e dos serviços vendidos. No Brasil, quase todos os produtos e serviços são vendidos com um conjunto de tributos incorporados ao valor (DE PAULA, 2013).

Os tipos de tributos podem ser definidos a partir do art. 145 da Constituição Federal (CF) de 1988:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Segundo PÊGAS (2017, p. 32), “interessante é que pagamos tributos demais e ainda existem certos gastos que realizamos e que não são considerados tributos, apesar de terem o mesmo sentido para nós, contribuintes.”

A existência de tributos possuem um importante papel para sociedade, pois é a partir dele é custeado todos os serviços prestados a população, como a segurança pública, a saúde, a educação, entre outros.

### 2.2.1 Impostos

Os impostos incidem sobre o patrimônio, a renda e o consumo. O fator gerador não está relacionado a uma contraprestação estatal, o imposto não possui vínculo com algo que o governo oferece em troca ([FÁCIL123 Blog, 201-]).

Eles podem ser divididos entre os impostos federais, como por exemplos, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operação Financeira (IOF). Os impostos estaduais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). E os impostos municipais, como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços (ISS).

Como os impostos são tributos cobrados a população de forma obrigatória pelo governo, esse valor é arrecadado para contribuir nos custeios das atividades administrativas do Estado. Sem a cobrança de impostos não seria possível o governo fornecer serviços e benefícios para a população.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o Brasil está entre as 30 nações com as maiores cargas tributárias do mundo. E oferece o menor retorno em serviços públicos de qualidade, como a saúde, educação, segurança, transporte e outros.

O consumidor poderá cobrar do governo a melhor aplicação dos tributos arrecadados, a Lei 12.741/2012 no seu art. 1º garante que:

Emitidos por ocasião da venda ao consumidor de mercadorias e serviços, em todo território nacional, deverá constar, dos documentos fiscais ou equivalentes, a informação do valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais, cuja incidência influi na formação dos respectivos preços de venda.

Os impostos podem ser classificados como diretos e indiretos. Os impostos diretos são destinados a serem taxados diretamente o contribuinte, um exemplo que temos é imposto de renda e riqueza. Os impostos indiretos são repassados ao contribuinte através do valor que é adicionado ao custo do produto, e o resultado dessa ação é observado no preço final do produto. E os impostos indiretos são cobrados em todos os bens que são adquiridos pelo consumidor.

### **2.2.2 Taxas**

As taxas apresentam uma diferença comparada aos impostos, os impostos são calculados a partir de uma porcentagem, e eles variam, de acordo com o pagador. As taxas costumam possuir um valor fixo, independente da renda do contribuinte (DE PAULA, 2013).

De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), art. 77 da Lei 5.172/1966, institui normas gerais e direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios:

As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo único. A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas (Vide Ato Complementar nº 34, de 1967).

De acordo com a lei, devemos ficar atento a base de cálculo das taxas, a mesma não pode possuir igualdade a base de cálculo dos impostos. A base de cálculo das taxas devem ser cobradas de acordo com as atividades que são prestadas pelo Estado.

### 2.2.3 Contribuições

De Paula (2013) concluiu que:

As contribuições têm semelhanças com as taxas e também com os impostos. Assim como as taxas, elas têm uma destinação específica, mas, diferentes destas, o valor a ser cobrado varia de acordo com a renda do contribuinte, aproximando as contribuições dos impostos.

A cobrança das contribuições é importante para que seja possível trazer benefícios a população, para que no futuro seja possível possa se beneficiar dos valores que foram pagos por eles, e assim ver a destinação correta desses valores.

### 2.4 EVASÃO FISCAL

A evasão fiscal é considerada um método de sonegação fiscal ou até fraude, pois utiliza técnicas proibidas por lei para evitar o pagamento de tributos. Esse método é considerado crime, de acordo com a Lei 8.137/1990:

Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 2º Constitui crime da mesma natureza:

I - fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo;

II - deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;

III - exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal;

IV - deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento;

V - utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Há três tipos de evasão fiscal, primeiro, a evasão fiscal tributária, ocorre quando a alíquota de algum tributo é alterada de forma ilegal. Já a evasão fiscal penal é quando algum documento fiscal é adulterado. E também ocorre a evasão fiscal tributária e penal, a ação é vista como uma forma mais grave, é necessário a ação do fisco e poderá sofrer um processo criminal (MUZZI, 2020).

## 2.5 ELISÃO FISCAL

De acordo com o site Contabilizei (2021), a elisão fiscal é definida como um método utilizado para reduzir a carga tributária de uma determinada empresa, ou seja, é possível encontrar oportunidades dentro da legislação para reduzir a alta carga tributária sem burlar as leis. Pode-se considerar que a elisão fiscal é uma forma que está dentro da legalidade de redução de tributos que devem ser pagos por uma empresa. Ela acontece normalmente antes do fator gerador da obrigação tributária.

É de grande importância as empresas possuírem um bom planejamento contábil, a partir disso é possível diminuir as cargas tributárias, de forma legal. E a escolha do regime tributário é importante, pois, é preciso analisar qual oferece mais benefícios para a gestão do negócio.

## 2.6 ELUSÃO FISCAL

Segundo o site Contabilivre (2020), a elusão fiscal é definido como a simulação de um negócio jurídico para dissimular a ocorrência do fato gerador.

Mais conhecido como elisão ineficaz, já que é utilizado brechas na legislação, mas a fiscalização poderá encontrar essa manobra e lançar os tributos que deveria ser isento. Essa prática de elusão fiscal é bastante arriscada, mas perante a lei não seja uma ação ilícita.

De acordo com o art. 116 do Código Tributário Nacional, cita que:

Art. 116. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I – tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II – tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

Eludir significa se esquivar, e para o sistema tributário eludir é se esquivar do pagamentos de elevadas cargas tributárias.

### 3 METODOLOGIA

O método de estudo utilizado deve ser caracterizado como bibliográfico. De acordo com Fachin (2006, p. 119):

A pesquisa bibliográfica é, por excelência, uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultural em todas as formas do saber. Pode-se dizer que é um tipo de pesquisa que ocupa lugar de destaque entre as demais, por constituir-se o primeiro passo na vida do estudante.

Para Gil (2010, p. 29):

Esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica para aprofundar sobre o retorno dos recursos à população sobre a arrecadação das cargas tributárias, utilizando a tabela disponibilizada pelo IBPT do ano de 2015, em comparação entre 30 países, que foram utilizados indicadores como a carga tributária, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (IRBES).

Logo após, será apresentado o impostômetro, que é utilizado para medir os impostos que são pagos pela população. Haverá um levantamento do impostômetro dos anos de 2015 e 2020, sendo feitas algumas observações.

Posteriormente, será apresentado o sonogômetro, é um método utilizado para a contagem de valores que não recebidos pelo governo. Vai ser apresentado o sonogômetro dos anos de 2015 e 2020, sendo feitas algumas observações.

## **4 RESULTADO E DISCUSSÃO**

### **4.1 CARGA TRIBUTÁRIA VERSUS RETORNO DOS RECURSOS À POPULAÇÃO**

Sabemos que a população de um país é obrigada a realizar o pagamento de carga tributária, para que esse valor arrecadado seja investido em serviços que são oferecidos para a população. E o Brasil está entre os 30 países com a maior carga tributária, mas apresenta o pior retorno dos valores que são arrecadados para o bem-estar da sociedade.

De acordo com levantamento realizado pelo IBPT, no ano de 2015, a Irlanda se apresenta em 1º lugar como o país que mais aplica os valores arrecadados, seguida pelos Estados Unidos em 2º lugar, a Suíça em 3º lugar, a Coreia do Sul em 4º lugar e a Austrália em 5º lugar.

O último levantamento que foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), mostra a Irlanda em 5º lugar e agora se mostra na liderança do levantamento, mesmo sem a carga tributária elevada, a Irlanda consegue distribuir serviços de qualidade para a sua população.

O Brasil se destaca por apresentar uma arrecadação alta e por possuir um péssimo retorno dos valores arrecadados, ficando em último colocado, atrás de países como Uruguai (12º) e a Argentina (20º).

Para realizar essa comparação foram utilizados dois parâmetros: a carga tributária que foi arrecadado em relação ao PIB e, que foi obtido junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), referente ao ano de 2015 e também o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o índice final também para o ano de 2015.

O Índice de Desenvolvimento Humano é considerado uma das melhores ferramentas para realizar o acompanhamento do nível de desenvolvimento de um determinado país, nele é reunido todos os principais indicadores sociais e econômicos responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país.

O IDH, ou Índice de Desenvolvimento Humano, é um indicador que foi criado no ano de 1990, pela Organização das Nações Unidas (ONU) que é considerado a expectativa de vida ao nascer, o nível de educação e a renda per capita de uma população. Trata-se de um indicador utilizado para medir o desempenho geral de um país utilizando as situações sociais e econômicas.

Apesar desse indicador apresentar uma grande importância para acompanhar o desenvolvimento dos países, o IDH é considerado um indicador com limitações, pois não inclui todas as informações que são necessárias para chegar a um certo parâmetro.

DESCRIMINAÇÃO RANKING	IRBES - ÍNDICE DE RETORNO AO BEM ESTAR DA SOCIEDADE				
	ANO 2015 C.T. SOBRE O PIB	ANO 2015 IDH	ÍNDICE OBTIDO IRBES	RESULTADO RANKING	RESULTADO RANK. ANTERIOR
30 PAÍSES DE MAIOR TRIBUTAÇÃO					
IRLANDA	23,10%	0,923	166,89	1º	5º
ESTADOS UNIDOS	26,20%	0,920	163,07	2º	3º
SUIÇA	27,70%	0,939	162,96	3º	1º
CORÉIA DO SUL	25,20%	0,901	162,61	4º	2º
AUSTRÁLIA	28,20%	0,939	162,39	5º	4º
JAPÃO	30,70%	0,903	156,45	6º	7º
CANADÁ	32,00%	0,920	156,40	7º	6º
ISRAEL	31,30%	0,899	155,42	8º	9º
REINO UNIDO	32,50%	0,909	154,89	9º	10º
NOVA ZELÂNDIA	33,00%	0,915	154,83	10º	8º
NORUEGA	37,40%	0,949	152,66	11º	16º
URUGUAI	27,00%	0,795	151,53	12º	14º
REPÚBLICA TCHECA	33,30%	0,878	151,34	13º	15º
ESPANHA	33,80%	0,884	151,27	14º	12º
ISLÂNDIA	36,70%	0,921	151,08	15º	21º
ALEMANHA	37,10%	0,926	151,05	16º	11º
ESLOVÁQUIA	32,30%	0,845	149,68	17º	13º



LUXEMBURGO	36,80%	0,898	149,01	18º	19º
ESLOVÊNIA	36,60%	0,890	148,56	19º	18º
ARGENTINA	32,10%	0,827	148,38	20º	17º
GRÉCIA	36,40%	0,866	146,75	21º	20º
DINAMARCA	43,90%	0,925	143,14	22º	24º
BÉLGICA	42,80%	0,896	141,94	23º	22º
ÁUSTRIA	42,70%	0,893	141,80	24º	23º
ITÁLIA	42,30%	0,887	141,75	25º	27º
SUÉCIA	44,01%	0,910	141,74	26º	28º
FRANÇA	43,20%	0,897	141,57	27º	26º
HUNGRIA	39,00%	0,836	141,21	28º	25º
FINLÂNDIA	42,90%	0,895	141,74	29º	21º
<b>BRASIL</b>	<b>33,36%</b>	<b>0,754</b>	<b>140,74</b>	<b>30º</b>	<b>30º</b>

Tabela 1. Índice de retorno de bem-estar da sociedade.

Fonte: OCDE (2015) e ONU (2015).

Na Tabela 1 é possível observar que nas três primeiras colocações está entre dois países da Europa, e um país da América do Norte. A Irlanda (1º) possui o melhor retorno de bem-estar a sociedade entre 30 países. Já o Estados Unidos (2º) apresenta uma carga tributária maior que a Irlanda. A Suíça possui o maior IDH, fazendo uma comparação entre os três primeiros colocados.

A carga tributária que foi demonstrada na tabela é a relação de um valor obtido pela divisão do total geral que foi arrecadado de tributos pelo país nas esferas federal, estadual e municipal em um ano, pelo valor do Produto Interno Bruto (PIB), que é a riqueza que foi gerada durante o mesmo período de mensuração do valor dos tributos arrecadados.

Já o IDH é calculada de forma comparativa pela riqueza, alfabetização, esperança de vida, educação, natalidade, entre outros fatores. Se tornou uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população em geral. O IDH começa do 0, que demonstra nenhum desenvolvimento humano, podendo chegar ao 1, que demonstra o desenvolvimento humano total.

O Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (IRBES) é o resultado da somatória da carga tributária, ponderada pelo percentual da importância deste parâmetro, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ponderado da mesma forma.

## VALORES TOTAIS



Gráfico 1. Arrecadação com tributos.  
Fonte: Receita Federal (2006-2015).

O Gráfico 1 mostra a arrecadação com tributos durante os anos de 2006 a 2015. O ano de 2015 foi ano de crise econômica, a carga tributária teve um aumento. Com esse acontecimento, o total arrecadado consumiu uma maior quantidade do Produto Interno Bruto, que é uma soma de todo que foi produzido no país. Segundo os dados que foram disponibilizados pela Receita Federal, os tributos correspondem a 32,66% do PIB no ano de 2015. Já no ano de 2014, a arrecadação foi de 32,42% do Produto Interno Bruto.

A carga tributária é a junção dos tributos que são cobrados e o Produto Interno Bruto, que significa tudo que é produzido em um país. No Brasil, um dos fatores que acarretou o aumento da carga tributária foi a queda do PIB no ano de acontecimento da crise.

## 4.2 IMPOSTÔMETRO

O indicador conhecido como impostômetro foi uma criação da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que é levado em consideração todos os valores que foram arrecadados pela esfera federal, estadual e municipal. Os tributos considerados são: impostos, taxas e contribuições, também é incluso as multas, juros e correção monetária.

Para o levantamento das arrecadações federais é necessário utilizar os dados da Secretaria da Receita Federal (SRF), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Caixa Econômica Federal (CEF), Tribunal de Contas da União (TCU) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já o levantamento das arrecadações estaduais são utilizados dados do Conselho Nacional de Política

Fazendária (CONFAZ), das Secretarias Estaduais de Fazenda, Tribunais de Contas dos Estados e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. As arrecadações municipais são resultados da análise dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional, dos municípios que divulgam seus números em atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal, dos Tribunais de Contas dos Estados.



Figura 1. Impostômetro.  
Fonte: IBPT (2015).

Na Figura 1 é possível analisar que no ano de 2015 foram pagos pela população quase R\$ 2 trilhões de reais em tributos. Esse valor arrecadado tem destinação para a melhoria de serviços que são disponibilizados a população, custeá-los e até disponibilizar novos serviços.



Figura 2. Impostômetro.  
Fonte: IBPT (2020).

Na Figura 2 podemos observar que em todo o ano de 2020 o impostômetro ultrapassou o valor de R\$ 2 trilhões de reais.

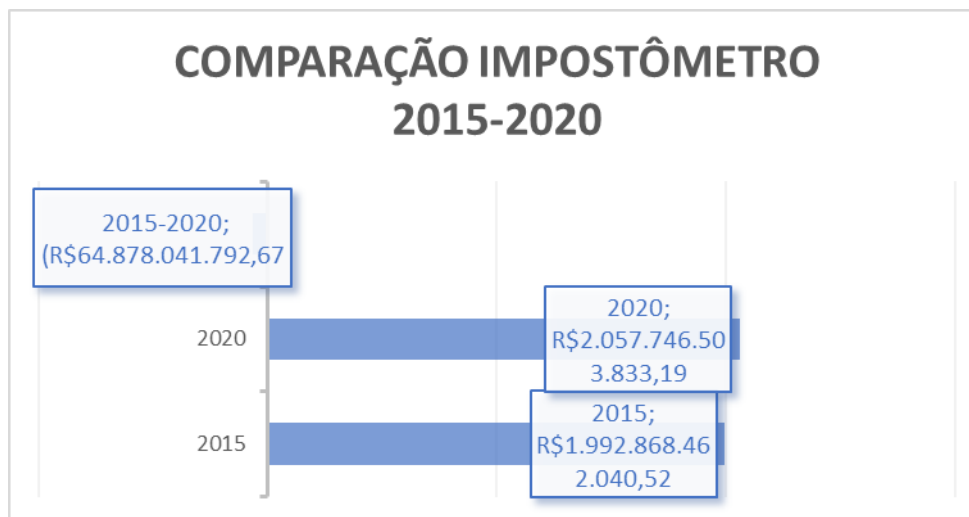


Gráfico 2. Comparação impostômetro dos anos de 2015 e 2020.  
Fonte: A própria autora (2022).

O Gráfico 2 tem a função de fazer uma comparação dos impostos arrecadados entre os anos de 2015 e 2020. Em comparação dos impostômetros de 2015 que chegou a R\$ 1.992.868.462.040,52, e no ano de 2020 chegou a R\$ 2.057.746.503.833,19. A diferença de tributos entre esses anos foram de R\$ 64.878.041.792,67.

O impostômetro é uma ferramenta de grande importância pois, a partir dela é possível a população acompanhar o valor de tributos que foram arrecadados naquele ano, e assim cobrar aos órgãos responsáveis pela destinação correta dos valores. Para que os serviços essenciais sejam prestados da melhor forma possível a população.

#### 4.3 SONEGÔMETRO

O sonogômetro é um indicador que faz parte da Campanha Nacional da Justiça Federal, mais conhecido como “Quanto Custa o Brasil pra Você?” é um programa de responsabilidade social criado no ano de 2019, pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ).

O principal objetivo do sonogômetro é conscientizar a população brasileira sobre os valores que são sonogados, com a necessidade do assunto ser levado ao Congresso Nacional com propostas de reforma tributária, focados na redução da tributação indireta, contemplando a ampliação da base contributiva através do incentivo às atividades produtivas e do fortalecimento ao combate à sonogação fiscal.

De acordo com o SINPROFAZ, quem ganha até 2 salários mínimos paga 49% dos seus rendimentos em tributos, mas quem ganha acima de 30 salários paga 26%. A concentração de renda é tão grande, que o Brasil se concentra entre os doze países mais desiguais do mundo, atrás de Macedônia, Malásia, Camarões, Colômbia, Venezuela, Camboja, entre outros.



Figura 3. Sonegômetro.  
Fonte: SINPROFAZ (2015).

De acordo com o sonegômetro realizado no início do ano de 2015 até outubro do mesmo ano, foram sonegados cerca de R\$ 419 bilhões de reais. Ou seja, todo esse valor é devido, mas não é pago ao governo, trazendo prejuízo aos cofres públicos.



Figura 4. Sonegômetro.  
Fonte: SINPROFAZ (2020).

A Figura 4 divulga o sonegômetro de janeiro de 2020 até fevereiro do mesmo ano, em um pouco mais de um mês é possível observar que a sonegação chegou ao valor de um pouco mais de R\$ 80 milhões de reais. O que chama atenção é o valor elevado para apenas um mês, é necessário a tomada de medidas para que esse valor seja reduzido com o passar dos anos.

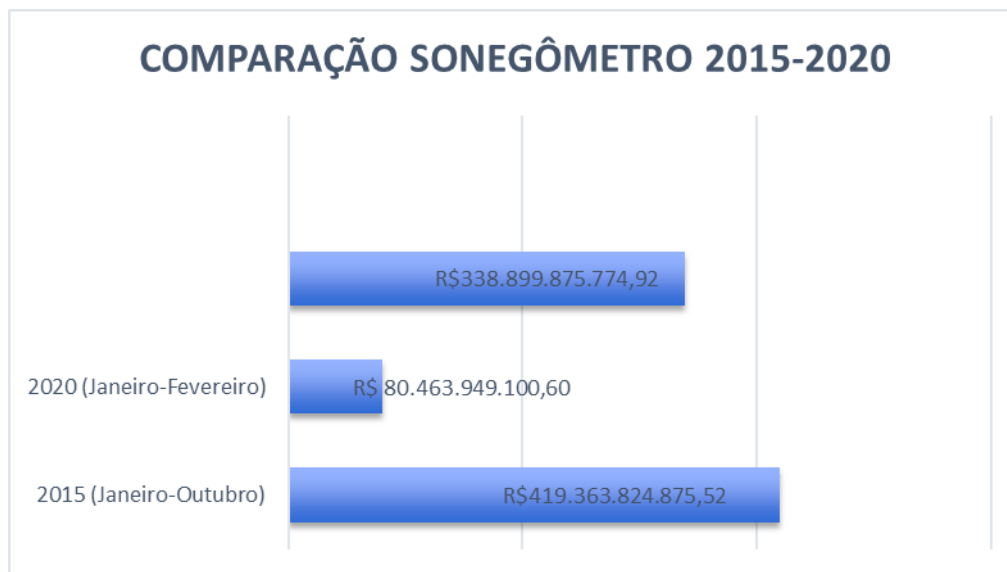


Gráfico 3. Comparação sonegômetro dos anos de 2015 e 2020.  
Fonte: A própria autora (2022).

O Gráfico 3 apresenta as análises do sonegômetro de janeiro a outubro do ano de 2015, e apenas janeiro a fevereiro do ano de 2020. É mostrado a comparação entre esses dois anos, apesar de 2020 ser um curto período de tempo.

A sonegação fiscal é prejudicial não só aos cofres públicos, que não recebe esse valor que é divulgado todo ano. Mas o maior prejudicado é a população, que sofre os danos da sonegação, sem investimentos e manutenção de serviços que são essenciais para a sua sobrevivência. A população luta para que esses impostos que são cobrados sejam pagos, pois, eles sabem quem será o mais prejudicado.

#### 4.4 OPERAÇÃO LAVA JATO

A Operação Lava Jato foi nomeada dessa maneira pois foi utilizada uma rede de combustíveis e lava jato de automóveis para movimentar recursos de forma irregular, que pertenciam a uma das organizações criminosas que estava sendo investigada.

De início foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas que eram comandadas por doleiros, leva este nome quem opera no mercado de câmbio. Logo após, o Ministério Público encontrou diversas provas sobre um esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras.

A Operação Lava Jato teve início no ano de 2014, e foi uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil. Com as investigações foi possível analisar que quatro organizações criminosas tinham a participação de agentes públicos, empresários e doleiros. Estes passaram a serem investigados pela Justiça Federal em Curitiba.

O responsável por conduzir a investigação inicial foi a Polícia Federal, fazendo pedido do monitoramento de conversas dos investigados e realização das buscas, apreensão e prisões. A Polícia também ouviu os investigados, colheu documentos e analisou provas, e realizou os relatórios que foram encaminhados ao Ministério Público Federal.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo realizado teve o objetivo de analisar como os elevados tributos influenciaram a elevada sonegação fiscal no Brasil no período 2015-2020, utilizando-se a pesquisa bibliográfica, onde foi apresentado alguns indicadores que mostraram os elevados impostos que foram arrecadados e a elevada sonegação fiscal nos Brasil, nos anos que foram citados acima.

Após a análise descrita nessa pesquisa, foi visto que o sistema tributário brasileiro ainda é ineficiente, e com o passar dos anos se faz necessário ocorrer mudanças com uma certa agilidade, para que todos os brasileiros sejam cobrados com eficiência e de forma justa.

A sonegação fiscal se caracteriza por ser uma ação que acontece com frequência, essa omissão de informações sobre os rendimentos e a atividade que é praticada nas empresas. De acordo com o autor Marcos Cintra, sonegar é uma prática que está predominante no sistema tributário brasileiro. E essa prática predominante revela uma série de prejuízos não só aos cofres públicos, mas também a população que sofre com a falta de investimento nos serviços essenciais.

A elevada carga tributária tem influência na elevada sonegação fiscal, pois quando há um aumento significativo na cobrança dos tributos, as empresas que são responsáveis pela maior parte da sonegação fiscal buscam formas de burlar o pagamento dos tributos ao sistema tributário.



No ano de 2015 o Brasil passou por uma crise econômica, fazendo com que a carga tributária aumentasse. Por isso, o total arrecadado consumiu um número maior do PIB, que é a soma de tudo que é produzido no país. Já em 2020, segundo o Impostômetro, o valor arrecadado foi bem maior que no ano de 2015.

Foi revelado também que a carga tributária é comparada ao retorno dos recursos à população. O que chama atenção é que o Brasil está na 30ª colocação, com o pior retorno dos recursos e com o IDH alto (de acordo com o PNUD), mas inferior ao comparado a outros países com a carga tributária em relação ao PIB mais baixo, e com um retorno maior dos recursos, como por exemplo a Irlanda, que está na 1ª colocação.

Conclui-se que para reduzir a sonegação é importante o investimento em campanhas de conscientização em combate à sonegação, é extremamente necessário que a fiscalização seja executada de maneira minuciosa e que aconteça um controle dos gastos públicos. Enfim, acredita-se que com essas ações haverá mudanças evidentes.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fernanda. O que é Imposto? Quais São Cobrados? **Serasa Ensina**. Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/ensina/dicas/o-que-e-imposto/>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

BRASIL. **Art. 145 Constituição (1988)**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10672339/artigo-145-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

BRASIL. **Art. 116 Código Tributário Nacional (1966)**. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei5172-1966-codigo-tributario-nacional-ctn.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. **Lei 4.729/1965**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4729.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4729.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRASIL. **Lei 5.172/1966**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10581843/artigo-77-da-lei-n-5172-de-25-de-outubro-de-1966>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

BRASIL. **Lei 8.137/1990**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8137.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8137.htm)>. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. **Lei 12.741/2012**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12741.htm)>. Acesso em: 06 abr. 2022.

BRASIL perdeu ao menos R\$ 460 bi em impostos para a sonegação em 2020. **IG Economia**, 2021. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2021-11-28/brasil-sonegacao-imposto.html>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRANDÃO, Marcelo. Brasil perde R\$ 417 bi por ano com sonegação de impostos, diz estudo. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em:  
<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-12/brasil-perde-r-417-bi-por-ano-com-sonegacao-de-impostos-diz-estudo>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

CASO Lava Jato. **Ministério Público Federal**, [s.d.]. Disponível em:  
<<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

CASTRO, José Roberto. A carga tributária brasileira em 4 gráficos. **Febrafite**, 2016. Disponível em: <<https://www.febrafite.org.br/a-carga-tributaria-brasileira-em-4-graficos/>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

CINTRA, Marcos. A sonegação é o X do problema. **O Globo**, 2001. Disponível em:  
<<https://www.marcoscindra.org/post/2001/05/14/a-sonegacao-e-o-x-do-problema>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CONTABILIZEI BLOG. ELISÃO Fiscal: O que é? Como pagar menos impostos. **Contabilizei.Blog**, 2021. Disponível em:  
<<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/elisao-fiscal-pagar-menos-sonegar-impostos/#:~:text=ganhando%20e%20economizem.-,Diferen%C3%A7a%20entre%20Elis%C3%A3o%2C%20Elus%C3%A3o%20e%20Ev as%C3%A3o%20Fiscal,evitar%20o%20pagamento%20de%20tributos.>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

DANA, Samy. Alta carga tributária brasileira incentiva sonegação de impostos. **G1**, 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/alta-carga-tributaria-brasileira-incentiva-sonegacao-de-impostos.html>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

DE PAULA, Gilles B. Saiba a diferença entre os conceitos de tributos, impostos, taxas e contribuições. **Treasy**, 2003. Disponível em:  
<<https://www.treasy.com.br/blog/tributos-impostos-taxas-e-contribuicoes-saiba-a-diferenca/>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

DE MORAES, Rogério. O que é sonegação de impostos e como isso pode prejudicar as empresas? **Conube**, 2022. Disponível em:  
<<https://conube.com.br/blog/o-que-e-sonegacao-de-impostos/>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**, 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2006. Acesso em: 19 mai. 2022.

FRANCO, Luciana Viana da Silva. **A sonegação fiscal como consequência da alta carga tributária brasileira**. 2013. 51 f. Dissertação (Pós-Graduação em Direito Tributário e Finanças Públicas) – Instituto Brasiliense de Direito Público, Escola de Direito de Brasília. Brasília, 2013. Disponível em:

<[https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/1820/1/Monografia\\_Luciana%20Viana%20da%20Silva%20Franco.pdf](https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/1820/1/Monografia_Luciana%20Viana%20da%20Silva%20Franco.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 5<sup>o</sup> edição. São Paulo: Atlas, 2010. Acesso em: 19 mai. 2022.

IBPT. Brasil perde R\$ 417 bi por ano com sonegação de impostos, diz estudo. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-12/brasil-perde-r-417-bi-por-ano-com-sonegacao-de-impostos-diz-estudo>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

IBPT. Brasil tem alta carga tributária, mas continua oferecendo menor retorno à população. Disponível em: <<https://ibpt.com.br/brasil-tem-alta-carga-tributaria-mas-continua-oferecendo-menor-retorno-a-populacao/>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

IBPT. **Impostômetro**. Disponível em: <<https://impostometro.com.br/home/metodologiaimpostometro>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

IDH: o que é o Índice de Desenvolvimento Humano. **eCycle**, 2021. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/idh/>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

JEHNIFFER, Jaíne. O que é IDH? Critérios, cálculo, importância e limitações. **Investidor Sardinha**, 2021. Disponível em: <<https://investidorsardinha.r7.com/aprender/o-que-e-idh/#:~:text=O%20IDH%20%C3%A9%20um%20indicador,uma%20m%C3%A9dia%20desses%20tr%C3%AAs%20setores.>>. Acesso em: 02 jun. 2022

MUZZI, Adriano Andrade. Evasão Fiscal: o que é e como evitar uma penalidade? **Manucci Advogados**, 2020. Disponível em: <<https://manucciadv.com.br/evasao-fiscal/>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

OLENIKE, João Eloi. DO AMARAL, Gilberto Luiz. DO AMARAL, Letícia Mary Fernandes. **Estudo sobre carga tributária/PIB x IDH**. IBPT, 2018. Acesso em: 22 mai. 2022.

OXFAM BRASIL. VOCÊ sabe como a sonegação de impostos afeta a sociedade? **Oxfam Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/blog/voce-sabe-como-a-sonegacao-de-impostos-afeta-a-sociedade/>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária**, 9<sup>a</sup> edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011890/>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

REUTERS, Thomas. O que é elisão fiscal e como ela pode diminuir a carga tributária da sua empresa? **Thomson Reuters**, 2021. Disponível em:

<<https://www.thomsonreuters.com.br/pt/tax-accounting/onesource-mastersaf/blog/o-que-e-elisao-fiscal-e-como-ela-pode-diminuir-a-carga-tributaria-da-sua-empresa.html>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

RACCOON. Evasão, elusão ou elisão fiscal? Entenda a diferença. **Contabilivre**, 2020. Disponível em: <<https://news.contabilivre.com.br/elisao-fiscal/#:~:text=Elus%C3%A3o%20fiscal%20%C3%A9%20a%20simula%C3%A7%C3%A3o,o%20tributo%20que%20seria%20isento.>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SINPROFAZ. **A campanha: Informe-se, Discuta, Reclame, Participe**. Disponível em: <<http://www.quantocustaobrasil.com.br/saiba-mais-campanha>>. Acesso em 31 mai. 2022.

SPIRANDELLI, Gustavo. A sonegação fiscal e o direito tributário. **DireitoNet**, 2014. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8530/A-sonegacao-fiscal-e-o-direito-tributario>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

TRIBUTOS, impostos, taxas e contribuições: conheça as diferenças. **Fácil 123 Blog**, [s.i.] [201-?]. Disponível em: <<https://facil123.com.br/blog/tributos-impostos-taxas-contribuicoes/#>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

WIKIPÉDIA. **IMPOSTO**. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Wikimedia Foundation**, 2022. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Imposto&oldid=63270446>>. Acesso em: 31 mai. 2022.

## CPC 29: UM ESTUDO NAS DEMONSTRAÇÕES DE EMPRESAS DO SUBSETOR DO AGRONEGÓCIO LISTADAS NA B3 - 2020 A 2021

Maricildes Lopes Costa<sup>1</sup>  
Rafael Batista Pereira de Oliveira<sup>2</sup>

### RESUMO

No Brasil, o agronegócio é um dos principais motores da economia que impulsionam o PIB. Este indicador calculado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), registrou em 2020 o valor de R\$ 7,45, trilhões frente a 2019, o que representa 24,31% do PIB gerado. Toda essa riqueza produzida está mensurada e divulgada pelas empresas em seus relatórios financeiros sob as orientações do normativo contábil CPC 29, que trata de ativo biológico e produtos agrícolas. O objetivo da pesquisa é identificar se os relatórios contábeis das empresas do segmento do agronegócio listadas no mercado de capitais brasileiro divulgam suas informações, de acordo com o CPC 29. A pesquisa é de natureza básica e exploratória, quanto a abordagem do problema, a pesquisa consiste na análise qualitativa, utilizando procedimento de pesquisa bibliográfica e documental. A coleta dos dados foi realizada através das informações extraídas no *website* da B3, em quatro companhias listadas no subsetor agropecuária do segmento agricultura, são elas: SLC AGRICOLA, BRASIL AGRO, RAIZEN e CTC CANAVIEIRA. Referente a aderência dessas empresas ao CPC 29, ainda existe itens a serem cumpridos, porém em comparação a estudos anteriores, pode ser notado que há uma evolução na quantidade e qualidade das informações divulgadas.

**Palavras-chaves:** CPC nº29. Ativos biológicos. Divulgação. B3.

### ABSTRACT

In Brazil, Agribusiness is one of the main drivers of the economy that drive GDP. This indicator calculated by the Center for Advanced Studies in Applied Economics (CEPEA) recorded in 2020 the value of R\$ 7.45, trillions compared to 2019, representing 24.31% of the GDP generated. All this wealth produced is measured and disclosed by companies in their financial reports under the guidelines of the accounting normative. The objective of the research is to identify whether the accounting reports of agribusiness companies listed in the Brazilian capital market disclose their information according to cpc 29. The research is of a basic and exploratory nature, as far as the approach to the problem is addressed, the research consists of qualitative analysis, using a bibliographic and documentary research procedure. Data collection was performed through the information extracted from the B3 website, in four companies listed in the agricultural subsector of the agriculture

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Contábeis na Universidade UNIESP – PB E-mail: mlcosta1712@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Contábeis pelo UNIESP, MBA em Auditoria, Perícia e Arbitragem pela ENP, MBA em Finanças pelo IBMEC (cursando), docente do curso de Ciências Contábeis pelo UNIESP. E-mail: [rafaelbpoliveira@hotmail.com](mailto:rafaelbpoliveira@hotmail.com) Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6902576504682093>

segment, which are: SLC AGRICOLA, BRASIL AGRO, RAIZEN and CTC CANAVIEIRA. Regarding the adherence of these companies to CPC 29, there are still items to be fulfilled, but compared to previous studies, it can be noticed that there is an evolution in the quantity and quality of the information disclosed.

Keywords: CPC 29. Biological assets. Disclosure. B3.

## 1 INTRODUÇÃO

O agronegócio é formado por diversas atividades agrícolas que desempenha papel indispensável para o Brasil e vem ganhando destaque por ter potencial de ampliação de produtividade, produção e mais oportunidade de emprego, fatores importantes na economia do país. Barbosa (2019) afirma que “Além da importância direta na economia, o agro movimenta em média 38% dos empregos do país. Desta forma, é notória a geração de serviço e renda dos familiares”. Por outro lado, o agronegócio brasileiro sofre com os desafios do clima, enfrenta períodos de chuvas e estiagem, pragas e doenças nas plantações.

Segundo Santi (2021), a agricultura é uma atividade dependente de fatores climáticos e a mudança no clima pode afetar a produção agrícola de várias formas. Seja por alterar a frequência de eventos extremos, relacionados com os regimes térmico e hídrico, ou pelo aumento dos problemas causados por pragas e doenças.

No Brasil, o agronegócio se forma entre dois tipos de produtores; os pequenos e médios; são conhecidos como agricultura familiar onde suas culturas são feitas nas próprias terras e os latifúndios, em terras extensas direcionadas a monocultura de *commodities*, produtos com aceitação pelo mercado internacional como o milho a soja e o algodão.

Os produtos mais dinâmicos do agronegócio brasileiro deverão ser carne suína, soja em grão, algodão em pluma, celulose, milho, carne de frango e açúcar. Entre as frutas os destaques são para a manga, melão e maçã. O mercado interno e a demanda internacional serão os principais fatores de crescimento para a maior parte desses produtos. São os que indicam também o maior potencial de crescimento da produção nos próximos dez anos (MAPA, 2020, p.85).

No Nordeste brasileiro, a cana-de-açúcar é o principal produto agrícola e a criação de gado na pecuária, juntos formam os principais produtos do agronegócio



da região. Também temos plantio de soja e algodão para consumo interno e exportação. De acordo com Dumont (2021), agricultura e pecuária trazem bastante força econômica. A cana-de-açúcar ainda é o produto mais importante, principalmente para Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

De acordo com resultados divulgados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2021), o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, calculado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo ESALQ/USP, em parceria com CNA, cresceu novamente no último mês de 2020 (2,06%). Deste modo, o PIB do setor avançou 24,31% em 2020, frente a 2019, e alcançou participação de 26,6% no PIB brasileiro (participação que era de 20,5% em 2019). Em valores monetários, o PIB do País totalizou R\$ 7,45 trilhões em 2020, e o PIB do agronegócio chegou a quase R\$ 2 trilhões. Esse mercado se tornou atrativo aos olhos dos investidores que procuram empresas rentáveis no setor. Nesse sentido a contabilidade se apresenta como a principal fonte de informações econômica e financeira.

Sob essa ótica, em 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis anunciou o pronunciamento contábil – CPC n<sup>o</sup> 29, convergência do *International Accounting Standard* 41, com objetivo de definir o tratamento contábil e como proceder com o registro e apuração de valores de ativos biológicos e produtos agrícolas. A Norma define que os produtos gerados pelo ativo biológico são considerados produtos agrícolas, ou seja, os produtos colhidos do ativo biológico ou o próprio ativo quando tem sua vida cessada. (CPC n<sup>o</sup> 29, item 5c), e com intuito de regulamentar esse mercado, em 2010, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), determinou que as companhias de capital aberto, obrigatoriamente devem registrar seus ativos biológicos pelo valor justo e reconhecer os impactos das variações dos preços de mercado desses ativos nas devidas demonstrações financeiras.

O pronunciamento contábil orienta ainda sobre obrigatoriamente de divulgar o ganho ou a perda do período corrente em relação ao valor inicial do ativo biológico e do produto agrícola como também os decorrentes da mudança no valor justo subtraindo as despesas com a venda do ativo e para os ativos biológicos cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável, antes a sua mensuração é feita ao custo subtraindo qualquer depreciação e perda por irreversibilidade acumulada.



Mensurar ativo biológico é, no entanto, de grande valia, pois assim, além da empresa cumprir com as normas contábeis internacionais e ao CPC 29 a mesma ao atender tais exigências terá informações precisas para auxiliar na tomada de decisões. Segundo Edilson et al. (2011), a adoção do CPC nº 29, trouxe mudanças de procedimentos para várias empresas, que até então registravam os custos de seus ativos biológicos pelo custo de formação.

Portanto, as informações sobre o tratamento contábil e financeiro divulgado pelas companhias são relevantes, pois são elas que auxiliam os usuários da informação no entendimento da situação financeira da entidade. Dessa forma, para atender os interesses dos usuários em geral, uma vez que estes precisam tomar decisões econômicas sobre as informações reportadas pela contabilidade, tais informações fornecidas devem ser relevantes e representar fidedignamente os ativos e passivos.

Dentro desse contexto surge o questionamento: **os relatórios contábeis das empresas do segmento do agronegócio listadas no mercado de capitais brasileiro divulgam suas informações de acordo com o CPC 29?**

O presente artigo tem como objetivo geral: identificar se os relatórios contábeis das empresas do segmento do agronegócio listadas no mercado de capitais brasileiro divulgam suas informações de acordo com o CPC 29. Tem como objetivos específicos: Apresentar por meio da pesquisa a importância e representatividade que o setor do agronegócio tem para o Brasil; demonstrar como é feito o tratamento contábil a luz do CPC nº 29 dos ativos biológicos; apresentar as respectivas divulgações das informações contábeis para ativos biológicos conforme itens 39-57 do CPC; e, comparar qualitativamente as informações divulgadas das empresas listadas na B3, se elas atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração dos seus ativos biológicos entre o período de 2020 e 2021.

Este artigo é composto por: Introdução; base teórica; metodologia; análises documentais e considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO**

### **2.1 POTENCIAL ECONOMICO DO AGRO NO BRASIL**

No Brasil, ao longo da história, o setor da agricultura passou por vários ciclos e transformações, com início na economia canavieira, ou seja, na produção de cana-de-açúcar durante o período colonial a atual transformação e expansão do café e da soja (PENA, 2021).

A economia do Brasil depende em parte dos produtos agrícolas que aqui são produzidos, e a sua importância é mensurada pelo Produto Interno Bruto (PIB). Pela representatividade significativa para a economia do país, assim, o agronegócio pode ser visto como uma cadeia produtiva pecuária e agrícola que hoje é um dos principais motores do desenvolvimento no país, representando sozinho 30% do PIB até o primeiro trimestre de 2021, (GONSALVES ,2021).

Conforme o CEPEA (2021) entre janeiro e abril de 2021, o volume de produtos exportados pelo agronegócio brasileiro cresceu 6% frente ao mesmo período de 2020. O faturamento externo em dólar superou os US\$ 36 bilhões, alta de 16% na mesma comparação, tendo em vista que este foi favorecido pela apreciação de quase 10% dos preços médios em dólar. Como consequência, a importância do setor nas exportações totais do País ficou em 51% no quadrimestre terminado em abril. Nesse período, a alta dos preços em dólar mais que compensou a valorização de 5% do Real, e a atratividade das vendas do setor externo avançou quase 4%. Com isso, a receita em reais aumentou quase 10%, na mesma comparação.

	dez/21 x nov/21	dez/21 x dez/20	jan-dez/21 x jan-dez/20
Volume	18,00%	9,50%	-8,00%
Preço em Dólar	-2,30%	39,10%	27,00%
Faturamento em dólar	15,30%	52,40%	16,70%
Câmbio Real	0,40%	-6,70%	-17,80%
Preço real (em Reais)	-1,90%	29,80%	4,30%
Faturamento real (em reais)	15,80%	42,20%	-4,10%

Tabela 1: Desempenho das exportações do agronegócio - em (%)  
Fonte: (CEPEA, 2021)

Os dados acima expressam notadamente o cenário do atual agronegócio no qual está fortemente favorável e com grandes possibilidades de se potencializar ao decorrer do tempo, isso pode ser justificado pelo fato do setor ser tradicionalmente persistente na economia Nacional.

[...] os últimos 12 meses, de maio de 2020 a abril de 2021, contra os 12 meses anteriores, o volume exportado pelo agronegócio brasileiro registrou alta de quase 10%, enquanto os preços médios em dólares caíram aproximadamente 1%. Nesse período, a taxa de câmbio efetiva real do agronegócio acumula desvalorização de 10%. A leve queda dos preços associada à desvalorização da moeda nacional nesse período resultou em aumento de 7,5% da atratividade das vendas externas do setor (CEPEA 2021 p. 3).

Ainda de acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, o desempenho do agronegócio no comércio exterior em 2021 foi aceitável, prestando seu já esperado papel de destaque no mercado e como resultado um significativo motivador de divisas para o Brasil – com superávit setorial de 105 bilhões de dólares. Em relação a 2020, o faturamento das exportações cresceu 18%. O preço médio em dólar expôs alta de 27%, razoável para corrigir com saldo a queda de 8% no volume exportado.

### 2.1.1 Principais Setores Exportadores do Agronegócio

No Brasil o agronegócio se destaca entre as empresas exportadoras no ramo, soja, proteínas animal, produtos florestais, sucroalcooleiro e café. Essas empresas são consideradas companhia com faturamento no país de pelo menos R\$ 1 bilhão, conforme dados coletados pela da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

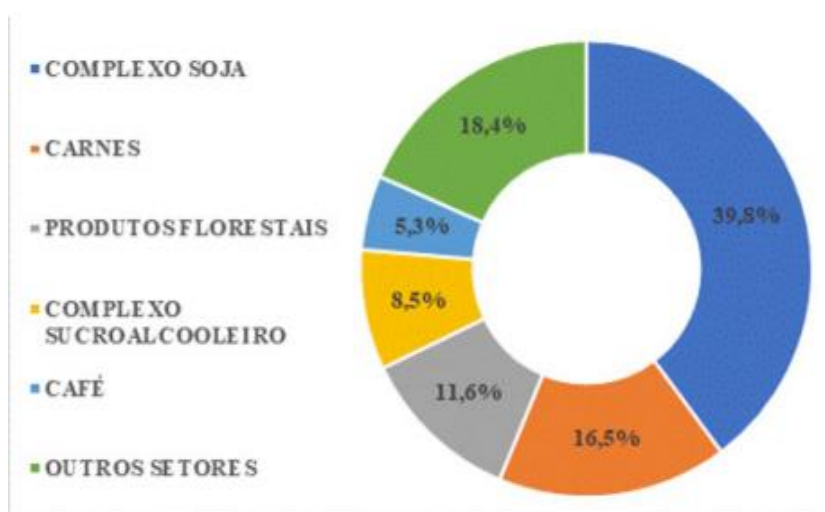


Figura 01: Setores exportadores do agronegócio brasileiro  
Fonte: (CEPEA, ESALQ/USP, 2021)

**Gráfico 1** - Principais setores exportadores do agronegócio brasileiro em 2021, de acordo com participação no faturamento em dólar.

O gráfico 1 mostra que o carro chefe das exportações em 2021 continuou sendo a soja e seus derivados, com 39,8% do faturamento exportador do agronegócio. Em segundo e terceiro lugares apareceram carnes e produtos florestais, com 16,5% e 11,6%. O complexo sucroalcooleiro e o café vêm em seguida, com 8,5% e 5,3%.

### 2.1.2 Investimento no Agronegócio

Em abril de 2020 foi sancionada a Lei nº. 13.986 (a “Lei nº 13.986/2020”), resultado da sanção da Medida Provisória nº. 897, de 1 de outubro de 2019 (a “MP do Agro”), trouxe diversas inovações às leis aplicáveis ao financiamento do agronegócio.

Conforme dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2021, o país investiu o volume financeiro recorde de R\$ 236,3 bilhões para financiar a safra 2020/21. O montante é 6,1% (ou R\$ 13,5 bilhões) maior que o destinado no ciclo anterior (2019/20) e contempla todas as áreas de investimento, custeio e seguro rural. Cerca de 75% dos recursos, R\$ 179,4 bilhões foram destinados a programas de custeio e comercialização o restante, R\$ 56,9 bilhões, aos produtores por meio de programas de investimento. Para os grandes produtores e para cooperativas o montante será de R\$ 170,1 bilhões, com juros de 6% a.a. A expectativa do MAPA é de que o Brasil produza 250,5 milhões de toneladas no ciclo 2020/21.

Ainda de acordo com o MAPA (2021), foi investido R\$ 9 bilhões, com juros de 7,5% a.a. com programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras e R\$ 2,2 bilhões para investir na implantação de silos e complexos de armazenagem, com taxa de juros de 5% a.a.

Para o financiamento e estímulo de práticas sustentáveis, o destaque é o Programa para Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), que terá R\$ 2,5 bilhões em recursos, com taxa de juros de 6% a.a.

De acordo com MAPA (2022), para a safra 2021/22 foram disponibilizados R\$ 251,2 bilhões para o crédito rural. Este valor, 6,3% superior ao da safra anterior,

reflete os custos de produção e a demanda estimada de recursos para o financiamento da safra, para a realização de novos investimentos e para a comercialização e o processamento da produção. Desse montante, R\$ 177,8 bilhões serão destinados aos financiamentos de custeio, comercialização e industrialização e para os financiamentos de investimento foram disponibilizados R\$ 73,4 bilhões, um aumento de 29% que objetiva atender à crescente demanda do setor produtivo.

Um ponto importante da Inovação, contida na Lei nº. 13.986, em seu Capítulo V, do Art. 41, é a ampliação da possibilidade de equalização de encargos financeiros para todas as instituições financeiras que operam no crédito rural. Antes, somente os bancos públicos federais, os bancos cooperativos e as cooperativas de crédito possuíam essa prerrogativa MAPA (2020).

O MAPA (2021) divulgou por meio do Plano Safra 2020/2021 a diversificação das fontes de financiamento, os recursos provenientes da emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA's) para a safra 2020/21 foram ampliados em R\$ 7,7 bilhões, se situando em R\$ 62,7 bilhões, e poderão ser destinados à aquisição de Cédulas de Produto Rural (CPR), de Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), de Certificados de Depósito Agropecuário (CDA) e de Warrant Agropecuário (WA), além de quotas de fundos garantidores de operações de crédito com produtores rurais.

[...] provenientes dos depósitos à vista e obrigatoriamente aplicados no crédito rural, entrou em vigência a redução, de 27,5% para 25%, da correspondente exigibilidade. Entretanto, a ampliação dos depósitos à vista nos bancos comerciais, decorrente do auxílio emergencial do Governo, relacionado à crise da pandemia, resultou em aumento no volume desses recursos e no dos recursos provenientes da Poupança Rural, cujo percentual de exigibilidade de aplicação em operações de crédito rural permaneceu em 59%. Uma outra fonte de recursos, obrigatoriamente destinados para o crédito rural, são as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), no equivalente a 32% do valor de suas emissões, resultando no aporte estimado de R\$ 45,6 bilhões para safra atual, Plano Safra 2021/222 (MAPA, 2022, p.10).

## 2.2 NORMAS DE CONTABILIDADE

A contabilidade no Brasil é disciplinada pela Lei nº 6.404/1976, denominada Lei das Sociedades por Ações, esta lei trata de normas técnicas de contabilidade que deu início a uma nova fase da história da contabilidade nacional e no mesmo

ano de sua publicação, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que está regulamentada pela Lei nº 6.385/1976 e dispõe sobre o mercado de valores mobiliários. Diante disso, pode-se destacar também que a lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001 no seu Art. 1º, altera e acrescenta dispositivos na lei nº 6.404 e na Lei nº 6.385, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Se faz necessário destacar que em 2007, se iniciou o processo de convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais IFRS, do IASB, ocorrido com o advento da Lei nº 11.638/2007, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/1976, e da Lei nº 6.385/1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

Art. 177 (...) § 4º As demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados. § 5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007).

As companhias abertas citadas no Art. 177, são aquelas que negociam seus títulos no mercado de valores mobiliários e estão incluídos Bolsa de valores e o mercado de balcão.

Art. 177 (...) § 3º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão obrigatoriamente submetidas a auditoria por auditores independentes nela registrados. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.941, de 05/2009).

As demonstrações financeiras, conforme observa a Lei, devem ser auditadas por auditores independentes, registrados na CVM, sem vínculo com a empresa a ser auditada, devem agir em conformidade com o que diz as normas aplicadas a auditoria independente.

As Normas Internacionais de Contabilidade são regras, fundamentos e princípios que unificam os padrões contábeis. Elas são compostas de princípios que definem os critérios de contabilização. Existem diferentes pronunciamentos que vão definir os critérios para cada conta, desta forma, contadores de todo o mundo realizarão lançamentos e registros de modo igual (JUNIOR, 2018). Ainda de acordo

com autor, adotar os princípios internacionais já não é uma tendência contábil, mas um recurso que garante a sobrevivência da empresa no mercado.

De acordo com Junior (2018), no Brasil, a regulamentação contábil é realizada através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), responsável por emitir pronunciamentos chamados de Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), que trazem orientações e interpretações sobre o tema. A harmonização da contabilidade internacional ocorre pela emissão dos pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

Entre os vários pronunciamentos técnicos emitidos, existe o CPC nº 29 para Ativo Biológico e Produto Agrícola, convergente com a norma IAS nº 41- *Agriculture*, que determina a convenção contábil e as suas divulgações relacionadas aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas.

O *International Accounting Standard Board (IASB)* é um órgão independente formado em 1973 e reestruturado em 2001, com objetivo de promover a convergência das práticas contábeis adotadas por empresas e outras organizações na preparação de demonstrações financeiras no âmbito mundial. O alcance de seu objetivo tem sido buscado pela coordenação de trabalhos de proposição, discussão e aprovação de normas contábeis internacionais, anteriormente publicados como *International Accounting Standard (IAS)* e a partir de 2003 como *International Accounting Standard Board (IASB)*.

### 2.3 CPC 29 – ATIVO BIOLÓGICO E PRODUTO AGRÍCOLA

NBC TG 29 (R2) tem como objetivo; estabelecer o tratamento contábil, e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas. Deve ser aplicada a ativos biológicos, exceto plantas portadoras, produção agrícola no ponto de colheita e subvenções governamentais quando prevista na Norma as demais utiliza-se a NBC TG 07 (R2).

De acordo com o Pronunciamento Contábil 29 no item 5, atividade agrícola (capacidade de mudança, gerenciamento da mudança, mensuração da mudança) é o gerenciamento da transformação biológica (crescimento; degeneração; procriação; produção de produtos agrícolas), da colheita de ativos biológicos adicionais, pela entidade. Para o mesmo CPC a produção agrícola é o produto colhido do ativo biológico da entidade, o ativo biológico é um animal ou planta, vivos.



Para Marion (2012,), a contabilidade de ativos biológicos abrange tudo aquilo que nasce, cresce e morre, desde as culturas temporárias e permanentes até os animais, rebanhos de produção e corte.

Os ativos biológicos passam por processos de transformações durante o seu crescimento, degeneração, produção e apropriação, causando ao ativo biológico mudanças qualitativas e quantitativas. Ainda o item 45 do CPC 29, conceitua que ativos biológicos podem ser classificados como imaturos ou maduros. Para a atividade pecuária, o ativo biológico imaturo é aquele que não está em condições ideal, ou seja, com o peso para o abate e maduro quando atende a condição, peso e idade. O quadro abaixo destaca exemplos de ativos biológicos, produto agrícola e produtos resultantes do processamento depois da colheita.

<b>Ativos biológicos</b>	<b>Produto agrícola</b>	<b>Produtos resultantes do processamento após a colheita</b>
Carneiro	Lã	Fio, tapete
Plantação de árvore para madeira	Árvore cortada	Tora, madeira serrada
Gado leiteiro	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha, presunto
Plantação de algodão	Algodão	Fio de algodão, roupa
Cana – de açúcar	Cana colhida	Açúcar, álcool
Plantação de café	Café	Café limpo em grão, moído, torrado
Plantação de fumo	Folha colhida	Fumo curado
Arbusto de chá	Folha colhida	Chá
Videira	Uva colhida	Vinho
Árvore frutífera	Fruto colhido	Fruto processado
Palmeira de dendê	Fruta colhida	Óleo de palma
Seringueira	Látex colhido	Produto da borracha

Quadro 1:ativos biológicos, produto agrícola e produtos resultantes do processamento depois da colheita

Fonte: (CPC 29, 2009)

A última coluna da tabela acima, mostra os produtos resultante do processamento depois da colheita. Para o CPC 29, esses produtos são reconhecidos como estoque e nessa condição aplica-se o CPC nº 16. Na segunda coluna estão destacados os produtos agrícolas, colhido do ativo biológico e na primeira coluna estão os ativos biológicos, objeto de estudo desse artigo.

Ainda de acordo com o CPC 29 (2009, p. 3), item 5, define planta portadora como uma planta viva cultivada para produzir ou fornecer o produto agrícola por mais de um período e com baixa probabilidade de ser vendida como produto agrícola, podendo ser vendida como sucata quando cessar seu ciclo de produção,

sendo os produtos em desenvolvimento de planta portadora, ativo biológico. Para planta portadora é estabelecido o tratamento contábil para ativos imobilizados, CPC 27 (2009).

As plantas que não são portadora item 5(A), são aquelas cultivadas para serem colhidas como produtos agrícolas (uso como madeira), ou para a produção de produtos agrícolas quando há a possibilidade maior do que remota de que a entidade vá colher e vender a planta como produto agrícola; árvores que são cultivadas por seus frutos e sua madeira e as “culturas anuais como milho e trigo (inclusão pela Rev. 08)”.

## 2.4 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Para o CPC 29, item 10, o reconhecimento do ativo biológico ou produto agrícola ocorre somente quando: for controlado pela entidade como resultado e eventos passados, quando provável que o ativo trará benefícios econômicos para a entidade e o seu valor justo ou o custo puder ser mensurado de modo confiável.

A princípio é importante esclarecer que, de acordo com o CPC 29, o ativo biológico, em regra, deve ser avaliado pelo seu valor de mercado ativo, ou seja, valor justo, menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto quando o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável, devendo ser mensurado pelo custo, menos qualquer depreciação e perda por irreversibilidade acumuladas. Somente quando o valor do ativo não estiver cotado no mercado e não havendo alternativas que possibilitem a avaliação desse ativo pelo valor justo de forma confiável.

Para tanto o reconhecimento do ativo biológico pelo custo, conforme orienta o CPC, somente deverá ser aplicado em sua mensuração inicial. Mas, se inicialmente a entidade reconhecer o valor do ativo pelo preço de mercado sua mensuração deverá ser mantida pelo valor justo até que ocorra a venda desse ativo.

Mensuração do Valor Justo, conforme NBC TG 46 (R2), a entidade pode realizar agrupamento de ativos ou produto agrícola com as mesmas características, a entidade pode usar informações de ativos combinados para mensurar o valor justo de ativos biológicos.

Ganho ou perda proveniente da mudança no valor justo menos as despesas de venda para ativo biológico reconhecido no momento inicial até o final do período, deve ser incluído no resultado do exercício em que tiver origem CPC nº 29 (item 26).

Ganho ou perda proveniente da mudança no valor justo menos as despesas de venda para produto agrícola, o reconhecimento inicial deve ser incluído no resultado do exercício do período em que ocorrer CPC nº 29 (item 28). Ganho ou perda pode ter origem no reconhecimento inicial do período como resultado da colheita.

Segundo o CPC 29 (p. 02, 2009), no item 3, descreve que deve ser aplicado:

[...] para produção agrícola, assim considerada aquela obtida no momento e no ponto de colheita dos produtos advindos dos ativos biológicos da entidade. Após esse momento, o CPC 16- Estoques, ou outro Pronunciamento Técnico mais adequado, deve ser aplicado.

Portanto, conforme citado no item acima, o CPC não se aplica ao processamento dos produtos agrícolas após sua colheita.

De acordo com os itens 34 e 35 do CPC nº 29, subvenção governamental relacionado ao ativo biológico mensurado a valor justo menos despesas de vendas quando incondicional o reconhecida no resultado do período quando, e somente quando, se tornar recebível, quando condicional, reconhecida no resultado quando, e somente quando, a condição for atendida. Ativo biológico mensurado ao custo menos depreciação e perdas por irre recuperável, aplica -se NBC TG 07 (R2).

#### **2.4.1 Divulgação**

A entidade deve divulgar o tratamento contábil conforme CPC nº 29 (2009), itens 40 – 42; o ganho ou a perda do período corrente em relação ao valor inicial do ativo biológico e do produto agrícola e, também, os decorrentes da mudança no valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos. A companhia deve fornecer uma descrição de cada grupo de ativos biológicos, podendo ter a forma dissertativa ou quantitativa e natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos, mensurações ou estimativas relativas à quantidade físicas.

A entidade é encorajada a fornecer uma descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de

produção ou entre maduros e imaturos, conforme apropriado. Por exemplo, a entidade pode divulgar o total de ativos biológicos passíveis de serem consumidos e aqueles disponíveis para produção por grupos. A entidade pode, além disso, dividir aquele total entre ativos maduros e imaturos. Essas distinções podem ser úteis na determinação da influência do tempo no fluxo de caixa futuro. A entidade deve divulgar a base para realizar tais distinções (CPC nº 29, 2009, pag.09).

O Pronunciamento Técnico Contábil CPC 29, item 44, descreve ativos biológicos consumíveis como aqueles passíveis de serem colhidos como produto agrícola ou vendidos como ativos biológicos, exemplo desses ativos são: rebanhos de animais mantidos para a produção de carne, rebanhos mantidos para a venda, plantações de milho e trigo, produto de planta portadora e árvores para produção de madeira, logo, os ativos biológicos para produção são outros tipos como: rebanhos de animais para produção de leite; árvores frutíferas, das quais é colhido o fruto. O item 45, classifica ativos biológicos como maduros ou imaturos. Os maduros são aqueles que alcançaram a condição para serem colhidos (ativos biológicos consumíveis) ou estão aptos para sustentar colheitas regulares (ativos biológicos de produção).

Nas demonstrações contábeis, quando não feito de outra forma, devem divulgar, a natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos; e mensurações ou estimativas não financeiras de quantidade físicas, de cada grupo de ativos biológicos no final do período; e da produção agrícola durante o período CPC nº 29. item 46.

A entidade deve divulgar segundo o CPC nº 29, no item 49, a existência e o total de ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita, e o montante deles dado como garantia de exigibilidades; o montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos; e as estratégias de administração de riscos financeiros relacionadas com a atividade agrícola.

CPC nº 29 descreve que: A entidade deve apresentar a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente. A conciliação inclui:

Ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo menos a despesa de venda; aumentos devido às compras; reduções atribuíveis às vendas e aos ativos biológicos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos mantidos para

essa finalidade, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada; reduções devidas às colheitas; aumento resultante de combinação de negócios; diferenças cambiais líquidas decorrentes de conversão das demonstrações contábeis para outra moeda de apresentação e, também, de conversão de operações em moeda estrangeira para a moeda de apresentação das demonstrações da entidade; e outras mudanças CPC nº 29 (2009, p.10).

CPC nº 29 (2009, p.10) afirma que “O valor justo, menos a despesa de venda de um ativo biológico pode se alterar devido a mudanças físicas e de preços no mercado. Divulgações separadas são úteis para avaliar o desempenho do período corrente e para projeções futuras[...]”

Pronunciamento Técnico CPC nº 29, considera que, “[...] Cada uma dessas mudanças físicas tem relação direta com os benefícios econômicos futuros [...]”. A atividade agrícola é, frequentemente, exposta aos riscos climáticos, de doenças e outros riscos naturais. Se um evento ocorre e dá origem a um item material de receita ou despesa, a natureza e o total devem ser divulgados (CPC nº 29, 2009, p.10).

Quando o ativo biológico cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável, a divulgação adicional deve ser aplicada conforme o item descreve os itens, 54, ao 57 do CPC nº 29 (2009).

Se a entidade mensura ativos biológicos pelo custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumuladas (ver item 30), no final do período deve divulgar: uma descrição dos ativos biológicos; uma explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável; se possível, uma faixa de estimativas dentro da qual existe alta probabilidade de se encontrar o valor justo; o método de depreciação utilizado; a vida útil ou a taxa de depreciação utilizada; e o total bruto e a depreciação acumulada (adicionada da perda por irrecoverabilidade acumulada) no início e no final do período (CPC nº 29 2009, p.11).

CPC nº 29 (2009, p.11) a entidade “[...] deve divulgar qualquer ganho ou perda reconhecido sobre a venda de tais ativos biológicos, e a conciliação requerida pelo item 50 deve evidenciar o total relacionado com tais ativos, separadamente[...]”. Em seguida “A conciliação deve conter valores adicionados no resultado e resultantes daqueles ativos biológicos como as perdas irrecoveráveis; reversão de perdas no valor recuperável; e depreciação”.

Quando o ativo biológico se tornar mensurável de forma confiável durante o período corrente, a entidade deve divulgar uma descrição dos ativos biológicos e explicação da razão pela qual a mensuração do valor justo se tornou mensurável de forma confiável; e o efeito da mudança (subvenção governamental), (CPC nº 29 2009, p.11).

A entidade de fazer as seguintes divulgações segundo o Pronunciamento Técnico CPC nº 29, no item 57, a natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis; condições não atendidas e outras contingências associadas com a subvenção governamental; e reduções significativas esperadas no nível de subvenções governamentais.

De acordo com CPC nº 29 (2009, p.11) no período em que são aplicadas, pela primeira vez, as alterações pertinentes a plantas portadoras, a entidade não precisa divulgar as informações quantitativas exigidas pelo item 28(f) do CPC 23 para o período atual. No entanto, a entidade deve apresentar as informações quantitativas exigidas pelo item 28(f) do CPC 23 para cada período anterior apresentado. (Incluído pela Revisão CPC 08).

### **3 METODOLOGIA**

Para Barros e Lehfeld (2003, p. 30) a pesquisa científica “é a exploração, é a inquirição e é o procedimento sistemático e intensivo que têm por objetivo descobrir, explicar e compreender os fatos que estão inseridos ou que compõem uma determinada realidade”.

De acordo com Ponte, Oliveira e Barbosa (2006), a pesquisa científica desenvolve-se mediante utilização dos conhecimentos disponíveis, métodos, técnicas e outros procedimento científicos, que inicia na introdução, com uma adequada formulação do problema até a adequada apresentação dos resultados, transcorre pelo desenvolvimento da metodologia científica e a revisão pautada na literatura do assunto da pesquisa.

Para Fonseca (2002), metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Ou seja, a metodologia mostra o caminho e os instrumentos a serem utilizados para a pesquisa científica ser realizada. É importante destacar que metodologia é diferente de método, porém os dois são inseparáveis “devendo ser

tratados de maneira integrada e apropriada quando se escolhe um tema, um objeto, ou um problema de investigação” (MINAYO, 2007, p. 44).

A natureza da pesquisa é básica, caracterizada como descritiva, que de acordo com estudos realizados por Andrade (2002), é aquela que se preocupa em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, de modo que os fatos não sejam manipulados pelo pesquisador. Exploratória, segundo Gil (2017), as pesquisas exploratórias mais comuns são os levantamentos bibliográficos, porém, em algum momento, a maioria das pesquisas científicas passam por uma etapa exploratória, visto que o pesquisador busca familiarizar-se com o fenômeno que pretende estudar.

A pesquisa exploratória consiste em levantar hipóteses sobre o tema ou fenômeno estudado para que outras pesquisas as testem e validem. De acordo com Gil (2017), as pesquisas exploratórias tendem a ser mais flexíveis em seu planejamento, pois pretendem observar e compreender os mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado pelo pesquisador.

Quanto a abordagem do problema, a pesquisa consiste em uma análise qualitativa, utilizando procedimento de pesquisa bibliográfico e documental (a partir de dados secundários), que para Martins e Theóphilo (2009), a pesquisa bibliográfica é o tipo de pesquisa que busca explicar e discutir um assunto, tema ou problema baseado em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, a fim de fornecer uma fundamentação teórica para a pesquisa.

A coleta de dados foi realizada através das informações extraídas no *website* da B3, mesclada em quatro companhias pertencentes ao ramo da agricultura, certificando a consistência na divulgada análise, sendo elas nominadas: SLC AGRICOLA, BRASIL AGRO, RAIZEN e CTC CANAVIEIRA. Cabe informar que foram utilizados os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE's) e as notas explicativas das referidas entidades no exercício dos anos de 2020 e 2021, autenticando e apresentando as informações contábeis, como tais se apresentam quanto a divulgação de suas demonstrações, bem como a sua conformidade com as disposições legais citadas pelo CPC 29 em frente a qualidade da evidenciação pelo seu valor justo.

As quatro Companhias verificadas estão listadas na Bolsa Balcão, B3, no setor de consumo não cíclico do subsetor agropecuária, seguimento agricultura. São



Empresas que tem como atividade principal, ativos biológicos e produtos agrícolas, são elas: SLC Agrícola é uma das maiores produtoras de soja, milho e algodão do Brasil, desenvolve também a produção bovina. A Brasil Agro é uma das maiores empresas brasileiras em quantidade de terras agricultáveis, tem com foco a aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária. A Raizen é uma empresa de referência global em bioenergia a partir da cana-de-açúcar e a CTC - Centro de Tecnologia Canavieira é líder global em ciência de cana-de-açúcar, ela busca inovação na área de melhoramento genética.

No procedimento de coleta foi aplicado *check list*, dividido em quatro grupos de análises, sendo eles:

- 1) a descrição e distinção dos ativos biológicos conforme CPC 29;
- 2) a mensuração dos ativos biológicos;
- 3) as restrições e riscos aos ativos biológicos; e
- 4) as mudanças no valor contábil do ativo biológico, obter evidência sobre elaboração e divulgação das informações referente as empresas listadas na B3 se elas estão fazendo em conformidade com o que dispõe o CPC nº 29. Foi adotado como modelo para determinar os resultados, “x” para resposta das quais as entidades atenderem as informações determinadas pelo CPC 29, e “-” para aquelas que não apresentou os dados exigidos pelo CPC 29.

Sobre o tratamento dos dados, foi atribuído uma análise de conteúdo por meio da confrontação dos dados obtidos com a teoria compreendido no referencial teórico deste presente artigo, para Bardin (2011), essa análise consiste em um conjunto de técnicas de análise, aplicáveis a uma série de conteúdos que possibilita associar a superfície dos textos, descrita e analisada, assim como os fatores que determinam elementos característicos concluídos através da lógica, cujo objetivo é descrever o conteúdo.

#### **4 RESULTADO E DISCUSSÃO**

A pesquisa considerou a aplicação de um *check list* que relaciona as quatro empresas do segmento de agricultura listadas na B3. O referido *check list* contempla os itens de divulgação REQUERIDOS PELA NORMA CONTABIL CPC 29, Ativo

Biológico e Produtos Agrícolas e foi aplicado nas empresas selecionadas de forma aleatória. Este tópico pretende tratar cada item de divulgação publicado nos resultados dessas empresas e desta forma, checar se os dados obtidos atingem aos objetivos e a linha que deu origem a essa pesquisa.

#### 4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

A Primeira parte de análises dessa pesquisa (quando 2), se tratar dos itens 40,41, 42 e 43 do Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, esses itens trazem a tratativa nos aspectos de divulgação sendo, portanto, os três primeiros itens obrigatórios e o quarto item apenas sugerido pela Norma.

ITENS DO CPC Nº 29	RESUMO DO ITEM	SLC AGRICOLA	BRASIL AGRO	RAIZEN	CTC CANAVIEIRA
40	Divulgar ganho ou perda do período corrente e mudanças no valor justo	x	x	x	X
41/42	Descrição dissertação ou quantitativa dos ativos biológicos	x	x	x	X
43	Distinção entre maduros e imaturos ou consumível e de produção	x	-	-	-

Quadro 2 – Descrição e distinção dos ativos biológicos conforme CPC 29  
Fonte: Dados da Pesquisa (2020/2021)

A Distinção entre maduros e imaturos ou consumível e de produção é uma recomendação do CPC 29 para as empresas que produz ativos biológicos. Os ativos classificados como consumíveis são os passíveis de serem colhidos como produtos agrícolas ou vendidos como ativos biológicos bem como os de produção não são produtos agrícolas e sim autorrenováveis (CPC 29, 2009). Ainda sobre a distinção dos ativos, o CPC 29 (2009), destaca que essas distinções de grupos, auxiliam na determinação da influência do tempo que abrange o fluxo de caixa futuro visto que existem ativos que não fazem parte do estoque sendo esses imobilizado da entidade, ou seja, de produção que traz benefícios para a entidade com a aquisição de produtos através da sua extração.

O quadro 3 representa a leitura feita nas notas explicativas do exercício de 2020/2021 nas demonstrações consolidadas das empresas listadas, das quais SLC AGRICOLA, BRASIL AGRO, RAIZEN e CTC CANAVIEIRA, atenderam aos itens 40,41 e 42 que trata dos ganhos ou perdas do período corrente e mudanças no valor

justo bem como a descrição dissertativa ou quantitativa dos ativos biológicos. Quanto ao item 43, não obrigatório, o CPC apenas encoraja as empresas a fazer sua divulgação. Sobre esse item, apenas a SLC AGRICOLA traz em suas notas explicativas as distinções entre maduros e imaturos, e destaca área de terra como madura e excelente potencial produtivo e área Imatura (menos de 3 anos de cultivo).

Quanto a mensuração dos ativos biológicos, a norma brasileira (NBC TG – 29) atrás cinco (5) itens que as entidades devem atender. A premissa é se ter melhor confiabilidade e qualidade em suas demonstrações.

A segunda parte da análise é no grupo II que vai indicar como essas empresas mensuram seus ativos biológicos e os divulgam, conforme mostra o quadro 3 abaixo:

ITENS DO CPC Nº 29	RESUMO DO ITEM	SLC AGRICOLA	BRASIL AGRO	RAIZEN	CTC CANAVIEIRA
12	Mensuração a Valor Justo	X	X	X	X
30	Mensuração pelo Custo	-	-	-	-
51	Divulgar o total da mudança no valor justo menos a despesa de venda, referente às mudanças físicas e de preços no mercado	X	X	X	X
54 – a)	Descrição dos ativos biológicos mensurados ao custo	-	-	-	-
54- b)	Razão pelo qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável	-	-	-	-

Quadro 3 – Mensuração dos Ativos Biológicos

Fonte: Dados da Pesquisa (2020/2021)

Conforme dados coletados das notas explicativas das companhias, foi evidenciado que as empresas divulgam em seus relatórios a mensuração a valor justo de seus ativos biológicos e dos instrumentos financeiros, nesse quesito, cada uma com suas particularidades, todas atendem ao item 12 da norma.

Com base nos dados divulgados, para atender o item 51, a SLC AGRÍCOLA, BRASIL AGRO e suas controladas mensuram seus ativos biológicos, que correspondem ao cultivo dos produtos agrícolas, soja, milho e algodão, cana-de-açúcar, com base no seu valor justo a partir da fase de pré-colheita. a SLC AGRÍCOLA registra as variações no valor justo na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a conta “Variação do valor justo dos ativos biológicos”, no resultado do exercício. O valor justo do gado bovino é calculado através do valor de mercado, por existir mercado ativo. O ganho ou perda, na variação do valor justo

dos ativos biológicos é reconhecido no resultado do exercício em que ocorre. Para a BRASIL AGRO, a mensuração é feita pelo valor justo menos as despesas de venda. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos sobre o plantio e tratamento da cultura dos ativos biológicos até o momento da avaliação, o registro é feito no resultado do exercício na rubrica "Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas"

Para a Companhia Raizen, os ativos biológicos são mensurados ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos da variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos. Quanto a perda líquida decorrente de mudanças no valor justo e amortização da mais ou menos valia dos ativos biológicos, tem seus registros na DFC e no Balanço Patrimonial. A companhia utiliza os fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. As mudanças nos valores justos entre os exercícios, bem como em sua amortização, são alocadas na Demonstração do resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos".

Ainda sobre o item 51, a CTC - CANAVIEIRA não divulga com clareza informações de como é mesurado seus a ativos biológicos, a companhia apenas apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Referente ao item 30, mensuração pelo Custo da norma, as companhias não atendem ao quesito, sendo assim, os itens 54-a) e 54-b) não devem ser atendidos pelo fato de as empresas não aplicar o método de mensuração pelo custo nos seus ativos biológicos. Conforme o CPC 29 (2009), a mensuração ao custo deve ser utilizada quando não existir uma confiabilidade do mercado ativo dos produtos. A ausência de respostas aos itens pode ser justificada pelo fato da inexistência de ativos biológicos que são avaliados pelo custo e de forma não confiável.

O próximo quadro trata-se do grupo III de análises: restrições e riscos aos ativos biológicos que as companhias devem divulgar nos seus relatórios e como as faz, pois, essas informações são relevantes para os usuários da informação.

ITENS DO CPC Nº 29	RESUMO DO ITEM	SLC AGRICOLA	BRASIL AGRO	RAIZEN	CTC CANAVIEIRA
49 -a)	Divulgar o total dos ativos biológicos com titularidade restrita e com garantia de exigibilidades	x	x	x	-

49-b)	Divulgar o montante relacionado com o desenvolvimento ou aquisição	-	-	-	-
49-c)	Divulgar as estratégias e riscos financeiros	x	x	x	X

Quadro 4 – Restrições e riscos aos ativos biológicos  
Fonte: Dados da Pesquisa (20/2021)

No que diz o item 49-a), somente CTC-CANAVIEIRA não expressa em suas notas explicativas os ativos com titularidade restrita e com garantia de exigibilidades. A empresa RAZEN especificou que os financiamentos são pagos mensalmente e garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, em relação a SLC AGRICOLA divulgou que as linhas de investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), São garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e a BRASIL AGRO dispõe de quatro fazendas mantidas em garantia por empréstimos e financiamentos, assim representando no consolidado 30% do total das propriedades para investimento.

Com relação ao item 49-b), as quatro empresas analisadas não divulgam o montante referente ao desenvolvimento ou aquisição de ativos biológico, exigido pelo CPC 29. De acordo com estudos realizados entre 2012/2013, esse item foi um dos que reduziu o percentual de aderência ao CPC 29, assim para Pires et al. (2017), aponta que um dos itens responsáveis pela redução de 5,31% de aderência ao CPC 29 no ano de 2013 foi o item 49-b).

Sobre o item 49-c), as companhias aplicam o item exigido pela norma. A CTC-CANAVIEIRA divulga em notas as políticas de gerenciamento de risco do Grupo elas identificam e analisar os riscos enfrentados e defini limites e controles de riscos apropriados, e monitora riscos e aderência aos limites, já a SLC AGRICOLA criou Comitê Executivo de Gestão de Riscos que está ligado entre o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia. Esse Órgão apoia às decisões da Diretoria e monitora os limites de riscos estabelecidos, se eles estão sendo obedecidos. A RAZEN possui três (3) comitê de análises de riscos, sendo I - Comitê de Riscos; analisa o comportamento dos mercados de *commodities*, II- Comitê do etanol; comercialização do etanol e adequação aos limites definidos nas políticas de risco e III - Comitê de energia elétrica; ligados à comercialização de energia e adequação aos limites definidos nas políticas de risco. BRASIL AGRO possui políticas que orientam suas operações em relação aos instrumentos financeiros.

As notas analisadas demonstram que todas as Companhias e suas controladas estão expostas a riscos de mercado do tipo as oscilações dos preços, das taxas de câmbio; e oscilações das taxas de juros (ativos e passivos financeiros).

No grupo IV da análise, foi confrontado com as empresas o item 50 do CPC 29, que disciplina as mudanças no valor contábil do ativo biológico, conforme o quadro 6 a seguir:

ITENS DO CPC Nº 29	RESUMO DO ITEM	SLC AGRICOLA	BRASIL AGRO	RAIZEN	CTC CANAVIEIRA
50	Apresentar a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos	x	x	x	

Quadro 5 – Mudanças no valor contábil do ativo biológico  
Fonte: Dados da Pesquisa (2020/2021)

A SLC Agrícola dispõe em suas notas explicativas as mudanças dos seus ativos pelos custos por hectare orçados, ela fez sua estimativa de orçamento para a safra 2021/2022 da qual apresenta aumento médio em reais de 16,1% em relação ao realizado da safra 2020/21 e justifica como principais fatores que contribuíram para o aumento; o preço dos insumos, como sementes e fertilizantes; custos superiores com combustíveis e energia; custos com arrendamentos, vinculados ao preço da saca de soja. A área plantada em áreas arrendadas passou de 58%, (safra 2020/2021) para 69% (safra 2021/2022).

A Brasil Agro e suas controladas reconheceram um R\$ 61.420 mil no resultado do exercício referente aos ganhos nas vendas de propriedades agrícolas. A Companhia comprou terras em maio 2020 para cultivo de soja. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação das transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, a companhia faz o reconhecimento na demonstração do resultado.

Raizen, descreveu sobre a vulnerabilidade do cultivo da cana-de-açúcar as variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais. Há históricos de que as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem, as safras podem aumentando ou diminuir nas colheitas.

Para atender o item 50 do CPC 29, a companhia divulga as oscilações do plantio da cana -de -açúcar pelo fluxo de caixa descontado em percentuais de 5,32 % em 31 de março de 2021 e de 5,30% em 31 de março de 2020 que é o *WACC* (*Weighted Average Capital Cost* - Custo Médio Ponderado do Capital) da Companhia. A Companhia divulgou que durante o ano de 2021, foram revisadas as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, cujo principal impacto foi o aumento de preço do “ATR” médio (quantidade de açúcar total recuperável por hectare), influenciado pelo preço do etanol, preço do açúcar VHP, e as novas projeções de dólar.

A CTC – Canavieira divulgou em seu relatório que não há novos plantios de variedades CTC nos próximos cinco anos, relacionado ao corte. A “amortização” de cinco cortes (anos safra), das áreas de cultivos e ajuste a valor presente é considerado uma taxa de desconto de 11,0%

De acordo com Pires et al. (2017), o item 50, da apresentação da conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente; foi responsável pela redução significativa entre 2012 e 2013 de aderência ao CPC 29.

Comparando está pesquisa há trabalhos semelhantes, foi observado que diferente dos estudos anteriores, as empresas têm por meio das demonstrações financeira e relatórios de auditorias que existem uma evolução no tocante ao atendimento dos requisitos por parte das Companhias, em atender as normas contábeis aplicáveis ao ramo do negócio.

Vale enfatizar, que o CPC 29 (2009) torna claro que as empresas devem divulgar a mudança dos valores contábeis, que inclui o aumento no valor de ativos devido às compras, vendas dos ativos biológicos que estão mantidos para venda, reduções devidas às colheitas e diferenças cambiais líquidas ocorridas no exercício.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa teve como objetivo principal, identificar nas demonstrações contábeis entre 2020 e 2021 das companhias listadas na B3, se atendem ao CPC n<sup>o</sup> 29 de 2009, para ativos biológicos, produtos agrícolas e suas respectivas divulgações. Dentro do contexto, foram selecionadas quatro companhias



listadas no setor de consumo não cíclico sendo no subsetor agropecuária do seguimento agricultura listadas no *síte* da B3.

A partir das informações analisadas, chegou se os seguintes resultados da pesquisa: todas as empresas atenderam aos itens exigidos no grupo I sobre a descrição e distinção dos ativos biológicos. Para os itens listados no grupo II; mensuração dos ativos biológicos; há informações em seus relatórios sobre a mensuração a valor justo dos ativos biológicos e dos instrumentos financeiros. No grupo III, que trata das restrições e riscos aos ativos biológicos, apenas uma empresa não atendeu um dos itens obrigatórios do grupo analisado. E por fim, no grupo IV que traz como obrigatoriedade a divulgação sobre as mudanças no valor contábil dos ativos biológicos; as quatro Companhias analisadas apresentam em suas notas explicativas os fatores que contribuíram para as mudanças no valor contábil dos seus ativos biológicos, que envolve tanto as perdas quanto os ganhos.

A pesquisa mostrou que das empresas analisadas a SLC AGRICOLA possui maior nível de divulgação, tendo aderência de 80% a Norma, já as empresas BRASIL AGRO e RAIZEN tiveram 70% e 60% a CTC CANAVIEIRA.

O estudo aqui abordado, embora exista limitações na pesquisa, pois foram estudados apenas os relatórios de informações financeiras dos exercidos de 2020 - 2021, contribui teoricamente como fonte de informações para novas pesquisas por trazer uma visão atual do comportamento e posição dessas empresas que atuam no segmento do agronegócio.

## REFERÊNCIAS

ABREU E CIPRIANO, **o Impacto da Contabilidade e Fiscalidade na Agricultura**. Santarém, 5 de junho de 2012.

AGRONEGÓCIO NO BRASIL: **qual a Importância para o País?** Disponível: [agropos.com.br](http://agropos.com.br). Acesso em: 28 Fev. 2022.

ALMEIDA, Ricardo Garcia de, RIVA, Bruno Amaral. Ativos biológicos e produtos agrícolas mensurados a valor justo. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 03, Vol. 02, pp. 85-99. março de 2019. Acesso em: 26, fevereiro de 2022.

ANDRADE, Edmar Oliveira. **Planejamento Tributário**. São Paulo: Saraiva 2008.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BARBOSA, Giuliana. **Agronegócio no Brasil**: Como está nosso setor e o que você pode esperar, 1 de abril de 2019. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/author/giuliana/> Acesso em: 26 Fev. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

BARROS, A. de J. P.; LEHFELD, N. A. de S. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas.

BARROSO, E. dos S. S., Cabral, A. C. A., & dos Santos, S. M. Reconhecimento e mensuração do ativo biológico e produtos agrícolas sob a visão da contabilidade: Um estudo da produção científica brasileira entre os anos de 2011 e 2015. **Anais Do Congresso Brasileiro De Custos - ABC**. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4210> Acesso em: 26 Fev. 2022.

BLB BRASIL. **Conheça o CPC 29: Avaliação de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas**. 06 de out. 2016, Disponível em: <https://www.blbbrasil.com.br/blog/cpc>. Acesso em: 26 Fev. 2022.

BRASIL, **Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível: [sistemas.cvm.gov.br/port/atos/leis/6385.asp](http://sistemas.cvm.gov.br/port/atos/leis/6385.asp). Acesso: 15 Abr. 2022.

BRASIL, **Projeções do Agronegócio**, Brasília, MAPA,2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/> Acesso em: 26 Mar. 2022.

CALLADO, A. A. C., & Callado, A. L. C. CUSTOS: Um desafio para a gestão no agronegócio. **Anais Do Congresso Brasileiro De Custos - ABC**. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3134> . Acesso em: 26 Fev. 2022.

CEPEA, **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada**, PIB do Agronegócio. Disponível: <https://www.cepea.esalq.usp.br> Acesso em: 29 Mar. 2022.

CNA, Brasil. **PIB do Agronegócio**. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br> . Acesso: 29 Mar. 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola**. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 41.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC, Disponível em: <https://cfc.org.br/legislacao/leis> Acesso: 15 Abr. 2022.

DUMONT, RAPHAEL. **Crescimento da Agricultura e Pecuária na Região Nordeste**. Disponível em: <https://controle.diarural.com.br> Acesso em: 27 Mar 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GALVÃO, Juliano Garrett. Tratamento contábil no setor bovino de corte à luz do CPC 29. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 11, Vol. 01, pp. 76-92. novembro de 2020. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/setor-bovino> Acesso em: 26 Fev. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Carlos, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017.

GIRÃO E SILVA, **Produção Científica sobre Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas no Âmbito do CPC 29**: Um Estudo Bibliométrico nos Principais Eventos de Contabilidade e Administração. Disponível em: <https://bdtcc.unipe.edu.br> Acesso em: 26 Fev. 2022.

GONÇALVES, Angélica. **Os 5 principais desafios do agronegócio no Brasil hoje**. Disponível em: <https://www.mega.com.br/blog> . Acesso em: 29 Mar. 2022.

FORBES, <https://forbes.com.br/forbesagro/2021/03/as-100-maiores-empresas-do-agronegocio-brasileiro-em-2020/> Acesso em: 29 Mar. 2022.

JUNIOR, RICARDO, 2018. **IRS entenda o que são as normas internacionais de contabilidade**. Disponível em: <https://jornalcontabil.com.br> Acesso em: 30 Mar. 2022.

MIZIARA , Lucas Ferreira - **Ativos Biológicos - CPC 29**, Brasília 2012, disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/187131734.pdf> Acesso em: 26 Fev 2022.

MAPA, **Plano safra**. Disponível: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-safra-2021-2022.pdf/view> Acesso: 15.abr.2022.

MARCON, Tatiane.PIASECKI. Liceia Alcioni Rech, **Tratamento Contábil do Ativo Biológico de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade**. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/ecci/anais>. Acesso em: 26, fevereiro de 2022.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural**, 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2012

MARTINS, Gilberto de Andrade. THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2009. 247 p.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MIRANDA, Juliana. **Cultura no nordeste do brasil**. Disponível em: <https://www.grupoescolar.com/pesquisa/agri> Acesso em: 28 Fev. 2022.

MORAES, Michelly, **Agronegócio no Brasil**: qual a Importância para o País? Disponível em: <https://agropos.com.br/agronegocio-no-brasil/>. Acesso em: 26 Fev. 2022.

PARÁIBA, E. P. U. F. d., Brasília, F. S. d. C. U. d., Brasília, I. C. H. S. U. d., & Brasília, L. M. I. U. d. (2011). Ativos Biológicos: Evidenciação das Empresas Participantes do Ibovespa. **Congresso Nacional de Administração e Contabilidade**. Acesso em: 13 Mar. 2022.

PASCOAL, Olímpia, Maria. **A contabilização dos Ativos Biológicos**: Problemática de mensuração e reconhecimento. Setúbal, 2013.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Geografia agricultura no brasil atual**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br> Acesso em: 29 Mar. 2022.

PIRES, P. A. da S. et al. **Representatividade dos ativos biológicos e o nível de disclosure do CPC 29**: uma análise com as companhias de capital aberto brasileiras no período de 2009 a 2013. *Custos e @gronegócio on line*, v.13, n.1, p. 422-441, jan/mar 2017

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA Marcelle Colares; BARBOSA, João Victor Bezerra. METODOLOGIAS DE PESQUISA ADOTADAS NOS ESTUDOS SOBRE BALANCED SCORECARD. **XIII Congresso Brasileiro de Custos** – Belo Horizonte - MG, Brasil, 30 de outubro a 01 de novembro de 2006.

SANTI, Anderson. Como evitar perdas na agricultura com as mudanças do clima. Portal Embrapa,2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br> Acesso em: 26 Fev 2022.

SOTTOCORNO, J. (et al.). **Ativos biológicos** –cultura –soja: um estudo de caso em uma propriedade rural de Campo Mourão. III Encontro de Produção Científica e Tecnológica. UEP, Campo Mourão, 2013.

SOUZA, F.J.V. de; Barros, C. da C; ARAÚJO, A.O; Silva, M.C. da. **Produção Científica sobre ativos biológicos e produtos agrícolas**: um estudo entre os anos de 2006 e 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br> Acesso em: 26 Fev. 2022.

THEÓPHILO, C. R.; IUDÍCIBUS, S. de. Uma Análise Crítico-Epistemológica da Produção Científica em Contabilidade no Brasil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005.

